

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

MARCUS LEONARDO CORRÊA RODRIGUES

**UM ESTUDO SOBRE A DEMOCRACIA INTERNA DOS
PARTIDOS POLÍTICOS: OS CASOS DO PT E PSDB**

SÃO CARLOS - SP

2021

MARCUS LEONARDO CORRÊA RODRIGUES

**UM ESTUDO SOBRE A DEMOCRACIA INTERNA DOS
PARTIDOS POLÍTICOS: OS CASOS DO PT E PSDB**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga

SÃO CARLOS - SP

2021

Rodrigues, Marcus Leonardo Corrêa

Um estudo sobre a democracia interna dos partidos políticos: os casos do PT e PSDB / Marcus Leonardo Corrêa Rodrigues -- 2021.
246f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Maria do Socorro Sousa Braga

Banca Examinadora: Fernando Henrique Eduardo

Guarnieri, Maria Teresa Miceli Kerbauy, Oswaldo

Martins Estanislau do Amaral, Reginaldo Teixeira Perez

Bibliografia

1. Democracia intrapartidária. 2. Organização partidária.
3. Seleção de candidatos. I. Rodrigues, Marcus Leonardo Corrêa. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Marcus Leonardo Corrêa Rodrigues, realizada em 13/08/2021.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)

Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy (UFSCar)

Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral (UNICAMP)

Prof. Dr. Fernando Henrique Eduardo Guarnieri (UERJ)

Prof. Dr. Reginaldo Teixeira Perez (UFSM)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe Leda pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida. Agradeço a minha família, em especial, a minha muito amada sobrinha Luísa.

À minha orientadora, professora Maria do Socorro Sousa Braga, agradeço pela confiança depositada, pela sua orientação sábia, pela paciência, incentivo e ensinamentos, sempre prontamente disposta a me ajudar. Ter sua orientação foi um privilégio.

Aos professores e funcionários do PPGPol, da UFSCar, em especial, ao professor Pedro Ribeiro, pelas aulas ministradas sobre partidos políticos e pelos valiosos apontamentos na etapa de qualificação.

Ao professor Bruno Bolognesi, pela participação na banca de qualificação e pelos comentários e sugestões para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao professor David Samuels, pela leitura atenta do meu projeto e pelas valorosas contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho. Estendo meu agradecimento ao seu grupo de pesquisa pela recepção durante o estágio doutoral sanduíche na Universidade de Minnesota. Também sou grato ao Ivan e a Ruth por tornarem minha estada em Minneapolis, uma experiência incrível.

Aos meus professores da Universidade Federal de Santa Maria, Gustavo Muller e Reginaldo Perez, pelos conhecimentos repassados.

Aos membros da banca examinadora - Fernando Guarnieri, Maria Teresa Kerbauy, Oswaldo Amaral e Reginaldo Perez -, pela disposição em participar da avaliação deste estudo e por suas valiosas contribuições sugeridas.

À minha namorada Fernanda pelo apoio, paciência, compreensão, carinho e amor.

Aos meus amigos Eduardo (*in memoriam*), Gylherme e Marcelo que, mesmo à distância, estão sempre comigo.

Ao meu amigo Douglas, à Kelly, ao Davi e meu afilhado Luca, que inúmeras vezes me receberam na sua casa em São Paulo. Sou imensamente grato por tudo o que vocês fizeram por mim.

Ao meu amigo Renato, com quem tive a grande satisfação de compartilhar moradia em São Carlos.

Aos colegas do PPGPol e do grupo de estudos (NEPLA/UFSCar), pela convivência, camaradagem e troca de conhecimentos durante os anos da minha estada em São Carlos.

A todos os entrevistados, deputados, candidatos, dirigentes e assessores, que se dispuseram a compartilhar comigo seus conhecimentos e experiências em prol desta pesquisa.

À CAPES, pela concessão da bolsa para a realização do doutorado no Brasil e nos EUA.

“Num partido, e particularmente, num partido político de combate, a democracia não se presta ao uso doméstico; ela é, sobretudo, um artigo de exportação.”

Robert Michels
(*Os Partidos Políticos*, p.28)

“Em toda comunidade humana, a estrutura de poder é o resultado de duas forças antagônicas: as crenças, por um lado; as necessidades práticas, por outro. Em consequência, a direção dos partidos – como a da maioria dos grupos sociais atuais: sindicatos, associações, sociedades comerciais etc. – apresenta o duplo caráter de uma aparência democrática e de uma realidade oligárquica.”

Maurice Duverger
(*Os Partidos Políticos*, p.170)

RESUMO

A presente tese investigou como a democracia intrapartidária tem se processado em dois dos maiores partidos políticos brasileiros: PT e PSDB. Para tanto, a partir de um estudo de caso, procuramos identificar empiricamente pontos de sinergia e/ou tensões entre a democracia intrapartidária e os formatos de institucionalização partidária, as estruturas formais e organizacionais e os processos de seleção de candidatos petistas e tucanos. O estudo de caso foi realizado com base em dados quantitativos, fontes bibliográficas, documentais e entrevistas semiestruturadas com dirigentes e candidatos que disputaram as eleições para a Câmara dos Deputados Federais, no Estado de São Paulo, no pleito de 2018. Como resultados, constatamos a existência de tendências contraditórias em relação à implantação da democracia interna nos partidos políticos em tela que, por vezes, avançam em direção a uma ampliação da participação dos militantes, enquanto, em outros momentos, apontam para a autonomização das direções em detrimento das bases.

Palavras-chave: Democracia intrapartidária. Organização partidária. Seleção de candidatos. Partido dos Trabalhadores. Partido da Social Democracia Brasileira.

ABSTRACT

This thesis investigated how intra-party democracy has unfolded within two of the largest Brazilian political parties: PT and PSDB. For such, based on a case study, we aimed at the identification to the potential synergies and/or tensions between intra-party democracy and the process of party institutionalization, the formal party organizational structures and the process of candidate selection in PT and PSDB parties. The case study was carried out based on quantitative data, bibliographical sources, documents and semi-structured interviews with leaders and candidates that ran for the Chamber of Deputies by the state of São Paulo in the 2018 election. As a result, we identified the existence of contradictory trends related to the implementation of internal democracy within the political parties in question, which at times move towards an expansion of grassroots participation, while at other times advance towards the autonomy of the leaders in detriment to the grassroots party members.

Keywords: Intra-party democracy. Party organization. Candidate selection. Worker's Party. Brazilian Social Democracy Party.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Selectorate</i> partidário	42
Figura 2 – Democracia intrapartidária e seus componentes	111
Figura 3 – Nível de intensidade <i>versus</i> Nível de inclusão das formas de militância..	134
Figura 4 – Processo de Formação dos Órgãos de Deliberação e Direção dos Partidos Brasileiros	146
Figura 5 – Estrutura organizativa do PT	149
Figura 6 – Estrutura organizativa do PSDB	155
Figura 7 – Estágios do processo de seleção de candidatos.....	179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção de votos válidos para Governador de São Paulo obtida pelo PT e PSDB no 1º turno (1994-2018).....	49
Gráfico 2 – Quantidade de Deputados Federais eleitos por São Paulo (1994-2018)	53
Gráfico 3 – Evolução do número de filiados do PT).....	78
Gráfico 4 – Evolução dos filiados por partido (2002-2018).....	79
Gráfico 5 – Evolução do número de filiados do PSDB	80
Gráfico 6 – Distribuição dos partidos conforme critérios de inclusão das candidaturas e dos selecionadores no processo de seleção de candidatos.	143
Gráfico 7 – Percentual de municípios em que PT e PSDB apresentaram candidaturas (1996-2016).....	161
Gráfico 8 – Percentual de municípios com órgãos partidários (2008-2018).....	163
Gráfico 9 – Distribuição por raça/cor da população de São Paulo e dos candidatos para Deputado Federal em 2018 do PT-SP e PSDB-SP	198
Gráfico 10 – Fontes de Recursos dos Candidatos a Deputado Federal do PT -SP..	202
Gráfico 11 – Fontes de Recursos dos Candidatos a Deputado Federal do PSDB -SP	202
Gráfico 12 – Distribuição dos recursos partidários para candidatos incumbentes e não incumbentes do PT-SP (%)	204
Gráfico 13 – Distribuição dos recursos partidários para candidatos incumbentes e não incumbentes do PSDB-SP (%)	207

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Distribuição geográfica dos órgãos partidários do PT por UF (2008-2018)	164
Mapa 2 – Distribuição geográfica dos órgãos partidários do PSDB por UF (2008-2018)	167
Mapa 3 – Distribuição geográfica dos órgãos partidários do PT-SP (2008-2018)	171
Mapa 4 – Distribuição geográfica dos órgãos partidários do PSDB-SP (2008-2018)	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis de análise.....	18
Quadro 2 – Características do PT e PSDB	65
Quadro 3 – Indicadores de Institucionalização Partidária	72
Quadro 4 – Características do modelo originário e da institucionalização partidária do PT e PSDB.....	89
Quadro 5 – Síntese das características da Institucionalização Partidária do PT e PSDB	108
Quadro 6 – Sumarização das características da democracia interna no PT e PSDB	175
Quadro 7 – Centralização dos processos decisórios	211

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fontes de captação de recursos do DN do PT entre 1983-2018 (%).....	99
Tabela 2 – Recursos provenientes de contribuições estatutárias PT – valores corrigidos em (R\$).....	101
Tabela 3 – Fontes de captação de recursos do DN do PSDB entre 1996-2018 (%)	103
Tabela 4 – Valores absolutos do Fundo Partidário recebidos pelo PSDB no período 1989-2006.....	104
Tabela 5 – Scores para a democracia interna assembleísta (AIPD) e plebiscitária (PIPD) dos partidos políticos brasileiros (2014)	111
Tabela 6 – Taxa de participação nas eleições internas do PT	134
Tabela 7 – Faixa Etária dos Candidatos a Deputado Federal pelo PT-SP e PSDB-SP nas eleições de 2018.....	199
Tabela 8 – Transferência de recursos oriundos do PT para candidatos a deputado federal Eleições 2018.....	205
Tabela 9 – Transferência de recursos oriundos do PSDB para candidatos a deputado federal Eleições 2018.....	208

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Partidos políticos

Regime autoritário de 1964-1979

ARENA – Aliança Renovadora Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro

Regime democrático pós 1979

AVANTE – Avante
DEM – Democratas
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
NOVO – Partido Novo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCO – Partido da Causa Operária
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social, atual PP
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEN – Partido Ecológico Nacional
PFL Partido da Frente Liberal, atual DEM
PH – Partido Humanista
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal, atual PR
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atual MDB
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro, atual PP
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTN – Partido Trabalhista Nacional

PTR – Partido Trabalhista Renovador
PV – Partido Verde
REDE – Rede Sustentabilidade
SD – Solidariedade

Outras siglas e abreviaturas

ANC – Assembleia Nacional Constituinte
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEN – Comissão Executiva Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DivulgaCand – Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais
EN – Encontro Nacional
FEFC – Fundo Especial de Financiamento de Campanha
GTE – Grupo de Trabalho Eleitoral
HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LOPP – Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n. 6.767/1979)
LPP – Lei dos Partidos Políticos (Lei n. 9.096/1995)
MUP – Movimento de Unidade Progressista
NB – Núcleo de Base
PED – Processo de Eleições Diretas
SGIP – Sistema de Gerenciamento de Informações Partidária
SORG – Secretaria de Organização
SPCE – Sistema de Prestação de Contas Eleitorais
STF – Supremo Tribunal Federal
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Variáveis, Objetivos e Hipóteses	18
Materiais e Métodos	25
Os casos de estudo	28
Organização dos capítulos	31
Capítulo 1 – Partidos Políticos, Democracia Intrapartidária e Seleção de Candidatos	34
1.1 Partidos Políticos: uma revisão da literatura	34
1.2 Definindo a democracia intrapartidária	38
1.3 A seleção de candidatos: um <i>framework</i> para a análise	42
Capítulo 2 - O contexto político-eleitoral: dinâmicas de competição e funcionamento do PT e PSDB	46
2.1 O subsistema político-partidário paulista	48
2.2 Origens e trajetórias dos Partidos Brasileiros.....	54
2.2.1 PT: origem e desenvolvimento organizativo.....	55
2.2.2 PSDB: origem e desenvolvimento organizativo.....	59
2.3 Conclusões parciais: as estratégias organizativas acionadas pelas elites petistas e tucanas	64
Capítulo 3 - Institucionalização Partidária: PT e PSDB em perspectiva comparada	67
3.1 Revisitando o conceito de institucionalização	68
3.2 Variáveis para a mensuração da Institucionalização Partidária.....	71
3.3 Institucionalização Petista Vs. Tucana	73
3.3.1 Sistemicidade.....	73
3.3.2 Autonomia	85
3.4 Conclusões parciais: entre a institucionalização e a desinstitucionalização partidária.....	106
Capítulo 4 – Avaliando a Democracia intrapartidária de petistas e tucanos: plebiscitarianismo ou assembleísmo?	110
4.1 A conformação da democracia nos documentos partidários	113
4.1.1 A democracia intrapartidária nos documentos do PT.....	114
4.1.2 A democracia intrapartidária nos documentos do PSDB	121
4.1.3 Considerações parciais	126
4.2 Tomada de decisão sobre a seleção de lideranças e candidatos segundo os estatutos	127
4.2.1 Seleção de lideranças e candidatos petistas	128
4.2.2 Seleção de lideranças e candidatos tucanos.....	135
4.2.3 Considerações parciais	142
4.3 Estrutura organizacional interna dos partidos políticos.....	144
4.3.1 Arcabouço Organizacional Petista.....	147
4.3.2 Arcabouço Organizacional Tucano	153
4.3.3 A Capilaridade Organizacional Territorial dos partidos.....	160
4.4 Conclusões Parciais	174

Capítulo 5 – O Processo e o Resultado da Elaboração das Listas Partidárias.	178
5.1 As regras informais: por trás do “jardim secreto” da seleção dos candidatos...	178
5.1.1 O caso do PT-SP.....	180
5.1.2 O caso do PSDB-SP	188
5.2 O resultado final da lista: A composição sócio-ocupacional dos candidatos do PSDB e PT a deputado federal nas eleições de 2018 em São Paulo	196
5.2.1 Perfil dos Candidatos Selecionados pelo PSDB-SP e PT-SP à Câmara dos Deputados nas Eleições de 2018	197
5.3 O financiamento de campanha: Quais aspectos são considerados pelos selecionadores para a repartição dos recursos partidários?	200
5.4 Conclusões parciais	210
Considerações Finais	213
Referências	221
Legislação e documentos partidários.....	235
Anexos.....	238

INTRODUÇÃO

Dentro dos estudos das organizações partidárias, as análises dedicadas à democracia intrapartidária vêm ganhando renovado impulso durante os últimos anos, principalmente em reação à crescente crise de representatividade que assola inúmeras democracias¹. Sendo os partidos considerados organizações hierarquizadas e herméticamente controladas (MICHELS, 1982), tal princípio sobrevém como “apparent potential to promote a ‘virtuous circle’ linking ordinary citizens to government, benefiting the parties that adopt it, and more generally contributing to the stability and legitimacy of the democracies in which these parties compete for power” (SCARROW, 2005, p. 3). Não obstante, a promoção da democracia intrapartidária seja tomada como conotação axiologicamente positiva, não existe uma definição universalmente aceita quanto ao que significa ser um partido internamente democrático. Em face das especificidades de cada partido, a organização de estruturas internas democráticas é implementada de maneiras drasticamente distintas.

Geralmente, o conceito é empregado para descrever um conjunto de métodos que possibilita a participação - implícita ou explícita - do maior número de membros nas decisões internas. Na prática, a noção de democracia interna engloba diversos aspectos da vida intrapartidária, sejam eles a formação de *accountability*, a determinação de políticas, a descentralização das decisões, a seleção de lideranças e candidatos etc. Em vista disso, partidos que almejam a democratização de suas estruturas internas enfrentam uma série de dilemas ao operacionalizar esse princípio.

Segundo Cross e Katz (2013, p.8), a democracia intrapartidária remete à questão de “who has real authority over what areas of party decision-making”. Com base na classificação tripartite de organização partidária (KEY, 1964; KATZ; MAIR, 1993), consideram que a democracia interna diz respeito à tensão existente entre as três faces de

¹ A desconfiança nutrida pela sociedade em relação aos partidos políticos denota uma crise de representação e um sentimento de aguda rejeição aos partidos. Vários indicadores ilustram essa crise. Conforme mostra o último relatório do Latinobarômetro (2018), os partidos políticos aparecem como as instituições políticas menos confiáveis entre os países da América Latina. Ver: file:///C:/Users/user/Downloads/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf

Sobre a queda nas taxas de filiação partidária ver: KATZ; MAIR, 1993; MAIR, 1994; MAIR; VAN BIEZEN, 2001; DALTON; WATTENBERG, 2002; VAN BIEZEN; POGUNTKE, 2014; SCARROW, 2000; SCARROW; GEZGOR, 2010. Em relação à redução da intensidade da participação dos filiados nas atividades partidárias ver: (AMARAL, 2013; SEYD; WITHELEY, 2004; DALTON; FARRELL; MACALLISTER, 2011; KITSCHOLT, 2000; PUTNAM, 2001). Quanto à desconfiança dos cidadãos ver: IGNAZI, 2014.

atuação partidária: *party in central office*, *party on the ground* e *party in public office*. Nesse diapasão, existe democracia intrapartidária quando os processos de tomada de decisão envolvem a participação da maior quantidade de membros e/ou apoiadores, ou seja, do *party on the ground* (CROSS; KATZ, 2013).

Em seu cerne, a democracia interna refere-se à distribuição interna de poder nos partidos (CROSS, 2013, p.100) e, segundo alguns autores (LEDUC, 2001; RAHAT; HAZAN, 2007; HAZAN; RAHAT, 2010), a inclusão dos métodos de seleção de candidatos é o indicador chave para aferir a democracia interna porque “the chain of democratic delegation starts with candidate selection” (HAZAN; RAHAT, 2010, p.11). De fato, a seleção de candidatos é uma das principais funções dos partidos políticos numa democracia e já fora esboçada por Sartori na sua definição canônica de partido, qual seja: “um partido é qualquer grupo político que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições, candidatos a cargos públicos” (SARTORI, 1982, p. 86, grifos do autor). Eis que a seleção é um elemento essencial seja em qual tipo de partido for: quadros, massa (DUVERGER, 1970), profissional-eleitoral (PANEBIANCO, 2005), *catch-all* (KIRCHHEIMER; 1966) e cartel (KATZ; MAIR, 1995). Ademais, o modo como os partidos escolhem suas lideranças e candidatos tem implicações sobre a própria dinâmica dos partidos, refletindo sobre seu *ethos* democrático (CROSS, 2013, p.115).

the most vital and hotly contested factional disputes in any party are the struggles that take place over the choice of its candidates; for what is at stake in such a struggle, as the opposing sides well know, is nothing less than control of the core of what the party stands for and does (RANNEY, 1981, p.103 apud GALLAGHER, 1988, p.3).

Isto posto, o objetivo central desta tese é investigar a existência de dispositivos de democracia intrapartidária que o PT e o PSDB vieram, porventura, implementar ao longo das suas trajetórias. Em particular, examina as características originárias, a institucionalização partidária, as estruturas organizacionais e a seleção de candidatos a cargos eletivos e seus efeitos em termos de ganhos (ou danos) à democracia intrapartidária.

A partir dessas dimensões específicas, um dos objetivos da pesquisa será identificar incentivos e desvantagens enfrentadas pelos partidos ao incrementar os níveis de inclusão dos seus processos decisórios. Com o foco centrado na organização interna dos partidos, esta tese visa a lançar luz sobre o funcionamento intraorganizacional do PT

e do PSDB explorando a análise empírica de eventuais processos participativos e inclusivos na tomada de decisões partidárias.

Devido ao grande volume de dados e informações levantados no trabalho, optamos por realizar um estudo de caso em que o PT e PSDB correspondem às unidades de análise. Assim, o estudo de caso se apresenta como estratégia de pesquisa mais adequada para os objetivos almejados, quais sejam: uma análise densa e aprofundada dos mecanismos e processos internos que ajudam a compreender o modo como se dão as decisões intrapartidárias.

Variáveis, Objetivos e Hipóteses

Neste trabalho, a análise da democracia interna dos partidos é realizada a partir de diferentes processos partidários, centrando em atores e estruturas organizativas mobilizadas para a conformação do poder decisório. As dimensões analíticas investigadas estão sumarizadas no quadro a seguir.

Quadro 1 - Variáveis de análise

Dependente	Independentes
Democracia intrapartidária	Origem Institucionalização Organização interna Seleção de candidatos

As variáveis independentes concernem em dimensões de análise consagradas pela literatura – a origem do partido, o processo de institucionalização, a estrutura intraorganizacional e a seleção de candidatos. A tese procurou analisar a incidência dessas variáveis sobre a democracia intrapartidária. Vejamos a seguir algumas características de cada uma delas.

Como sustentam as análises organizacionais dos partidos, os efeitos decorrentes do modelo originário têm influência sobre o seu desenvolvimento ulterior mesmo após décadas de sua fundação (DUVERGER, 1970; PANEBIANCO, 2005). Nessa perspectiva, os partidos carregam suas características genéticas ao longo da sua trajetória institucional. O PSDB surge em 1988 de uma cisão partidária de políticos oriundos

principalmente do PMDB, decorrente de divergências ideológicas e pragmático-eleitorais (ROMA, 2002; VIEIRA, 2012). Diferentemente do PSDB, o PT foi criado por setores da sociedade civil, com destaque para o protagonismo do novo sindicalista paulista. Nesse ponto, acabou notabilizando-se pela originalidade de sua fundação diante as outras agremiações brasileiras, com histórico de formação ligado às elites (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991).

No caso dos processos de institucionalização partidária, estão intimamente relacionados à capacidade dos partidos de resolverem tensões internas e converterem recursos organizacionais em estratégias de sobrevivência e vantagens de poder. *Pari passu* com a institucionalização de práticas e relações intrapartidárias, ocorre um processo de complexificação organizativa das estruturas internas. Nesse sentido, pelo formato da institucionalização partidária, seria possível observar as dinâmicas que condicionam a distribuição de incentivos e poder dentro da agremiação e, por conseguinte, avançar em questões que tratam da democracia interna. Desse modo, dependendo da forma da institucionalização de práticas e relações intrapartidárias, podem tanto contribuir para a democracia interna como através da rotinização de mecanismos e procedimentos, o que contribui para a transparência e para aumentar o conhecimento dos militantes sobre o que “ocorre dentro do partido”, quanto ter um potencial conflitivo, já que a implementação de processos mais competitivos (como, por exemplo, eleições primárias internas) ao mesmo tempo em que aumentam a participação, podem acirrar as disputas internas e comprometer a coesão favorecendo o faccionalismo interno (FREIDENBERG, 2006).

Neste trabalho, será utilizado o conceito de institucionalização, proposto por Panebianco (2005), considerando os partidos como unidades de análise e operacionalizado com base em duas variáveis – sistemicidade e autonomia – e seus respectivos indicadores empíricos. Nestes termos, os processos de institucionalização partidária petista e tucano apreendidos por meio da análise de suas organizações internas, podem oferecer pistas sobre como se desenvolvem os jogos de poder dentro dos partidos e os caminhos percorridos pelas siglas em busca da estabilidade organizativa².

² O que queremos dizer é que o exame da institucionalização partidária é imprescindível para compreender como se dão as *relações de trocas* entre os membros do partido, que afetam diretamente a divisão do poder organizativo e são fonte constante de tensões institucionais. A estruturação/divisão do poder organizativo envolve relações de trocas desiguais entre todos os atores que dela fazem parte. Panebianco explica assim essa relação de troca desequilibrada entre líderes e membros: “...o poder é relacional, assimétrico, mas *recíproco*. Manifesta-se numa ‘negociação desequilibrada’, numa relação de *troca desigual*, em que um agente ganha mais do que o outro. Sendo uma relação de troca, ou melhor, manifestando-se por meio dela, o poder nunca é absoluto, os seus limites estão implícitos na própria natureza de interação. Com efeito, o poder só pode ser efetivamente exercido satisfazendo, ao menos em parte, as exigências e as expectativas

Na sequência, com base em uma abordagem institucionalista, voltamo-nos para organização e estruturas decisórias intrapartidárias, a fim de dimensionar seus impactos na distribuição e exercício do poder dentro das legendas. Mais especificamente, começamos examinando a democracia intrapartidária a partir dos critérios estabelecidos por Von Dem Berge e Poguntke (2017), extrapolando-os para a análise qualitativa acerca das estruturas formais com o foco nos seguintes aspectos: os documentos estatutários e programáticos; a seleção de candidatos e das direções partidárias e a estrutura organizacional formal dos partidos.

Na primeira dimensão, buscamos analisar a concepção de democracia intrapartidária informada nos documentos oficiais e se e como os partidos implementaram tais princípios no plano interno. Também, serão observados os desdobramentos de tais estratégias na conformação das orientações ideológicas e organizativas dos partidos. Na segunda, abordamos o processo de seleção de candidatos e dirigentes a partir das regras formais exclusivamente. Focalizamos nos critérios relacionados à inclusão dos filiados, nos processos de seleção dos candidatos e das direções partidárias e nas possibilidades de acesso à lista de candidatos e à competição pelos postos de direção (LACERDA, 2002). Enquanto na terceira, concernente à estrutura formal dos partidos, focamos em aspectos da estrutura organizacional e no alcance das organizações partidárias – por meio da análise da complexidade do arcabouço organizacional, cobertura territorial, quantidade de diretórios/comissões provisórias etc. – utilizando como um indicativo da sua força organizacional (TAVITS, 2013). Assim, dependendo do tipo de organização partidária (diretórios/comissões provisórias) prevalecente ao longo do território nacional, sua estrutura decisória pode ser estabelecida de forma mais horizontal ou verticalizada.

Por fim, voltamo-nos para a análise dos métodos de seleção de candidatos procurando verificar em que medida processos mais inclusivos aumentam os níveis de democracia intrapartidária. Focando nos critérios informais utilizados pelos selecionadores (*selectorates*)³ para a formação das listas partidárias, partimos do pressuposto teórico de que a organização partidária influencia no processo de tomada de decisão interna (PANEBIANCO, 2005).

dos outros e, portanto, paradoxalmente, aceitando ser submetido ao seu poder. Em outras palavras, a relação de poder entre um líder e seus seguidores deve ser concebida como uma relação de troca desigual, na qual o líder ganha mais do que os seguidores, mas, apesar disso, deve dar algo em troca” (PANEBIANCO, 2005, p.45).

³ O *selectorate* é definido como o corpo que seleciona os candidatos, podendo ser constituído por uma ou muitas pessoas (RAHAT; HAZAN, 2001, p.301).

Mesmo sendo um estágio decisivo à formação das elites partidárias, ainda é um processo amplamente desconhecido do público, geralmente administrado nos bastidores partidários em “salas enfumaçadas”. No caso do Brasil, parece predominar a seleção de candidaturas realizada pelas elites por detrás de “portas fechadas”. Conforme a Constituição⁴ e a Lei nº 9.096/1995, os partidos políticos são entidades jurídicas de direito privado, tendo garantida sua autonomia organizativa⁵. Tal é assim, que a filiação partidária, para concorrer a cargos políticos, é uma exigência legal, o que confere aos partidos o monopólio no processo de seleção das candidaturas, proibindo o lançamento de candidaturas avulsas ou independentes, prevendo, apenas, a realização de convenções partidárias para a homologação e o registro das candidaturas⁶.

Neste trabalho, buscou-se analisar como foram selecionados os candidatos à Câmara dos Deputados, no PSDB e PT de São Paulo, para o pleito de 2018, atentando para suas implicações para a democracia intrapartidária (localização e distribuição da autoridade, acesso aos processos decisórios, aspectos organizacionais dos partidos etc.). De um modo geral, buscar-se-á compreender o que acontece no interior dos partidos antes do pleito, isto é, saber como as práticas são emuladas entre os membros dos partidos. De forma mais específica, nos interessa identificar *quem* escolhe os candidatos, *como* eles são selecionados e quais procedimentos e requisitos são levados em conta no momento de selecionar os candidatos ao legislativo federal.

Além dos requisitos formais, com foco na participação das lideranças de outros agentes políticos e nos métodos e estratégias empregados na definição da lista partidária, o que está em causa aqui é saber como é, de fato, conduzido o processo de nomeação de candidatos no interior dos partidos recolocando questões sobre o nível de inclusão dos selecionadores (a fim de verificar se métodos de seleção de candidatos mais inclusivos e abertos aumentam os níveis de democracia intrapartidária)⁷. Nesse sentido, procuramos apreender tanto a “história oficial” - contida nos estatutos partidários - como a “história real” - que se concentra nos eventos reais da política intrapartidária.

⁴ Art. 14, § 3º e 4º e Art. 17 da Constituição Federal de 1988.

⁵ “Art. 3º É assegurada, ao partido político, autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento” (Lei nº 9.096/1995).

⁶ Segundo Nicolau (2006, p.695), “as convenções oficiais têm caráter meramente homologatório, já que os candidatos são escolhidos antes que elas aconteçam”.

⁷ Conforme Rahat (2013), há dois elementos associados ao significado da democracia interna na seleção de candidatos: participação (adoção de *selectorates* mais inclusivos) a representação (adoção de mecanismos para aprimorar a representação, como cotas).

Com base na análise desses processos, o objetivo central desta tese é verificar de que forma e em que medida, PT e PSDB têm implementado a democracia no plano intrapartidário. A partir disso, aventamos como objetivos específicos:

- a) aferir os níveis de institucionalização partidária petista e tucano com base no desenvolvimento organizacional dos partidos;
- b) identificar mecanismos de distribuição de poder existentes na estrutura organizacional formal dos partidos, como meio de incentivar a participação das bases nos processos decisórios; e
- c) analisar os processos de seleção de candidatos para o cargo de deputado federal às eleições de 2018 de São Paulo.

Em consonância com esses objetivos, partimos da premissa de que o exercício da democracia no plano intrapartidário está diretamente relacionado a aspectos da institucionalização e dos níveis de participação nos processos decisórios – em especial, na seleção de candidaturas - dos partidos. Inspirados em trabalhos que enfatizam como os partidos são constrangidos por suas escolhas iniciais (DUVERGER, 1970; PANEBIANCO, 2005), nossa hipótese geral é a de que a origem, trajetória e organização interna dos partidos influenciam nos níveis de democracia interna. Da hipótese geral, seguem-se as hipóteses específicas que pretendemos testar empiricamente:

A H1 sustenta que o PT apresenta os maiores níveis de democracia interna devido a sua origem e trajetória de criação de vínculos orgânicos com movimentos e organizações sociais. A lógica que embasa essa hipótese segue uma tendência apontada por Duverger (1970), segundo o qual, os partidos de massas e de tradição social-democrata teriam custos mais baixos para adotar práticas democráticas.

A H2 sustenta que o PSDB, devido ao seu modelo originário e estrutura estratárquica, seria mais relutante em adotar processos decisórios mais inclusivos, centralizando as decisões na face pública. A lógica por trás dessa hipótese está na suposição de que o modelo originário (interno ao parlamento) e o tipo de institucionalização do PSDB redundaram em uma estrutura organizacional centralizada, com poucas instâncias de veto, concedendo maior autonomia decisória às lideranças (bem como aos Diretórios Estaduais e Municipais) (ROMA, 2002), de modo que o balanço de poder interno pende a favor da face pública, que criou e controlou o desenvolvimento da organização.

Essas duas primeiras hipóteses tratam da estrutura organizacional e de como diferentes formatos de institucionalização e organização partidárias afetam a participação

e a distribuição de poder interno. Mais especificamente, dentro dos processos decisórios e levando em consideração a suposição de que processos mais inclusivos e descentralizados tendem a aumentar a democracia intrapartidária, apresentamos como hipóteses:

H3) O PT, com a implantação do Processo de Eleição Interna (PED) em 2001, passou a contar com uma participação mais inclusiva e aberta na votação dos delegados que escolhem os candidatos do partido, adquirindo características plebiscitárias de democracia interna. O raciocínio subjacente a essa hipótese segue a tese da cartelização de Katz e Mair (1995), na qual a ampliação da participação tende a diluir o poder dos órgãos intermediários do partido, descambando para uma relação direta entre as lideranças e a base pulverizada. No caso do PT, os trabalhos de Amaral (2013) e Ribeiro (2010) indicam uma correlação inversa entre a inclusão e a intensidade da participação nas atividades partidárias.

H4) O PSDB manteve, em certa medida, a herança institucional da LOPP de 1971 (estabelecida durante o regime militar), com uma tendência para a dispersão do poder decorrente do sistema federativo e, ao mesmo tempo, estruturando-se de maneira hierárquica e piramidal. Com a autonomia organizativa concedida pela legislação de 1995, o partido realizou reformas que reforçaram a autonomia das instâncias regionais (diretórios e executivas estaduais), convergindo para uma dinâmica organizacional estratárquica (RIBEIRO, 2013; ROMA, 2002). Esse contexto garantiu um maior controle dos líderes peessedebistas – que, muitas vezes, acumulam cargos de congressistas e na estrutura partidária - sobre a seleção de dirigentes e candidatos, aproximando o partido do modelo assembleísta de democracia interna⁸.

Essas hipóteses procuram avaliar quem são os responsáveis por tomar as decisões dentro dos partidos, como os processos decisórios refletem a correlação de força entre diferentes indivíduos/facções/correntes/instâncias intrapartidárias e se tais processos se movem em direção a uma maior democracia interna ou, ao contrário, são usados como uma estratégia de consolidação do controle da coalizão dominante, no sentido de uma maior oligarquização.

⁸ Poguntke *et al.* (2016, p.11) oferecem uma distinção teórica entre as variantes assembleísta e plebiscitária de democracia intrapartidária. No modelo assembleísta, a tomada de decisões é realizada através de reuniões - entre os delegados dos partidos - em que os participantes debatem proposições e tomam decisões. Já, o plebiscitário separa as etapas do debate e da tomada de decisões e, já que não fornece meios para deliberar, coloca a tomada de decisões nas mãos da massa de membros via votação. Os partidos tendem a combinar ambos os modelos em suas estruturas decisórias internas, podendo ora um ora outro se sobrepor.

Considerando os objetivos da tese, a distribuição de poder dentro da organização é uma chave para a compreensão da democracia intrapartidária e, por conseguinte, para explicar a participação das elites e militantes do partido. Seguindo Panebianco (2005), sabemos que o grupo dirigente de um partido é a sua coalizão dominante⁹ que controla a distribuição dos “recursos de poder organizativo”, ou seja, as “zonas de incerteza”. Nessa perspectiva, o êxito da coalizão dominante depende da capacidade de prover incentivos coletivos e seletivos para os seus membros. Os incentivos coletivos são aqueles relacionados à formação da identidade organizativa (pertencimento e ideologia) enquanto os incentivos seletivos correspondem a benefícios materiais e de status (cargos e recompensas materiais) (PANEBIANCO, 2005, p.48)¹⁰.

As organizações partidárias se valem da distribuição desses recursos a fim de preservar a estabilidade organizativa. Assim, o controle de recursos de poder garante o controle sobre as “zonas de incerteza” partidárias. Panebianco (2005), seguindo a orientação de Crozier e Friedberg, especifica seis zonas de incerteza de uma organização partidária¹¹. Para fins de análise, são-nos, particularmente relevantes, os processos de recrutamento partidário uma vez que configuram uma das zonas de incerteza mais importantes para gerar lealdades organizativas estáveis. O controle dessa zona de incerteza assegura a coalizão dominante manter a estabilidade de uma “linha de autoridade intrapartidária” (BRAGA, 2008; BRAGA *et al.*, 2009) já que ser incluído na lista de candidatos é um dos principais tipos de incentivos seletivos oferecido pelos partidos para seus membros.

Com vistas a articular a abordagem organizacional dos partidos com a democracia intrapartidária, os trabalhos de Panebianco (2005), Katz e Mair (1995) e Hazan e Rahat (2001; 2010) compõem o principal referencial teórico para abordarmos como se dão a/as distribuição/prerrogativas de poder organizativo entre os diferentes atores e instâncias dentro dos partidos.

⁹ “[...] a coalizão dominante de um partido é composta por aqueles agentes formalmente internos e/ou externos à organização, que controlam as zonas de incerteza mais vitais. O controle sobre esses recursos, por sua vez, faz da coalizão dominante o principal centro de distribuição dos incentivos organizativos no interior do partido.” (PANEBIANCO, 2005, p.74).

¹⁰ Incentivos coletivos são benefícios ou promessas de benefícios distribuídos igualmente a todos os participantes da organização, enquanto os incentivos seletivos são os benefícios distribuídos apenas para alguns participantes e de modo desigual (PANEBIANCO, 2005, p. 17-18).

¹¹ A saber: “competência, a gestão das relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento da organização e o recrutamento” (PANEBIANCO, 2005, p.66).

Materiais e Métodos

Como já ressaltado anteriormente, esta pesquisa tem como objetivo examinar a democracia intrapartidária operacionalizada com base em três processos distintos: a institucionalização partidária, as estruturas formais das organizações e a seleção de candidatos. Para dar conta desse propósito, lançamos mão de uma abordagem que combina dados quantitativos, coletados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com análise qualitativa, realizada através de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, utilizando, como método, o estudo de caso.

Através da pesquisa quantitativa, buscamos detectar características da infraestrutura partidária, tais como quantitativo de filiados, prestação de contas, capilaridade territorial, tipo de estrutura organizacional municipal etc, que também servem como um indicador da força organizacional (TAVITS, 2013; BOLOGNESI *et al.*, 2016). A coleta dos dados foi realizada junto ao portal eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE) e site dos partidos.

Mas o foco principal do estudo reside na pesquisa qualitativa, cujo objetivo é analisar as dinâmicas de poder intrapartidário e de seleção de candidatos. Assim, entendemos que a maneira mais adequada de levar a cabo nosso empreendimento é por meio de um estudo de caso¹². Segundo Gerring (2007), o estudo de caso “may be understood as the intensive study of a single case for the purpose of understanding a larger class of cases (a population)” (GERRING, 2007, p.95). A opção por esta estratégia de pesquisa deveu-se pela necessidade de realizar uma análise mais aprofundada sobre o funcionamento interno dos partidos políticos nas questões relativas à democratização da vida partidária interna e, em especial, à seleção de candidatos. Nesse sentido, o escopo da análise recai sobre a investigação dos mecanismos envolvidos na ocorrência do fenômeno (ELSTER, 1994; GERRING, 2007).

A coleta de dados foi realizada através de fontes documentais – estatutos, programas, leis eleitorais etc. –, matérias jornalísticas e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa documental múltipla possibilita a construção de um conhecimento mais de corte monográfico, tendo em vista o objeto de pesquisa: a democracia interna nos partidos políticos. A consistência heurística do método fora enfatizada por Ribeiro (2010, p.32), segundo o qual:

¹² Rezende (2011) considera os estudos de caso como uma metodologia apropriada para produzir explicações causais, devido à densidade interpretativa que oferece da realidade estudada.

(...) esse método tem se mostrado o mais seguro para a realização de estudos partidários de fôlego. Como afirma Maria Victoria Benevides (1981, pp. 18-19 citada em RIBEIRO, 2010, p.32), somente cruzando múltiplas fontes (...) o pesquisador consegue construir um quadro que resgata ‘(...) o papel dos atores políticos, o enredo, vitórias e frustrações, as motivações, os interesses – reais ou supostos (...) situados em cena própria, mas não isolada ou estanque(...)’.

Neste trabalho, analisar-se-ão os documentos oficiais, como a Constituição, os estatutos partidários, as legislações eleitorais e partidárias para saber como é normatizado o processo seletivo nesses documentos; bem como os sites dos partidos, TSE, matérias em jornais, revistas e estudos históricos acerca dos partidos.

Já, a análise da seleção de candidatos foi realizada com base nas eleições de 2018 para o cargo de deputado federal de São Paulo. Optamos pelo Estado de São Paulo, como unidade de análise, por diversas razões já elencadas – é o maior colégio eleitoral do país, possui a maior bancada na Câmara dos Deputados (elege 70 representantes para a Câmara Federal), é o berço dos principais grupos políticos que fundaram ambos os partidos etc.

Quanto à coleta de material empírico, foi realizada por meio de entrevistas com atores políticos estratégicos (dirigentes e candidatos a deputado federal) das legendas em âmbito estadual e dados biográficos disponibilizados no site do TSE pelos próprios candidatos. Como já fora propugnado por Gallagher, em seu clássico estudo sobre o tema, “the ideal research method would probably be to conduct in-depth interviews with all those involved in the selection process: central party officers, deputies, selected candidates, unsuccessful aspirants, local party elites, ordinary branch members and so on” (GALLAGHER, 1988, p.6). Entretanto, é preciso reconhecer que, dadas as limitações de recursos – por questões de tempo e recurso humano -, realizar entrevistas com todos os envolvidos é uma tarefa que escapa de nossas possibilidades, por essa razão, entrevistamos somente os diretamente envolvidos, aqueles com maior influência decisória sobre o processo de nomeação – candidatos e lideranças partidárias¹³.

Dessa maneira, abordamos a seleção de candidatos a partir de duas perspectivas de análise: a primeira, como um processo, voltada ao nível de inclusividade da

¹³ As entrevistas permitem investigar aspectos centrais do processo, associados à adoção de estratégias, sobre onde residem e quem são os responsáveis pela tomada de decisão no interior do partido, traçar as trajetórias pessoais e o *background* social dos pretendentes, bem como verificar a extensão da participação das bases no processo. A partir de Gallagher e Marsh (1988), Álvares (2010) argumenta que por meio de entrevistas é possível compreender “os valores dos selecionadores e os critérios de escolha usados por estes, o que procuram e por que procuram nos competidores, supondo-se seja produzir a reação dos eleitores para criar maior atrativo eleitoral” (ÁLVARES, 2010, p. 11). Ao mesmo tempo, as entrevistas são fontes particularmente úteis de informações acerca dos procedimentos informais utilizados pelos partidos para a definição dos candidatos.

participação/formação dos quadros decisórios; a segunda é voltada para o resultado, ou seja, foca na composição final da lista de candidatos. Do ponto de vista do processo, nossa abordagem investiga como o processo de seleção é conduzido dentro dos partidos, tomando a distribuição de recursos organizacionais como um indicativo da distribuição de poder interno dos partidos. A questão é saber quem pode participar do processo, quem são os selecionadores, quais características eles priorizam e quem eles selecionam. Com destaque para a inclusão nos procedimentos de tomada de decisão internos, tratamos de vários aspectos organizacionais referentes ao papel e à composição do *selectorate*, aos critérios (formais e informais) mobilizados no processo, à distribuição interna de recursos, financiamento dos candidatos, inclusão da *party membership*, competição interna etc.

Com relação à abordagem orientada para os resultados, o mote é descritivo no sentido de que procura identificar o *background* social dos candidatos selecionados, como forma de analisar a representatividade da composição final das listas partidárias. Voltamo-nos para as qualificações levadas em conta pelos seletores para saber quais as características dos postulantes os partidos privilegiam e oferecem maiores oportunidades de acesso às listas, o que também pode servir como um indicador para visualizarmos a inclusão de grupos marginalizados. Saber se as listas são balanceadas em termos de acesso aos recursos para mulheres, jovens, grupos étnicos etc., possibilita verificar o quão descritivamente representativas elas podem ser. Tomando como objeto de estudo o caso do Estado de São Paulo, objetivamos saber como se dá a inclusão e a centralização das decisões sobre a seleção dos candidatos no PSDB e PT.

Por fim, a etapa exploratória visa a relacionar os dados coletados com os modelos teóricos de seleção de candidatos encontrados na literatura. A esse propósito, tomamos a seleção de candidatos como variável explicativa da democracia intrapartidária e privilegiamos uma análise descritiva do processo, através de indicadores consagrados pela literatura: inclusividade das candidaturas; dos selecionadores; descentralização do processo; procedimentos de seleção dos candidatos; financiamento dos candidatos e organização partidária. As variáveis organizacionais são consideradas um fator interveniente no processo de seleção dos candidatos, o que nos dá condições para pensar como a formação e a trajetória organizativa regional dos partidos impactam a distribuição interna dos recursos entre os níveis regional e nacional e como isso interfere no controle sobre a seleção dos candidatos nos partidos analisados. Além disso, a análise da seleção de candidatos tangencia uma série de questões específicas como a renovação dos quadros político-partidários, a representação de minorias, o funcionamento da democracia

intrapartidária etc. Sendo, por tais questões, também possível identificar um *trade-off* intrapartidário - entre participação, competição, representação e responsividade, - que têm importantes consequências para a democracia intrapartidária.

Os casos de estudo

As análises relativas à dinâmica organizacional dos partidos políticos - até então uma área de estudos sub-representada na Ciência Política brasileira -, vêm despertando um crescente interesse de pesquisadores. Dentre estas, o destaque vai para os estudos de caso realizados sobre o PT (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2010; PINHO, 2017); o PSDB (ROMA, 1999; ASSUMPÇÃO, 2008; VIEIRA, 2012); o PMDB (BIZZARRO NETO, 2013; MELO, 2013) e o PFL/DEM (TAROUCO, 1999, 2002). Também cabe mencionar análises comparadas entre as organizações partidárias, tais como entre o PT e PSDB (ROMA, 2006; MAYER, 2011; SILVA, 2017) e o PFL e PMDB (FERREIRA, 2002); bem como trabalhos que exploram questões específicas como a centralização organizativa (RIBEIRO, 2013); a seleção de candidatos (GUARNERI, 2004 BRAGA, 2008; BOLOGNESI, 2013) e a institucionalização partidária (BOLOGNESI, 2012; RODRIGUES, 2015).

Esta tese procura se somar a essa agenda de pesquisa, mas o faz por meio de uma análise comparada da democracia intrapartidária em dois dos principais partidos brasileiros: PT e PSDB. De 1989, ano da primeira eleição presidencial direta desde 1960, até a última eleição presidencial disputada em 2018, PT e PSDB foram os únicos partidos a apresentar candidatos próprios em todas as eleições presidenciais e, a partir de 1994, passaram a estruturar, como principais protagonistas, a disputa ao governo federal, padrão que só viria a ser interrompido na eleição de 2018, quando o bolsonarismo pôs fim à polarização entre petistas e tucanos que se estendeu por duas décadas.

No Estado de São Paulo, ambos os partidos possuem grande força política e, a partir dos anos 2000 (até 2014), passaram a ser os dois polos de referência da disputa para o executivo, reproduzindo o padrão de competição bipartidário nacional (LIMONGI; CORTEZ, 2010; MENEGUELLO; BIZZARRO, 2012)¹⁴. O PSDB em São

¹⁴ Martins (2016), citando os trabalhos de Nicolau (2004) e Ranulfo (2010), explica que PT e PSDB são partidos com “vocação presidencial” pois: “foram os únicos partidos que estiveram presentes, apresentando candidatos   presidência, em todos os pleitos desde a primeira elei o direta para o executivo federal, desde a redemocratiza o. De acordo com Nicolau (2004) e Ranulfo (2010), eles podem ser considerados partidos de ‘voca o presidencial’ por terem se mostrado capazes de ‘(1) formular um projeto de política nacional,

Paulo vem obtendo seus melhores resultados eleitorais e, desde 1994, é o único partido a governar o Estado, emplacando sete mandatos consecutivos (1994-2018). Já o PT governou a capital paulista por três mandatos além de inúmeras prefeituras no interior do Estado. Também é em São Paulo que ambos os partidos vêm conformando substancialmente bancadas parlamentares no Senado, na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa e Câmaras municipais.

Assim, a escolha pelo Estado de São Paulo - atualmente maior colégio eleitoral do país¹⁵ - deve-se a sua importância na formação desses partidos, pois foi o berço de suas principais bases fundadoras (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; ROMA, 2002), de onde surgiram importantes lideranças nacionais que ocuparam os principais postos da direção partidária e contam com significativas bases eleitorais e organizativas no Estado (BRAGA, 2008). Também é o Estado com o qual esses partidos contam com a maior proporção de filiados – PT com 382000, e PSDB com, 310000 membros aproximadamente¹⁶ - e apresentam uma extensa capilaridade que cobre praticamente todos os municípios, estruturada massivamente por meio de diretórios, que são estruturas com maior autonomia jurídica *vis-à-vis* às comissões provisórias.

Comparando o desenvolvimento organizacional do PT e PSDB, Roma (2006) mostra como as suas origens e ideologias distintas ajudaram a formatar seus projetos institucionais. No caso do PSDB, sua origem parlamentar propiciou a criação de uma organização mais descentralizada, pouco permeável à interferência dos filiados e da burocracia partidária, favorecendo a autonomia dos líderes na tomada de decisões, enquanto o PT nasce no âmbito da sociedade civil, desenvolvendo uma estrutura decisória mais inclusiva com ampla participação das bases nas decisões internas do partido, ostentando uma maior consistência programática (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991). Avaliando o perfil sócio-ocupacional da composição dos cargos, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do PSDB (1995-2002), e de Lula, do PT (2003-2010), D'Araujo (2011) mostra uma maior presença de filiados e setores advindos dos movimentos sociais e do funcionalismo público na ocupação de cargos, nos governos

(2) apresentar candidatos competitivos às eleições presidenciais e (3) unificar-se em torno de (1) e (2)' (Ranulfo, 2010). [...] Segundo Roma (2006), 'el PT y el PSDB son los dos principales partidos en la actual democracia brasileña. En los últimos años, esos partidos han liderado los bloques de gobierno y de oposición en las elecciones presidenciales y legislativas'" (MARTINS, 2016, p.40-41).

¹⁵ Com aproximadamente 33 milhões de eleitores, segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o ano de 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/evolucao-do-eleitorado>. Acesso em: novembro de 2018.

¹⁶ Dados do TSE para o ano de 2018.

petistas, em comparação aos governos tucanos, que apresentaram um caráter mais parlamentar. Assim, enquanto o PT apresenta maior inserção junto aos setores sociais, o PSDB primou pela eficiência na gestão pública.

Com efeito, a polarização PT-PSDB, estabelecida nas eleições presidenciais, passou a ser reproduzida nos estados (MELO; 2010) e, em especial, nas disputas para o governo do Estado de São Paulo (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012; SANDES FREITAS, 2015).

Haja vista a relevância desses partidos no cenário político nacional e estadual paulista, nada mais justo nos determos ao estudo sistemático destas duas agremiações. Mesmo com origens e ideologias bastante distintas - enquanto o PT surge como um partido de massa preocupado em constituir vínculos com a sociedade civil, o PSDB surge como um partido de quadros parlamentares em busca de espaços de poder - ambos os partidos têm objetivos e trajetórias institucionais relativamente comuns: ambos desenvolveram uma consistente “vocação presidencial”, capazes de apresentar candidatos competitivos às eleições presidenciais (MELO, 2010; NICOLAU, 2004) e ocuparam, durante um bom tempo, o executivo federal e a oposição. Contudo, se por um lado, é do conhecimento geral o que sucede durante as disputas eleitorais (a “política visível”), por outro, não é nada evidente o que se passa dentro das organizações partidárias, a parte “invisível” da política tal como aponta Sartori (1982).

No caso dos partidos brasileiros, a análise da dimensão organizativa ganha importância ainda maior a partir da promulgação da LPP de 1995, que conferiu às agremiações o direito de autorregulação de suas atividades internas. Nesse contexto, PT e PSDB empreenderam uma série de reformas com vistas a organizar suas estruturas decisórias de forma mais ou menos centralizadas. Nesse sentido, o PT apresentou uma grande inovação institucional com a implantação do PED, em 2001, em que os filiados passaram a ter o direito de participar da eleição das direções partidárias, enquanto o PSDB foi no sentido inverso, com a criação de Conselhos Políticos, ensejou uma “sensível concentração decisória [...] na medida em que concedeu extensos poderes a órgãos totalmente (ou quase) compostos por membros não eleitos pelo corpo partidário” (RIBEIRO, 2013, p.246).

Nesta tese, examinamos a influência das condicionantes organizacionais na democracia intrapartidária. Mais precisamente, trata-se de um estudo de caso do processo de institucionalização, das estruturas organizativas formais e do processo de seleção de candidatos petista e tucano, tomando-os como variáveis independentes da democracia

intrapartidária. Dessa forma, o fio condutor dessa pesquisa é compreender *se e como* os partidos encarnam, ao longo de sua trajetória, princípios democráticos em suas estruturas e funcionamento interno. Segundo a definição de Freidenberg:

La ‘democracia interna’ en un partido supone la adopción de los principios de este sistema político en el interior de la organización. Desde una perspectiva pluralista eso significa la inclusión del criterio de competencia, adopción de valores democráticos tales como la libertad de expresión y la libertad de elección para sus miembros y, por tanto, utilizar mecanismos competitivos en el proceso de toma de decisiones, la participación del afiliado en la formación de la voluntad partidista y la existencia de canales que permitan el ejercicio efectivo del control político” (FREIDENBERG, 2006, p.3).

Acompanhando a definição da politóloga, entendemos a democratização interna dos partidos como um conjunto de mecanismos – que englobam dispositivos normativos, regras de recrutamento e seleção de dirigentes e candidatos, influência das bases sobre questões programáticas partidárias e/ou da plataforma política, descentralização dos órgãos subnacionais etc - que visam garantir um maior envolvimento das bases partidárias nos processos decisórios das agremiações políticas.

Tendo em vista a importância que PT e PSDB têm sobre a vida política nacional, a adoção de mecanismos de democracia interna por parte dessas organizações torna-se relevante para lograr maior participação e representatividade dos seus membros e, conseqüentemente, para a própria qualidade da democracia como um todo.

Organização dos capítulos

A tese está organizada em cinco capítulos além desta introdução.

O primeiro capítulo busca relacionar a *organização partidária* com a *seleção de candidatos* e *democracia intrapartidária*. Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura sobre os diferentes modelos de organização partidária (partidos de quadros e de massas, profissional-eleitoral, *catch-all* e cartel) revisitando os estudos clássicos da teoria organizacional dos partidos e desenvolvendo o modelo teórico de partido empregado neste trabalho. Também discute a literatura sobre a democracia intrapartidária, a seleção de candidatos e sumariza o quadro teórico sobre os principais indicadores utilizados para o estudo da seleção dos candidatos.

O segundo inicia apresentando a conjuntura da formação do atual sistema partidário brasileiro, passando para a contextualização da competição partidária a nível nacional e no estado de São Paulo, situando ambos os partidos dentro dos respectivos sistemas partidários. Na sequência, investigamos as características originárias e as trajetórias organizacionais dos partidos nos cenários políticos nacional e paulista, focando sobre as estratégias/conflitos/acomodações intra-elites e as lógicas de formação do poder organizativo do PT e do PSDB.

No terceiro, dedicamo-nos à análise empírica dos processos de institucionalização partidária do PT e PSDB. O formato da institucionalização organizacional dos partidos é fundamental para discutir as estratégias empregadas pelas elites partidárias e seria determinado pelo contexto em que eles se desenvolvem. Para medir os níveis de institucionalização partidária, adaptamos as variáveis consagradas através das dimensões elaboradas por Panebianco (2005) – sistemicidade e autonomia -, com base nos indicadores propostos para a aferição oferecidos por Bolognesi (2012) e Pinho (2017).

No quarto capítulo, analisamos a democracia interna preconizada pelas organizações formais dos partidos, atentando para os níveis de inclusão e de centralização na tomada de decisão intrapartidária. O primeiro tópico deste capítulo é dedicado à análise dos programas e documentos partidários, bem como dos dilemas ideológicos enfrentados pelos seus fundadores. No subsequente, são analisados os requisitos formais que regulamentam a seleção de dirigentes e candidatos, previstos nos estatutos de cada legenda. No último tópico, abordamos a estrutura formal interna dos partidos e a distribuição dos órgãos partidários municipais pelo território nacional e estadual e como isto pode impactar na distribuição de poder interno.

O quinto capítulo gira em torno das práticas informais que perpassam o processo de elaboração das listas partidárias, com base na experiência da seleção dos deputados federais do PT e PSDB que disputaram as eleições por São Paulo em 2018. Inicialmente, o foco recai sobre as percepções dos responsáveis pela triagem dos potenciais candidatos – coletadas através das entrevistas realizadas com dirigentes e candidatos a deputado federal que participaram desse pleito -, abordando questões relativas às demandas dos selecionadores e aos aspectos levados em conta por esses para inserção dos nomes nas listas partidárias. Em seguida, voltamo-nos para o resultado daquele processo, em que, por meio de um levantamento de dados disponibilizados pelo site do TSE, traçamos o perfil dos candidatos selecionados por cada partido que concorreram ao pleito 2018 no estado de São Paulo. Por último, investigamos como se deu a distribuição de recursos financeiros

para as campanhas eleitorais. A análise da transferência de recursos para os candidatos tem por objetivo examinar estratégias das legendas na hora de dividir o montante, se existe diferenciação/priorização entre os candidatos na destinação dos recursos e seus efeitos sobre a competitividade deles, bem como medir o grau de centralização das decisões concernentes aos repasses de recursos de campanha para os candidatos. Por fim, serão feitas as considerações finais, destacando os principais achados derivados desta tese.

Capítulo 1 - Partidos Políticos, Democracia Intrapartidária e Seleção de Candidatos

1.1. Partidos Políticos: uma revisão da literatura

“Partidos políticos criaram a democracia moderna e a democracia moderna é impensável exceto em termos dos partidos” (SCHATTSCHEIDER, 1942, p. 1). Partidos estruturam a competição eleitoral (MAINWARING; SCULLY, 1995), fazem a ligação entre cidadãos e governantes (KEY, 1964; SARTORI, 1982), eles realizam a seleção dos candidatos e o recrutamento de parlamentares, (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995), reduzem os custos de transação nas arenas eleitoral, parlamentar e governamental e resolvem problemas da ação coletiva (ALDRICH, 1995; MÜLLER, 2000). Em suma, a representação política, nas modernas democracias de massas, só pode se efetivar com base nos partidos políticos.

Em um dos mais célebres estudos sobre os partidos políticos, publicado no início do século XX, Robert Michels formulou uma das poucas leis no âmbito da Ciência Política: a “lei férrea da oligarquia”. A tese michelsiana argumenta que “a existência de chefes é um fenômeno inerente a todas as formas de vida social” (MICHELS, 1982, p.237). Isto seria especialmente verídico devido à crescente complexificação das sociedades modernas e ao advento das democracias de massas, em que há necessidade de um aparato organizacional – leia-se partidos políticos - para viabilizar a tomada de decisões coletivas. Assim, advoga que “a constituição de oligárquicas no seio das múltiplas formas de democracia é um fenômeno orgânico e, por consequência, uma tendência à qual sucumbe fatalmente toda organização, seja socialista ou mesmo anarquista” (MICHELS, 1982, p.238). No caso dos partidos, o sucesso dessas organizações dependeria da eficiência dos meios, que são alcançados através do trabalho especializado/burocratizado, edificado sobre bases hierárquicas, separando os líderes das massas “porque a massa é em si amorfa e precisa de divisão do trabalho, de especialização e de direção” (MICHELS, 1982, p.240).

A constatação de Michels foi feita com base no estudo do Partido Social-Democrata Alemão, o qual, em princípio, deveria propiciar oportunidades de participação democrática nas decisões intraorganizativas. Justamente por não encontrar tais espaços de participação, é categórico ao asseverar sua “lei sociológica”. Nas palavras de Michels:

O acúmulo do poder nas mãos de algumas pessoas relativamente pouco numerosas, tal como se existe no movimento operário, conduz fatalmente a numerosos abusos. O 'representante', orgulhoso de se saber indispensável, transforma-se facilmente de servidor em senhor do povo. Os chefes, que começam sendo os obrigados de seus subordinados acabam, com o tempo, tornando-se seus senhores (MICHELS, 1982, p.93-94).

Seu ceticismo, quanto às chances de exequibilidade de uma representação genuinamente democrática, procede de dois fatores: O primeiro, de ordem psicológica, diante da irracionalidade das massas, as lideranças se tornariam indispensáveis. O segundo, de ordem técnica, a busca por maior eficiência na disputa eleitoral requer trabalho especializado/burocratizado que, necessariamente, conduziria à hierarquização do partido. Ambos os fatores concorreriam para o processo inelutável de oligarquização no interior dos partidos. Lembremo-nos da sempre citada passagem de Michels: “[...] a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que os delegam. Quem diz organização, diz oligarquia” (MICHELS, 1982, p. 238).

Nesse sentido, Michels aponta um paradoxo inevitável da democracia, pois ao mesmo tempo em que os partidos são organizações essenciais para canalizar as demandas dos cidadãos, se afastam dos ideais democráticos em seus processos internos, funcionando como oligarquias - especialmente em uma área bastante sensível: a seleção de políticos.

Quarenta anos após a publicação de Michels, Duverger ([1951] 1970) retoma a abordagem organizacional dando grande ênfase à origem e às características organizacionais dos partidos. Como ponto de partida, distingue as organizações partidárias em termos da relação/engajamento entre membros e líderes, fornecendo diferentes respostas sobre a dimensão da democracia interna. Com base nessa percepção, elaborou dois tipos ideais partidários que nortearam a maioria dos estudos subsequentes sobre as atividades partidárias. Segundo os modelos apresentados por Duverger, temos os *partidos de quadros* e o *partido de massa*.

Os partidos de quadros correspondem aos partidos da Europa Ocidental, do século XIX, formados por agremiações de notáveis, e que, no século XX, se afiguram sob a insígnia de partidos conservadores e liberais. São organizações de origem intraparlamentar, cuja baixa intensidade interna propicia autonomia às ações das lideranças. Já, os partidos de massas emergem no final do século XIX, início do século XX, com a incorporação das massas à cena política pela ampliação do sufrágio eleitoral.

Em oposição aos partidos de quadros, os partidos de massa são de origem extraparlamentar e contam com alto grau de organização interna, forte articulação entre os órgãos do partido e ampla capacidade de mobilização social a partir de sua estrutura organizacional. Com isso, enquanto nos partidos de quadros prevaleceriam processos informais de seleção dos candidatos, realizada por negociações intra-elites ou por autosseleção, nos partidos de massas, o envolvimento direto das bases no processo acarretaria a submissão dos parlamentares ao partido. Duverger acreditava que o partido de massas seria o mais adaptável às exigências das democracias modernas, constringendo os partidos de quadros a seguirem algumas de suas características, num processo definido como contágio pela esquerda.

Mas o formato da organização não é apenas condicionado pela sua origem, fatores contextuais, políticos, sociais e culturais também entram na conta. Assim, da adaptação/declínio dos velhos partidos de massa, surgem os partidos do tipo *catch all* e cartel. De particular relevância nesses modelos, é a tentativa de enfraquecer a militância verdadeiramente engajada – que são os indivíduos mais comprometidos ideologicamente – fortalecendo o papel dos simpatizantes e outros membros associados. Assim, ambos os modelos oferecem uma imagem negativa sobre a possibilidade da democracia intrapartidária.

Originalmente, o modelo *catch all* foi cunhado por Otto Kirchheimer (1966), em meados da década de 1960, para explicar a flexibilização ideológica e organizativa dos partidos que os permitiram se divorciar dos propósitos de um setor específico e apelar à sociedade em seu conjunto, objetivando expandir seu apoio eleitoral para ascender aos postos de poder. Como parte do esbatimento dos laços representativos, alterou-se o equilíbrio de poder entre líderes e militantes (que perderam em importância), já que aqueles passam a mobilizar suas bases apenas nos períodos eleitorais. O partido *catch all* foi o subproduto de uma sociedade em que despontava uma multiplicidade de questões, cada vez mais pluralista, com um eleitorado mais atomizado, difuso e interpelado por intermédio de novos meios de comunicação - cadeias de rádio e televisão.

Já, nos anos 1990, analisando o desenvolvimento dos partidos em termos de suas dinâmicas internas, Katz e Mair (1993, 1994, 1995, 2002) formularam o modelo de partido cartel como sendo o estágio subsequente no processo evolutivo dos partidos de quadros, massas e *catch all*. Segundo os autores, o esvaziamento da participação das bases nas atividades partidárias e os crescentes custos de campanha levaram os partidos a estreitarem suas relações com o Estado, distanciando-os ainda mais da sociedade. Isso fez

com que os partidos aderissem a uma nova fonte de subsistência, em que passam a predominar suas relações com o Estado ao invés da articulação com a sociedade civil. A proximidade com o Estado faz dos partidos partícipes dos governos, que encontram, nos recursos estatais, sua principal fonte de financiamento e obtenção de custeio à sua máquina.

Nesse contexto, Peter Mair (1994) propõe estudar os partidos como organizações integradas por três diferentes faces, que interagem umas com as outras: 1) *party in public office*, corresponde à organização partidária no governo ou no parlamento; 2) *party on the ground*, refere-se à organização de base dos partidos; 3) *party in central office*, diz respeito à administração central do partido, composta pelos dirigentes, órgãos internos e burocracia partidária. Em consonância com o que fora mencionado acima, Mair sugere que somente a representatividade da base (ou *party on the ground*) encontra-se em declínio, já que os recursos disponíveis ao *party in central office* e, principalmente ao *party in public office*, dão sinais de crescente institucionalização. Assim, estar no governo tornou-se um importante meio de sustentação dos partidos.

Seguindo as análises propostas por Katz e Mair, pretendemos entender como as relações entre as faces partidárias moldam as tensões democráticas que governam a tomada de decisão no interior dos partidos.

Não raro, os partidos brasileiros (com exceção de alguns de esquerda) são caracterizados pela literatura como exemplos de partidos *catch all* e cartel. Segundo Mainwaring (2001), os incentivos gerados pelas instituições (principalmente o sistema eleitoral proporcional de lista aberta e os efeitos centrífugos do federalismo) são responsáveis pela debilidade dos partidos brasileiros, com organizações análogas às do modelo *catch all*. Esta falta de controle também ocorreria no processo de seleção das candidaturas, uma vez que os candidatos considerados “bons de voto” teriam lugar cativo na lista eleitoral, independente de ideologia ou compromissos programáticos. Já, o aumento da dependência do financiamento do Estado aproxima os partidos do modelo de partido cartel, em que a correlação interna de forças pende para a face pública em detrimento dos setores da base do partido (KATZ; MAIR, 1995).

Seguindo na esteira da abordagem organizacional, Panebianco (2005, p.513) descreve o processo de *profissionalização* das organizações partidárias, redundando no modelo de partido profissional-eleitoral em contraste com o modelo de partido

burocrático de massa¹⁷. O autor sustenta que os partidos políticos respondem às pressões do ambiente, que influenciam diretamente sobre as suas escolhas estratégicas e organizacionais. Nesse sentido, destaca que a capacidade da coalizão dominante administrar as zonas de incerteza é uma tarefa essencial para a manutenção da estabilidade organizativa. Destarte, a sobrevivência da organização estaria sujeita a sua capacidade de distribuir incentivos – coletivos e seletivos.

Os pesquisadores dos partidos políticos desenvolveram profícuas caracterizações das organizações partidárias e de sua evolução/adaptação às mudanças sociais e políticas ao longo do tempo. Para nossos propósitos analíticos, ater-nos-emos ao estudo de três pressupostos teóricos elaborados por essa literatura, a saber: 1) verificar em que medida as características genéticas condicionam o formato e a trajetória organizacional; 2) testar a suposição propugnada pelo modelo de partido cartel, segundo o qual, o aumento da participação dos filiados nos processos de tomada de decisão intrapartidários ao invés de aprofundar a democracia interna reforça o poder dos líderes partidários (KATZ; MAIR, 2002; 2009); 3) e entender a dinâmica interna de distribuição de recursos (repasso de recursos financeiros, centralização decisória) dentro da lógica da coordenação entre as distintas faces dos partidos políticos.

1.2. Definindo a democracia intrapartidária

Existe um consenso entre estudiosos dos partidos políticos europeus e norte-americanos sobre o declínio da militância de base nas atividades partidárias (SCARROW; GEZGOR, 2010; WHITELEY, 2011; VAN BIEZEN *et al.*, 2012; DALTON; WATTENBERG, 2002). Diante do arrefecimento das clivagens sociais, declínio nas taxas de filiação e identificação partidária, em grande parte das democracias - europeias e de terceira onda - e a distância, cada vez maior, entre os interesses da sociedade civil dos seus governantes, mecanismos de democracia intrapartidária sobrevivem como uma estratégia para a formação de elite *accountability* e aprimoramento da legitimidade partidária. Os defensores da IPD argumentam que os partidos democraticamente organizados “are likely to select more capable and appealing leaders, to have more responsive policies, and, as a result, to enjoy greater electoral success” (SCARROW, 2005, p.3).

¹⁷ Com características semelhantes ao partido de massa definido por Duverger (1970).

Outros argumentos em favor da democracia intrapartidária advogam que ela incentiva a igualdade política, criando condições equitativas na seleção de candidatos e no desenvolvimento de políticas dentro dos partidos; assegura o controle popular do governo, estendendo as normas democráticas como transparência e responsabilidade às organizações partidárias e melhora a qualidade do debate público através da promoção de práticas inclusivas e deliberativas dentro dos partidos, criando oportunidades para a participação cívica e a educação política (GAUJA, 2006, p. 6).

De fato, diversos estudos (SCARROW; WEBB; FARRELL, 2000; BILLE, 2001; LeDUC, 2001; HOPKIN, 2001; PENNING; HAZAN 2001; FREIDENBERG, 2015) têm demonstrado que os partidos vêm implementando procedimentos democráticos para a escolha dos candidatos com o intuito de melhorar a sua imagem e obter votos. A democracia intrapartidária diz respeito à oportunidade de participação das bases e filiados no processo de escolha dos líderes partidários e/ou seleção dos candidatos. Sob essa perspectiva, Scarrow *et al.* (2000, p.130) assinalam que

[...] intra-party democracy is most valued as an end in itself by those who emphasize participatory aspects of democracy. According to this perspective, parties' decision-making structures are important because they provide opportunities for citizens to influence the choices voters are offered, as well as broad opportunities for expanding civic skills.

Paradoxalmente, outros autores têm uma visão mais cética sobre a natureza da participação intrapartidária (MAIR, 1994; CROSS; KATZ, 2013), alegando que uma maior abertura aos “cidadãos comuns” poderia reduzir a atuação da militância efetivamente engajada e servir como estratégia dos líderes partidários para fortalecer e consolidar suas próprias bases internas de poder. Ou seja, “Democratization on paper may therefore actually coexist with powerful elite influence in practice” (MAIR, 1994, p.17). A suposição corrente é que o aumento da inclusividade nas decisões intrapartidárias pode fortalecer os líderes ante as elites intermediárias, promovendo tendências antidemocráticas (CARTY, 2013; HOPKIN, 2001; MAIR, 1994; KATZ; MAIR, 2002; 2009; RAHAT, 2013). Pior ainda, as lideranças passam a apelar diretamente aos membros, favorecendo tendências “oligárquicas” e políticas de estilo plebiscitário.

Mais especificamente, Katz e Mair (2009) observam que o *party in public office* triunfa sobre as duas outras faces da organização, criando uma espécie de cartel para proteger sua posição dominante dentro do partido. Nesse contexto, a democracia

intrapartidária estaria atrelada ao processo de cartelização dos partidos, que tem como característica

[...] the disempowering of the activists in the party on the ground, who are the ones most likely to make policy demands inconsistent with the ‘restraint of trade’ in policy that is implied by the cartel model. Although the objective is a kind of party oligarchy, the means ironically (or not, depending on one’s reading of Robert Michels’ ‘iron law of oligarchy’) may be the apparent democratization of the party through the introduction of such devices as postal ballots or mass membership meetings at which large numbers of marginally committed members or supporters — with their silence, their lack of capacity for prior independent (of the leadership) organization, and their tendency to be oriented more toward particular leaders rather than to underlying policies — can be expected to drown out the activists (KATZ; MAIR, 2009, p.759).

Segundo esse diagnóstico, os efeitos das reformas democratizantes estabelecem uma relação plebiscitária entre as lideranças e eleitores (YOUNG; CROSS, 2002), estimulando o empoderamento dos líderes e enfraquecendo o papel da militância mais ideológica¹⁸. Ironicamente, a adoção de mecanismos tidos como mais democráticos, ao invés de levar a um empoderamento dos membros do partido, funciona como um cálculo estratégico das elites para marginalizar o engajamento da *membership* nas decisões internas (KATZ; MAIR, 2002, p. 127-129). Nesse sentido, a implementação da democracia interna seria uma estratégia das elites para diluir a influência dos ativistas partidários e intensificar a autonomia da coalizão dominante, uma vez que “An inclusive but unorganized selectorate may give the appearance of democracy without the substance” (KATZ, 2001, p.277).

Os argumentos apresentados acima evidenciam justificativas diferentes de como a democracia interna repercute na participação político-partidária. Assim, parece não haver consenso sobre as consequências da democracia intrapartidária. Cross e Katz destacam alguns pontos principais a esse respeito:

Like democracy itself, the definition of IPD is essentially contestable. Is it primarily about participation, inclusiveness, centralization, accountability, or something else altogether? Should the emphasis be on outcomes or on process? For example, if inclusiveness is a key consideration, in terms of candidate selection is the concern about the inclusiveness of the selectorate (those who choose the candidates), or is it about the diversity of the group of candidates ultimately selected? And, who is either group meant to be inclusive of - party members, party supporters in the electorate, the electorate generally? (CROSS; KATZ, 2013, p.2).

¹⁸ “The cartel thesis interprets these reforms as indications of enhanced leadership autonomy. (...) [que] may certainly be manipulated by oligarchic elites” (SAGLIE; HEIDAR, 2004).

Nesse trecho, Cross e Katz resumem os pontos centrais pertinentes à democracia interna. Por motivos analíticos, a inclusividade dos critérios de seleção de candidatos é a dimensão que melhor atende nossos propósitos, servindo como variável independente da democracia intrapartidária. Segundo Scarrow (2005, p.6), “Inclusiveness tells us about how wide the circle of party decision makers is.” Afora o critério da inclusividade, a centralização também é evocada para medir o grau de democratização interna, por exemplo, dos processos de seleção de candidatos. Conforme sustenta Freidenberg:

un partido gozará de mayor democracia interna cuando emplee mecanismos en los que participen un mayor número de actores y el proceso de toma de decisiones sea poco centralizado; mientras que un partido tendrá menores cotas de democracia interna cuanto menor sea el número de actores que participen en dicho proceso y ese proceso sea mucho más centralizado (FREIDENBERG, 2006, p.101).

Cabe, portanto, identificar quem possui a prerrogativa de seleção dos candidatos no interior dos partidos. Num exame mais fino desse processo, Hazan e Rahat (2001; 2010) propõem um *framework* para a análise dos partidos com base em um *continuum* de inclusividade do *selectorate*¹⁹. Nessa medida, a figura 1 apresenta a amplitude do *selectorate* disposta num *continuum* do grau de inclusão/exclusão. Os mais inclusivos envolvem a participação de todo o eleitorado na seleção de candidatos (em primárias abertas). Um passo na direção do polo mais exclusivo, encontramos o *selectorate*, composto pelos filiados do partido (em internas fechadas). No terceiro tipo de *selectorate*, a seleção é feita por órgão colegiado do partido. No quarto, a seleção é realizada por um órgão Executivo do partido. E, por fim, no polo mais exclusivo, a escolha é feita por poucos líderes, ou mesmo, por um líder único, em casos de extrema exclusão.

¹⁹ Nesse diapasão, Rahat pontua que: “A major question is who selects the candidates: A single leader? A small party elite? Delegates whom party members choose? Party members themselves? Any voter who registers under the party’s name? The above possibilities are presented by the Figure on a continuum that stretches from a highly exclusive pole to a highly inclusive one” (RAHAT, 2007, p.160).

que o que está em jogo na escolha dos candidatos “is nothing less than control of the core of what the party stands for and does”.

Mas, foi desde a seminal publicação de Gallagher e Marsh (1988) “*Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics*”,²⁰ que houve um aumento da literatura acadêmica direcionada à seleção de candidatos no âmbito dos partidos políticos. Desde então, diversos autores, como Ranney (1981), Gallagher (1988), Katz (2001), Bille (2001), Rahat e Hazan (2001) e Lundell (2004), desenvolveram pesquisas enfatizando a influência de duas dimensões envolvidas no processo de seleção de candidatos: os graus de inclusão e centralização. Tais dimensões são classificadas com base em um *continuum* de inclusão/exclusão e centralização/descentralização dos processos de definição das candidaturas.

A escala inclusão/exclusão concerne à participação de quem pode se candidatar e de quem seleciona os candidatos. Dentro desse quadro, existem gradações que, no extremo mais inclusivo, dão oportunidade para qualquer cidadão cumprir os requisitos para alçar-se candidato e que envolvem a participação de todo o eleitorado na seleção de candidatos (em primárias abertas). Já, os mais exclusivos apresentam fortes restrições às candidaturas - sejam elas decorrentes da legislação eleitoral, partidária, regras formais ou informais - e a seleção é realizada por poucos líderes, ou mesmo por um líder único, em casos de extrema exclusão. Com relação ao grau de centralização, nos partidos descentralizados, a seleção dos candidatos é feita pelas subestruturas regionais/locais e, nos mais centralizados, o poder de decisão está concentrado nas instâncias nacionais dos partidos²¹.

Complementando esse quadro, outro elemento identificado pelo esquema analítico de Hazan e Rahat (2001) é a forma como os candidatos são designados, se são utilizados procedimentos de votação e/ou indicação para as candidaturas. Por votação, os candidatos e suas posições na lista são definidos por meio de votos, ao passo que, por indicação, os candidatos são nomeados pelos líderes partidários, que controlam a formação das listas

²⁰ A coletânea organizada por Gallagher e Marsh apresenta estudos de casos sobre nove países: Bélgica, Inglaterra, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Japão, Holanda e Noruega.

²¹ De acordo com Scarrow, “*Centralization* describes the extent to which decisions are made by a single group or decision body. In a highly centralized party, an executive committee meets frequently and has the authority to make decisions that are accepted at all levels of the party. In especially decentralized parties, the national party committee probably meets much less often and tends to be focused more on coordination and communication than on providing definitive guidance to the party” (SCARROW, 2005. p.6). Para nossos fins, a descentralização refere-se à autonomia das unidades subnacionais dentro do partido, medida pela presença de Diretório ou comissão provisória.

Grande parte dessa literatura, por sua vez, concebe tais dimensões como parâmetros para medir o nível de democracia intrapartidária, assim como a distribuição do poder dentro das organizações. Subjacente a isso, existe uma suposição implícita de que partidos, com processos mais inclusivos e descentralizados, seriam mais democráticos do que os partidos centralizados e menos inclusivos, já que, naqueles, a seleção é realizada no âmbito subnacional/local e conta com a participação de mais atores no processo. Entretanto, apenas a inclusão e descentralização não são suficientes para lograr a democratização do processo seletivo, isso vai depender da quantidade de poder que é exercido por determinada agência e/ou atores²².

Fazendo eco a essa literatura, pesquisadores brasileiros têm se dedicado à compreensão dos métodos de seleção de candidatos nos partidos brasileiros (ÁLVARES, 2004, 2010; BRAGA; PRAÇA, 2004; BRAGA, 2008; BRAGA et. al., 2009; BOLOGNESI, 2009, 2013; GUARNIERI, 2004). Usualmente, as normas concernentes à seleção dos candidatos estão previstas nas legislações eleitoral e partidária, embora seja patente que tais regras estão longe de controlar o processo.

Com efeito, as candidaturas estão submetidas às restrições externas (leis eleitorais)²³, de um lado, e internas (normas estatutárias dos partidos), de outro. No Brasil, a legislação partidária confere autonomia aos partidos para definirem seus métodos de seleção de candidatos, exigindo, apenas, a realização de convenções partidárias para formalizar as candidaturas²⁴. Contudo, ainda que a seleção de candidatos seja resultado de um processo interno aos partidos, ela também é diretamente influenciada

²² “Adopting more inclusive candidacy requirements (the first dimension in the analytical framework), decentralization (the third dimension), or a voting system (the fourth dimension) may be labeled democratization, but they are not. These are facilitating variables only and do not define nor exhibit democratization” (HAZAN, 2002, p.117). Como exemplo de que a inclusão e a descentralização não garantem, necessariamente, maior democracia interna, é plausível pensar que um partido possa utilizar procedimentos competitivos na escolha de seus candidatos, porém restringir a representação de setores nas instâncias de poder intrapartidárias (BOLOGNESI, 2013; FREIDENBERG, 2006). Da mesma forma que a descentralização não corresponde, necessariamente, à democratização. Isto é especialmente verídico no caso dos partidos políticos argentinos, cuja escolha dos candidatos, mesmo circunscrita às províncias, é controlada por líderes partidários locais, o que caracteriza os partidos mais como unidades territoriais subnacionais do que partidos nacionais descentralizados (DE LUCA *et al.*, 2002; PRATS, 2012). Isso endossa o argumento de Hazan (2002, p.117), segundo o qual, a descentralização da seleção dos candidatos pode apenas transferir o poder de decisão de uma oligarquia nacional para uma oligarquia local.

²³ Conforme a lei eleitoral, para ser candidato a deputado federal, é preciso ter nacionalidade brasileira; estar em pleno exercício dos direitos políticos; ser alfabetizado; possuir alistamento eleitoral; ter domicílio eleitoral na circunscrição onde deseja se candidatar; possuir idade mínima de 21 anos e; ser filiado a um partido político. Cf. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 14, § 3º e 4º.

²⁴ No que tange à escolha dos candidatos, as Leis 9.096/1995, 9.504/1997 e, subsequente, a Lei nº 13.165/2015 (Minirreforma Eleitoral), estabelecem os critérios legais de elegibilidade dos candidatos. Sobre as convenções partidárias, cf. art. 7 da Lei 9.504/97, e sobre os prazos para a sua realização, cf. art. 8 da Lei nº 13.165/2015.

por fatores exógenos institucionais, como os sistemas eleitorais, divisões governamentais e territoriais (GALLAGHER, 1988, p.8).

Nesse sentido, é importante compreender não apenas os aspectos ligados à organização interna dos partidos, mas também o contexto político brasileiro. Assim, no próximo capítulo, descreveremos os contextos brasileiro e paulista, revisando a trajetória dos partidos em tela.

Capítulo 2 – O contexto político-eleitoral: dinâmicas de competição e funcionamento do PT e PSDB

Neste capítulo, focaremos na trajetória histórica de ambos os partidos. Inicialmente, debruçamos-nos sobre os cenários político-partidários pós-redemocratização que emergem em nível nacional e no estado de São Paulo, com o intuito de contextualizar os processos constituintes da formação e institucionalização dos partidos. Na sequência, descreveremos as origens e trajetórias individuais do PT e do PSDB até o ano de 2018, ano da última eleição disputada e, sendo essa, objeto de análise no presente trabalho.

A história republicana brasileira é marcada por sucessivas intervenções autoritárias, seguidas de mudanças de sistema partidário. A última experiência autoritária submeteu as agremiações partidárias à tutela do Estado e conduziu a um hiato na vida político-partidária que perdurou até meados da década de 1980. Nesse contexto, a descontinuidade das legendas partidárias, a cada retomada de novo período democrático, é apontada como uma das principais causas que impediram a criação de partidos fortes, associados a clivagens, o que acabou contribuindo para o subdesenvolvimento partidário (AMES, 2001; LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986; KINZO, 1993; MAINWARING, 1991; 1999; 2001).

Passados mais de trinta anos de democracia brasileira restaurada, os achados dessa literatura sofreram críticas. Figueiredo e Limongi (1995; 1999; 2007) mostram que os líderes dos partidos - sobretudo dos que pertencem à coalizão de governo -, são capazes de exercer controle sobre suas bancadas por meio da distribuição de recursos, tais como liberação de emendas orçamentárias aos parlamentares e a oferta de cargos no Congresso. A liberalização do sistema político – famigerado processo de distensão – foi uma estratégia dos militares com vistas a enfraquecer a oposição e tentar quebrar o caráter plebiscitário - em torno do voto de protesto - contra o governo que assumiu as eleições. Nesse cenário, o regime tomou uma série de medidas casuísticas (exemplos de medidas nesse sentido foram a Lei Falcão de 1976, o Pacote de Abril de 1977 e o Pacote de Novembro de 1981) com o objetivo de favorecer o partido do regime e fracionar a oposição nas eleições (FLEISCHER, 1994). No entanto, as reformas preconizadas pelos artífices do regime não surtiram o efeito esperado, e, a partir de 1974, a oposição (aglutinada no MDB) impõe sucessivas derrotas eleitorais ao regime (LAMOUNIER, 1988).

A formação do atual sistema partidário brasileiro teve como seu marco fundacional a reforma partidária de 1979 (Lei nº6.767, de 20/12/1979), que extinguiu o bipartidarismo vigente durante o regime militar e restabeleceu o pluripartidarismo. No primeiro momento, foram criados cinco partidos: PDS e PMDB, sucessores da Arena e MDB, respectivamente; o PTB e o PDT, formados por lideranças que reivindicavam o legado trabalhista e rivalizaram pelo registro da sigla do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); e o PT, único caso de partido criado fora do Congresso. Ao longo dos anos 1980, diversas novas legendas receberam o registro partidário, entre estas estavam: o PFL e PL, ambos formados por dissidentes do PDS e o PSDB, composto, na sua maioria, por egressos históricos do PMDB (FLEISCHER, 2007). De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 32 partidos estavam aptos a disputar as eleições de 2018²⁵.

As primeiras eleições (1982), já no novo sistema pluripartidário, mantiveram o padrão bipartidário, concentrado nos dois partidos “remanescentes”, herdeiros de estruturas partidárias precedentes (PMDB e PDS). Mas, enquanto o PMDB crescia, o PDS foi sofrendo uma gradual erosão, culminando na cisão que deu origem ao PFL, em 1985, que logo se tornou o segundo maior partido do Congresso atrás do PMDB. Nas eleições de 1989, 22 partidos disputaram a presidência da República, que foi vencida pelo candidato do PRN, Fernando Collor, em segundo turno, travado contra o candidato do PT, Lula. PMDB e PFL – então os maiores partidos na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) - nem sequer foram para o segundo turno da corrida presidencial, terminando na sétima e nona posições, respectivamente, com Ulysses Guimarães, líder histórico do PMDB, obtendo 4,74%, e Aureliano Chaves, com 0,89% dos votos válidos. (FLEISCHER, 2007, p.315).

Após o período de reorganização ao longo dos anos 1980, os pleitos presidenciais posteriores, notadamente a partir de 1994, assumem um padrão de competição bipartidário com PT e PSDB, tornando-se os principais protagonistas da disputa, que perduraria até as eleições de 2014. O padrão bipartidário que se instalava na disputa pela presidência contrastava com alta fragmentação partidária nas eleições legislativas (LIMONGI; VASSELAI, 2016).

Diante dessa dinâmica bipolarizada, PSDB e PT estiveram à frente de coligações eleitorais e coalizões governamentais. Enquanto o PSDB ocupou a presidência por dois

²⁵ <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>

mandatos (1994 e 1998) e se sustentou com base na coligação integrada pelo PFL, PMDB e PTB; o PT agregou grande parte das forças de oposição até 2002 quando, após a perda de três disputas presidenciais, chega ao governo federal com Lula que emplaca um segundo mandato - em 2006 - e mais dois mandatos consecutivos - em 2010 e 2014 - com Dilma Rousseff.

2.1. O subsistema político-partidário paulista

Com o fim do bipartidarismo, a volta da democracia proporcionou a entrada de novos competidores na arena político-eleitoral. A reorganização do sistema partidário também levou a uma reorganização do sistema partidário paulista, que aumentou a competitividade da política estadual (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012).

No caso da política estadual paulista, desde as eleições de 1982, as primeiras, com o voto direto para governador estadual após quase 20 anos, somente dois partidos elegeram governadores, PMDB e PSDB. Os primeiros governos, pós regime autoritário, foram exercidos pelo PMDB que, aproveitando-se da estrutura partidária e do capital político herdados do MDB, elegeu, por três vezes consecutivas, o governador do Estado: Franco Montoro, nas eleições de 1982, Orestes Quércia, nas de 1986, e Luiz Antônio Fleury, em 1990. A partir de 1995, o PSDB assume o Executivo estadual e, desde então, vem reelegendo governadores sucessivamente.

Além disso, com a ampliação do leque partidário, outros partidos se tornaram atores centrais dentro da dinâmica do sistema partidário paulista. Meneguello e Bizzarro Neto pontuam dois principais momentos de acomodação político-partidária:

no primeiro, entre 1986 e 1994, três polos organizam a dinâmica do sistema, encabeçados pelo PMDB, pelo malufismo acolhido no PDS/PPB/PPR/PP e pelo PT que, de forma crescente, liderou as preferências à esquerda do bloco opositor ao governo estadual. A partir de 1994, as transformações observadas no nível nacional refletiram no cenário estadual, aprofundaram as bases de consolidação do peessedebismo, mas adquiriram uma coloração própria com a partilha política entre PSDB e PT (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012, p.122-23).

Cabe destacar o pleito Estadual de 1986 como um momento crítico nas disputas intra-elites peemedebistas. A vitória de Quércia possibilitou expandir seu controle sobre a organização paulista, ocasionando a perda de espaço, no interior do partido, de algumas das principais lideranças da legenda no país - Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas (MARQUES; FLEISCHER, 1999). Tendo que rivalizar com

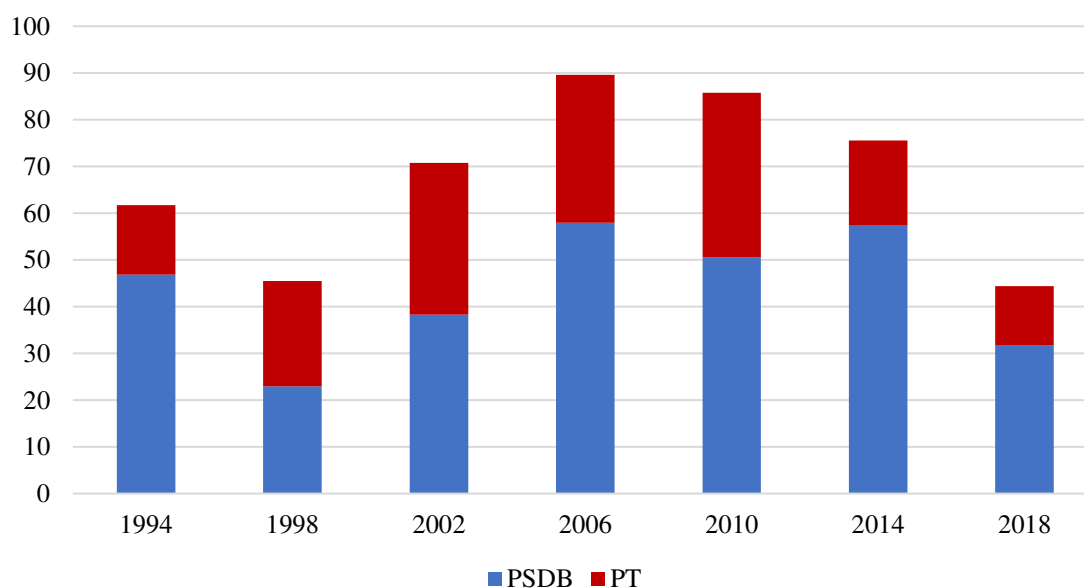
Quércia por espaço dentro do partido, a criação de um novo partido representou uma alternativa para esse grupo de políticos proeminentes viabilizar suas candidaturas.

Além de divergências internas, Roma (2002) aponta que outro motivo que levou à criação do PSDB foi pragmático: a percepção, por parte desses políticos experientes, da existência de um nicho de mercado eleitoral aberto por eleitores identificados com o centro, mas descontentes com o governo Sarney. Alijadas dos espaços de poder, essas lideranças, com largo capital político acumulado, encontrariam a oportunidade de acesso a cargos eletivos somente por meio de outro partido.

Mas foram as disputas internas durante a Assembleia Nacional Constituinte – principalmente, em torno do sistema de governo e da duração do mandato de Sarney – que culminaram com a ruptura com o PMDB e a formação do PSDB. No entanto, a criação da nova legenda não pode ser desassociada do plano regional, visto que muitas das principais lideranças fundadoras do partido eram paulistas. O predomínio do grupo quercista no Estado prosseguiu até a eleição de Fleury para o governo estadual, depois disso, o PMDB não conseguiu se manter competitivo perdendo o comando do Executivo estadual, que, em 1995, passou a ser governado pelo PSDB.

Nos anos seguintes, houve alterações nos padrões da competição política paulista, com o PSDB consolidando sua hegemonia no Estado, enquanto o PMDB viu seu rendimento eleitoral cair vertiginosamente.

Gráfico 1 – Proporção de votos válidos para Governador de São Paulo obtida pelo PT e PSDB no 1º turno (1994-2018)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

Ao longo do período em tela, apenas o PT apresentou postulantes para a disputa ao Governo do Estado em todas as eleições, encabeçando as principais candidaturas de oposição. A criação do PT está intimamente ligada ao âmbito regional, com seus quadros fundadores vindos das lideranças sindicais do ABC paulista (KINZO, 1993). No centro do seu processo de gestação, estava o grupo conhecido como “novo sindicalismo” que passou a ganhar protagonismo a partir das greves de 1978 e 1979 deflagradas pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, na região do ABC paulista (KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989).

Embora tenha surgido do núcleo sindical, a formação do partido contou com a adesão de atores da sociedade civil organizada, como organizações de esquerda, membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), intelectuais e parlamentares vinculados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (AMARAL, 2003; KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989). Nesse processo, “o novo sindicalismo funcionou como um receptáculo das demandas de uma série de grupos sociais e, com as experiências das greves do final dos anos 70, percebeu que a participação política era uma das formas de mudar a situação dos trabalhadores” (AMARAL, 2003, p.31). Destarte, vale dizer que o “novo sindicalismo” foi a força motriz da gênese petista, principal fornecedor do capital político para a formação do partido e sua inserção no sistema partidário que passava por um período de reconfiguração. Oficialmente, a fundação do partido aconteceu em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo.

Especificamente, com relação à origem eminentemente paulista do partido, Meneguello informa que, “num curto espaço de tempo de 18 meses (março/81 a setembro/82), o número de filiados do PT cresceu 80 vezes [...] no Estado de São Paulo” (MENEGUELLO, 1989, p.75). A autora ainda chama atenção para o fato de que, nas eleições de 1982, “apenas em São Paulo o número de votos dados ao partido superou significativamente o número de filiados” (MENEGUELLO, 1989, p.128). A propósito, o partido obteve seus melhores desempenhos eleitorais nos centros urbanos, - as regiões de São Paulo e Santos - notadamente, onde estão as bases de sua formação (MENEGUELLO, 1989; MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012, p.148).

A partir das eleições de 1994, as disputas para a Presidência da República tornar-se-iam centradas na polaridade PT *versus* PSDB²⁶. Esse padrão de competição

²⁶ A partir deste pleito, passaram a ser contíguas as eleições para presidente, governador, senador, deputado federal e estadual.

bipartidário, estabelecido nacionalmente, também acabaria sendo replicado nas eleições para os governos dos Estados. Em boa medida, essa mesma lógica bipolarizada dar-se-ia no enfrentamento para o Executivo estadual paulista, que se constituiria em torno de coalizões lideradas por tucanos e petistas (BRAGA, 2006; 2010; LIMONGI; CORTEZ, 2010; MAINWARING; POWER.; BIZZARRO NETO, 2018; MELO, 2010; MENEGUELLO, 2010). Ao longo de mais de três décadas, o PT se consolidou como um ator central nos cenários político estadual e nacional, conquistando as eleições presidenciais de 2002, 2006, 2010 e 2014, embora sem conseguir desbancar o PSDB no governo do Estado.

A origem eminentemente paulista também está na gênese da formação do PSDB, que surgiu sob a liderança de importantes quadros peemedebistas paulistas. Não há dúvida de que o partido se tornou protagonista no cenário político estadual, elegendo, por sete mandatos consecutivos (1994-2018), o governador do Estado. A conquista do governo de São Paulo e da Presidência da República nas eleições de 1994 foi um marco na trajetória de sucesso eleitoral do partido. Desde então, estabeleceram-se quadros e bases eleitorais muito fortes no Estado, tomando o espaço anteriormente ocupado pelos partidos conservadores (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012). Nos anos subsequentes, o PSDB consolidou sua hegemonia em São Paulo, constituindo-se como “partido dominante” (SARTORI, 1982) na disputa pelo executivo do Estado, porém, jamais voltou à Presidência da República após cumprir dois mandatos (1994-1998) com FHC.

Assim, a partir das eleições de 1994, os tucanos polarizaram, com os petistas, as eleições presidenciais, conformando um padrão que repercutiu sobre as disputas pelos governos estaduais que passaram a se estruturar numa clivagem paralela àquela (LIMONGI; CORTEZ, 2010; MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012). Na mesma direção da disputa nacional, a política paulista é um exemplo claro onde se deu o alinhamento das candidaturas para governador com os candidatos presidenciais, produzindo a presidencialização da disputa para governador (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012; SANDES FREITAS, 2015).

Com relação à evolução da competição para deputado federal no Estado, embora apresente um quadro mais fragmentado, em certa medida, acompanha a evolução do quadro nacional. Nas eleições inaugurais de 1982, o PT elegeu oito deputados federais, dos quais seis eram de São Paulo (KECK, 1991). Nas eleições de 1986, o partido elegeu dezesseis deputados, sendo metade (oito) pelo Estado de São Paulo. Nessa eleição, Lula

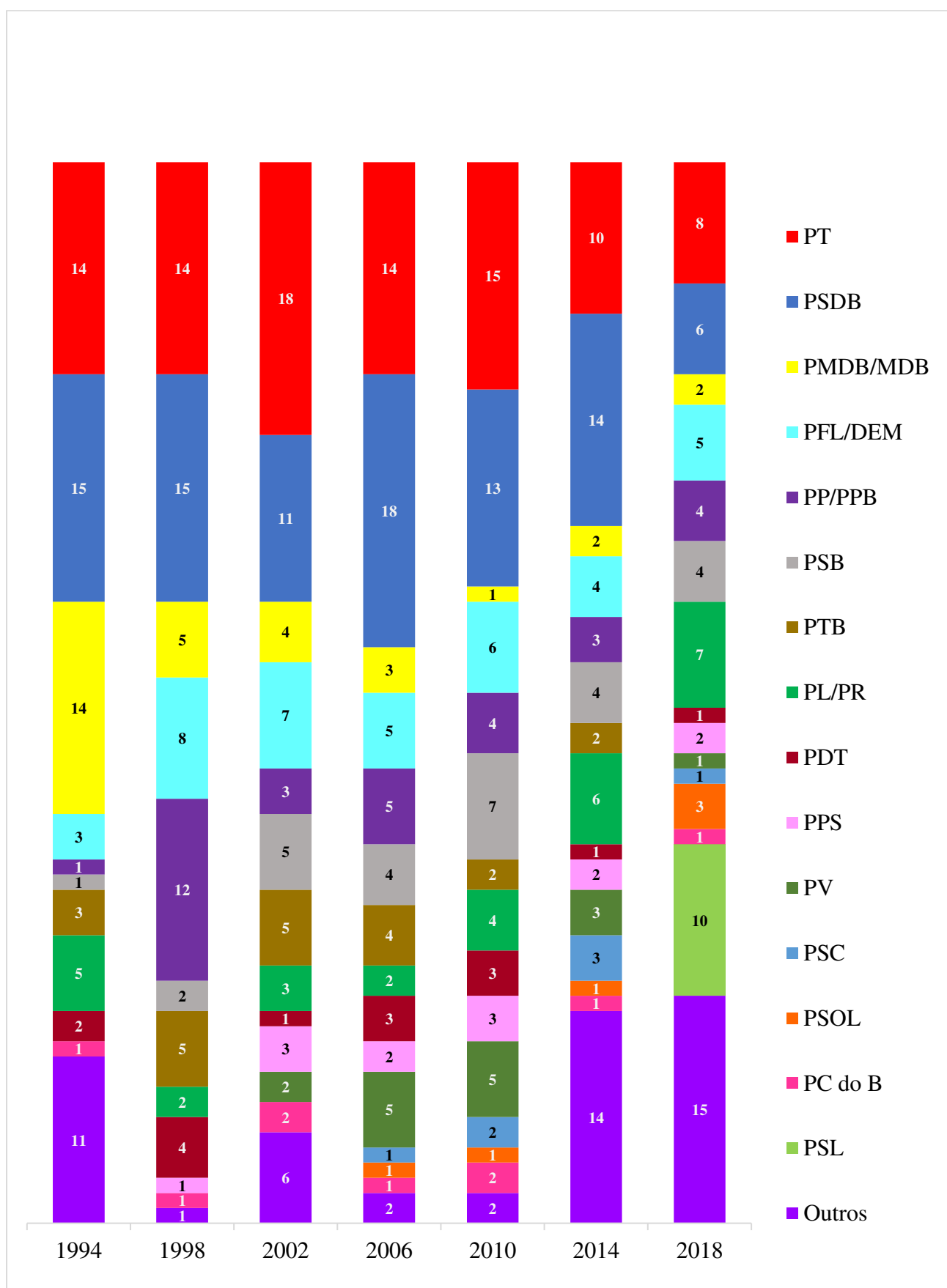
foi eleito o deputado federal mais votado, superando, inclusive, Ulysses Guimarães, líder histórico e presidente do PMDB (KECK, 1991). Nos anos seguintes, o partido manteve um crescimento contínuo da sua bancada na Câmara dos Deputados, embora, nestas últimas eleições, tenha diminuído de tamanho, passando de 69 deputados, em 2014, para 56, em 2018²⁷.

Já, o PSDB-SP lançou, pela primeira vez, candidatos para os cargos de governador, senador, deputado estadual e federal nas eleições de 1990²⁸. Ao todo, elegeu 38 deputados federais, sendo oito de São Paulo (SANCHEZ, 2003). Com a vitória nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, o PSDB emplaca uma trajetória eleitoral ascendente, formando a segunda maior bancada no Congresso Nacional tanto em 1994 e 1998 (ROMA, 2002). Mesmo com a perda da presidência depois de oito anos e um rendimento eleitoral menor do que das disputas anteriores, o PSDB mantém um desempenho eleitoral constante nas eleições que disputa, até o forte revés sofrido nas eleições de 2018, que levou à desidratação da bancada paulista do partido na Câmara Federal.

²⁷ Muito em função do desgaste gerado pela Operação Lava Jato.

²⁸ Cabe lembrar que o partido já havia disputado as eleições para prefeitos e vereadores em 1988 e para presidência em 1990.

Gráfico 2 – Quantidade de Deputados Federais eleitos por São Paulo (1994-2018)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

Nas eleições gerais de 2018 em São Paulo, PT e PSDB adotaram estratégias distintas para a realização de coligações no estado. O PT participou coligado apenas com o PC do B para as eleições para o Executivo estadual e o Legislativo, enquanto o PSDB participou de uma coligação com mais cinco partidos para o Executivo estadual, DEM/SD/PRB/PP/PTC, e, para o Legislativo, coligou com três legendas (DEM, PSD e PP) no estado. Apesar do triunfo nas eleições para o governo do estado (com João Doria) e para o Senado Federal (com Mara Gabrilli), na disputa para cargos proporcionais, o PSDB sofreu um forte declínio no número de deputados federais eleitos, reduzindo de quatorze para seis vagas obtidas na Câmara Federal. O PT também diminuiu sua representação pelo estado na Câmara Federal, conquistando oito cadeiras, duas a menos do que em 2014.

De um modo geral, PT e PSDB conseguiram altas taxas de eleições de deputados federais, mantendo-se as duas principais forças no Estado até as eleições de 2018 onde acontece a desidratação de ambos. Essa eleição foi marcada pelo alto grau de incerteza e pelo crescimento da polarização ideológica. Nesse contexto, foi claramente notado um viés favorável à direita conservadora uma vez que o partido que mais elegeu deputados no Estado foi o PSL, elegendo 10 deputados e, com o candidato Eduardo Bolsonaro, sendo o deputado federal mais votado da história, condição que sugere o impacto do “efeito *coattails*” da eleição presidencial sobre a votação do PSL no Estado.

2.2. Origens e trajetórias dos Partidos Brasileiros

Tal como já dito, autores como Duverger (1970) e Panebianco (2005) destacam o peso da fase fundacional do partido sobre o seu desenvolvimento organizacional. Trata-se de uma premissa do neo-institucionalismo histórico, segundo o qual, o formato organizacional é moldado pela sua trajetória histórica, seguindo mecanismos de *path dependence* e retornos crescentes²⁹ (PIERSON, 2004). Ainda, diferenças entre as organizações partidárias, quanto ao grau de autonomia e envolvimento das estruturas subnacionais, estariam associadas a cada modelo genético. Assim, antes de proceder com a análise da democracia dentro dos partidos, é importante fornecer o *background* deles.

²⁹ Retornos crescentes - ou *positive feedback* -, é uma característica/sinônimo de *path dependence* e se referem a certos padrões de desenvolvimento histórico difíceis de serem revertidos, pois os ganhos em seguir na mesma direção aumentam, ao longo do tempo, juntamente com os custos de deslocamento em outra direção (PIERSON, 2004). Em outras palavras, os atores são resistentes à mudança nas regras do jogo tendo em vista que eles já sabem jogar.

Pela análise da gênese organizacional, é possível explicar as diferenças nas trajetórias e funcionamento interno do PT e do PSDB e identificar se o perfil e as estratégias das elites acabaram por conformar diferentes dinâmicas de distribuição do poder dentro de cada organização. Na sequência, serão reconstituídas as trajetórias de ambos os partidos com base na bibliografia existente.

2.2.1. PT: origem e desenvolvimento organizativo

Tradicionalmente, os partidos brasileiros são vistos como organizações fracas, pouco coesas e bastante descentralizadas (AMES, 2003; MAINWARING, 1991, 1995, 2001). O PT representou uma exceção em relação a essa tradição, despontando como uma “novidade” desde o início do processo de redemocratização brasileira. Dada sua origem externa ao parlamento, poderia ser classificado como um partido de massas duvergeriano – pelo menos, nos anos iniciais da agremiação. Fundado em 1980, após a Reforma de 1979, o PT surgiu em meio às greves do ABC paulista e contou com a adesão de diversos setores da sociedade civil, aglutinados em torno do movimento sindicalista conhecido como “novo sindicalismo” e de uma agenda política canalizadora das demandas dos trabalhadores³⁰ (KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989; KINZO, 1993).

Segundo Meneguello (1989, p.36), do ponto de vista organizacional, o PT foi o primeiro partido de massas brasileiro com uma origem extraparlamentar, de caráter societário, tendo uma dinâmica interna de alta intensidade, estruturada através de mecanismos deliberativos e participativos (os núcleos de base) e com uma proposta política de inserção da classe trabalhadora no sistema político. Sobre o caráter inovador da organização petista, Keck (1991) explica que o partido contava com mecanismos de participação de seus membros que não estavam previstos na LOPP de 1979, dentre os quais estavam os Encontros, instâncias máximas de deliberação e resoluções das políticas do partido; e os núcleos de base, unidades básicas de organização democrática partidária, concebidos como espaço de integração dos filiados nas atividades partidárias.

As características genéticas do partido reverberaram sobre seu formato organizacional, que, erigido de baixo para cima, ensejou uma estrutura centralizada, e, ao

³⁰As obrigações impostas pela Reforma Partidária de 1979 (Lei nº 6.767, de 20/12/1979) impactaram significativamente na formação do PT, pois, criar um partido de “baixo para cima” e “fora” do Estado, seguindo os requisitos da legislação eleitoral, exigiu um tremendo esforço para a sua transformação em partido político e inserção ao ambiente institucional.

mesmo tempo, inclusiva, com capacidade de gerar mecanismos de accountability vertical da base em relação à cúpula. Para Samuels (2004), as características fundantes refletiram sobre a dinâmica partidária, oferecendo canais de acesso para a participação democrática das bases:

The main mechanisms of leadership accountability are formal institutions of internal participation and contestation at all levels of the party. This makes leaders aware that they must be responsive to the rank and file, or else they will be deposed from party office. These mechanisms also endow the rank and file with strategic capacity, making the critical variable for determining whether and how the PT would strategically adapt the preferences of the rank and file. A shift of a few percent of all party members would be sufficient to change internal party election results at all levels and thus support a shift in party strategy (SAMUELS, 2004, p. 1014).

A construção do partido, no entanto, não ocorreu sem tensões internas. Sua origem heterogênea, a partir da adesão de distintos setores sociais, provocou uma convivência conflituosa entre correntes internas moderadas e as alas mais radicais de matizes leninista e trotskista. Visando sustentar a unidade interna e, ao mesmo tempo, reduzir as tensões entre as distintas tendências dentro do partido, em meados de 1983, é formada a “Articulação dos 113”, estruturada em torno do núcleo sindical do novo sindicalismo, constituiu o grupo protagônico que viria a consolidar a primeira coalizão dominante que ocupou os principais postos de direção e definiu os caminhos adotados pelo partido (KECK, 1991).

As experiências eleitorais durante a década de 1980 foram, progressivamente, promovendo a profissionalização da organização partidária, fazendo do PT um partido competitivo no cenário político nacional. Contudo, o rápido crescimento eleitoral contribuiu para exacerbar as desavenças internas entre as diferentes tendências do partido e, inclusive, dentro da tendência majoritária, a *Articulação*.

A derrota de Lula³¹ nas eleições presidenciais de 1994 e a crescente polarização entre tendências pela disputa do poder intrapartidário trouxeram sérios riscos de ruptura, de modo que o 10º Encontro Nacional, realizado em agosto de 1995, acabaria por se tornar um dos Encontros mais dramáticos da história do partido. Marcado pelo embate

³¹ Fundador e primeiro presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva começou sua atuação política como líder metalúrgico no movimento sindical da região do ABC paulista no final dos anos 1970. Pelo PT, foi eleito deputado federal Constituinte pelo estado de São Paulo, em 1986, e disputou cinco eleições presidenciais pelo partido entre 1989 e 2006, sendo eleito Presidente da República por dois mandatos consecutivos (2003-06 e 2007-10). Em 2018 foi o pré-candidato petista à Presidência da República, mas teve seu registro indeferido pelo TSE, sendo substituído por Fernando Haddad.

extremamente polarizado, a chapa mais moderada, formada pela Articulação e a Democracia Radical, venceu a disputa contra a chapa *Socialismo e Democracia*, defendida pela Articulação de Esquerda e a Democracia Socialista (AMARAL, 2010; RIBEIRO, 2010).

Ademais, este Encontro ganhou relevância especial, pois a renúncia de Lula, em permanecer na presidência do partido, levou, pela primeira vez, a uma disputa para o cargo, acirrando a polarização interna. Os moderados reuniram-se entorno da candidatura de José Dirceu³², enquanto a esquerda do partido foi representada pela candidatura de Hamilton Pereira. Com a vitória da chapa encabeçada por Dirceu, a Articulação reassume o controle da direção nacional do partido (LACERDA, 2002, p.67). Conforme a análise de Amaral:

As barreiras institucionais e organizativas para a expansão do PT começaram a ser removidas a partir de 1995, quando os moderados retomaram o comando do partido no 10º EN. Tenso e muito disputado, esse Encontro marcou o início da aliança entre as tendências internas Articulação e Democracia Radical, que seria a espinha dorsal do grupo que controlaria o partido por dez anos e ficaria conhecido como Campo Majoritário. Com José Dirceu à frente da presidência do partido e com as facções moderadas controlando os cargos diretivos mais importantes, o PT dava início a um amplo processo de remodelagem na sua organização, desenho institucional e ideologia, com consequências não só no âmbito da participação na política institucional, mas também na sua relação mais ampla com a sociedade (AMARAL, 2010, p.75).

Em 2001, com aprovação do novo estatuto, o partido passa por transformações importantes no seu arcabouço institucional, cuja mais importante delas foi a implantação do Processo de Eleições Diretas (PED) para a escolha dos dirigentes em todos os níveis partidários, que passou a ser feita pelo voto direto dos filiados³³ (RIBEIRO, 2010, 2013). Essa modificação nas regras intrapartidárias teve importantes implicações na estrutura interna petista. Segundo Ribeiro (2010, 2013), a implantação do PED esvaziou os Encontros, que deixaram de ser o principal *locus* da estrutura interna de oportunidades. Ao mesmo tempo, enfraqueceu as correntes internas e as lideranças de instâncias intermediárias ante os órgãos e dirigentes nacionais, em consequência do voto direto. Finalmente, reforçou a autonomia diretiva, especialmente em nível nacional, ao dissolver os mecanismos de *accountability* internos, devido à perda de importância dos Encontros.

³² José Dirceu foi fundador, presidente nacional (1995-02) do PT e ministro chefe da Casa Civil (2003-05) no governo Lula. Exerceu mandatos eletivos de deputado estadual (1987-91) e deputado federal (1991-95 e 1999-05), todos pelo PT de São Paulo.

³³ O PED foi aprovado em 1999 no 2º Congresso do PT, e introduzido no seu Estatuto em 2001.

Desde então, o partido passou a estreitar seus vínculos com o Estado, aumentando sua dependência do financiamento público e empresarial e acentuando a profissionalização dos quadros dirigentes, que passam a ser ocupados por detentores de cargos eletivos em detrimento dos filiados orgânicos.

A conjugação desses fatores contribuiu para levar Lula à presidência da República em 2002, após três derrotas consecutivas. Nessa eleição, o partido apresentou mudanças. Em junho desse ano, acontece a divulgação da “Carta ao Povo Brasileiro”, cujo conteúdo reitera o compromisso do partido com as regras do mercado. No campo das coligações, o PT ampliou o leque de alianças que iam desde a esquerda até a centro-direita do espectro político. Seu deslocamento em direção ao centro se deu com a indicação do empresário José Alencar (PL) para vice-presidente, numa clara sinalização de aplacar os ânimos do mercado. Ademais, antes da posse presidencial, Lula assumiu publicamente o compromisso de cumprir os acordos firmados com o FMI durante o governo FHC (AMARAL, 2010; SAMUELS, 2013; SINGER, 2010).

Com referência às gestões de Lula no governo federal, Samuels (2013) avalia o “Modo Petista de Governar”, o qual se estrutura por três pilares: 1) promoção da participação popular na definição de políticas; 2) a inversão de prioridades socioeconômicas, direcionadas para o benefício da população mais pobre; 3) governar de forma ética e transparente. Segundo o autor, o partido conseguiu, ao menos em parte, colocar os dois primeiros princípios em prática. Já com relação à ética na política, o partido falhou devido às crises de corrupção no governo (no episódio conhecido como escândalo do “mensalão”). Este ponto, Samuels relaciona com a dificuldade do partido em construir maiorias parlamentares dentro da dinâmica do “presidencialismo de coalizão”.

Contudo, mesmo assolado por escândalos de corrupção, o partido conseguiu dar a “volta por cima” com a reeleição de Lula em 2006 e com a sucessão presidencial dos dois mandatos de Dilma Rousseff³⁴. Mas, no segundo governo Dilma, a desilusão com o partido se exacerbou. O PT acabou sendo identificado como o principal responsável pela

³⁴ Dilma Rousseff iniciou sua atuação política na clandestinidade nos primeiros anos da ditadura militar. Foi presa política e torturada pela ditadura. Com o retorno da democracia, ingressou no Partido Democrático Trabalhista (PDT) do qual foi membro fundadora. Foi Secretária de Minas, Energia e Comunicação do RS, no governo de Alceu Collares (PDT) de 1993 a 1994, e voltou a assumir o mesmo cargo em 1999 no governo de Olívio Dutra (PT) permanecendo até 2002. Em 2001, ingressou no PT e, durante os governos Lula, foi Ministra de Minas e Energia (2003-05) e Ministra-chefe da Casa Civil (2005-10). Em 2010, foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil, tendo sido reeleita em 2014, ficando no cargo até meados de 2016 quando foi afastada por um processo de impeachment.

conjuntura econômica negativa. O aumento da recessão e do desemprego, associado ao envolvimento em escândalos de corrupção (Lava Jato) e a perda de apoio parlamentar deterioraram o apoio popular do partido e culminaram com o impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016, pondo fim a um ciclo de treze anos de governos do PT³⁵.

Já, na oposição, o partido se prepara para a disputa presidencial de 2018. O ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo preso, despontava como favorito nas pesquisas de intenção de voto à Presidência, contudo, teve sua candidatura vetada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - considerado inelegível pela Lei da Ficha Limpa - e, faltando menos de um mês para as eleições, foi substituído pelo vice na chapa, o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad³⁶. Em uma das disputas mais imprevisíveis e com um alto grau de polarização (entre petistas e antipetistas), Haddad, mesmo sendo considerado um candidato desconhecido nacionalmente, conseguiu chegar ao segundo turno com o apoio de Lula, porém foi derrotado pelo candidato do PSL, Jair Bolsonaro, colocando um fim ao ciclo PT-PSDB na alternância da presidência da República.

2.2.2. PSDB: origem e desenvolvimento organizativo

No caso do PSDB, poderia ser classificado como um partido de quadros, em função da sua origem interna ao Parlamento, formado a partir de um grupo de políticos dissidentes do PMDB no final da década de 1980. Em linhas gerais, os estudos (ROMA; 2002; MELHEM, 1998; VIEIRA, 2012) que analisaram o processo fundacional do partido argumentam que a decisão para a criação de um novo partido estaria ligada a três fatores principais: 1) disputa de poder no interior do PMDB, principalmente entre as lideranças políticas oriundas de São Paulo; 2) perda de espaço destinado a políticos influentes, situados à esquerda do PMDB – principalmente formado por políticos paulistas que viriam a fundar o PSDB e; 3) divergências intrapartidárias, acirradas durante os trabalhos na Assembleia Constituinte (1987-1988).

³⁵ Há controvérsia sobre se Dilma sofreu um *impeachment* ou um golpe. Cabe salientar que o rito do *impeachment* cumpriu todos os processos legais de tramitação, todavia, por outro lado, a base até então aliada do governo (inclusive o vice-presidente Michel Temer), conspirou para a sua deposição, daí a ideia de golpe contra a presidente Dilma.

³⁶ Fernando Haddad foi Ministro da Educação (2005-12) no governo Lula e durante o primeiro ano do governo Dilma. Em 2012, elegeu-se prefeito de São Paulo (2013-2016) pelo PT. Em 2018, foi candidato petista à Presidência da República no lugar de Lula, que teve sua candidatura indeferida pelo TSE, sendo derrotado no segundo turno para Jair Bolsonaro do PSL.

O PSDB foi fundado em junho de 1988³⁷, em meio aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, contudo, o embrião do partido começou a ser gestado no início dos anos 1980, sobretudo por disputas por posições de poder no interior do PMDB paulista, entre os grupos conhecidos como históricos contra quercistas, especialmente com vistas à ocupação do governo de São Paulo (MELHEM, 1998; VIEIRA, 2012; BIZZARRO NETO, 2013). Essa disputa de forças interna se fez patente na escolha do candidato do PMDB ao governo do Estado em 1982, na qual se viabilizou a candidatura de Franco Montoro³⁸, tendo Orestes Quércia³⁹ como vice na chapa. Nas eleições para o governo do Estado de 1986, Quércia foi lançado como candidato, mesmo diante de fortes divergências internas. Isso gerou descontentamentos nos grupos políticos ligados a Fernando Henrique Cardoso⁴⁰, Franco Montoro e Mário Covas⁴¹, - que pleiteava a candidatura peemedebista a governador - que decidiram apoiar o candidato concorrente Antônio Ermírio de Moraes do PTB. Quércia sagrou-se vitorioso com 41% dos votos válidos, aumentando seu espaço de poder dentro do PMDB e reduzindo o campo de ação de seus rivais dentro do partido (MARQUES; FLEISCHER, 1999; VIEIRA, 2012). Com isso, cristalizou-se o rompimento entre o quercismo e os históricos.

A separação formal do PMDB e a fundação do PSDB aconteceu em 1988 e contou com a articulação dos “históricos” do MDB e da tendência interna conhecida como Movimento Unificado Progressista (MUP), grupo situado mais à esquerda do partido,

³⁷ A ata de fundação do partido data de 25 de junho de 1988.

³⁸ Antes de fundar o PSDB, do qual teve um papel proeminente na sua formação sendo o primeiro presidente nacional entre 1989 e 1991, Franco Montoro foi filiado ao Partido Democrata Cristão (PDC); Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Exerceu mandatos eletivos de vereador em São Paulo (1950-52); deputado estadual; deputado federal (1959-71); senador (1971-83) e governador (1983-87), todos por São Paulo.

³⁹ Quércia foi um dos quadros mais importantes do PMDB em São Paulo, tendo sido vereador em Campinas, eleito, em 1962, pelo Partido Libertador. Já pelo (P)MDB, foi eleito deputado estadual (1967-69), prefeito de Campinas (1969-73), senador (1975-83), vice-governador (1983-86) e governador (1987-91) de São Paulo. Em 1994, disputou a presidência da República pelo PMDB terminando em quarto colocado com 4,4% dos votos.

⁴⁰ Fernando Henrique Cardoso é sociólogo e fundador do PSDB, partido a que pertence desde 1988. Iniciou sua carreira política elegendo-se suplente de senador de Franco Montoro, em 1978 na legenda do MDB. Com a sua eleição para o governo de SP, FHC assumiu seu mandato no Senado em 1983, sendo reeleito senador por SP, em 1986, exercendo o cargo até 1992. Foi Ministro das Relações Exteriores (1992-93) e Ministro da Fazenda (1993-94) do governo Itamar Franco, estando à frente da formulação do Plano Real, que o cacifou à presidência da República, que ocupou por dois mandatos, de 1995 a 2002. Atualmente, é presidente de honra do PSDB.

⁴¹ Protagonista na fundação PSDB, Mário Covas teve um papel destacado na proposição de pautas progressistas da Constituição de 1988. Antes do PSDB, foi filiado ao Partido Social Trabalhista (PST); Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1989, fez um discurso emblemático no Senado, no qual defendeu um “choque de capitalismo” como a solução para a crise que o país atravessava. Foi o candidato presidencial do PSDB, em 1989, ficando em quarto lugar, obtendo 11% dos votos. Exerceu mandatos eletivos de prefeito de São Paulo (1983-86); deputado federal (1962-69 e 1983-87); senador (1987-95) e governador (1995-01), todos por São Paulo.

mas que também reunia parlamentares vindos de outras agremiações⁴²⁴³. O racha com o PMDB e a criação da nova legenda ocorreram durante as disputas internas no processo Constituinte. As questões mais controversas, defendidas por esse bloco dissidente, eram em relação ao sistema de governo – defendiam a adoção do parlamentarismo – e, quanto à duração do mandato presidencial de Sarney – requeriam um mandato de quatro e não cinco anos.

As derrotas sofridas em ambas as matérias e a insatisfação com o governo Sarney na condução da política econômica foram decisivas para o rompimento com o PMDB. Liderado pelo grupo paulista dos então senadores Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e do ex-governador de São Paulo⁴⁴, Franco Montoro, agregando políticos influentes como José Richa⁴⁵(PR) e Pimenta da Veiga⁴⁶ (MG) e dissidentes de outros partidos, a fundação do PSDB contou com a adesão de aproximadamente 40 parlamentares⁴⁷ e ocorreu em junho de 1988, ficando pronto para disputar as eleições municipais daquele mesmo ano.

Além das disputas no interior do PMDB, outros motivos que impulsionaram a criação do PSDB foram a perda de espaço político de quadros notórios e a percepção do surgimento de um espaço eleitoral vazio ao centro, ocasionado pelo descontentamento com os rumos tomados pelo governo Sarney. Por um lado, esse grupo de políticos experientes em cargos eletivos viu-se excluído dos cargos governamentais e do processo

⁴² Conforme Assumpção, “o PMDB era composto por quatro tendências: os *autênticos*, políticos de várias tendências ideológicas que, desde o final dos anos 1960, atuavam em defesa do retorno do Estado de Direito; os *históricos*, membros atuantes no partido desde a fundação e ligados aos setores progressistas; o *MUP* (Movimento da União Progressista), que se autodefinia como a esquerda do partido, e o ‘*Centrão*’, bloco suprapartidário, com forte atuação na Assembleia Constituinte, afinado com os interesses definidos pelo governo na gestão de José Sarney” (ASSUMPÇÃO, 2008, p.74).

⁴³ Embora a grande maioria dos fundadores do PSDB estivessem ligados ao PMDB, também foram signatários de sua fundação parlamentares do PFL, PDT, PSB e PTB (SANCHEZ, 2003).

⁴⁴ Além desses, entre os fundadores da sigla com destaque no cenário político nacional vindos de São Paulo estavam José Serra e Geraldo Alckmin.

⁴⁵ José Richa atuou como um dos articuladores da organização do PSDB no Paraná. Antes disso, foi deputado federal (1963-67) do Paraná, pelo PDC, reeleito em 1966 para um segundo mandato (1967-70) pelo MDB, partido que ajudou a fundar. Em 1982, foi eleito governador do Paraná (1983-87) pelo PMDB – nas primeiras eleições com o voto direto para governador estadual após a reimplantação do pluripartidarismo – e, posteriormente, senador (1987-95). Abandonou o PMDB em 1988 para ser um dos membros fundadores do PSDB.

⁴⁶ O então deputado mineiro, Pimenta da Veiga, foi membro-fundador do PSDB, o qual presidiu entre 1994 e 1995. Antes tinha sido deputado federal (1979-1988) pelo MDB/PMDB. Em 1988, foi eleito prefeito (1989-1990) de Belo Horizonte, pelo PSDB, sendo o único candidato do partido a conquistar a prefeitura de uma capital, cargo que renunciou após pouco mais de doze meses para candidatar-se ao governo de MG. Em 1998, elegeu-se deputado federal pelo PSDB mineiro e, no mesmo ano, foi nomeado ministro das Comunicações (1999-02), cargo de que se licenciou apenas para tomar posse do mandato de deputado federal, voltando, logo em seguida, a assumir o cargo ministerial.

⁴⁷ Ao todo, a fundação do partido contou com 48 parlamentares, sendo 40 deputados e oito senadores (ROMA, 2002, p.82).

de sucessão presidencial, por outro, a abertura de um nicho eleitoral de centro, resultante do crescente desprestígio do governo Sarney, significava que apenas por outro partido encontrariam a oportunidade de acesso ao governo federal (ROMA, 2002).

Roma (2002) considera que a fundação do PSDB se deve, em maior medida, à adoção de estratégias pragmático-eleitorais do que a questões ideológicas, já que a criação do partido

Tratou-se da cisão de um grupo de deputados federais e senadores que acreditavam somente ter possibilidade de conquistar cargos no governo federal, principalmente a presidência da República, aproveitando-se do capital político acumulado pelo e no PMDB, mas por meio de outro partido (ROMA, 2002, p.74).

Embora na epígrafe do manifesto de fundação conste a frase de Franco Montoro, em que o partido nasce “longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas”, não foi isso o que se passou. Com efeito, o partido nasceu no ventre do governo, ocupando uma bancada significativa no Parlamento - terceira maior, atrás apenas do PMDB e do PFL. Em decorrência disso, Roma pontua que

[...] o PSDB foi criado por parlamentares em busca de espaço de poder, portanto, a partir de uma ação estratégica pragmática. Sua criação como partido interno ao sistema parlamentar propiciou uma estrutura organizacional fraca, descentralizada, a inexistência de atividades extra-eleitoral e pequena participação dos filiados e a falta de instâncias democráticas de veto às decisões das elites dirigentes. Essa estrutura, por sua vez, facilitou a aproximação entre o partido e o PFL, principalmente porque o programa de governo de ambos os partidos apresenta uma visão ideológica próxima do liberalismo (ROMA, 2002, p.72).

O PSDB cresceu mais rápido do que qualquer outro partido na história brasileira e, em apenas seis anos após sua criação, conquistou a presidência, a qual ocupou por dois mandatos consecutivos com Fernando Henrique Cardoso. Segundo Celso Roma (2002, 2006), o crescimento do PSDB está associado ao tipo de estrutura organizacional do partido, desprovida de efetivas instâncias de veto para ação da militância somado ao modelo de tomada de decisão, assegurou a autonomia decisória dos seus líderes, viabilizando estratégias voltadas à eficiência eleitoral. “Mantendo fracos vínculos com a sociedade civil, demonstrada pela origem exclusivamente parlamentar e pela falta de articulação e organização dos interesses de associações representativas, suas lideranças podem atuar na arena governamental e na competição eleitoral com maior autonomia decisória” (ROMA, 2002, p.87).

Neste contexto, a inserção do PSDB, no governo Itamar Franco, se mostrou essencial para a chegada de Fernando Henrique à Presidência da República, em primeiro turno, em grande medida, embalado pela popularidade do Plano Real. Nas eleições de 1998, a aliança comandada pelo PSDB conseguiu novamente emplacar um segundo mandato presidencial com FHC. Durante os mandatos de FHC, o PSDB arregimentou apoio de setores conservadores, fazendo coligações/coalizões com os principais partidos de direita PFL, PTB e PPB. Isso demonstra um deslocamento no posicionamento ideológico do PSDB, que nasceu como um partido de centro-esquerda e passou para a centro-direita do espectro político.

A derrota de José Serra⁴⁸, nas eleições presidenciais de 2002, para o candidato petista, marca o início da derrocada tucana. Contribuíram para a derrota peessedebista, a crise econômica dos últimos anos da gestão FHC e a dissolução do arco de aliança de centro-direita que havia rendido sustentação ao governo. Além disso, Fleischer (2006) lembra que, embora nessa eleição o PSDB estivesse coligado ao PMDB e existisse a exigência de verticalização das coligações partidárias, em vários Estados, o PMDB mobilizou apoio em favor do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Nas eleições seguintes, ocorridas em 2006, 2010 e 2014, os candidatos tucanos à Presidência, Geraldo Alckmin⁴⁹, José Serra e Aécio Neves⁵⁰, respectivamente, foram derrotados no segundo turno pelos candidatos petistas – Lula (2006) e Dilma Rousseff

⁴⁸ José Serra foi deputado federal Constituinte, por São Paulo, eleito pelo PMDB em 1986. Em 1988, participou da fundação do PSDB, presidiu sua comissão executiva até 1991 e foi presidente nacional do partido de 2003 a 2005. Também foi Ministro do Planejamento (1995-96) e Ministro da Saúde (1998-02) nos governos FHC e Ministro das Relações Exteriores (2016-17), de Michel Temer. Além disso, exerceu mandatos eletivos de prefeito de São Paulo (1983-86); governador (2007-10) e senador por três vezes (1996-98; 2002-03; 2015-atual) licenciando-se em dois destes para o exercício dos cargos ministeriais.

⁴⁹ Geraldo Alckmin iniciou sua carreira política como vereador (1973-77) e depois prefeito de Pindamonhangaba (1977-82) pelo MDB. Posteriormente, elegeu-se deputado estadual em 1982 e federal Constituinte, em 1986, por São Paulo, pelo PMDB. Foi um dos fundadores do PSDB, em 1988, e presidente nacional da sigla (2017-19). Pelo PSDB, elegeu-se vice-governador, de São Paulo em 1994, na chapa encabeçada por Mário Covas, reelegendo-se vice-governador em 1998, na mesma chapa da eleição anterior. Com a morte de Covas em 2001, Alckmin assume o governo do estado e, no ano seguinte, é eleito governador de São Paulo, permanecendo à frente do Executivo estadual até 2006, quando se desincompatibilizou do cargo para concorrer à presidência de República. Alckmin ainda foi eleito governador de São Paulo para dois mandatos consecutivos, permanecendo no cargo de 2011 a 2018, quando, novamente, se afastou para disputar a presidência de República.

⁵⁰ Aécio Neves é neto de Tancredo Neves, primeiro presidente eleito pelo Colégio Eleitoral pós-redemocratização. Aécio ingressou na carreira política, em 1986, sendo eleito deputado federal Constituinte por MG pelo PMDB. Em 1989, migrou para o PSDB onde foi reeleito para mais três mandatos de deputado federal, cargo que exerceu de 1987 até 2002. Também foi eleito governador de MG para dois mandatos consecutivos, permanecendo no cargo de 2003 a 2010, quando se afastou para disputar uma vaga ao senado, cargo que ocupou de 2011 a 2019. Em 2013, foi escolhido presidente nacional do PSDB exercendo o cargo até 2017. Em 2014, concorreu à Presidência da República, sendo derrotado, no segundo turno, pela candidata do PT, Dilma Rousseff, por uma diferença de 3% dos votos, na eleição considerada mais apertada da história. Em 2018, foi eleito deputado federal, cargo que ocupa até hoje (2021).

(2010 e 2014). A disputa presidencial de 2014 foi a mais acirrada da atual quadra democrática e terminou com a reeleição da presidenta Dilma Rousseff com 51,6% contra 48,3% do candidato tucano Aécio Neves. Mesmo saindo derrotado das urnas, o bom desempenho eleitoral alçou Aécio Neves à condição de principal líder da oposição, contudo, o desgaste sofrido pelas acusações de envolvimento em escândalos de corrupção esvaziou o seu capital político e acabou com qualquer pretensão de concorrer novamente à presidência. O Senador tucano, Tasso Jereissati, em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, a um mês das eleições de 2018, comentou, de forma autocrítica, a sucessão de erros cometidos pelo partido:

O partido cometeu um conjunto de erros memoráveis. O primeiro foi questionar o resultado eleitoral. Começou no dia seguinte (*à eleição*). Não é da nossa história e do nosso perfil. Não questionamos as instituições, respeitamos a democracia. O segundo erro foi votar contra princípios básicos nossos, sobretudo na economia, só para ser contra o PT. Mas o grande erro, e boa parte do PSDB se opôs a isso, foi entrar no governo Temer. Foi a gota d'água, junto com os problemas do Aécio (*Neves*). Fomos engolidos pela tentação do poder. (O Estado de S. Paulo, 13/09/2018).

Os inúmeros erros atingiram em cheio candidatura de Alckmin em 2018 que, tendo que disputar os votos de centro-direita e até mesmo apoio político de seus aliados com Bolsonaro (PSL), não conseguiu emplacar sua campanha. Ao final do primeiro turno, terminou com um resultado melancólico: obteve menos de 5% dos votos válidos, amargando o pior desempenho tucano em uma eleição presidencial. Desde as eleições de 2002, é a primeira vez que o partido fica fora de um segundo turno presidencial, o então nanico PSL tomou o seu lugar na disputa.

2.3. Conclusões parciais: as estratégias organizativas acionadas pelas elites petistas e tucanas

Segundo Duverger, “a direção dos partidos [...] apresenta o duplo carácter de uma aparência democrática e de uma realidade oligárquica” (DUVERGER, 1970; p. 170). Essa identidade dual das agremiações partidárias sobrevém da necessidade de que os dirigentes partidários têm de preservar pelo menos uma fachada democrática, a fim de legitimar sua posição de comando que, em função da eficácia prática, é fortemente impelida no sentido inverso. Por isso, Duverger sugere que os partidos são democráticos na aparência, mas oligárquicos na realidade.

No PT, a solução encontrada para conciliar esses dois aspectos foi a introdução do PED para a eleição da *central office*, que propiciou uma ampla participação dos

filiados por meio do voto direto, ao mesmo tempo em que fortaleceu o controle da coalizão dominante ao estabelecer uma relação direta entre as chapas e a massa atomizada de filiados. Já, no PSDB, as Convenções são majoritariamente controladas pelos parlamentares em todos os níveis hierárquicos, sem que haja a participação efetiva dos filiados nas atividades partidárias. Aliás, desde sua fundação, a *public office* vem determinando os rumos da sigla, demonstrando uma predisposição oligárquica das direções tucanas.

Com relação às características genéticas, os efeitos decorrentes da *path dependence* - segundo a qual a estrutura organizacional dos partidos é tributária da sua formatação originária - permitem inferir que a origem externa do PT ensejou um desenvolvimento territorial por penetração a partir da inserção de novas elites políticas, em especial, sindicalistas na arena político-institucional. O PSDB surgiu de uma cisão partidária, capitaneando elites dissidentes de outros partidos (em especial do PMDB) organizando-se, primeiramente, pelo ingresso de elites políticas locais, sem o controle de um poder central, expandindo-se por difusão. Uma síntese com as características de ambos os partidos é apresentada no quadro a seguir.

Quadro 2 - Características do PT e PSDB

PT	PSDB
Formado em 1980	Fundado em 1988
Origem extraparlamentar (criado no sentido <i>bottom-up</i> , por militantes dos movimentos sociais e sindical)	Origem parlamentar (criação <i>top-down</i> , a partir de uma cisão partidária)
Inicialmente composto por facções e organizações com características de partidos; depois por tendências internas e grupos políticos eleitos	Formado por parlamentares e lideranças políticas fortes nos estados com destaque para as lideranças paulistas e o MUP, fração organizada dentro do PMDB
Partido de massas	Partido de quadros
Apresentou candidato próprio em 8 eleições presidenciais	Apresentou candidato próprio em 8 eleições presidenciais
Conquistou a presidência em 2002, 2006, 2010 e 2014	Conquistou a presidência em 1994 e 1998

Fonte: elaboração própria.

Os partidos devem preencher alguns critérios para que possam ser considerados democráticos (HAZAN; RAHAT, 2010; SCARROW, 2005). Assim, quando se trata de

democracia intrapartidária, logo se evocam modelos inspirados no partido de massas com uma estrutura organizacional construída de baixo para cima, com canais de acesso para a participação e mecanismos de *accountability*. Contudo, uma dimensão central para saber como os partidos incorporam esses ideais ao distribuírem incentivos e oportunidades aos seus membros é o processo de institucionalização dos sistemas políticos partidários que, por sua vez, possibilita o desenvolvimento/manutenção de uma estabilidade organizativa. Nesse sentido, examinar como o formato da institucionalização partidária reverbera nas estratégias organizativas e no processo decisório interno, é uma chave para entender como se desenvolvem os jogos de poder no interior dos partidos.

Capítulo 3 - Institucionalização Partidária: PT e PSDB em perspectiva comparada

Qualquer análise acerca da democracia intrapartidária deve centrar nas especificidades e nas relações de poder internas de cada partido. Contudo, com base em Panebianco (2005), outros fatores igualmente relevantes para compreender o funcionamento dos sistemas políticos intrapartidários são o seu modelo genético e o grau de institucionalização. Assim, *pari passu* com o processo de democratização interna, também importa ser analisada a institucionalização dos processos e das organizações partidárias.

O processo de institucionalização partidária é essencial para examinar as estratégias empregadas pelos partidos, que respondem aos contextos nos quais estão inseridos. Por suposto, os níveis de institucionalização das organizações partidárias são essenciais para discutir a dinâmica da democracia interna dos partidos. Por isso, antes de adentrarmos na análise da democracia intrapartidária propriamente dita, neste capítulo, realizaremos uma análise do formato de institucionalização do PSDB e PT, apreendida a partir do modelo teórico proposto por Panebianco.

Segundo Panebianco (2005), a institucionalização refere-se ao processo de consolidação da organização, em que os objetivos iniciais são substituídos pela sobrevivência da própria organização que passa a ter valor em si⁵¹. Já, o modelo genético mostra que as características originárias incidem sobre o desenvolvimento das organizações partidárias. Define três fatores que influenciam no desenvolvimento organizativo: o desenvolvimento da organização por meio de *penetração* territorial ou *difusão* territorial (ou ambas), a presença ou ausência de uma instituição externa e o caráter carismático ou não da formação do partido. A forma como esses elementos se relacionam entre si leva os partidos a adotarem diferentes tipos de organização com distintos graus de institucionalização.

Com base nesse referencial e informado de que o nível de institucionalização ocorre de distintas formas e intensidades em cada partido, objetivamos desenvolver indicadores com intuito de verificar diferenças e/ou semelhanças no processo de

⁵¹ Nas palavras do autor, o processo de institucionalização refere-se “[...] a consolidação da organização, a passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial, quando a recém-nascida organização ainda se encontra em construção, a uma fase em que a organização se estabiliza, desenvolve interesses estáveis para a sobrevivência e lealdades organizativas igualmente estáveis” (PANEBIANCO, 2005, p.36).

institucionalização dessas organizações partidárias. Segundo Panebianco (2005), o nível de institucionalização influencia no grau de coesão da coalizão dominante. Nesse sentido, partidos bastante institucionalizados apresentam uma coalizão dominante coesa ao passo que partidos pouco institucionalizados possuem uma coalizão dominante dividida. Além disso, nossa análise do processo de institucionalização petista e tucana também irá se ocupar daquilo que Panebianco identifica como mapa do poder organizativo, com especial olhar voltado para o formato da estrutura de disputa pelos postos de poder interno e as modalidades de recrutamento/circulação das elites (PANEBIANCO, 2005, p.113).

Dessa forma, começamos realizando uma breve revisão do conceito de institucionalização a partir de modelos consagrados pela literatura política. Na sequência, serão apresentadas as variáveis e indicadores que servirão de base para a operacionalização da institucionalização partidária. Posteriormente, serão discutidos a formação e o desenvolvimento organizativo do PT e do PSDB sob esse prisma.

3.1. Revisitando o conceito de institucionalização

Originalmente, o conceito de institucionalização entra no jargão da sociologia pela teoria geral da ação de Talcott Parsons que, cunhada a partir de uma síntese entre o estruturalismo Durkheimiano e a sociologia compreensiva de Weber, o consagra como um sistema social. Segundo ele, as instituições pressupõem a recorrência de certos padrões de comportamento, que servem de base para a ação e orientam as expectativas quanto aos papéis específicos atribuídos aos diversos atores numa determinada estrutura social (PARSONS, 1954 *apud* BLONDEL, 2006; PERES, 2000).

No campo da ciência política, indubitavelmente, o conceito de Samuel Huntington (1975) foi um dos mais influentes na abordagem das organizações políticas. Na sua famigerada definição, “as instituições são padrões de comportamento estáveis, válidos e recorrentes”, sendo a institucionalização “o processo através do qual as organizações e os processos adquirem valor e estabilidade” (HUNTINHGTON, 1975, p.24). Desse modo, uma organização é tida como mais desenvolvida politicamente quanto mais institucionalizada for. O modelo proposto por Huntington aponta quatro dimensões para a operacionalização da institucionalização, a saber: adaptabilidade, complexidade, autonomia e coerência.

O conceito de institucionalização de autoria de Samuel Huntington (1975) é mais evocado para medir a institucionalização de qualquer tipo de sistema político, o problema

é que ele não faz distinção entre partidos ou sistemas partidários. A aplicação do conceito de institucionalização aos partidos políticos se deu a partir dos estudos das organizações de Philip Selznick e, posteriormente, sendo retomados por Panebianco (2005), para quem um partido se torna institucionalizado quando obtém valor em si e estabilidade organizativa. Em comum, nessas perspectivas, a estabilidade da estrutura organizativa é uma condição necessária para a institucionalização de uma organização.

Para Panebianco (2005, p.103-07), a forma e a intensidade da institucionalização dependem de cada partido e podem ser medidas através de duas dimensões: o grau de autonomia em relação ao ambiente, que advém da capacidade do partido de controlar recursos indispensáveis para a manutenção do seu funcionamento e o grau de sistemicidade interna, que se refere à coerência estrutural interna da organização com relação à interdependência e a simetria entre as subunidades do partido. Ambos os processos estão relacionados com a concentração do controle das zonas de incerteza dentro da organização, ou seja, quanto mais concentradas forem as zonas de incerteza “nas mãos de grupos restritos” (PANEBIANCO, 2005, p.72), maior é o grau de institucionalização partidária. Assim, partidos com elevada sistemicidade dispõem de estruturas funcionais homogêneas entre si, enquanto partidos mais autônomos desenvolvem maior capacidade de controle sobre os processos de troca com o ambiente externo. Em alguma medida, todos os partidos se institucionalizam, desse modo, o que existe não é uma diferença entre partidos institucionalizados e não institucionalizados, mas, sim, diferenças no grau de institucionalização que pode ser forte ou fraca. Nesse diapasão, partidos com forte institucionalização atingem um alto grau de sistemicidade e autonomia.

Para aferir essas duas dimensões, Panebianco aventa cinco indicadores: 1) Grau de desenvolvimento da organização extraparlamentar; 2) Grau de homogeneidade da estrutura organizacional; 3) Modalidades de financiamento; 4) As relações com as organizações partidárias colaterais e; 5) Correspondência entre as regras *de jure* e *de facto* do partido. O primeiro indicador é avaliado pelo desenvolvimento de uma burocracia central e de um aparato nacional; o segundo, pela homogeneidade no funcionamento das subunidades organizativas. O terceiro, as modalidades de financiamento são mais institucionalizadas quando dispõem de contribuições regulares e são oriundas de uma pluralidade de fontes. Quanto às relações com as organizações partidárias colaterais, são avaliadas conforme o domínio exercido sobre as organizações externas, já, o quinto indicador, a correspondência entre as normas estatutárias e comportamentos individuais,

é mais institucionalizada quando agentes que ocupam posições de autoridades são formalmente reconhecidos como tais. Esses indicadores oferecem a possibilidade de auferir empiricamente o processo de institucionalização dos partidos por meio dos graus de autonomia e sistemicidade.

Partindo do conceito de institucionalização de Huntington e Panebianco, Bolognesi (2012) elabora um modelo para verificar empiricamente os processos de institucionalização partidária. Trabalha com os pares interno/externo e estrutural/atitudinal, dos quais depreende uma série de indicadores para a operacionalização empírica do conceito. Aqui, atemo-nos ao par estrutural/atitudinal. Nessa chave, Bolognesi (2012) aponta duas variáveis da dimensão atitudinal: infusão de valores e reificação. A infusão de valores seria entendida pela capacidade da organização de criar vínculos de identidade junto aos seus membros e a reificação, pela extensão na qual os partidos são reconhecidos como atores legítimos e centrais no exercício da representação democrática, isto é, o quão reificados estão junto ao eleitorado. Como indicadores empíricos da infusão de valores, sugere a coerência e a densidade eleitoral, e, da reificação, a presença no eleitorado e disposição eleitoral.

Como forma de auferir a coerência, sugere analisar o quanto os candidatos apelam à imagem ou ao programa do partido nas suas campanhas e a quantidade de setoriais que contemplam grupos sociais no interior das organizações; já, a densidade eleitoral seria auferida pela capacidade do partido de converter o apoio dos filiados em votos, o que pode ser calculado dividindo a quantidade de votos obtidos nas eleições presidenciais pelo número de filiados. Contudo, o autor admite não dispor de dados que permitam a mensuração do quanto os candidatos se reportam ao partido, por isso exclui essa medida do seu modelo.

Pinho (2017) faz uma série de ponderações com relação às dimensões de Bolognesi apresentando, assim, um modelo mais bem acabado para a medição da institucionalização partidária. A autora, além de reformular alguns indicadores propostos por Bolognesi, apresenta novas possibilidades para auferir a institucionalização/desinstitucionalização partidária. Assim, seguindo o modelo de Panebianco, a autora sugere a análise dos aspectos organizacionais do processo de institucionalização por meio da sistemicidade e autonomia (PINHO, 2017).

Com base no entendimento dos referidos autores, para mensurar a institucionalização do PT e PSDB, partimos do conceito de institucionalização de Panebianco, incrementando com indicadores propostos por Bolognesi (2012) e Pinho

(2017). Nas próximas seções, serão apresentados os indicadores e suas formas de mensuração e, logo na sequência, voltamo-nos para a análise dos níveis de institucionalização partidária do PT e PSDB.

3.2. Variáveis para a mensuração da institucionalização partidária

As variáveis utilizadas para avaliar a institucionalização partidária compreendem duas dimensões, das quais depreendemos indicadores empíricos para a sua mensuração:

i) **Sistemicidade** consiste na complexidade organizacional e na rotinização das atividades partidárias (DAZA, 2005; POLSBY, 2008). Como indicadores da complexidade organizacional, utilizamos a quantidade de órgãos funcionais ou setoriais no interior dos partidos, porquanto incidem diretamente na especialização das funções organizativas, e a evolução do número de filiados, pelo qual é possível verificar a disponibilidade de recursos humanos para a realização das tarefas organizativas, bem como à renovação dos quadros político-partidários. Já, a rotinização auferimos por meio da replicação da estrutura nacional nos níveis regionais - estadual, municipal e zonal – e da realização de congressos e convenções nacionais nos partidos, processos de escolha das direções partidárias e consultas às bases, considerando que a adoção de práticas regulares sinaliza maior transparência e credibilidade para seus membros.

ii) **Autonomia** agrega quatro indicadores 1) inflexão territorial, 2) disciplina organizacional, 3) relação do partido com os órgãos colaterais, e 4) modalidade de financiamento. Quanto às formas de mensuração, a *inflexão territorial* é avaliada pela trajetória fundacional dos partidos, se o partido se desenvolve por penetração territorial quando existe um “centro” partidário que controla e direciona a formação da organização ou difusão territorial, quando ocorre pela ação de elites locais e regionais que posteriormente se vinculam a um centro nacional. A *disciplina organizacional* identifica a capacidade do partido impor o peso organizacional, medida pela capacidade de fazer com que os membros acatem a decisão do partido e pela imposição de sanções disciplinares internas.

A *relação do partido com os órgãos colaterais* visa a verificar a presença de grupos ou organizações externas ao partido que desempenham funções diretivas dentro da organização, enquanto a *modalidade de financiamento* compreende a pluralidade de fontes e a regularidade de entradas do financiamento partidário. A diversidade de fontes disponíveis à organização assegura maior autonomia do que partidos com poucos

financiadores, que são mais dependentes desses, visto que controlam uma zona de incerteza central para a institucionalização, ao passo que a regularidade garante a manutenção da instituição e capacidade de planejamento de sua institucionalização. O quadro a seguir sintetiza os indicadores mobilizados para a análise do processo de institucionalização.

Quadro 3 - Indicadores de Institucionalização Partidária

Variável	Indicadores Empíricos	Formas de Mensuração
SISTEMICIDADE	Complexidade Organizacional	Total de setoriais ou órgãos funcionais dos partidos
		Evolução do número de filiados
	Rotinização	Replicação da estrutura nacional nas estruturas regionais
		Regularidade da realização de convenções partidárias, processos de seleção das direções, encontros e congressos nacionais e consultas à base
AUTONOMIA	Inflexão Territorial	Crescimento do partido por difusão territorial ou penetração
	Disciplina organizacional	Aplicação de sanções disciplinares internas
		Relação parlamentar/partidária
		Relação governamental/partidária
	Formato das relações com os órgãos colaterais	Existência de grupos ou associações formalmente externas ao partido que exerçam papel diretivo na organização
		Predomínio ou dependência das organizações externas
	Modalidade de Financiamento	Pluralidade de Fontes
Regularidade de entradas		

Fonte: Pinho (2017, p.174-175).

3.3. Institucionalização Petista vs. Tucana

PT e PSDB apresentam origens e trajetórias distintas, incorrendo em diferentes processos de institucionalização. O PT é um partido de origem extraparlamentar, com seu surgimento vinculado ao sindicalismo emergente das greves do ABC paulista, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a grupos da esquerda clandestina e elites intelectuais (*intelligentsia*). Estudos clássicos sobre o PT (KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989), chamaram a atenção para o ineditismo de sua criação, com uma base pluriclassista, com inclusão da base na estrutura diretiva, dinâmica partidária intensa e comprometido programaticamente⁵². Todas essas características fizeram do PT um “ponto fora da curva” em relação ao histórico de formação dos partidos políticos brasileiros, criados, em sua grande maioria, entre as elites políticas. Já, o PSDB origina-se como um partido parlamentar, com a prioridade de obter ganhos eleitorais nos moldes dos partidos *catch all*, permanecendo, ao longo do seu desenvolvimento organizativo, um partido elitista desvinculado de qualquer base social (ROMA, 2002; VIERA, 2012). Na sequência, verificaremos empiricamente o processo de institucionalização petista e tucana sob à luz dos indicadores aventados.

3.3.1. Sistemicidade

Segundo Panebianco (2005), partidos formados e que permanecem longos períodos na oposição tendem a desenvolver uma organização mais forte e consolidada. Isso porque, em partidos privados do acesso a recursos estatais, sua sobrevivência depende, em grande medida, de fazer valer ao máximo o recurso da organização. O PT passou vinte e dois anos na oposição (1980-2002) e não participou de nenhum ministério até ascender à Presidência da República, enquanto o PSDB é um partido que já nasceu grande, contando com o protagonismo de políticos proeminentes no cenário nacional. Com apenas quatro anos de existência, já ingressou no governo federal assumindo importantes cargos no governo Itamar (1992-1994) e, logo na sequência, ganhou a Presidência da República ocupando-a entre os anos de 1995-2002.

⁵² “Diferentemente de outros partidos políticos criados nos anos 80, o Partido dos Trabalhadores tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que levava a sério a questão da representação (tanto na sua organização interna quanto em relação às bases eleitorais) e formulava sua proposta em termos programáticos” (KECK, 1991, p. 13).

Desse modo, há congruência com o postulado de Panebianco (2005) que aponta a existência de diferenças organizacionais entre partidos que nascem e, logo em seguida, entram no governo, daqueles que permanecem na oposição, em que os primeiros tenderiam a negligenciar o fortalecimento organizacional. A adesão de parlamentares e a prematura entrada no governo possibilitaram ao partido ter acesso a recursos públicos e a influências políticas, tornando-o mais dependente de recursos estatais e dos capitais individuais de suas lideranças. A projeção alcançada dentro da gestão Itamar, com a implementação do Plano Real comandada pelo então Ministro da Fazenda FHC, cacifou o partido à presidência.

Tal como aventado por Panebianco (2005), a sistemicidade refere-se à coerência interna entre as diversas partes da organização. Em partidos com alto grau de sistemicidade, o centro controla as subunidades internas produzindo uma institucionalização forte, enquanto partidos com baixa sistemicidade são descentralizados e dão autonomia a suas subunidades, gerando uma institucionalização fraca. Voltamo-nos agora para os indicadores da sistemicidade partidária, começando pela complexidade organizacional.

Complexidade organizacional

Nosso primeiro indicador analisa a existência de órgãos especializados - setoriais ou órgãos funcionais – da estrutura petista e tucana. Com relação ao PT, ao longo da sua trajetória, o partido aprovou oito estatutos. O primeiro data de 1980 e não previa a existência de setoriais. A CEN se limitava às funções de presidente, vices, secretário geral, tesoureiros, líderes das Bancadas e vogais⁵³. Entretanto, o Regimento Interno de 1984 já fazia referência a estruturas especializadas, como a criação de uma Comissão de Filiação e Nucleação dentro da Secretaria Nacional de Organização (SORG)⁵⁴ e de secretarias, em cada nível de direção, como órgãos auxiliares dos Diretórios⁵⁵. Em nível regional e nacional, o regimento previa a criação dos seguintes órgãos: Secretaria de Formação Política; Secretaria Sindical; Secretaria de Política Agrária; Secretaria de Imprensa e Propaganda; Secretaria Jurídica; Secretaria de Movimentos Sociais; Secretaria Cultural; Secretaria de Política Municipal; e Secretaria Estudantil,

⁵³ Estatuto PT, 1980, Art.66.

⁵⁴ Art. 23, §2 do Regimento Interno do PT de 1984.

⁵⁵ Art. 52 do Regimento Interno do PT de 1984.

acrescentado, em nível nacional, a Secretaria de Relações Internacionais⁵⁶ (PINHO, 2017). A quantidade de órgãos que o partido possui, desde seus primeiros anos de existência, confere maior especialização à burocracia partidária que, com o passar do tempo, tem se especializado funcionalmente na divisão do trabalho.

Atualmente, a Executiva Nacional é composta por cargos de natureza administrativa e de representação pública: presidente, vice-presidentes, Secretarias Geral, de Organização (SORG), de Finanças e Planejamento, de Comunicação e instâncias destinadas para assuntos específicos: de Formação Política, de Movimentos Populares, de Relações Internacionais, de Assuntos Institucionais, de Desenvolvimento Econômico e de Coordenação Regional⁵⁷. O partido ainda organiza secretarias de Mulheres, Juventude, Combate ao Racismo e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), e secretarias nacionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário, Sindical e Cultura. E conta com Setoriais Nacionais vinculadas à Secretaria Nacional de Movimentos Populares: C&T e TI, Comunitário, Direitos Humanos, Economia Solidária, Educação, Esporte e Lazer, Pessoas com Deficiência e Saúde⁵⁸. Ao todo, a CEN do PT conta com seis órgãos funcionais e quinze setoriais. Desse modo, verificamos uma multiplicação de órgãos funcionais e setoriais no sistema interno do PT.

Quanto ao PSDB, seu primeiro estatuto data de 1988, mesmo ano de sua fundação. Em 1996, o partido alterou seu estatuto para se adequar às exigências da nova legislação – LPP - de 1995 (ROMA, 2002; RIBEIRO, 2013), e, depois disso, valendo-se da autonomia concedida pela legislação, implementou reformas estatutárias em 1999, 2001, 2003, 2007, 2011, 2013, 2015, e 2017.

Em 1988, a CEN peessedebista não apresentava nenhuma secretaria ou órgão especializados voltados para assuntos específicos, sua composição se limitava a quinze membros efetivos e sete suplentes, sem, sequer, especificar suas funções⁵⁹. Apenas no estatuto de 2013, houve ganhos no grau de especialização de tarefas da sua organização, com a implementação de Redes Temáticas com foco na mulher (PSDB Mulher), na juventude (Juventude do PSDB) e no trabalho (PSDB Sindical)⁶⁰. Em 2015, tais núcleos passaram a ter direito a voz e voto na Executiva Nacional⁶¹.

⁵⁶ Art. 53 do Regimento Interno do PT de 1984.

⁵⁷ Estatuto do PT, 2017, Art. 117, e §1º.

⁵⁸ <https://pt.org.br/estrutura-partidaria/>

⁵⁹ Estatuto do PSDB, 1988. Art.24.

⁶⁰ Estatuto do PSDB, 2013, Seção V.

⁶¹ Estatuto do PSDB, 2015, Art. 73, §3º.

Atualmente, a CEN continua composta basicamente por cargos administrativos. Além do Presidente de Honra e dos seus ex-Presidentes, compõem a CEN, o presidente, vices, vices substitutos, secretário geral, tesoureiros, vogais e membros natos como o Presidente Nacional do Instituto Teotônio Vilela e os líderes das Bancadas⁶². Também, houve um pequeno aumento na sua divisão do trabalho interna, com a implementação de órgãos setoriais especializados na sua estrutura organizativa como o Tucanafro (Secretariado da Militância Negra do PSDB) e o Diversidade Tucana.

Além desses, o partido ainda conta com Redes Temáticas, Secretariados e Núcleos de Base, que têm como atribuição fazer a articulação do partido com a sociedade, junto aos movimentos sociais e populares, compreendendo “[...] movimentos ambiental, trabalhista e sindical, da juventude, da mulher, da diversidade, de minorias étnicas, de profissionais liberais, empreendedores, de artistas, rural, terceira idade, terceiro setor; e [...] gestão de cidades, desenvolvimento sustentável, cultura, segurança pública, políticas sociais, economia, competitividade, infraestrutura e outros” (Estatuto PSDB, 2017, Art. 16, II). Em que pese o aumento da quantidade de órgãos especializados em sua estrutura organizativa, tais avanços ainda são tímidos, sobretudo se comparados com a estrutura organizativa do PT que, nos seus anos iniciais, já possuía uma maior complexidade organizacional, relativamente à do PSDB de hoje, que tem uma estrutura menos porosa à representação de grupos setoriais.

Filiação

A outra dimensão da complexidade organizacional corresponde ao número de filiados e aqui cabem algumas considerações preliminares. Enquanto alguns autores veem a participação dos filiados como um fator que afeta a eficiência na tomada de decisão das organizações partidárias (EPSTEIN, 1967; SCHUMPETER, 1961), outros a enxergam como um caminho para gerar mecanismos de *accountability* e melhorar a legitimidade partidária (GAUJA, 2014; SCARROW, 1994; 1996; 2005). Evitando-se a polêmica sobre as concepções teórico-normativas que envolvem esta noção,⁶³ os filiados, além do seu valor simbólico, podem ser vistos como fonte de recursos fundamentais para os partidos

⁶² Estatuto do PSDB, 2017, Art. 64.

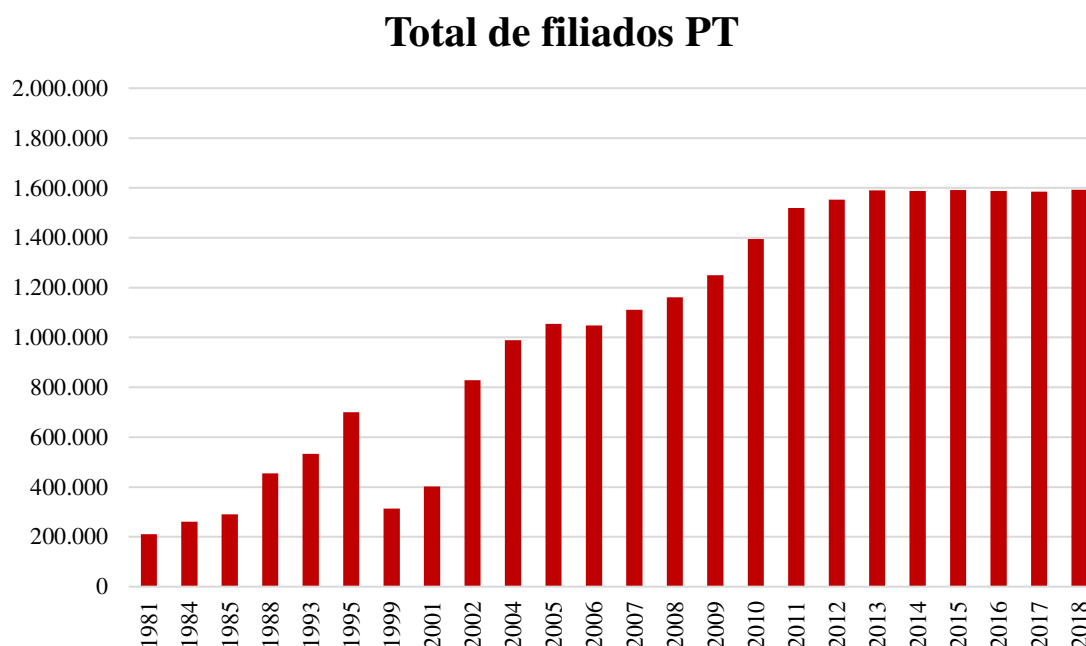
⁶³ Heidar (1994) distingue duas concepções teórico-normativas que correspondem a distintos modelos de participação: os *realistas*, cuja participação deveria ser compreendida apenas como uma dimensão do processo democrático; e os *idealistas*, para os quais a participação é um elemento prioritário do processo democrático.

políticos: trabalho voluntário e dinheiro. Em que pese a crescente profissionalização das atividades partidárias, os membros filiados ainda representam um recurso organizacional importante, sobretudo durante as campanhas eleitorais⁶⁴. A quantidade de filiados é um indicador padrão da força do partido (IGNAZI, 2014). Analisar a evolução do número de filiados ao longo da trajetória partidária permite compreender características do seu desenvolvimento organizacional quanto à disponibilidade de recursos humanos para a realização das tarefas organizativas e à renovação dos quadros político-partidários.

No caso do PT, o incentivo dado à participação dos filiados, durante o processo de formação, foi uma das características que o consagrou como uma novidade frente aos demais partidos políticos brasileiros (KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989). Isso foi possível graças a uma dinâmica partidária permanente, e não circunscrita apenas aos períodos eleitorais, que criou uma série de mecanismos – como os núcleos de base – capazes de integrar os membros às atividades partidárias por meio de reuniões, debates, festas, contribuições financeiras periódicas, edição de jornal e revista (Teoria e Debate) etc (MENEGUELLO, 1989, p.36).

Seguindo uma tendência geral apresentada pelos outros grandes partidos brasileiros, o PT registrou um aumento no contingente de filiados no decorrer do tempo. Nos primórdios do atual sistema partidário, PMDB e PDS concentravam o maior número de filiados, beneficiados pela estrutura organizacional herdada de seus antecessores (MDB e ARENA, respectivamente). Os demais partidos fundados, durante esse período (PT, PDT e PTB), apareciam bem atrás nesse aspecto. Ao final dos anos 1980, apenas o PMDB contava com uma proporção de filiados maior do que 10 por grupo de mil eleitores, seguido de longe por PDT, PFL e PT com os maiores contingentes de filiados (BRAGA; RODRIGUES-SILVEIRA; BORGES, 2012; SILVA, 2017). No caso do PT, se observa um crescimento mais expressivo nas taxas de filiação a partir da década de 2000. O gráfico abaixo mostra a evolução do número de filiados ao PT ao longo de mais de três décadas.

⁶⁴ Como Maurice Duverger escreveu sobre o partido de massa: “os adeptos constituem portanto a própria matéria do partido, a substância da sua ação. Sem adeptos, o partido assemelhar-se-ia a um professor sem alunos” (DÜVERGER, 1970, p.99).

Gráfico 3 – Evolução do número de filiados do PT

Fontes: elaboração própria a partir de dados de Ribeiro (2010), Pinho (2017) e do TSE.

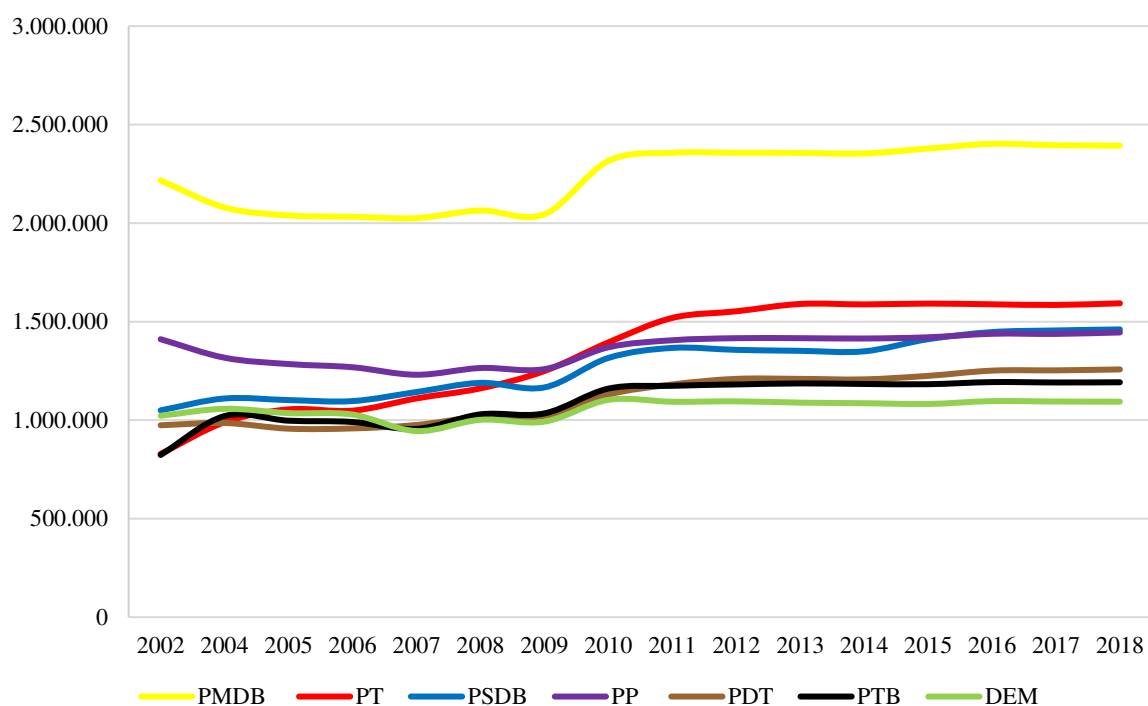
Chama a atenção no gráfico, a redução no número de filiados, em 1999, em comparação a 1995. Essa queda se explica devido ao processo de recadastramento dos filiados, realizado pela Secretaria de Organização (SORG) a partir dos anos 2000, que passou a retratar dados mais fidedignos sobre os filiados ao partido. Também contribuíram para um conhecimento mais preciso do número de filiados, um investimento na informatização do processo de filiação, com a construção do Cadastro Nacional de Filiados em 2009, que passou a centralizar as informações na SORG, e a implantação de um sistema eletrônico de filiação, o SISFIL (Sistema de Filiados por meio eletrônico), a partir de 2010, que passou a interligar informações dos diretórios de todo o país (AMARAL, 2010; RIBEIRO, 2010; PINHO, 2017).

Outro aspecto que merece destaque é o grande aumento do número de filiados entre 2001 e 2005. O partido, em um curto prazo, passou de 228648 mil filiados, em 2001, para pouco mais de 1 milhão, em 2005, registrando um crescimento superior a 400%. A rápida expansão das filiações se deveu a um esforço sistemático por parte da direção petista, iniciado no ano de 2003, que empreendeu uma ampla campanha de filiação envolvendo a produção de peças publicitárias, que continham o seguinte slogan: “Se você é PT de coração, queremos falar com você”, e uma estrutura especialmente voltada para isso, disponibilizando serviço telefônico gratuito e a criação de um site para

consulta de potenciais filiados. Tal crescimento também foi ensejado pela aprovação no estatuto de 2001 da possibilidade das filiações coletivas pelas Executivas Municipais⁶⁵ (AMARAL, 2010; RIBEIRO, 2010; PINHO, 2017). Além das campanhas de filiação promovidas em 2003 e 2006, durante esse período, o partido esteve na Presidência da República, o que de per si garante uma maior visibilidade e representa uma importante vantagem para arregimentar a adesão de filiados.

Na comparação com os sete maiores partidos (PT, PMDB, PSDB, PP, PDT, PTB e PFL/DEM), o PT é atualmente o segundo maior em número de filiados com 1.592.970, atrás apenas do PMDB, com 2.393.313, e à frente do PSDB, com 1.460.507. A evolução dos filiados, desde 2002, dos sete maiores partidos brasileiros é apresentada no gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Evolução dos filiados por partido (2002-2018)



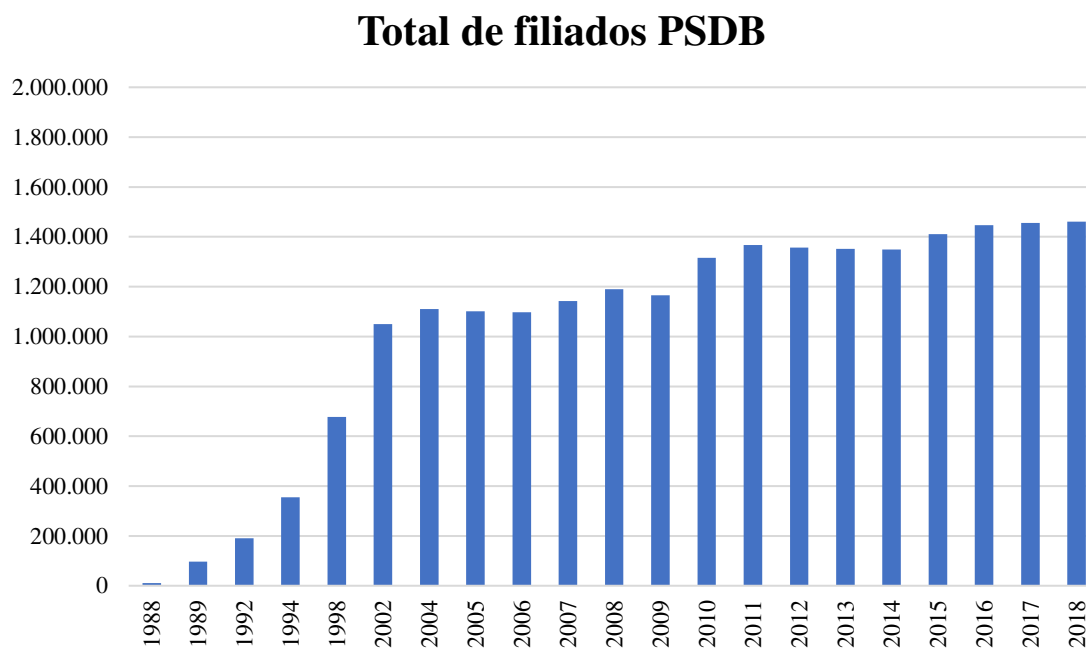
Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

Observamos um crescimento contínuo de filiações experimentado pelo PT que, a partir de 2010, torna-se o segundo partido com mais filiados no país. Nesse quesito, pode ser considerado como tendo um grau de institucionalização forte. Já com relação ao PSDB, também acompanha a trajetória de crescimento de filiações apresentada pelos

⁶⁵ “O pedido de filiação deve ser considerado um ato individual, sendo que filiações coletivas, apresentadas à respectiva Comissão Executiva Municipal, só podem ocorrer durante as campanhas de filiação promovidas pelas instâncias partidárias” (Estatuto do PT, 2001, Art. 10).

demais partidos brasileiros. Conforme o gráfico anterior, o partido torna-se a terceira força em número de filiados em 2018. O gráfico abaixo apresenta a evolução das filiações do PSDB de 1989 a 2018.

Gráfico 5 – Evolução do número de filiados do PSDB



Fontes: elaboração própria a partir de dados de Silva (2017) e do TSE.

O gráfico aponta que, em pouco mais de dez anos de fundação, o PSDB já contava com mais de um milhão de filiados. Nesse aspecto, o partido experimentou um crescimento exponencial aumentando em 95 vezes o seu contingente de filiados entre 1988 e 2002, passando de 11047, em 1988, para 1049902, em 2002. Essa expansão dos filiados coincide com os anos em que o partido ocupou a Presidência da República. Entre 2002 e 2018, o partido segue com um contínuo crescimento do número de filiados, embora em um ritmo mais lento do que o experimentado durante a década de 1990.

Contribuiu para o seu forte crescimento durante a década de 1990, a promoção de uma série de estratégias por parte do partido, sobretudo, no estado de São Paulo, como a organização em macrorregiões, ramificação da capilaridade organizacional, promoção de seminários de formação etc, a fim de arregimentar filiados, eleitores e potenciais candidatos (BRAGA, 2008; CURI, 2020). Além das políticas de filiação partidária, a expansão de seus filiados, durante a década de 1990, deve-se, muito provavelmente, ao

desempenho eleitoral exitoso na esfera federal, que o alavancou nesse quesito. Ademais, o PSDB não impõe rigorosas exigências à filiação partidária, a exemplo dos partidos *catch-all* que estão sempre abertos à entrada de novos integrantes, pelo contrário, os critérios de filiação de novos membros foram relaxados como, por exemplo, na ausência de manifestação contrária de dirigentes, a aceitação de novos filiados passou a não depender da aprovação dos demais filiados (ASSUMPÇÃO, 2008). Também contribuíram para manter o alto padrão de filiação do partido, a autonomia concedida aos municípios para realizarem campanhas de filiação e a possibilidade de filiação online via site do partido (PSDB, Resolução 008/2015).

Rotinização

O primeiro estatuto do PT previa uma organização conformada por órgãos de deliberação: as Convenções Municipais, Regionais e Nacionais; de direção e ação: os Diretórios Distritais, Municipais, Regionais e Nacional; de ação parlamentar: as bancadas municipais, estaduais e federais; de execução: as Comissões Executivas Distritais, Municipais, Regionais e Nacional; e de cooperação: o Conselho de Ética, o Conselho Fiscal e as Secretarias Municipais, Regionais e Nacional e os Núcleos de Base⁶⁶. O documento não faz menção aos Encontros, que aparecem no regimento interno e enfeixam, basicamente, as mesmas competências fixadas pela LOPP para as convenções: definir os critérios e nomes para a composição das direções, elaborar o Programa do Partido, estabelecer a linha de ação nas campanhas eleitorais e escolher as chapas de candidatos às eleições gerais⁶⁷. A realização das convenções atendia a determinações estipuladas pela LOPP, contudo, tratavam apenas de referendar as decisões homologadas nos Encontros⁶⁸.

O PT surgiu com uma proposta de construir uma organização que conciliasse uma estrutura decisória centralizada com integração da base, entretanto, em um primeiro momento, não obteve êxito em replicar sua estrutura nacional nas regionais. O fato de São Paulo concentrar uma infraestrutura partidária desproporcional em relação ao resto do país e com os demais Estados, não dispendo de significativa cobertura territorial,

⁶⁶ Estatuto do PT, 1980, Art. 11.

⁶⁷ Regimento Interno PT 1984, Capítulo III, Arts. 28-46).

⁶⁸ Regimento Interno do PT 1984, Art. 12 - Todos os Diretórios do Partido são eleitos nos Encontros e homologados nas Convenções.

acarretou dificuldades organizativas para o desenvolvimento de sua estrutura burocrática por todo território nacional (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; PINHO, 2017).

No decorrer dos anos 2000, sobretudo, após a chegada no Governo Federal, o PT experimentou um crescimento significativo da sua capilaridade pelo território nacional, com inserção nos Municípios do Nordeste, uma região com histórico de menor presença do partido. Assim, segundo dados de Ribeiro (2010), em 2005, o partido contava com DMs em mais da metade das cidades brasileiras e, contando com as CPMs, cobria 93% dos municípios (5196 cidades).

Atualmente, sua estrutura partidária é quase que integralmente replicada através de órgãos nos níveis municipal, estadual e zonal⁶⁹. Como preconizado em seu estatuto, são instâncias nacionais do partido: o Congresso, o Encontro, o Diretório, a Comissão Executiva, os Setoriais e a Juventude do PT⁷⁰. Também compõem a estrutura nacional, os seguintes órgãos: as Coordenações de Regiões Nacionais, as bancadas parlamentares, a Comissão de Ética, o Conselho Fiscal, a Ouvidoria, o Conselho de Assuntos Disciplinares, a Fundação Perseu Abramo e a Escola Nacional de Formação⁷¹. Em âmbito estadual, se encontram basicamente as mesmas instâncias e órgãos presentes no nível nacional, com exceção do Congresso – que é a instância máxima do partido e, devido suas atribuições, está presente apenas no nível nacional⁷² – e de dois órgãos, a FPA e a ENF. Em nível municipal, o partido conta com duas instâncias inexistentes nos níveis nacional e estadual: os núcleos de base e as zonais, que são instâncias de base cujo funcionamento não faria sentido nos níveis superiores⁷³. Com relação aos órgãos nos municípios, apenas as Bancadas Parlamentares, o Conselho Fiscal e a Comissão de Ética possuem seus análogos em determinado nível, de modo que, com exceção das Macrorregiões Nacionais, caberia aos demais serem reproduzidos no âmbito local, o que indica uma dificuldade da organização para replicar parte dos seus órgãos superiores nos inferiores.

Desse modo, com base na análise da formatação da estrutura petista, é possível dizer que, a partir de meados dos anos dois mil, o PT conseguiu construir uma robusta cobertura organizativa, replicando – com algumas exceções - instâncias e órgãos

⁶⁹ Estatuto do PT, 2017, Art. 16.

⁷⁰ Estatuto do PT, 2017 Art. 110.

⁷¹ Estatuto do PT, 2017 Art. 110.

⁷² Estatuto do PT, 2017, Art.126.

⁷³ Estatuto do PT, 2017, Art. 74.

equivalentes nas três esferas federativas. Nesse ponto, à medida em que o partido se reforçou organizacionalmente, passou de uma fraca para uma forte institucionalização.

Em certa medida, o PSDB, no seu primeiro estatuto, apresentava uma composição semelhante à do PT, com órgãos de deliberação: as Convenções Municipais, Regionais e Nacionais; de direção e ação: os Diretórios Distritais, Municipais, Regionais e Nacional e suas respectivas Comissões Executivas; de ação parlamentar: as bancadas municipais, estaduais e federais; e de cooperação: os Núcleos de Base e as Coordenadorias Regionais e de Grandes Municípios, os Conselhos de Ética e Fidelidade Partidária, os Conselhos Fiscais e os Secretariados nos níveis municipal, regional e nacional; o Conselho Consultivo Nacional; Institutos de Formação Política; e a Fundação Teotônio Vilela de Estudos Políticos, Sociais e Econômicos⁷⁴. À época de sua fundação, cabia à Comissão Diretora Nacional Provisória “garantir a implantação e expansão do PSDB no território nacional”⁷⁵. Nos termos da reforma partidária de 1979, a Comissão Diretora Nacional Provisória detinha um prazo de doze meses para organizar convenções nos três níveis da federação, para aprovação de manifesto, programa e estatuto e eleição dos órgãos diretivos⁷⁶.

Como no caso do PT, a supremacia do Sudeste na formação do PSDB foi ainda mais proeminente, demonstrando a incapacidade do partido de replicar sua estrutura nas demais unidades da federação. Para cumprir as exigências legais, em um primeiro momento, foram designadas Comissões Provisórias em nove Estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal, Rondônia, Pernambuco e Paraíba (SANCHEZ, 2003, p.138). Na sequência, o partido passou a contar com Comissões Provisórias em diversas unidades da federação, sendo a região Sudeste a única a possuir Comissões em todos os Estados⁷⁷. Nos outros Estados, foram criadas Comissões Provisórias na década de 1990 (ASSUMPCÃO, 2008, p.90). Conforme dados apresentados por Sanchez (2003), durante o I Encontro Nacional de Dirigentes Estaduais realizado em 1991, o PSDB estava presente “em 2.026 municípios, sendo 1.432 diretórios constituídos e 594 comissões provisórias; diretórios regionais em 22 Estados, funcionando com comissões regionais provisórias nos cinco restantes” (SANCHEZ,

⁷⁴ Estatuto do PSDB, 1988, Art.11.

⁷⁵ Estatuto do PSDB, 1988, Art. 49.

⁷⁶ Lei 6.767/1979, Arts. 8; 9; 12.

⁷⁷ “Amapá, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Roraima, Rondônia e Tocantins” (ASSUMPCÃO, 2008, p.90).

2003, p.149). Mas em 2011, segundo Braga et al. (2012), o PSDB já era o terceiro maior partido em termos de estrutura organizacional, com 4.930 órgãos municipais, estando presente em quase 89% dos municípios do país, dos quais quase 49% eram diretórios e 51,4 eram comissões provisórias.

Nos dias de hoje, o partido está organizado nacionalmente, e sua estrutura partidária é, em grande medida, replicada nas esferas estadual, municipal e zonal. Conforme seu estatuto, são órgãos nacionais do partido: a Convenção, o Diretório, a Comissão Executiva, as Bancadas Parlamentares, o Conselho Político, as Redes Temáticas, os Secretariados, o Conselho de Ética e Disciplina, o Conselho Fiscal e o Instituto Teotônio Vilela. Nos Estados, além dos órgãos do nível nacional, o PSDB possui as Coordenadorias Regionais que são órgãos de cooperação, criados pelos Diretórios Estaduais para coordenar ações nas microrregiões⁷⁸, o que justifica sua ausência em outros âmbitos.

Nos municípios, estão presentes quase todos os órgãos do nacional, com a exceção do Conselho Político e do Instituto Teotônio Vilela. Ademais, nos municípios, o PSDB conta com um órgão ausente nos âmbitos nacional e estadual: Os Núcleos de Base, que constituem a célula fundamental partidária no âmbito municipal, por isso, não estão presentes em outro âmbito⁷⁹. Com isso, é possível observar que, se no momento de sua fundação a legenda apresentava uma debilidade para enraizar seus órgãos, atualmente o partido está organizado nacionalmente, com a maioria dos órgãos superiores sendo replicados nos níveis inferiores, o que mostra que o partido vem obtendo êxito em replicar seus órgãos nacionais.

Ainda com relação à rotinização das atividades, foi contabilizada a regularidade de convenções nacionais realizadas pelos partidos ao longo de suas trajetórias. Regularidade na realização de convenções demonstram a preocupação dos partidos em adotar práticas regulares na condução dos assuntos internos e sinalizam maior transparência e credibilidade para seus membros (BOLOGNESI, 2012). O PT é o partido que realizou o maior número de Encontros (Convenções) Nacionais, no total, foram dezoito, ao longo de sua história, sendo o último em 2018. Já, o PSDB, desde sua fundação em 1988, até sua última Convenção Nacional, em 2017, realizou quatorze Convenções Nacionais, sendo as quatro últimas realizadas em 2011, 2013, 2015 e 2017. Cabe salientar que existem ainda as convenções obrigatórias por lei para a homologação

⁷⁸ Estatuto PSDB 2017, Art. 91.

⁷⁹ Estatuto PSDB 2017, Art. 106.

de candidaturas a pleitos presidenciais. Nesse caso, até o ano de 2018, foram realizadas obrigatoriamente oito convenções. Assim, esse indicador permite afirmar que tanto o PT quanto o PSDB realizam convenções e congressos com certa regularidade, possibilitando a rotinização das suas atividades nacionais.

3.3.2. Autonomia

Retomando a premissa de Panebianco (2005), a autonomia se refere à capacidade de uma organização de controlar os processos de troca com o ambiente externo⁸⁰. Nesse sentido, o autor indica que um partido com alto grau de autonomia

controla diretamente as próprias fontes de financiamento (por meio da afiliação), domina as próprias associações colaterais [...]; possui um aparato administrativo central desenvolvido (forte burocratização); escolhe seus quadros dirigentes no seu próprio interior [...]; por fim, os seus representantes nas assembleias públicas são controlados pelos dirigentes internos do partido (PANEBIANCO, 2005, p.105).

Para auferirmos o grau de autonomia dos partidos, foram operacionalizados os seguintes indicadores: inflexão territorial, disciplina organizacional, as relações dos partidos com grupos correlatos e as modalidades de financiamento.

Inflexão territorial

Conforme a classificação de Panebianco (2005), partidos que se originam por penetração surgem a partir de um centro coeso que controla seu posterior desenvolvimento, ao passo que partidos que se constituem por difusão são formados através do ingresso de elites políticas locais. Assim, partidos que surgem por penetração tendem a ter decisões centralizadas, enquanto partidos que se desenvolvem por difusão tendem à fragmentação do poder que se encontra à mercê da influência das várias elites fundadoras que dispõem de um maior nível de autonomia.

O PT, no primeiro momento, se organizou por meio de um processo de difusão territorial, que, em pouco tempo, se converteu em um de penetração territorial, com o centro assumindo o controle das ações de expansão organizativa. O núcleo sindical

⁸⁰ Por outro lado, “uma organização é dependente quando os recursos indispensáveis para seu funcionamento são controlados externamente por outras organizações” (PANEBIANCO, 2005, p.104).

paulista ganhou preponderância, dentro do partido, em 1983, com a formação da coalizão dominante conhecida como Articulação, e, a partir de sua vitória no 3º EN em 1984, quando obteve todas as vagas da CEN, passou a controlar a expansão territorial do PT por meio do centro paulista (RIBEIRO, 2010).

Outros aspectos que confirmam a importância da “matriz” São Paulo foram a criação, já em 1982, por ocasião das eleições daquele ano, de diretórios em municípios que incluíam 73% do eleitorado total do Estado (KECK, 1991, p.128); e o seu desempenho nas eleições fundacionais de 1982 por São Paulo em comparação aos outros Estados. Somente em dois Estados o partido ultrapassou 3% dos votos, em São Paulo, com 9,9%, e Acre, com 5,4%, e tendo 6 dos seus oito deputados federais eleitos por São Paulo (os outros dois foram um pelo RJ e um por MG) (KECK, 1991, p.175).

Além de, no regimento interno de 1984, ter sido formalizada a centralização nacional das decisões, com os Diretórios subordinados aos Encontros e Convenções das áreas correspondentes e aos diretórios dos níveis hierárquicos superiores⁸¹. A partir desses fatos, é cabível dizer que inicialmente o PT se organizou por difusão territorial, mas que, rapidamente, passou para uma estratégia de penetração territorial, com o centro paulista assumindo o controle sobre a expansão das bases partidárias.

No caso do PSDB, por sua vez, um centro não controlou o processo de estruturação das bases do partido pelo território nacional, que se deu por difusão territorial, a partir da cooptação de lideranças políticas locais, sobretudo – mas não exclusivamente - de dissidentes do PMDB (ROMA, 2002; BRAGA; COSTA; FERNANDES, 2018). Embora, na sua grande maioria, as principais lideranças fossem oriundas da região Sul-Sudeste, principalmente de São Paulo, a ata de fundação do partido contou com a assinatura de parlamentares de dezesseis unidades federativas. Na Assembleia de Fundação do partido (realizada 24 de junho de 1988), foi aprovada a instalação de Comissões Provisórias em nove unidades da federação, sendo que oito dessas (SP, PR, SC, RS, MG, DF, RO e PE) contaram com signatários na ata de fundação e apenas uma (PB) não tinha representante entre os fundadores (SANCHEZ, 2003). Tal correspondência sugere que, pelo menos em oito unidades federativas, a estruturação da legenda aconteceu de forma “espontânea”, sob a responsabilidade de líderes regionais. Nesse sentido, não se observa a presença de uma liderança carismática – tal como

⁸¹ Regimento Interno 1984, Art. 13.

proposto por Panebianco - que definisse os rumos estratégicos e ideológicos da agremiação em nível nacional.

Assim, apesar de reconhecido o peso da fração paulista na formação do partido, desde o início, o PSDB contou com núcleos regionais fortes fora do estado de São Paulo, como em Minas Gerais (com Pimenta da Veiga, Azeredo⁸², Aécio etc, que formaram uma espécie de “tancredismo tucano” ou “PSD tucano”), no Ceará (com Tasso Jereissati⁸³ e Ciro Gomes⁸⁴), no Paraná (com José Richa) e em Alagoas (com Teotônio Vilela Filho⁸⁵). Posteriormente, sobretudo após as eleições de 1994, outros núcleos regionais fortes foram constituídos no Pará, Goiás, Mato Grosso, Paraíba etc (DULCI, 2010).

Processos conduzidos pela ação de lideranças políticas consolidadas resultaram em uma estrutura interna descentralizada com autonomia às suas subunidades estaduais na definição das estratégias partidárias locais (ROMA, 2002). Para Roma (2002, p.78-79), o desenho organizacional do partido favoreceu a autonomia das lideranças partidárias, especialmente devido a dois elementos: a ausência de instâncias de veto para ação da militância e a autonomia conferida aos diretórios na tomada de decisão local. Assim, constata-se uma baixa hierarquia entre as instâncias partidárias, assegurando ampla autonomia decisória tanto no âmbito local como nacional, uma vez que falta comunicação entre os diretórios estaduais e municipais com o diretório nacional (ROMA, 2002, p.80).

⁸² Eduardo Azeredo participou da fundação do PSDB, pelo qual foi eleito vice-prefeito (1989-90) de Belo Horizonte, assumindo a prefeitura, entre 1990 e 1992, a partir da renúncia de Pimenta Veiga. Elegeram-se governador (1995-99) de MG, senador (2003-11) e deputado federal (2011-14) pelo mesmo estado.

⁸³ Tasso Jereissati foi duas vezes governador do Ceará, de 1987 a 1991 pelo PMDB, e de 1995 a 2002, pela legenda do PSDB. Além disso, foi senador pelo Ceará entre 2003 e 2011 e novamente eleito senador em 2014, cargo que ocupa atualmente (2021). Também foi presidente do Diretório Nacional do PSDB por duas gestões (1991-93; 2005-07) e assumiu como presidente interino do partido em 2017.

⁸⁴ Ciro Gomes foi deputado estadual (1983-90) por duas legislaturas no Ceará, eleito em 1982 pelo Partido Democrático Social (PDS), mas, logo em seguida, em 1983, se filiou ao PMDB. Também foi prefeito de Fortaleza (1989-90), cargo que deixou para se candidatar ao governo do Ceará a convite do então governador do estado, Tasso Jereissati pelo recém-criado PSDB. Foi eleito governador do Ceará, em 1990, e deixou o mandato, em meados de 1994, para assumir o Ministério da Fazenda (1994-1995) do governo Itamar Franco. Desligou-se do PSDB, em 1997, e filiou-se ao Partido Popular Socialista (PPS) para disputar a Presidência da República, em 1998, terminando a disputa em terceiro lugar com cerca de 10% dos votos. Além disso, disputou os pleitos presidenciais de 2002, pelo PPS, e de 2018, pelo PDT, obtendo, respectivamente, 11,97% e 12,47% dos votos. Também foi Ministro da Integração Nacional (2003-06) do governo Lula e deputado federal (2007-11) do Ceará pelo PSB. Atualmente é filiado ao PDT pelo qual disputou as eleições presidenciais de 2018.

⁸⁵ Teotônio Vilela Filho ingressou no PMDB em 1984, partido pelo qual foi eleito senador por Alagoas, pela primeira vez, em 1986. Em 1988, filiou-se ao PSDB que presidiu entre 1996 e 2001. Pelo partido, ainda foi eleito mais duas vezes para o senado - cargo que exerceu por três mandatos consecutivos entre 1987 e 2006 - a para o governo de Alagoas para dois mandatos consecutivos (2007-14).

Quanto a sua expansão geográfica, por ter se constituído a partir de parlamentares dissidentes de outros partidos, em especial o PMDB, o processo de estruturação do PSDB se deu com base na organização nacional do seu partido de origem, ou seja, com sua abrangência nacional seguindo os padrões do antigo partido. Assim, embora concentre maior força no Sudeste, principalmente em São Paulo, a máquina peessedebista já nasceu com profícua penetração territorial (VIEIRA, 2012, p.110).

Seus primeiros resultados eleitorais reafirmaram o perfil sulista do partido. Poucos meses após sua fundação, ainda com o registro provisório, o PSDB participou das eleições municipais de 1988, lançando candidatos a prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em diversas regiões do país. Ao todo, “o PSDB elegeu 18 prefeitos, sendo sete em Minas Gerais, cinco em São Paulo, três no Espírito Santo, um no Mato Grosso do Sul, um em Pernambuco e um no Rio Grande do Sul. Nesses mesmos Estados, teve a eleição de 214 vereadores” (SANCHEZ, 2003, p.145). A votação obtida pelo PSDB, nas eleições presidenciais de 1989, seguiu os padrões apresentados nos pleitos municipais de 1988, concentrando-se no Sudeste. Praticamente metade dos votos recebidos pelo candidato tucano, Mário Covas, vieram de São Paulo (LIMONGI; GUARNIERI, 2014); e em somente cinco das 27 unidades da federação, o partido conseguiu mais de 10% dos votos (CE; DF; ES, MG e SP)⁸⁶.

Em que pese a força e a grande quantidade de fundadores advindos da região Sudeste, o PSDB é uma organização que surge por difusão, com uma dinâmica funcional descentralizada, voltada para obtenção de resultados eleitorais e que confere ampla autonomia decisória aos seus diretórios em seus respectivos âmbitos (ROMA, 2002)⁸⁷. Nesse ponto, é possível concluir que devido a sua origem e às estratégias – mais pragmáticas - empregadas ao longo da sua trajetória, a institucionalização do PSDB pode ser considerada fraca, enquanto a formação do PT ensejou uma estrutura organizacional hierarquicamente mais homogênea, logo, uma institucionalização forte.

⁸⁶ Para maiores informações sobre os resultados das eleições presidenciais de 1989 consultar “Atlas das Eleições Presidenciais no Brasil”. Disponível em: <https://sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/1989>.

⁸⁷ Segundo Roma (2002), a reforma estatutária realizada pelo PSDB em 1999 deu maior autonomia às seções subnacionais para a definição de alianças eleitorais e de participação em governos aos níveis estaduais e municipais. Entretanto, o Diretório e a Executiva mantiveram prerrogativas de legislar sobre as coligações nacional e estaduais, ao passo que as municipais ficavam sujeitas à apreciação das instâncias estaduais (RIBEIRO, 2013; VIEIRA, 2012).

Quadro 4 - Características do modelo originário e da institucionalização partidária do PT e PSDB

	PT (Institucionalização)	PSDB (Institucionalização)
Inflexão Territorial	Penetração (forte)	Difusão (fraca)
Existência de núcleo coeso desde o início	Sim (forte)	Não (fraca)
Legitimação externa	Não (forte)	Não (forte)
Legitimação interna	Sim (forte)	Sim (forte)
Caráter Carismático	Não (forte)	Não (forte)

Fonte: elaboração própria a partir de Panebianco (2005).

Disciplina organizacional

De acordo com Bolognesi (2012), a disciplina organizacional consiste na capacidade do partido em manter sua autonomia decisional em relação às organizações e/ou associações as quais seus membros possam pertencer. Propõe que seja mensurada pelos níveis de parlamentarização dos órgãos diretivos, pela subordinação dos membros diante de situações conflitantes e pela aplicação de sanções disciplinares em caso de incumprimento das deliberações partidárias. Adicionalmente, para auferir a disciplina organizacional, Pinho (2017) propõe analisar a relação partido e Governo Federal. Com base nesses indicadores, iremos avaliar a capacidade dos partidos de imporem seu peso organizacional como uma função direta da autonomia decisional. Para analisar o quão o partido se mostra suscetível à dependência de seus membros eleitos, auferimos a justaposição parlamentar-partidária, que indica a presença de integrantes portadores de mandatos eletivos na CEN e no DN dos partidos.

Ao comparar a justaposição de parlamentares em exercício que ocupavam cargos nas Executivas Nacionais do PT, DEM, PMDB e PSDB, Bolognesi (2012) encontrou o PT com 30% de justaposição, seguido pelo PSDB, com 47,8% de justaposição. O DEM, com 70,5%, e o PMDB, com 69,2%, foram os partidos com maior peso das posições que ocupam no Estado na executiva, apresentando organizações menos autônomas nesse quesito, enquanto o PT foi “o partido com o menor valor, e por isso, o menos suscetível à dependência de seus membros eleitos” (BOLOGNESI, 2012, p.23).

Seguindo a sugestão de Pinho (2017), procuramos avaliar também a justaposição parlamentar-partidária entre os membros dos Diretórios Nacionais do PT e PSDB com cargos eletivos. O cálculo de justaposição foi realizado considerando o momento da posse do DN dos partidos, na formação passada, em 2017, porque seria o diretório vigente durante das eleições de 2018. Assim, contabilizamos uma justaposição de dirigentes com

cargos eletivos de 62%, no DN do PSDB, e de 20%, no do PT o que, em certa medida, coincide com os valores da justaposição da CEN, apresentados por Bolognesi para ambos os partidos, com os detentores de cargos eletivos tucanos tendo um maior peso na composição dos órgãos partidários.

Ainda para avaliar em que medida os membros partidários estão subordinados à organização, Bolognesi apresentou dados relativos à pesquisa “Como se faz um candidato a Deputado Federal”, na qual o PT foi o partido cuja maior proporção de deputados respondeu que, mesmo discordando pessoalmente da posição do partido, acataria sua decisão, foram 75,9%, enquanto, no PSDB, essa proporção foi de 53,3%. Por outro lado, no PMDB, 55,6% dos deputados afirmaram que manteriam sua posição pessoal e, no DEM, esse valor subiu para 86,2%.

Outro diferencial que indica que o PT teria maior controle sobre seus candidatos e parlamentares é a exigência da assinatura do “Compromisso Partidário do Candidato Petista”, uma espécie de contrato em que os candidatos assumem cumprir com as deliberações do partido durante a campanha e depois de eleitos. Esse documento relativiza a independência dos eleitos ao estabelecer que o mandato dos parlamentares pertence ao partido e não aos candidatos, subordinando os políticos ao partido e reforçando o compromisso programático dos membros à organização (BRAGA; BOLOGNESI, 2013). Ademais, no seu ordenamento interno, o PT já reconhecia as bancadas parlamentares como órgãos do partido antes mesmo da jurisprudência eleitoral que estabeleceu que o mandato pertence ao partido (PINHO, 2017)⁸⁸. No capítulo III – Das Bancadas Parlamentares – do seu mais recente estatuto, o artigo 67 determina que “As Bancadas Parlamentares estão subordinadas às deliberações das instâncias partidárias de direção” (do seu respectivo nível, ou das instâncias superiores)⁸⁹.

No caso do PSDB, seu estatuto também prevê as bancadas parlamentares subordinadas às instâncias diretivas⁹⁰, no entanto, não estipula qualquer vínculo jurídico

⁸⁸ O estatuto do PT de 1980, previa entre as atribuições dos diretórios municipais: “ajuizar representação perante a Justiça Eleitoral para decretação de perda de mandato de vereador, mediante prévia aquiescência da Comissão Executiva Regional” (Estatuto do PT, 1980, Art. 20, XV).

⁸⁹ O mesmo estatuto deixa claro que o mandato pertence ao partido e que os políticos eleitos pelo PT não têm “carta branca” para deliberar livremente sobre certos assuntos: “Art. 70. O Partido concebe o mandato como partidário, e os integrantes das Bancadas nas Casas Legislativas deverão subordinar sua ação parlamentar aos princípios doutrinários e programáticos, às deliberações e diretrizes estabelecidas pelas instâncias de direção partidária, na forma deste Estatuto” (Estatuto do PT, 2017).

⁹⁰ “Art. 49. As bancadas parlamentares constituirão suas Lideranças de acordo com os regimentos que elaborarem, os quais estarão sujeitos à aprovação pelos Diretórios dos níveis. correspondentes, observadas as disposições regimentais das respectivas Casas e as normas da lei.

entre o candidato e a organização partidária nos moldes do documento do compromisso partidário petista. Tendo em mente que os documentos formais são um “rascunho” do que ocorre dentro dos partidos, isto é, sua “história oficial”, aqui optamos por abordar a “história real”, através de eventos e episódios que demonstrem a aplicação de sanções disciplinares pelos partidos, e, quando oportuno, serão debatidos à luz das regras formais.

Durante um bom tempo perdurou a noção de que os partidos brasileiros - com poucas exceções – eram fracos, indisciplinados e pouco institucionalizados (AMES, 2001; LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986; MAINWARING, 1991; 1995; 1999; MAINWARING; SCULLY, 1995). Essa visão começou a ser questionada a partir da década de 1990, com trabalhos que demonstravam a atuação coesa e disciplinada das bancadas dentro do Congresso (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; PEREIRA; MUELLER, 2003). A partir da análise das votações nominais realizadas no Congresso Nacional dos seis maiores partidos⁹¹ no período de 1989 a 2008, Neiva (2011) encontrou níveis de disciplina superiores a 76% em todos partidos analisados. Dentre esses, o PT foi o partido que apresentou os maiores níveis de disciplina nas votações em plenário em ambas as casas. Na Câmara, os deputados petistas votaram de maneira uniforme em 95% dos casos e, no Senado, em 93%⁹². Em seguida, aparece o PSDB cuja bancada na Câmara apresentou uma taxa de disciplina de 90% e, no Senado, de 82%. O PFL/DEM e o PDT apresentaram em torno de 89% de disciplina de suas bancadas na Câmara, enquanto no Senado, a do PDT foi 86% e, do PFL/DEM, 82%. Já, o PMDB e PTB apresentaram uma taxa de disciplina dos seus deputados de 86% e 85%, respectivamente, e, dos senadores, em torno de 76% ambos.

Considerando apenas a disciplina em relação ao governo, o autor aponta que, durante o governo Lula, a disciplina do PT, verificada na Câmara, foi de 95% e, no Senado, de 93%, com uma pequena instabilidade nesta última no início do governo Lula, que foi sanada com a expulsão da senadora Heloísa Helena do partido. Enquanto o PT esteve na oposição, manteve uma média de apoio junto ao governo quase sempre inferior a 20%, com a exceção do ano de 1994, cuja taxa foi de 50%, o que mostra uma atuação partidária altamente coordenada do partido em ambas as casas.

§ 1º. Os integrantes das bancadas do Partido nas Casas Legislativas deverão subordinar sua ação parlamentar aos princípios doutrinários e programáticos e às diretrizes estabelecidos pelos órgãos de direção partidários, na forma deste Estatuto” (Estatuto do PSDB, 2017).

⁹¹ A saber: PMDB, PFL, PSDB, PTB, PDT e PT.

⁹² Os dados do PT para o Senado foram contabilizados a partir de 1995, quando o partido obteve o patamar mínimo de quatro parlamentares nesta Casa.

De forma semelhante, só que no sentido inverso, o mesmo fez o PSDB, com ampla disciplina durante os governos FHC e redução substancial do apoio ao Executivo em relação ao governo Lula. Enquanto esteve no governo, o PSDB teve uma taxa média de disciplina de sua bancada na Câmara superior a 90% e, no Senado, superior a 80%, à exceção do ano de 1994, em que houve uma queda acentuada nesta Casa, mas que foi superada com substituição do líder do partido pelo seu vice-líder (Senador Artur da Távola), que estava sistematicamente votando divergente do partido. Já quando esteve na oposição ao governo Lula, a média de votações junto ao Executivo oscilou entre 10% e 30% na Câmara, e 10% e 50%, no Senado. Enfim, Neiva identificou uma diferença expressiva nos resultados das votações do PSDB nas duas casas, ficando em torno de 8%, e que, no Senado, os parlamentares peessedebistas são menos disciplinados que os deputados. É elementar que esses dados não são suficientes para afirmar que as bancadas dos partidos acatam as deliberações partidárias, mas evidenciam que estas atuam de forma coesa e disciplinada nas votações no plenário parlamentar.

No estatuto de ambos os partidos, está previsto o instituto do “fechamento de questão”, ou seja, quando as legendas determinam que suas bancadas parlamentares sigam as deliberações acordadas pelos órgãos diretivos dos partidos⁹³. As consequências ao descumprimento das resoluções estabelecidas pelos órgãos partidários estão bem claras tanto no estatuto do PT quanto do PSDB: os Parlamentares estão sujeitos a medidas disciplinares que podem resultar em advertência, censura, suspensão e expulsão⁹⁴. As penas serão aplicadas após processo conduzido pelo Conselho de Ética⁹⁵. Embora atípicos, casos de advertências e expulsões de parlamentares dissidentes são vistos em ambos os partidos.

Dentre os dois partidos, o PT é o que apresenta o maior histórico de casos em sua trajetória: em 1985, três deputados que desrespeitaram a orientação dos líderes e votaram em Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral, abandonaram o partido após sofrerem forte pressão. Em 1987, o PT expulsa do partido a então prefeita de Fortaleza que entrou em

⁹³ Estatuto do PT, 2017, Art. 70, §2º; Estatuto do PSDB, 2017, Art. 49, §1º.

⁹⁴ Estatuto do PT, 2017, Art. 228; Estatuto do PSDB, Arts. 50; 133.

⁹⁵ Art. 229: “§3º As penas previstas no parágrafo anterior serão aplicadas após regular processo conduzido pela Comissão de Ética e Disciplina correspondente, salvo na hipótese de descumprimento pelos filiados parlamentares de decisão relativa a “fechamento de questão”, quando a pena será aplicada independentemente de processo, observado o disposto no artigo 71 deste Estatuto” (Estatuto do PT, 2017). Art. 50. Parágrafo Único: “As penas referidas no *caput* deste artigo serão aplicadas pelo Líder, após regular processo conduzido pelo Conselho de Ética e Disciplina correspondente, salvo na hipótese de descumprimento de decisão relativa a ‘fechamento de questão’, quando a pena será aplicada pelo Líder, independentemente de processo” (Estatuto do PSDB, 2017).

conflito interno com a legenda. Em 1991, o PT banuiu de suas fileiras a tendência de extrema-esquerda, conhecida como Causa Operária, que funda o Partido da Causa Operária (PCO). Em 1992, o partido expulsou outro grupo vinculado à extrema-esquerda de seus quadros, a Convergência Socialista que formaria o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) (ROMA, 2006). Mas, provavelmente, o caso mais emblemático foi a expulsão, em 2003, de quatro parlamentares por terem descumprido a decisão do partido, que havia fechado questão a favor da reforma da Previdência, no primeiro ano de governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, os deputados, João Batista “Babá”, Luciana Genro e João Fontes foram expulsos por votarem contra a reforma apoiada pelo governo, - o último, também, por ter divulgado um vídeo no qual Lula, em 1987, criticava o então presidente José Sarney que, em 2003, se tornou aliado do governo -, além da então senadora, Heloísa Helena, que também votou contra a proposta⁹⁶.

Nesta mesma ocasião, o então deputado federal, Lindbergh Farias (PT-RJ), um dos críticos mais ferrenhos ao governo e um dos primeiros a articular, junto com a senadora Heloísa Helena e o presidente do PDT, Leonel Brizola, uma frente de oposição contra a reforma, acabou recuando e votou a favor do projeto, sendo preservado do processo disciplinar que culminou com a expulsão de seus colegas de partido⁹⁷. Lindbergh já havia sido punido – assim como Luciana Genro e Babá – devido às críticas sistemáticas ao governo e à Reforma Previdenciária com o afastamento, por 30 dias,⁹⁸ da vice-liderança da bancada do partido na Câmara e substituído na comissão especial da reforma da Previdência da qual fazia parte. Ao final, o parlamentar acabou se acomodando, pois não queria perder a legenda pela qual pretendia concorrer como candidato à Prefeitura de Nova Iguaçu, na baixada fluminense, elegendando-se prefeito em 2004. Ademais, oito⁹⁹ deputados petistas se abstiveram da votação da Reforma da Previdência na Câmara, mas não foram punidos. Outro exemplo nesse sentido foi o do ex-deputado federal Cândido Vaccarezza (PT-SP) que, enquanto relator da Comissão da Reforma Política entre 2013 e 2014, incorreu em infidelidade partidária, ao defender um

⁹⁶ GALVÃO, Vinicius Queiroz. **Saiba mais sobre a disputa dos radicais com o PT**. 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56391.shtml>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

⁹⁷ **Lindbergh recua e vota a favor do texto da reforma**. 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0708200307.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

⁹⁸ **Lindbergh será afastado de liderança do PT**. 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0805200308.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

⁹⁹ Orlando Fantazzini (PT-SP), Ivan Valente (PT-SP), Maninha (PT-DF), João Alfredo (PT-CE), Chico Alencar (PT-RJ), Paulo Rubem (PT-PE), Mauro Passos (PT-SC) e Walter Pinheiro (PT-BA).

projeto que ia contra as posições do partido. Por conta disso, em 2014, houve um pedido de impugnação de sua candidatura, analisado durante o Encontro Estadual do PT-SP, que manteve seu registro. Ele não foi reeleito e, em 2016, abandonou o partido.

Tais episódios mostram distintas estratégias empregadas pelo campo majoritário para impor a disciplina partidária em torno do apoio ao governo. Empunhando “*Carrots and Sticks*”, a cúpula petista eliminou dissidências na bancada do partido e conseguiu impor a posição do governo aos parlamentares rebeldes, ora promovendo expurgos e expulsões, ora por meio da cooptação, oferecendo oportunidades de carreira, acesso a cargos e/ou à legenda.

A chegada do PT à Presidência da República possibilitou o acesso a recursos chave à direção partidária (Articulação/Campo Majoritário) para provisão das lealdades partidárias. A maior disponibilidade de recurso permitiu ao partido empregar uma estratégia de cooptação, por meio da distribuição de recursos de patronagem¹⁰⁰ e cargos ministeriais, a cúpula petista conseguiu matizar a indisciplina das correntes internas e estabelecer uma relação de completa dominância do governo vis-à-vis ao partido.

Com efeito, isso foi visto na distribuição dos ministérios dos governos Lula (2003) e Dilma (2011) que, em grande medida, se deu em função de critérios partidários. Em essência, a maioria das pastas ministeriais - sobretudo no governo Lula - ficou concentrada no próprio partido, principalmente entre os integrantes da Articulação/Campo Majoritário, mas, também, contava com representantes da maioria das outras tendências internas do partido, o que conferiu uma força balizadora para atuação do Governo. A estratégia de cooptação em troca de cargos, em boa medida, serviu para arrefecer as discordâncias das correntes minoritárias internas em relação ao governo, acarretando, dessa maneira, em uma forma de patronagem para o fortalecimento do governo em relação à legenda. Um bom exemplo foi a escolha de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central que, à época, Deputado Federal pelo PSDB, apresentava uma visão dissonante da historicamente defendida pelo PT, mas que foi aceito sem maiores questionamentos. Esses episódios reforçaram a ideia de que houve uma tendência à autonomização do governo em relação à legenda, que gerou implicações no sentido de desinstitucionalização no tocante à relação governo/partido, com o governo

¹⁰⁰ Segundo Kopecky e Mair (2012, p. 9-10), a patronagem pode servir como um recurso organizacional intrapartidário nas mãos das lideranças, sendo utilizada para recompensar (ou punir) funcionários eleitos ou para promover a coesão intrapartidária e a lealdade organizacional com base em “incentivos seletivos”.

conseguindo impor suas posições ao partido, que, por sua vez, acabou por se tornar uma espécie de correia de transmissão do governo (PINHO, 2017).

No PSDB, punições por descumprimento de fechamento de questão são ainda mais raras. O último episódio em que o partido fechou questão foi em favor da votação da Reforma da Previdência, ocorrida em 2019, e teve um único voto – o da deputada tucana, Tereza Nelma (PSDB-AL) – em desacordo com a orientação da executiva nacional. Pela desobediência, a deputada foi levada ao Conselho de Ética contudo, apresentou uma justificativa que foi acatada e o processo foi arquivado. Antes disso, em 2002, o PSDB expulsou o então senador Álvaro Dias por assinar um pedido de criação de uma CPI que investigaria suspeitas de corrupção no governo FHC. Ele e o seu irmão, o também então senador pelo PSDB Osmar Dias, migraram para o PDT - que fazia oposição ao governo FHC. Anos depois, Álvaro Dias retornaria ao PSDB e chegou a ser especulado para compor chapa, como vice-presidente de José Serra, para a disputa à Presidência da República em 2010¹⁰¹, mas foi preterido pelo então deputado federal Índio da Costa do DEM¹⁰².

Em 2009, cinco deputados do PSDB, que assinaram a PEC do terceiro mandato, foram ameaçados pelo comando do partido e tiveram que retirar as assinaturas para evitar a expulsão¹⁰³. Em 2018, o diretório municipal do PSDB paulistano tentou expulsar dos seus quadros o ex-governador de São Paulo, Alberto Goldman, por dirigir críticas à candidatura de Doria ao governo de São Paulo e declarar apoio à do adversário, Paulo Skaf, do MDB. Neste mesmo episódio, também “foram expulsos” o secretário estadual de Governo, Saulo de Castro, e mais 15 filiados por infidelidade partidária. Entretanto, a expulsão não foi concretizada por determinação do PSDB nacional sob a alegação de que “nenhuma instância partidária municipal tem competência para expulsar membros do diretório nacional ou estadual”¹⁰⁴. Além da infidelidade partidária, práticas de corrupção

¹⁰¹ *Gazeta do Povo*. **Alvaro foi expulso do PSDB em 2002, junto com Osmar**. 2010. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/alvaro-foi-expulso-do-psdb-em-2002-junto-com-osmar-1twjsi8wu1qlztrhal9q20bbi/>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

¹⁰² O Globo. **Índio da Costa é escolhido para ser vice de Serra**. 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/indio-da-costa-escolhido-para-ser-vice-de-serra-2985712>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

¹⁰³ Folha de São Paulo. **PSDB pressiona e deputados tucanos retiram assinaturas da PEC do terceiro mandato**. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/05/573411-psdb-pressiona-e-deputados-tucanos-retiram-assinatura-da-pec-do-terceiro-mandato.shtml>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

¹⁰⁴ G1 SP. **PSDB nacional diz que expulsão de Goldman e Saulo de Castro por diretório municipal é 'arbitrária e inócua'**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/09/psdb-nacional-diz-que-expulsao-de-goldman-e-saulo-de-castro-por-diretorio-municipal-e-arbitraria-e-inocua.ghtml>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

também são passíveis de expulsão. Em 2001, o governador do Espírito Santo, José Ignácio, foi pressionado a deixar o partido sob a acusação de corrupção em seu governo, caso resistisse, a expulsão era dada como certa¹⁰⁵. Mais recentemente, o deputado federal, ex-governador, ex-senador e ex-presidenciável, Aécio Neves, teve dois pedidos de expulsão impetrados pelos diretórios municipal e estadual do PSDB de São Paulo, por suspeitas de envolvimento em esquemas de corrupção. A Executiva Nacional do partido decidiu pelo arquivamento dos pedidos, e o deputado foi mantido na sigla¹⁰⁶.

No PSDB, a resolução dos conflitos internos é realizada na cúpula que mantém autoridade discricionária das decisões sobre penalidades e expulsão, não cabendo maiores oposições por outros membros/instâncias do partido. Dessa maneira, os líderes tucanos preservam sua posição privilegiada no comando da sigla por controlar uma importante zona de incerteza, a das regras formais, permitindo a manutenção de uma linha de autoridade interna diante da autonomia dos líderes/instâncias regionais. Nesse particular, a cúpula do partido vem obtendo relativo sucesso na conciliação das desavenças internas, o que é fundamental para o equilíbrio nos jogos de poder interno e, por conseguinte, à coesão do partido¹⁰⁷. Assim, enquanto o PT combinou uma tática de cooptação, para garantir apoio parlamentar e de expulsão de quadros históricos da legenda, no PSDB, as lideranças legitimam sua dominação por meio da resolução de impasses e expulsões pontuais.

Relação com grupos correlatos

¹⁰⁵ Folha de São Paulo. **Cúpula tucana pressiona, e governador deixa o PSDB**. 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2707200102.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

¹⁰⁶ G1. **PSDB arquiva pedidos de expulsão de Aécio Neves do partido**. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/psdb-arquiva-pedidos-de-expulsao-de-aecio-neves-do-partido.ghtml>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

¹⁰⁷ Contudo, dos últimos anos para cá, a cúpula tucana se encontra dividida. Com efeito, durante anos, o controle nacional do PSDB esteve concentrado em três principais caciques: FHC, Serra e Alckmin. Nos últimos anos - mais especificamente a partir de 2013 -, a hegemonia dos tucanos paulistas, dentro do partido, começou a ser questionada. Primeiro, quando o então Senador por MG, Aécio Neves, assumiu a presidência do partido em 2013 e obteve um bom desempenho na eleição presidencial de 2014, conseguindo capitalizar para si o status de principal liderança opositorista; pós impeachment da presidente Dilma Rousseff, a ala formada por parlamentares mais jovens do partido, conhecidos como “cabeças pretas”, passou a cobrar o desembargo do PSDB do governo Temer em oposição aos “cabeças brancas”, que constituem a cúpula da legenda e defendiam a permanência do partido no governo. Mais recentemente, a sinalização de apoio de João Doria a Bolsonaro, na eleição presidencial de 2018, em detrimento à candidatura de Alckmin, do mesmo partido, e as investidas de Doria, já como governador de SP, para assumir o controle do partido, abriram uma nova crise entre os tucanos.

Em ambos os partidos, não há nenhum grupo ou associação/órgão externa que tenha forte influência nas suas instâncias diretivas¹⁰⁸. Embora o PT tenha surgido da confluência de três grandes grupos: dos sindicalistas; das comunidades eclesiais de base; e da militância da esquerda organizada, nenhum desses pode ser considerado uma instituição externa patrocinadora do partido. Ainda que a CUT esteja historicamente ligada ao partido, foram os sindicalistas petistas – agrupados no “Novo Sindicalismo” – os responsáveis pela fundação da instituição em 1983, e não o contrário, que passou a funcionar como um braço sindical do partido (KRISCHKE, 2003; RIBEIRO, 2010).

No PSDB, também não foi possível identificar a existência de grupos externos na organização, embora os intelectuais paulistas, oriundos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) – entre esses Fernando Henrique Cardoso – tenham sido personagens chave para a formação do partido, o partido surgiu principalmente a partir de uma cisão de parlamentares – sobretudo, paulistas – que pertenciam à ala progressista do PMDB, conhecida como MUP. Assim, diferentemente dos partidos social-democratas europeus, que surgiram a partir da sociedade ou de organizações trabalhistas, o PSDB nunca manteve vínculos com qualquer tipo de organizações de interesses sociais ou sindicatos de trabalhadores, sendo fundado por parlamentares (ASSUMPCÃO, 2008; ROMA, 2002).

Como é possível observar, ambos os partidos possuem legitimação interna, ou seja, o poder organizativo de sua coalização dominante está no interior do partido e não em grupos ou associações que os patrocinam (*external sponsor*) ou comandam do exterior – como no caso do partido Republicanos (antigo PRB) comandado pela Igreja Universal do Reino de Deus.

Modalidades de Financiamento

O financiamento aufere a autonomia, e a pluralidade dos canais de financiamento e regularidade de fontes caracterizam o modelo de financiamento partidário. Para nossa análise, levamos em consideração três tipos de fonte de recursos que têm subsidiado as organizações: filiados, Estado e doações externas, a fim de discutir qual o peso que esses

¹⁰⁸ Nesse ponto, vale destacar que a LOPP de 1971 (Lei nº 5.682, Art. 91, IV) proibia qualquer forma de financiamento partidário advindo de entidades de classe e sindicais, e a própria legislação trabalhista vigente na época proibia o envolvimento formal dos sindicatos com partidos políticos, coibindo a criação de vínculos partidários com organizações externas (KECK, 1991, p.109).

aportes representam no financiamento do PT e PSDB. Antes de adentrar na análise das modalidades de financiamento partidário propriamente ditas, é preciso introduzir a questão do financiamento político nas legislações.

Até meados da década de 1990, as fontes de financiamento dos partidos eram bastante restritas. As doações de pessoa física foram permitidas a partir de 1979 (art. 95 da Lei 6.676), e as doações procedentes de empresas privadas foram legalizadas a partir de 1993 (arts. 35 e 38 da Lei 8.713). Os poucos recursos disponibilizados pelo financiamento público da época tinham um papel limitado no financiamento partidário. Esta situação começou a mudar a partir da década de 1990. Em 1995, com a implantação da Lei nº 9.096, que modificou as regras de composição do fundo partidário, houve um significativo incremento do aporte público no custeio dos partidos (CAMPOS, 2009). Nos últimos anos, as regras de financiamento eleitoral passaram por outra alteração importante. Em 2015, em meio às consabidas denúncias de corrupção reveladas pela operação Lava Jato, o Supremo Tribunal Federal proibiu as doações de empresas privadas para as campanhas e partidos políticos (Lei 13.165/2015), restringindo uma importante fonte de financiamento eleitoral. Em 2017, como alternativa para o financiamento das campanhas eleitorais após a proibição de doações empresariais, foi criado o fundo eleitoral (Lei 13.487/2017)¹⁰⁹.

Com relação aos partidos, no PT, se observa uma alteração nos padrões de arrecadação ao longo da trajetória do partido. Durante os anos iniciais, o partido praticamente prescindiu de recursos advindos do fundo partidário, e suas receitas foram formadas, na maior parte, pelas contribuições dos salários dos seus membros eleitos. Keck (1991) aponta que, em 1985, dois terços das contribuições do partido provinham dos salários dos petistas ocupantes de cargos eletivos e um terço do fundo partidário do governo. Conforme as regras de financiamento que vigoravam na época, eram proibidas as doações de entidades de classe e sindicais, o que impediu que o PT contasse com um tipo de financiamento típico de muitos partidos políticos europeus de base operária. A tabela abaixo apresenta um panorama sobre as principais fontes de receitas do Diretório Nacional do PT entre os anos de 1983 e 2018.

¹⁰⁹ Oficialmente denominado Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), (Lei 13.487/2017).

Tabela 1 – Fontes de captação de recursos do DN do PT entre 1983-2018 (%)

ANO	Fundo Partidário	Contribuições Estatutárias	Filiados	Doações de pessoas jurídicas	Outras Receitas	Total
1983	9,2	-	-	-	90,8	100
1984	8,9	-	-	-	91,1	100
1985	7,4	57,0	-	-	35,6	100
1986	0,7	-	-	-	99,3	100
1989	1,2	36,9	30,4	-	31,5	100
1990	1,8	56,4	6,4	-	35,4	100
1991	1,1	47,0	-	-	51,9	100
1993	2,8	39,2	11,9	-	46,1	100
1995	12,3	60,7	-	0,1	27,0	100
1996	72,1	20,4	1,8	0,1	5,6	100
1997	71,2	25,5	2,2	-	1,1	100
1998	71,3	20,9	3,6	0,1	4,1	100
1999	67,3	24,9	5,8	-	2,0	100
2000	71,6	13,6	0,5	13,0	1,3	100
2001	78,1	14,8	1,3	4,0	1,8	100
2002	69,8	6,9	0,8	17,0	5,5	100
2003	73,9	15,9	1,2	3,0	6	100
2004	51,9	15,4	0,7	27,0	5	100
2007	59,5	16,5	0,4	21,6	2	100
2008	27,3	5,7	-	64,8	2,2	100
2009	61,1	11,4	-	24,2	3,3	100
2010	13,3	1,7	0,8	82,5	1,7	100
2011	46,6	5,1	1,3	44,5	2,5	100
2012	16,6	3,2	-	79,0	1,2	100
2013	34,1	13,1	5,9	46,7	0,2	100
2014	17,7	8,9	0,3	72,2	0,9	100
2015	80,6	-	-	-	19,4*	100
2016	80,9	-	-	-	19,1*	100
2017	84,3	10,2	2,6	-	2,9	100
2018	95,3**	3,7	0,2	-	0,8	100

Fontes: dados extraídos de Ribeiro (2014) até o ano de 2012; entre os anos 2013 e 2018 elaboração própria a partir das prestações de contas apresentadas pelo diretório nacional ao TSE.

* Demonstrativo não discrimina Contribuições de Filiados, de Parlamentares e Cargos Executivos, de Diretórios e de Doações de Pessoas Jurídicas.

** Soma do fundo partidário e do fundo eleitoral.

Como se pode observar, durante os anos iniciais, os recursos vindos do Fundo Partidário tiveram um peso inexpressivo na arrecadação do PT. Com a entrada em vigor da Lei 9.096, ocorre um significativo aumento do volume de recursos disponibilizados pelo Fundo Partidário e isso é sentido nas receitas do partido. Enquanto em 1995 os repasses do Fundo Partidário respondiam a 12% das receitas do partido, em 1996, esse

percentual se elevou para 72% e, a partir de então, acabou se tornando a principal fonte de subsídio do partido, correspondendo sempre por mais de 65% da receita total obtida entre os anos de 1996 e 2003 (RIBEIRO, 2010; TENÓRIO, 2015; PINHO, 2017). De 2004 em diante, verifica-se uma contração nos percentuais do fundo nas receitas do PT, principalmente em anos eleitorais, como decorrência de um redimensionamento de suas estratégias de captação de recursos em busca de novas fontes de arrecadação para as campanhas (RIBEIRO, 2010; 2014). No entanto, nos últimos anos, o aporte de recursos públicos volta a crescer tendo em vista a proibição de doação de empresas para as campanhas eleitorais e com o incremento do fundo eleitoral.

Durante seus primeiros 15 anos de funcionamento, houve uma prevalência das contribuições estatutárias e de filiados, que representaram a principal fonte de arrecadação da sigla. Tais receitas também formam parte significativa da classificação, “outras receitas” nos anos oitenta, porque, segundo os dados sistematizados por Ribeiro (2010; 2014), as prestações de contas da época não discriminavam a natureza das receitas. Assim, entre 1985 e 1995, esses recursos representaram, aproximadamente, 50% do total das receitas do partido (RIBEIRO, 2014). Após 1989, verifica-se uma progressiva redução na arrecadação das contribuições junto aos filiados. Apesar da proporção de recursos oriundos das contribuições estatutárias ter caído em relação ao total das receitas do partido no decorrer do tempo, houve um crescimento, em termos de valores absolutos arrecadados, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 2 – Recursos provenientes de contribuições estatutárias PT – valores corrigidos em (R\$)

Contribuições	Contribuição estatutárias
1989	533.5774,11
1990	682.967,30
1991	1.204.791,00
1993	380.226,28
1995	2.692.070,02
1996	3.023.043,16
1997	3.614.430,99
1998	2.972.267,45
1999	4.208.316,06
2000	3.017.628,52
2001	3.355.919,54
2002	1.620.016,47
2003	5.556.373,24
2004	7.386.716,32

2007	2.709.482,25
2008	3.296.846,89
2009	3.355.897,57
2010	3.534.509,67
2011	5.655.296,17
2012	10.083.088,84
2013	22.490.861,87
2014	30.619.260,09
2015	26.938.362,30*
2016	24.443.038,21*
2017	14.759.574,02
2018	12.858.124,14

Fonte: Ribeiro (2010) até o ano de 2004; os anos entre 2007 e 2018, elaborado a partir de dados de prestação de contas entregues ao TSE.

* As contas partidárias não discriminam as contribuições de filiados padrão, parlamentares e cargos executivos e diretórios.

No estatuto do PT de 2001, a contribuição financeira dos filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança passou a constar como obrigatória¹¹⁰. O percentual de contribuição é definido pelo Diretório nacional¹¹¹, variando entre 2% e 20% sobre o salário dos filiados com mandatos eletivos ou ocupantes de cargo de confiança e deve ser recolhido mensalmente ao partido¹¹². O aumento desse tipo de arrecadação em 2003 coincide com a chegada do partido à Presidência da República, em que milhares de filiados foram lotados no governo federal. Também contribuiu nesse sentido, a implantação do Sistema de Arrecadação de Contribuições Estatutárias (SACE) em 2001, que garantiu maior eficiência ao partido na captação desses recursos centralizando o recolhimento das contribuições estatutárias (RIBEIRO, 2010).

Entre os anos de 2007 e 2010, verifica-se uma redução abrupta no montante de arrecadação das contribuições estatutárias, e a principal causa dessa diminuição foi uma resolução do TSE, aprovada em 2007,¹¹³ que proibiu a cobrança de parcela do salário – popularmente conhecido como “dízimo” – dos filiados que ocupavam cargos comissionados e chefias em órgãos da administração pública. Tal resolução atingiu especialmente o PT que, com maior tradição na cobrança de quotas dos filiados, sofreu uma redução drástica nos valores arrecadados junto a esse público. Durante o primeiro mandato de Dilma, verificou-se uma arrecadação recorde de quase R\$ 70 milhões em

¹¹⁰ Estatuto do PT (2001, Arts. 170-173).

¹¹¹ Estatuto do PT (2001, Art.173).

¹¹² Tabela de Contribuições de filiados ao PT em 2018. Disponível em: <https://pt.org.br/blog-secretarias/tabela-de-contribicoes-de-filiados-ao-pt-em-2018/>

¹¹³ Resolução 22.585/07.

quatro anos apenas com o “dízimo” – mesmo proibido pelo TSE. Nos anos seguintes, os valores arrecadados também foram expressivos, porém, há que se ponderar que a prestação de contas, dos anos de 2015 e 2016, apresentadas pelo PT, não especifica se as doações são de filiados padrão, dirigentes, parlamentares ou ocupantes de cargos comissionados. Na de 2015, por exemplo, constam, no total da planilha, como “Contribuições de Filiados, Parlamentares, Cargos executivos e Diretórios”, contabilizando um valor arrecadado de R\$ 26.938.362,30.

No que diz respeito às receitas advindas dos filiados padrão (aqueles sem nenhum tipo de cargo), são irrisórias. Em contraste com a importância que esse tipo de arrecadação teve na sustentação financeira do PT, nos seus anos iniciais, atingindo cerca de um terço do montante arrecadado pelo partido em 1989. Tais doações despencam ao longo da década de 1990, perfazendo menos de 1% nos anos 2000. Finalmente, no V Congresso do PT, realizado em 2015, o partido decidiu pelo fim da contribuição obrigatória dos filiados sem cargos comissionados em órgãos públicos ou no partido (PINHO, 2017).

Mas o que mais chama a atenção é o vertiginoso aumento da arrecadação junto a empresas privadas que atinge seu auge nos anos 2000, convertendo-se na principal fonte de arrecadação da legenda. No período entre 2000 e 2014, esse tipo de financiamento teve uma participação média de aproximadamente 40% na composição total dos recursos arrecadados pelo partido¹¹⁴, e compreendeu mais da metade das receitas do PT nos anos de 2008 (64,8%), 2010 (82,5%), 2012 (79%) e 2014 (72,2%). Mesmo em anos não eleitorais, as contribuições provenientes de empresas privadas no financiamento do partido foram expressivas, atingindo, a partir de 2007, percentuais sempre superiores a 20% da composição orçamentária total da legenda. Durante os anos em que esteve à frente do governo federal, o partido adota um novo padrão de financiamento que se aproxima da lógica de capital-intensivo, com o predomínio do financiamento empresarial em detrimento das doações feitas por filiados. Com efeito, o PT se torna o líder em arrecadação dos aportes dessa natureza, abarcando cerca de 90% do total das doações de empresas realizadas aos 29 partidos políticos em 2011¹¹⁵.

Se, por um lado, esse novo modelo de política de arrecadação garantiu aportes financeiros volumosos ao partido, por outro, veio acompanhado de profundas crises

¹¹⁴ O cálculo excluí os valores dos anos de 2005 e 2006.

¹¹⁵ O Estado de S. Paulo. **Uma grave distorção**. 2012. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,uma-grave-distorcao-imp-,879804>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

geradas por acusações de corrupção conhecidas como o “Mensalão” e a “Operação Lava Jato”, que atingiram em cheio seu núcleo dirigente. Essas crises fizeram com que o partido revisse tal modelo de financiamento e, mais tarde, no seu V Congresso, realizado em 2015, vetou as doações vindas de empresas privadas que, meses depois, também acabariam sendo proibidas pelo STF.

A análise das receitas do PT revela que, durante seus anos iniciais, a contribuição de seus membros foi a principal fonte de arrecadação do partido. Entretanto, já durante a década de 1990, esse tipo de fonte declina, dando prioridade a novas fontes de receitas, primeiro, com o fundo partidário e, depois, com a ampliação da arrecadação empresarial, que passaram a desempenhar um papel destacado na sustentação do partido. A diversificação das fontes de receitas foi o resultado de uma redefinição dos padrões da política de financiamento partidário, em que o partido passa a prescindir de suas bases para garantir a sua sobrevivência financeira, ao mesmo tempo em que passa a ter mais acesso a recursos empresariais – que, durante muito tempo, foram tratados como tabu para um “partido sem patrões” -, bem como o maior acesso aos recursos estatais, o que o tornou mais dependente dos subsídios públicos, refletindo uma das características do modelo de partido cartel (KATZ; MAIR, 1995).

No que concerne ao financiamento do PSDB, apresenta um formato diferente do PT. Durante seus anos iniciais, as fontes de financiamento do PSDB estiveram, basicamente, circunscritas a sua atuação na arena governativa, devido à prevalência das contribuições de parlamentares e do fundo partidário. A tabela a seguir apresenta os percentuais das principais fontes de recursos financeiros arrecadados pelo Diretório Nacional do partido ao longo de três décadas.

Tabela 3 – Fontes de captação de recursos do DN do PSDB entre 1996-2018 (%)

ANO	Fundo Partidário	Contribuições Estatutária	Filiados	Doações de pessoas jurídicas	Outras Receitas	Total
1996	95,2	3,6	-	-	1,2	100
1997	94,5	4,0	-	0,8	0,7	100
1998	71,0	2,7	-	4,2	22,1*	100
1999	91,1	1,9	-	4,6	2,4	100
2005	99,3	0,5	-	-	0,2	100
2006	58,2	0,3	-	36,6	4,3	100
2007	84,4	0,5	-	11,6	3,5	100
2008	37,5	0,3	-	55,9	6,3	100
2009	87,5	0,6	-	10,8	1,1	100

2010	18,7	0,1	-	71,7	9,5	100
2011	93,1	0,5	-	6,0	0,5	100
2012	26,6	0,1	-	69,5**	3,8	100
2013	63,6	0,3	-	32,6	3,5	100
2014	15,3	0,1	-	72,7**	11,9	100
2015	83,7	0,1	-	2,4	13,8	100
2016	89,7	0,1	-	-	10,2	100
2017	92,0	0,1	-	-	7,9	100
2018	95,2	0,1	-	-	4,7	100

Fonte: elaborado a partir das prestações de contas apresentadas pelo diretório nacional ao TSE. Infelizmente não dispomos de dados dos anos de 1989 a 2004 e de 2000 a 2004, pois, devido ao contexto da pandemia do novo coronavírus, não foi permitido realizar a pesquisa no arquivo do TSE.

*Esse valor elevado deveu-se à grande quantidade de doações advindas de pessoas físicas que correspondeu a 20,1% dos recursos arrecadados no ano.

**Soma das doações de pessoas jurídicas para o partido e para campanhas eleitorais.

A análise da evolução das finanças do partido revela que a principal via de captação de recursos, o fundo partidário, a partir dos anos 2000, sofre um incremento das receitas advindas do setor privado, que acaba se tornando o principal financiador do partido nos anos eleitorais a partir de 2008. Através dos dados da tabela 3, resta claro que o PSDB depende dos recursos do fundo partidário para a sua sobrevivência organizativa. O aporte do fundo responde a uma média de mais de 70% dos recursos arrecadados pelo partido. A tabela abaixo mostra os valores absolutos dos recursos do fundo partidário, recebidos pela sigla, entre os anos de 1989 e 2006.

Tabela 4 – Valores absolutos do Fundo Partidário recebidos pelo PSDB no período 1989-2006 (em R\$ de maio/2007)

ANO	Fundo Partidário
1989	146.082
1990	198.988
1991	119.039
1992	109.908
1993	108.243
1994	299.328
1995	952.502
1996	18.716.829
1997	15.614.984
1998	16.121.388
1999	21.709.794
2000	26.364.010
2001	26.995.346
2002	26.903.324
2003	24.064.308
2004	21.762.727
2005	20.163.581

2006

23.567.897

Fonte: Campos (2009).

De imediato, chama a atenção o aumento vertiginoso dos valores recebidos através do fundo partidário. Com efeito, o ponto de inflexão nesse processo foi dado pela Lei nº 9.096 de 1995, que alterou as regras de constituição do Fundo Partidário, aumentando, substantivamente, a quantidade de recursos públicos repassados aos partidos. No caso do PSDB, em 1996, o partido recebeu do Fundo um aporte de recursos quase vinte vezes superior que o ano anterior – 1995 – e, a partir de então, o que se verifica é um crescimento quase que progressivo dessa modalidade de financiamento à legenda, fruto da expansão da bancada tucana na Câmara, já que a distribuição do Fundo estava atrelada à proporção de cadeiras/votação de cada partido na Câmara dos Deputados (Lei nº 6.767/1979, Art. 97; Lei nº 6.937/1981, Art. 3º; Lei nº 9.096/1995, Art. 41-A). Afora o financiamento do Fundo, o partido prevê em seu estatuto a contribuição mensal de 3% da remuneração bruta de seus membros ocupantes de cargos eletivos,¹¹⁶ no entanto, essas verbas correspondem a uma fração ínfima do valor total arrecadado. Dessa forma, o partido apresenta uma estrutura de financiamento baseada, em sua maior parte, em subsídios públicos e, em anos eleitorais, com grandes somas captadas junto a financiadores privados - até sua proibição pela legislação em 2015. Diante desse quadro, o fundo partidário responde por um grande quantitativo das receitas do partido, desempenhando um papel crucial no financiamento de suas atividades.

3.4. Conclusões parciais: entre a institucionalização e a desinstitucionalização partidária

Embora não exista consenso entre os estudiosos sobre as variáveis e as formas de mensuração da institucionalização partidária, a grande maioria reconhece que ela conota um processo de cristalização das instituições, i.e. quando estas adquirem estabilidade e persistência ao longo do tempo (HUNTIGTON, 1975; RANDALL; SVÅSAND, 2002; PANEBIANCO, 2005; DAZA, 2005; BASEDAU; STROH, 2008; WELFLING, 1973). Desde a origem, PT e PSDB apresentaram um crescimento significativo na maioria dos indicadores, com ambos adquirindo níveis inequívocos de institucionalização das suas organizações - embora, em alguns momentos, seja possível identificar tendências de

¹¹⁶ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 143.

desinstitucionalização, sobretudo vivenciadas com a atuação desses partidos no governo federal. Mais especificamente, vale chamar a atenção para alguns pontos: ao longo de suas trajetórias, ambos os partidos tiveram um incremento nas suas estruturas internas, o que revela ganhos nos níveis de complexidade organizacional.

O PT, desde seus tenros anos de existência, conta com uma organização robusta em termos de complexidade organizacional, registrando a presença de uma grande quantidade de órgãos setoriais e funcionais na composição da Executiva do partido, conferindo-lhe um elevado nível de especialização, enquanto o PSDB só veio elevar seus níveis de especialização, em 2013, com a criação de Redes Temáticas, que, em 2015, passaram a ter direito à voz e voto na Comissão Executiva Nacional, contudo, diferente do PT, não tem espaço reservado na Executiva que é composta apenas por cargos administrativos.

Em termos de rotinização, ambos os partidos a desenvolveram-na, em alguma medida, replicando, quase que integralmente - com algumas exceções -, seus órgãos e instâncias federais nos seus congêneres estaduais e municipais. No que se refere ao outro quesito da rotinização, a regularidade na realização de convenções partidárias, tanto no PT como no PSDB tais atividades ocorrem com uma periodicidade média de dois anos. Nesse caso, ambos os partidos desenvolveram a estrutura organizacional complexa e a rotinização dos seus processos internos.

No tocante à inflexão territorial, verificamos que a penetração territorial no plano nacional não ocorre de forma homogênea pelas unidades da Federação que apresentam diferenças significativas quanto ao ritmo e ao escopo da cobertura geográfica dos partidos pelo território, tendo suas bases concentradas inicialmente na região Sul-Sudeste do país. Considerando os aspectos presentes na gênese petista, à luz dos critérios de Panebianco, observamos que, apesar da forte influência do sindicalismo e do destaque exercido pelo então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luís Inácio Lula da Silva, não é suficiente para dizer que sua fundação se deu pela ação de um líder carismático ou por uma organização externa. Nesse sentido, seu formato de legitimação interna favoreceu uma organização mais autônoma e sua estruturação por penetração territorial, o que conferiu maior grau de sistemicidade interna (RIBEIRO, 2010; PINHO, 2017). Já, ao avaliarmos o modelo originário do PSDB pelos critérios de Panebianco, vemos que o partido se organiza com legitimação interna, uma vez que não retira sua legitimidade de um órgão patrocinador externo, nem mesmo há preponderância de uma liderança carismática indissociável à formação da sigla. Também não se observa a

existência de um núcleo coeso de lideranças que controlou o processo de formação e desenvolvimento do partido, levado a cabo por difusão territorial.

Com relação à disciplina organizacional, embora ambos os partidos possuam dispositivos para impor o peso organizacional nas ações de seus representantes eleitos, foi possível observar uma relação bastante assimétrica entre os partidos e Governo Federal, o que acaba por reduzir a autonomia decisional da direção partidária (*party in central office*) na relação com a face pública do partido (*party in public office*). Não foram muitos os exemplos de punições sofridas por correligionários petistas que se posicionaram em desacordo com as orientações do partido, e, no caso dos tucanos, as aplicações de penalidades disciplinares foram ainda mais raras, sugerindo uma debilidade na capacidade de estabelecer um *enforcement* para a ação de seus representantes. Por outro lado, as altas taxas de disciplina das suas bancadas parlamentares sugerem que ambos são fortemente institucionalizados.

No que tange ao formato das relações com os órgãos colaterais, não identificamos, em nenhum dos partidos, o predomínio de algum grupo particular indissociável de suas elites político-partidárias, nem seu surgimento ocorreu por agência ou intermédio de grupos externos à organização. A ausência de “agentes externos” torna os partidos menos vulneráveis a práticas extrapartidárias e à influência de grupos de interesses no interior da organização, demonstrando uma maior autonomia destas diante das pressões de outros atores.

Por último, em relação às modalidades de financiamento, observamos que, embora o PT, sobretudo em seus anos iniciais, tenha apresentado uma maior diversificação das suas fontes de receita, arrecadando recursos significativos junto a seus militantes, com o passar do tempo, tais recursos se mostram limitados em comparação aos montantes arrecadados junto ao fundo partidário e a empresas. Já, no PSDB, sua vinculação precoce com o estado acabou contribuindo para o predomínio do fundo partidário na sustentação financeira do partido. Fato é que o crescimento e a consolidação dos recursos provenientes do financiamento público, no quantitativo das receitas partidárias, têm tornado os partidos dependentes do financiamento do fundo partidário, sendo tais recursos cada vez mais importantes para a manutenção das organizações partidárias, apontando para indícios de cartelização das legendas.

Finalmente, as evidências, aqui apontadas, sugerem que o PT possui um alto grau de sistemicidade, com o centro dirigente detendo o controle sobre as “zonas de incerteza”, enquanto o PSDB, por sua vez, apresenta uma fraca sistemicidade, com uma dinâmica

organizacional, majoritariamente centrada nas relações entre as suas lideranças. Assim, foi possível notar que, embora apresentem modelos originários distintos, ambos os partidos experimentaram uma complexificação organizativa das suas burocracias com crescente especialização de suas funções e rotinização de seus procedimentos, demonstrando padrões recorrentes de institucionalização.

Quadro 5 - Síntese das características da Institucionalização Partidária do PT e PSDB

Indicadores da Sistemicidade	PT	PSDB
Complexidade organizacional	<ul style="list-style-type: none"> - Alta complexidade organizacional: a CEN conta com seis órgãos funcionais, além de quinze secretarias setoriais destinadas a assuntos específicos (Estatuto do PT, 2017, Art. 117, §1º; https://pt.org.br/estrutura-partidaria/). - Alta taxa de filiação: a sigla aparece com a segunda maior quantidade de filiados no país. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa complexidade organizacional: com apenas três órgãos funcionais. Em 2015, as setoriais passaram a ter direito à voz e ao voto na executiva, mas não possuem assento permanente na CEN (Estatuto do PSDB, 2015, Art. 73). - Alta taxa de filiação: a sigla possui a terceira maior quantidade de filiados no país.
Rotinização	<ul style="list-style-type: none"> - Possui uma estrutura partidária conformada por instâncias e órgãos que são replicados nos três níveis federativos. - É o partido com o maior número absoluto de Convenções Nacionais realizadas, dezoito no total. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possui uma estrutura partidária que é, em grande medida, replicada pelas três esferas da federação. - O partido realizou quatorze Convenções Nacionais, demonstrando regularidade das atividades nacionais.
Indicadores da Autonomia	[Conteúdo oculto]	
Inflexão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento organizativo se deu por penetração territorial, 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento organizativo ocorreu por difusão territorial, a partir

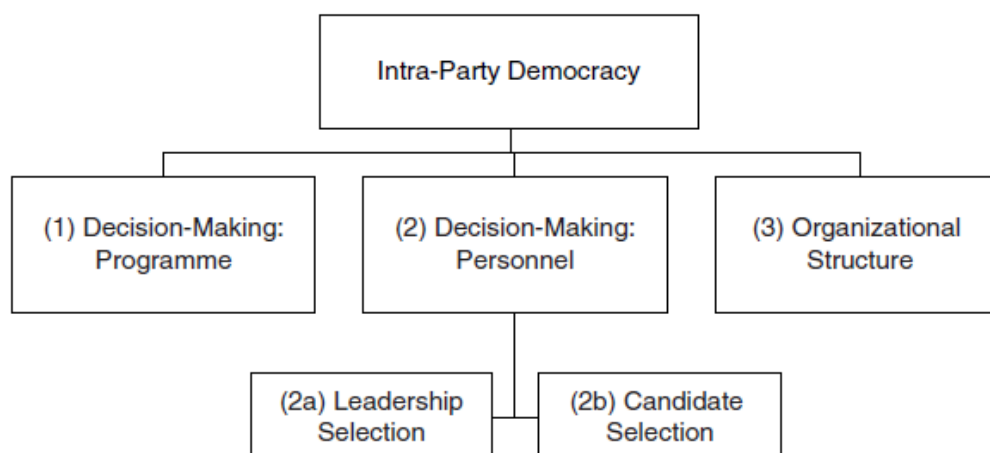
	formado a partir de um grupo coeso – o novo sindicalismo – que controlou o seu processo genético.	da adesão de lideranças locais, sobretudo, vinculadas ao PMDB.
Disciplina organizacional	- O partido foi capaz de assegurar a disciplina parlamentar através da utilização de estratégias de coerção e de cooptação pelo governo federal.	- Dinâmica organizacional centrada nas lideranças, que têm um peso preponderante no processo de tomada de decisão no interior do partido.
Modalidade de Financiamento	- Conta com recursos majoritariamente advindos do Estado.	- Conta com recursos majoritariamente advindos do Estado.

Fonte: elaboração própria.

Capítulo 4 - Avaliando a Democracia intrapartidária de petistas e tucanos: plebiscitarianismo ou assembleísmo?

Tal como já visto no Capítulo I, não existe consenso sobre o significado da democracia intrapartidária, que está lastreada de diferentes concepções normativas. Não obstante, existe um certo consenso em associá-la à capacidade dos filiados/militantes influenciarem nas decisões internas dos partidos (CROSS; KATZ, 2013; KITTILSON; SCARROW, 2003; LEDUC, 2001; PENNINGS; HAZAN 2001; SCARROW, 2005). Nesse sentido, a democracia intrapartidária estaria relacionada ao grau de inclusão das bases nos processos de tomada de decisão.

O objetivo deste capítulo consiste em compreender como a democracia interna tem se processado no PT e PSDB. Nessa empreitada, valer-nos-emos do desenho de pesquisa, produzido por Von dem Berge e Poguntke (2017), para avaliar a democracia intrapartidária. Segundo os autores, existem duas variantes de democracia intrapartidária conforme o tipo de tomada de decisão no interior dos partidos, que pode ser plebiscitária – em que a tomada de decisões é realizada via votação – e assembleísta – em que a tomada de decisões é realizada por meio de deliberação e negociação antes de uma votação. A partir desses dois modelos, os autores desenvolvem um índice de democracia intrapartidária constituído por três eixos: a tomada de decisão sobre o programa partidário, a seleção de líderes e candidatos e a estrutura organizacional. O primeiro eixo está relacionado ao grau de inclusão na formulação e desenvolvimento dos documentos partidários; o segundo diz respeito à inclusão dos selecionadores nos processos de seleção dos candidatos e líderes partidários e o terceiro trata da distribuição de poder dentro dos partidos. Nessas dimensões, a democracia interna é informada pelo grau de inclusão desses processos. A figura abaixo expõe esses componentes.

Figura 2 – Democracia intrapartidária e seus componentes

Fonte: Von dem Berge e Poguntke (2017).

No índice desenvolvido pelos autores supracitados, essas três dimensões são codificadas - entre 0 e 1¹¹⁷ - de acordo com a amplitude da inclusão na tomada de decisões interna de cada uma delas e classificadas conforme a média aritmética obtida¹¹⁸. Os indicadores se baseiam, principalmente, na história oficial dos partidos, capturada pelos documentos partidários (principalmente os estatutos). É sabido que os documentos partidários, por si só, não traduzem o funcionamento efetivo dos partidos políticos, ainda assim, o estudo dos documentos estatutários e programáticos é importante porque são eles que formalizam a estrutura organizacional dos partidos, estabelecem as regras de funcionamento interno e oficializam as diretrizes que orientam seus membros, inclusive, com relação à democracia intrapartidária. A tabela a seguir mostra os índices de democracia assembleísta (AIPD) e plebiscitária (PIPDB) dos partidos relevantes no sistema partidário brasileiro no ano de 2014.

Tabela 5 – Scores para a democracia interna assembleísta (AIPD) e plebiscitária (PIPDB) dos partidos políticos brasileiros (2014)

Partido	AIPD index	PIPDB index
PT	0.491	0.250
PMDB	0.380	0
PP	0.380	0

¹¹⁷ Valores mais altos (próximos a 1), indicam que a tomada de decisão interna utiliza procedimentos plebiscitários e/ou assembleístas mais inclusivos. Próximos a 0, são partidos mais “elitistas”, enquanto valores próximos a 0,5 indicam que o partido não é nem democrático nem “oligárquico”.

¹¹⁸ Informações sobre o banco de dados do *Political Party Database Project* (PPDB) e as formas de codificação constam no site: <<https://www.politicalpartydb.org/>>.

PSB	0.380	0
PDT	0.380	0
PSDB	0.369	0
DEM	0.348	0
PR	0.338	0
PPS	0.338	0
PRB	0.338	0
PC do B	0.338	0
PSC	0.338	0
PTB	0.330	0
PSD	0.328	0
Média	0.632	0.017

Fonte: Ribeiro e Locatelli (2018, p.19)

O índice de democracia intrapartidária consiste na inclusividade dos processos de tomada de decisão internos em três componentes (redação do manifesto, seleção de candidatos/dirigentes e estrutura organizacional). De uma forma geral, todos os partidos apresentam baixos scores (<0.5) para o modelo assembleísta, com uma média de 0.362. Von dem Berge e Poguntke (2017), associam a combinação de baixas pontuações de AIPD e PIPD com o modelo de partido de quadros.

No caso dos partidos em tela, embora o PT apresente scores gerais mais altos, tanto este como o PSDB se aproximam mais de uma pontuação intermediária, o que significa que não são nem completamente elitistas nem amplamente democráticos. Levando em conta cada indicador individualmente, o melhor desempenho do PT pode ser atribuído a scores mais altos com relação à seleção de candidatos - que é realizada por um órgão colegiado, enquanto no PSDB é feita por órgão Executivo -, e a dimensão organizacional - graças ao envio de delegados locais aos congressos, que, no PSDB, é acessível apenas aos delegados regionais. O PT é ainda o único partido que pontua em relação ao modelo plebiscitário de democracia interna, devido à eleição direta para a *central office* via PED. Por outro lado, no que diz respeito à capacidade dos membros em influenciar nas questões programático-partidárias, parece ser a área mais deficitária em termos de quesitos democráticos em ambos os partidos - PT e PSDB.

Existem distintas razões pelas quais os partidos adotam, ou combinam, essas variantes da democracia intrapartidária. Por exemplo, um aspecto central do partido cartel é que a introdução de procedimentos plebiscitários inclusivos é uma forma de aprimorar a autonomia dos líderes (KATZ; MAIR, 1995).

No caso do nosso estudo, como o escopo da pesquisa se limita a apenas dois partidos, optamos, também, por realizar uma análise qualitativa e exploratória - de cunho

documental - dos componentes propostos por Von dem Berge e Poguntke (2017) com o intuito de investigar se PT e PSDB são democráticos na condução de seus processos decisórios internos. Em particular, essas dimensões oferecem um profícuo enquadramento analítico para o exame dos mecanismos democráticos¹¹⁹ que, porventura, existam dentro dos partidos em tela.

Dessa forma, começamos pelo exame dos documentos (manifestos, programas, resoluções, estatutos etc.) a fim de identificar os princípios organizativos democráticos contidos nos mesmos. Para além de um ponto de vista apenas conceitual ou teórico, nos interessa identificar as consequências práticas das opções ideológicas e organizativas na experiência concreta dos partidos.

Em seguida, trataremos da democracia no que concerne aos critérios intrapartidários de seleção de candidatos e dirigentes. Por meio da análise das regras internas de funcionamento partidário, consideramos que a amplitude da democracia interna está relacionada à inclusão dos membros e à mobilização de diferentes instâncias partidárias no processo. Nosso objetivo é identificar se os partidos possuem mecanismos de democracia interna para a seleção dos seus candidatos e órgãos diretivos.

Por fim, abordaremos o formato organizacional das estruturas partidárias, visando a identificar se os partidos preveem, em seu desenho organizacional, instrumentos para implementação da democracia intrapartidária. A organização formal dos partidos adquire particular importância porque através dela pode ser observado como ocorre a distribuição interna de poder entre as instâncias partidárias. Dessa maneira, buscaremos averiguar se os partidos contam com arranjos participativos por meio dos quais seria possível o exercício da democracia no seu âmbito interno.

4.1. A conformação da democracia nos documentos partidários

A análise da documentação doutrinária e estatutária dos partidos é importante porque informa os seus objetivos políticos, sua posição ideológica, os princípios que orientam os seus integrantes etc. Se, como afirma Panebianco, “a institucionalização é efetivamente o processo por meio do qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores do partido” (PANEBIANCO, 2005, p.100), os documentos formalizam institucionalmente tais valores e objetivos. Sob a guarda deles, encontram-se as previsões

¹¹⁹ Mecanismos democráticos entendidos como procedimentos que permitem a participação dos militantes/filiados na tomada de decisão da organização.

institucionais que pautam a ação partidária, a conformação ideológica e a idiossincrasia política dos partidos. Por estas razões, os documentos partidários servem para compreender as concepções democráticas com as quais os partidos se comprometem. Frente a esse quadro, buscamos discutir como o princípio da democracia intrapartidária é contemplado no interior dos partidos e em que medida ele passa para o campo operacional, ou seja, como os partidos encarnam tais princípios à sua estrutura organizacional.

Nesse sentido, realizamos uma análise interpretativa com o objetivo de precisar o conteúdo da democracia intrapartidária conferido pelos postulados e dispositivos contidos nos documentos que disciplinam a democracia na organização interna dos partidos. Por outro lado, realizamos também o exame das questões relacionadas ao arcabouço organizacional e ideológico dos partidos, considerando mecanismos democráticos que envolvem os membros na vida partidária.

4.1.1. A democracia intrapartidária nos documentos do PT

Conforme visto anteriormente, o PT surge como uma grande novidade dentro do quadro partidário brasileiro, muito em função da sua origem, - atrelada a organizações da sociedade civil, em especial, ao grupo conhecido como novo sindicalismo - e do seu arcabouço organizacional que ia além do disposto na legislação. O processo de gestação do partido é contemporâneo à conjuntura de decomposição do regime de exceção e de redemocratização do país, que conduziu à retomada das mobilizações sociais e à abertura institucional que flexibilizou a criação de novas legendas. O PT foi criado em um momento em que a instauração de uma institucionalidade democrática era o catalisador principal das aspirações dos atores sociais e políticos.

Nesse contexto, a ideia de construção de um partido dos trabalhadores foi, pela primeira vez, lançada como resolução no Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, ocorrido em Lins (SP), em janeiro de 1979 (KECK, 1991, p.83)¹²⁰. A “Tese de Santo André-Lins”, aprovada nesse Congresso, é apontada como um marco fundante do partido e, desde esse documento, o partido já apregoava que deveria ser regido pela democracia interna.

¹²⁰ Com efeito, não existe consenso sobre o momento exato em que surgiu a ideia de formação do partido “Há quem diga que a primeira vez que a ideia da criação de um Partido dos Trabalhadores apareceu foi em julho de 1978, no Congresso dos Petroleiros, em Salvador, Bahia. Outros dizem que a decisão de formar o PT foi tomada em janeiro de 1979, no XI Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, realizada na cidade de Lins” (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2003, p.21).

No mesmo ano é lançada a “Carta de Princípios”, - em 1979, portanto, antes mesmo de sua fundação -, na qual o então o chamado Movimento Pró-PT também já se afirma comprometido com a democracia (SECCO, 2011, p.101):

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressar seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressalvando apenas que as inscrições serão individuais (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1979, p. 5).

Com uma composição interna bastante heterogênea, a ideia inicial era apresentar o partido como uma organização plural, aberto a diversas tendências como forma de promover a democracia interna. Em seu Manifesto de Fundação (de 1980), o PT expressa o caráter democrático do partido de massa ao qual se propunha construir:

(...) um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em conseqüência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases (MANIFESTO DE FUNDAÇÃO, 1980, p. 2).

Com efeito, há referências com relação à democracia interna tanto nos documentos pré-fundação (REC 48, 54 e 56) como no Manifesto e Programa de 1980 (REC 66 e 71) (LACERDA, 2002, p.49). Na resolução, “O socialismo petista”, aprovada no 7º Encontro Nacional em 1990, o PT preconiza seu compromisso com a prática da “democracia interna como requisito indispensável ao seu comportamento democrático na vida social e no exercício do poder político” (O SOCIALISMO PETISTA, 1990, p.1) buscando, com isso, inclusive, diferenciar-se dos demais partidos da esquerda tradicional. E, em outra passagem deste mesmo documento, o partido reafirma seu caráter de partido plural com vocação democrática.

Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc (O SOCIALISMO PETISTA, 1990, p.2).

Tal pluralismo ideológico, presente na fase constitutiva do partido, pode ser tomado como um exemplo do que Duverger (1970) chama de descentralização

ideológica, situação na qual existe certa autonomia das diversas frações ou tendências internas à organização o que, em casos extremos, poderia levar a cisões.

Como meio de operacionalizar este pluralismo dentro do partido, o PT reconheceu a possibilidade de organização de tendências em seu interior¹²¹. A regulamentação das tendências internas foi aprovada no 5º Encontro Nacional, realizado em 1987, e tinha como objetivo impedir que essas não se constituíssem em “partidos dentro do partido” (LACERDA, 2002)¹²².

Entretanto, se, por um lado, o reconhecimento ao direito de tendências no interior da agremiação visava assegurar a manutenção da unidade partidária, por outro, buscava enfraquecer as oposições internas e, com isso, aumentar o poder da direção na estrutura partidária, centrado preponderantemente na tendência Articulação. Assim, enquanto na sua fase formativa o partido prezou por uma política de aglutinação das diversas correntes da esquerda organizada em suas fileiras, no período posterior, empenhou-se em reduzir a independência desses grupos dentro do partido (AMARAL, 2010; MARTUSCELLI, 2007).

Mas o diferencial da democracia petista é que ia além da democracia formal inscrita nos documentos partidários, tendo consequências práticas. A grande inovação nesse sentido veio com o instrumento à implementação dessa democracia, os núcleos de base. Segundo Keck (1991, p.124), os núcleos de base foram uma das principais inovações no âmbito da organização partidária que “tinha por objetivo constituir uma garantia de que no PT as decisões seriam tomadas democraticamente, com base na participação dos seus membros”. Mesma visão compartilhada por Meneguello (1989), para quem os núcleos de base traduzem a essência da democracia participativa petista.

A composição e atribuições dos Núcleos de Base foram definidas no primeiro estatuto do PT (aprovado em 1980) do seguinte modo:

CAPÍTULO VI

Dos Núcleos de Base

Art. 35º - Os filiados de um mesmo domicílio eleitoral organizar-se-ão em Núcleos de Base, por local de moradia, por categoria profissional, por local de trabalho ou por movimentos sociais.

Art. 36º - Os Núcleos de Base serão constituídos com um número mínimo de filiados, uniforme em todo o território nacional, conforme Regimento Interno.

¹²¹ O PT reserva um título específico (Título IX) em seu estatuto que trata das tendências. Conforme o estatuto: “Tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se de vida permanente” (Estatuto PT, 2017, Art. 251, §1º).

¹²² Já o direito de organizar tendências internas foi aprovado no 4º Encontro Nacional realizado em 1986. (AMARAL, 2010, p.137).

Art. 37º - As funções dos Núcleos de Base são as seguintes:

- I. organizar a ação política dos filiados, segundo a orientação dos órgãos de deliberação e direção partidária, estreitando a ligação do Partido com os movimentos sociais;
- II. emitir opinião sobre as questões municipais, regionais e nacionais que sejam submetidas a seu exame pelos respectivos órgãos de direção partidária;
- III. aprofundar e garantir a democracia interna do Partido dos Trabalhadores;
- IV. promover a educação política dos militantes e filiados;
- V. sugerir aos órgãos de direção partidária consulta aos demais Núcleos de Base sobre questões locais, regionais ou nacionais de interesse do Partido; e
- VI. convocar o Diretório Municipal, nos termos do art. 22 deste Estatuto (Estatuto do PT, 1980).

A incorporação dos Núcleos de Base à estrutura organizativa petista visava contemplar as características “basista” de seus grupos de origem. (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; AMARAL, 2010, p.108). As funções atribuídas aos núcleos tinham por objetivo assegurar a democracia interna na tomada de decisões do partido com base na participação dos seus membros (KECK, 1991). Os núcleos acabaram se tornando um recurso organizacional fundamental, principalmente nos primeiros anos da agremiação, em que tiveram um papel decisivo para a estruturação e legalização do partido de acordo com as exigências da Reforma Partidária de 1979¹²³ (AMARAL, 2010; RIBEIRO, 2010). Também tiveram uma atuação importante para viabilizar a participação do partido nas eleições de 1982.

Porém, ao longo dos anos, os núcleos sofreram com restrições em suas funções e recursos, levando a sua falência dentro da organização partidária. Ainda nos anos de 1980, os NBs deixaram de ser o *locus* de recrutamento de filiados, acabando com a obrigação do filiado de estar ligado a algum núcleo (AMARAL, 2010, p.115). Além disso, outros fatores que concorreram para isso foram a manipulação dos núcleos pelas facções que viam no seu controle uma chance de aumentar sua participação nas esferas deliberativas; a ausência de infraestrutura e recursos financeiros e o solapamento das suas competências decisórias (RIBEIRO, 2010) – pelo fato de servirem como instâncias meramente consultivas e não deliberativas. A pá de cal definitiva sobre os núcleos de base foi colocada em 2001, com a aprovação do novo estatuto petista, em que ficaram impedidos de arrecadar recursos e enviar delegados para os encontros partidários. Destituídos de suas prerrogativas iniciais e sufocados financeiramente, os núcleos não passam de resquício histórico da organização primitiva do partido (RIBEIRO, 2010).

¹²³ “Segundo os artigos 5º, 6º e 7º do estatuto do PT todos que decidissem se filiar ao partido deveriam se registrar em núcleo que encaminharia o pedido ao DM. Caso este se dirigisse diretamente ao Diretório, este solicitaria a manifestação do Núcleo do seu domicílio eleitoral, e com base neste parecer aprovaria ou rejeitaria a filiação (Estatuto do PT, 1981)” (PINHO, 2017, p.178).

O Estatuto preservou alguns mecanismos de consulta como Plebiscitos, Referendos, Prévias Eleitorais e consulta às bases (2001, Art. 65 – 66)¹²⁴. Contudo, a mais importante inovação introduzida no novo estatuto foi a eleição direta (PED) para escolha das direções, em todos os níveis, pelo voto dos filiados¹²⁵. Na verdade, a instauração do PED ocorreu no II Congresso Nacional do partido, realizado em novembro de 1999, mas foi incorporado ao estatuto de 2001. Com a implementação do PED, qualquer filiado, com as obrigações estatutárias em dia, passou a poder votar diretamente nas chapas, nos candidatos a presidente do partido em todos os níveis (municipal, estadual e nacional) e nos delegados aos Encontros Municipais e Zonais, sem qualquer debate prévio¹²⁶. De acordo com Secco (2011), o PED serviu para consolidar a hegemonia do bloco de poder (Articulação/Campo Majoritário) que já comandava o partido. Para o autor, o PED teria advindo de uma “necessidade que o grupo dominante do PT tinha de afastar definitivamente seus oponentes e cimentar a via de acesso à Social democracia, qualquer nome que ela viesse a ter no Brasil” (SECCO, 2011, p.194). Se, por um lado, a criação do PED expandiu a base de filiados e tornou a organização petista ainda mais inclusiva, por outro, cabia discussão sobre até que ponto esse formato de eleição era realmente democrático (RIBEIRO, 2010).

Raul Pont¹²⁷ (2013) considera que, ao substituir os Encontros de delegados pelo voto direto dos filiados, o partido ampliou a participação e deu mais legitimidade aos eleitos, contudo, diminuiu o debate e a participação nos Encontros que foram substituídos por um processo eleitoral que exigia apenas o voto. Para ele:

As principais consequências foram as filiações massivas e sem critérios e o pagamento por terceiros, num claro voto de cabresto, gerando resultados negativos do ponto de vista orgânico e de formação dos filiados e filiações. O enfraquecimento dos núcleos e o fortalecimento dos mandatos e do poder econômico dentro do Partido foram inevitáveis (PONT, 2013, p.34-35).

Entendimento similar é compartilhado por Ribeiro (2010), cujas regras do PED¹²⁸ contribuíram para a disseminação de práticas clientelistas:

¹²⁴ Plebiscitos, referendos e prévias eleitorais têm caráter deliberativo, enquanto as consultas servem para orientar na tomada de decisão. Estatuto 2001, Arts. 61; 62. (RIBEIRO, 2010, p.268).

¹²⁵ Estatuto do PT, 2001, Art. 35.

¹²⁶ Estatuto do PT, 2001, Art. 71.

¹²⁷ Raul Pont foi um dos fundadores do PT, pelo qual foi eleito, por quatro mandatos, deputado estadual do RS (1987-91; 2003-14), deputado federal (1993-92), vice prefeito de Porto Alegre (1993-96) e prefeito de Porto Alegre (1997-2000). Em 2005, concorreu à presidência do PT pela chapa “Democracia Socialista”, sendo derrotado na eleição interna por Ricardo Berzoini, candidato pelo “Campo Majoritário”.

¹²⁸ Estatuto do PT, 2001, Arts. 26; 35-40; 71; 169.

Essas regras [do PED] constituem incentivos formidáveis para que os líderes locais e regionais procurem maximizar a quantidade de filiados mobilizados em seus redutos. Maximizar a participação de seus filiados “cativos” significa maximizar o espaço do grupo político nas direções de todos os níveis, as delegações enviadas por suas seções aos Encontros superiores, e as quantidades de delegados sujeitos à sua influência. Esses estímulos institucionais contribuíram para a universalização de certas práticas clientelistas [...] Métodos como a filiação em massa, o transporte gratuito de filiados, a quitação coletiva das contribuições e o pagamento de refeições se propagaram por diversas regiões do país (RIBEIRO, 2010, p. 276).

Como alega Amaral (2013), a implantação do PED representou uma maior inclusão dos filiados no processo decisório, à custa de uma diminuição da intensidade da participação. Isso porque, independente de qual seja seu nível de militância, qualquer filiado pode participar da seleção dos dirigentes. Com efeito, o declínio dos núcleos de base foi um duro golpe para a participação de alta intensidade¹²⁹, visto que, durante a década de 1980, era basicamente por meio deles que ocorria integração dos filiados à estrutura petista. Em sua análise, Amaral sustenta que com a adoção do PED, o partido optou “por incentivar formas de militância mais inclusivas, mas de menor intensidade” (AMARAL, 2013, p.82).

Ribeiro (2010, p.278-79) problematiza o caráter democrático atribuído ao PED. Para ele, a intenção subjacente à instituição do PED consistiria na busca por uma maior autonomia diretiva. No caso do PT, o incremento da inclusão dos membros criou condições favoráveis para o *empowerment* efetivo dos dirigentes com cargos públicos (RIBEIRO, 2010, p.278). Essa é uma das conclusões encontradas no trabalho de Peter Mair (1994), para quem a adoção de mecanismos de democracia interna amplia a participação ao mesmo tempo que verticaliza a decisão dos líderes.

No PT, o voto direto enfraqueceu as “tendências [...] assim como as instâncias, lideranças e Encontros intermediários em relação aos órgãos e dirigentes nacionais, diretamente legitimados pela base” (RIBEIRO, 2010, p. 279). Ao estabelecer uma relação direta entre “filiados-dirigentes/líderes”, a democracia interna do PT ofereceu formidáveis incentivos para a “presidencialização” das disputas internas, incorrendo em

¹²⁹ A participação de alta intensidade diz respeito à intensidade do engajamento dos filiados nas atividades partidárias. Nos partidos políticos, atividades que demandam maior esforço e tempo, como participação em reuniões e colaboração em campanhas eleitorais, na organização partidária e na arrecadação de fundos são exemplos de atividades que exigem alta intensidade de participação. Por outro lado, a doação de recursos ou comparecimento em eleições internas estariam relacionados à participação de baixa intensidade (AMARAL, 2013; SEYD; WHITELEY, 2002).

mecanismos de corte plebiscitários e com matizes *bonapartistas*. Nesse sentido, o *empowerment* dos filiados ocorreu em detrimento da base mais orgânica.

Tal sistemática vai na linha do que observou Mair (1994), para quem o alargamento da participação à massa de filiados atomizada e desorganizada as torna mais facilmente controladas pelos líderes partidários, que, por sua vez, enxergam a organicidade como ameaçadora. Sob as regras do PED, a cúpula petista alcançou maior autonomia e discricionariedade, contudo, enfraqueceu os mecanismos internos de *accountability* que eram assegurados nos Encontros. Com maior autonomia diretiva, o Campo Majoritário obteve maior liberdade de manobra dentro do partido para alcançar seu objetivo principal: eleger Lula à Presidência da República e mantê-lo com condições mínimas para governar (RIBEIRO, 2010).

Quanto à participação dos filiados, por meio do PED, estes elegem os dirigentes de todos os níveis partidários e os delegados dos Encontros Municipais e Zonais. Podem votar no PED os filiados com pelo menos um ano de filiação (Art. 26) e que estejam com as contribuições financeiras partidárias em dia (Art. 169) (PT, 2001; RIBEIRO, 2010, p.274).

Para a viabilização do PED, a direção nacional do partido necessitou organizar eleições internas em todo o país. Para coibir fraudes, lançou mão da centralização do processo de filiação (mediante a Carteira Nacional do Filiado) e da atualização do Cadastro Nacional de Filiados, com a CEN passando a desempenhar um controle mais rígido sobre as seções locais. A utilização de quóruns baixos também foi um pré-requisito para tornar o PED viável. No município, o quórum para a validação do PED era de 15% dos filiados habilitados¹³⁰. Para os Encontros de delegados no Estado, o quórum era de 50%, mais um dos delegados eleitos¹³¹. Já o Encontro Nacional, passou a ser constituído exclusivamente pelos delegados eleitos nos Encontros Estaduais,¹³² com o PED nacional sendo validado se metade dos estados atingirem individualmente o quórum (RIBEIRO, 2010).

Tais medidas contribuíram para que o partido tivesse uma real dimensão da quantidade de filiados, acabando com uma tendência bastante comum de inflar as filiações. Concomitantemente, os Encontros tornaram-se mais representativos ao vincular a representação ao comparecimento dos filiados nas votações do PED. Sendo assim, ainda

¹³⁰ Estatuto do PT, 2001, Art. 40.

¹³¹ Estatuto do PT, 2001, Art. 47.

¹³² Estatuto do PT, 2001, Art. 105.

que o PED possa ser instrumentalizado pelas lideranças partidárias, a fim de assegurar o controle das correntes majoritárias, a utilização de mecanismos de democracia direta confere, em certa medida, uma maior relevância aos filiados nos processos decisórios intrapartidários, dando um caráter mais plebiscitário à formação das direções petistas.

4.1.2. A democracia intrapartidária nos documentos do PSDB

Desde o seu surgimento, o PSDB suscita controvérsias sobre seu caráter programático-ideológico, muito devido a inconsistências doutrinárias em relação a sua pretensa identidade social-democrata. Com base na análise do posicionamento do grupo de parlamentares que formariam o PSDB durante as votações na Assembleia Nacional Constituinte, em relação a sua antiga sigla, o PMDB, Kinzo (1990) o considera como um partido de centro-esquerda no espectro político brasileiro. Já Roma (2002) e Guiot (2006), chamam a atenção para as alianças realizadas com partidos de direita (no caso, o PFL) e à orientação programática de cunho liberal, para sustentar que o partido se posiciona no centro/direita do espectro político.

Como vimos anteriormente, diferentemente dos partidos social-democratas europeus, o PSDB não se originou da articulação de movimentos de trabalhadores ou sindicatos, mas teve sua origem dentro do parlamento como um partido de quadros (ROMA, 2002). Não apenas sua origem como um partido de notáveis, mas também sua organização o diferencia dos partidos social-democratas europeus. Documentos publicados pelo partido no período de sua fundação demonstram uma situação contraditória entre uma retórica social-democrata e a assunção de propostas tidas como liberais (ROMA, 2002; GUIOT, 2006)¹³³. Em outras palavras, se, por um lado, o PSDB se apresentava como social-democrata, por outro, incorporava, no programa, pressupostos econômicos neoliberais.

Durante sua fundação, o partido procurou construir sua identidade em torno da defesa da democracia. O primeiro programa do PSDB - publicado em 1988 - já primava por um partido incumbido com as causas democráticas, com o objetivo de congregar brasileiros que se comprometessem com um ideário simples e claro de reformas e que aceitassem, conscientemente, participar de um *partido*, no qual a fidelidade aos princípios

¹³³ Roma (2002), identifica um dilema ideológico inicial na formação da identidade programática do PSDB, entre um partido que se declara social-democrata, mas com o programa de governo orientado para teses liberais.

programáticos, a começar pela democracia interna desse ao eleitor a garantia de que seu voto não seria traído (PROGRAMA PSDB, 1988, p.17). No seu programa de fundação, o PSDB se coloca como um partido heterogêneo do ponto de vista ideológico. Da leitura do programa, identificamos a presença de quatro principais vertentes políticas entre os fundadores do PSDB:

Ampla bastante para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo — por exemplo, liberais-progressistas, democratas-cristãos, sociais-democratas, socialistas-democráticos — o PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro (PROGRAMA PSDB, 1988, p. 17).

O texto, como podemos perceber, é ambíguo quanto à verdadeira matriz ideológica do partido. As referências feitas no programa apontam para a direção de posições mais próximas do social-liberalismo, em que busca conciliar uma visão liberal com preocupações sociais.

Recolhendo a herança democrática do liberalismo, não partilhamos com os liberais conservadores a crença cega no automatismo das forças de mercado. Nem pretendemos, como eles, tolher a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar, e desde que a ação estatal seja controlada pela sociedade e não guiada pelo interesse corporativo da burocracia ou pela vocação cartorial de grupos privados. Por isso, na concepção de democracia do PSDB, a racionalidade da relação entre os fins desejados pela sociedade e os meios disponíveis requer transparência da informação e participação ampla dos cidadãos nas decisões sobre as políticas públicas (PROGRAMA PSDB, 1988, p. 17).

Nesses documentos faltava, ainda, uma definição mais precisa do significado político e ideológico da social-democracia. Tal definição viria a ser feita em 1996, em documento (*Curso de formação política para candidatos*) elaborado para as eleições municipais daquele ano, no qual, aplica a definição de social-democracia formulada pelo presidente-sociólogo Fernando Henrique Cardoso: “uma corrente política que quer corrigir as injustiças sociais e melhorar as condições de vida do povo, por meio de reformas livremente consentidas pela sociedade dentro de um regime democrático”. Definição que corrobora com a interpretação apresentada no programa de 1988 (LIMA JÚNIOR; LATTMAN-WELTMAN; SPRITZER, s/d. s/p.)¹³⁴.

¹³⁴ “Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB” (verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-social-democracia-brasileira-psdb>> . Acesso em: 29/07/2020.

Entre os pontos principais expressos no programa, o partido confere bastante ênfase à promoção de mecanismos de participação democrática. Tal questão também foi contemplada no primeiro estatuto do partido – publicado em 1988 –, que demonstra uma preocupação com a democracia interna:

Art. 2º. O PSDB tem como base a democracia interna e a disciplina e, como objetivos programáticos, a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de idéias, culturas e etnias; e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais (Estatuto do PSDB, 1988).

As diretrizes básicas de organização e funcionamento do partido foram assim definidas, no art. 3º do mesmo documento: democracia interna, disciplina para construir unidade de ação partidária, participação dos filiados mediante eleições internas periódicas, temporariedade do mandato dos dirigentes partidários permitindo uma única reeleição, participação efetiva dos filiados na vida partidária, articulação com os movimentos sociais, manutenção de atividades permanentes, obrigação dos órgãos partidários de promoverem atividades regulares de formação, mobilização etc, reserva de assentos nos órgãos colegiados para filiados sem mandato eletivo, processos de decisão por maioria, após livre debate e deliberação e cumprimento aos princípios programáticos e decisões partidárias por todos os filiados, inclusive detentores de mandatos (Estatuto do PSDB, 1988, Art. 3º). Com a justificativa de aprofundar os mecanismos democráticos, o PSDB procurava se distanciar de práticas “fisiológicas” e “clientelistas” do PMDB e, em alguma medida, dar um conteúdo social ao seu funcionamento interno. Dessa forma, a defesa intransigente da democracia é uma de suas pretensões finalísticas, uma verdadeira teleologia da agremiação.

Outra dimensão essencial da concepção democrática do PSDB e seu conteúdo social: o modo democrático de convivência não condiz com a manutenção de desigualdades sociais profundas, nem depende apenas do reconhecimento formal de certo número de direitos individuais, políticos e sociais. Ele reclama a vigência de condições econômicas que possibilitem o pleno exercício desses direitos. Por isto o PSDB lutará pela transformação das estruturas econômicas e sociais brasileiras e haverá de incorporar a luta por igualdade efetiva de todos os que sofrem discriminação na sociedade, notadamente as mulheres, os negros, os índios e os idosos (PROGRAMA PSDB, 1988, p. 19).

Em seu estatuto aprovado pela Convenção Nacional Extraordinária do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, realizada em 15 de maio de 1999, define os princípios para a organização e funcionamento do partido, pautados numa estrutura interna democrática e participativa com vistas à articulação com a sociedade civil organizada:

Art. 16. A organização e o funcionamento do PSDB baseia-se na integração e adequada coordenação de duas linhas fundamentais de estrutura e ação, compreendendo:

I - a estrutura vertical dos órgãos integrantes da hierarquia partidária, nos três níveis da federação, especificados neste Estatuto, através dos quais se exercem o processo decisório e os atos da vida partidária;

II - a estrutura de articulação com a sociedade e seus movimentos sociais, abrangendo as relações, no âmbito geográfico, com as organizações populares, de moradores e comunitárias e, no âmbito funcional, com os movimentos trabalhista e sindical, da juventude, da mulher, de minorias étnicas, de profissionais liberais, de artistas, rural e outros, exercendo esta atuação através de Núcleos de Base e Secretariados (Estatuto do PSDB, 1999).

No programa de fundação (redigido em 1988), também havia uma preocupação com a construção de canais de representação popular. Desse modo, preconizava a ampliação dos mecanismos de participação através da descentralização administrativa.

A democracia moderna é participativa e pluralista. Envolve a participação crescente do povo nas decisões políticas e na formação dos atos de governo. Respeita o pluralismo de idéias, culturas e etnias. Pressupõe, assim, o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes e a possibilidade de convivência de formas de organização e interesses diferentes na sociedade. Exclui os sectarismos e a violência política a qualquer título. Por assim entender, o PSDB se baterá pela descentralização do poder político, pelo respeito e autonomia das organizações da sociedade civil e pela ampliação dos canais de informação, discussão e consulta à população nas decisões de interesse público, como pressupostos da adoção crescente de novas formas de exercício direto da cidadania que qualifiquem e validem os mecanismos clássicos da democracia representativa. E cultivará a negociação como método de solução dos conflitos em todos os níveis (PROGRAMA PSDB, 1988, p.19).

O mesmo pode ser observado para a composição dos órgãos internos, que pregam a rotatividade dos seus delegados como forma de coibir práticas nocivas à democracia interna, conforme indica parte do texto a seguir:

Não haverá delegados permanentes - outra fonte de aliciamento e fisiologismo que desvirtua a democracia interna. A alternância dos dirigentes e o princípio de direção colegiada serão observados em todos os níveis. Os órgãos de direção não serão integrados apenas por parlamentares, mas também por representantes dos diferentes segmentos da sociedade civil (PROGRAMA PSDB, 1988, p.18).

Contudo, o documento não especifica como e nem quais os segmentos sociais deveriam ser representados. No seu programa original, proclama seu compromisso com as associações representativas da sociedade, constando um parágrafo voltado aos Grupos Sociais, que propugna:

O PSDB estará ao lado dos trabalhadores do campo e das cidades em suas justas reivindicações, não com a pretensão de conduzi-las, mas a fim de assegurar e incentivar a livre negociação entre patrões e empregados, com os meios próprios de luta dos assalariados, inclusive a greve, e as dimensões fundamentais da autonomia sindical: liberdade de organização sindical sem interferência do Estado, liberdade do trabalhador de aderir ou não ao sindicato, liberdade de atuação do sindicato na defesa de suas reivindicações, liberdade de filiação do sindicato a entidades de grau superior (PROGRAMA PSDB, 1988, p.20).

Tal temática desaparece do programa do Partido de 2001 e do atual, aprovado em 2007 (no III Congresso Nacional). Ainda o mesmo trecho supracitado demonstra que o PSDB se coloca no meio do caminho em relação às questões trabalhistas, entre atender aos interesses de associações da sociedade e deixar “a livre negociação entre patrões e empregados”.

Embora formalmente o partido se defina como uma estrutura democrática e participativa, na prática, nunca manteve vínculos com a sociedade civil e sindicatos - “justamente uma das principais características dos partidos social-democratas europeus” (VIEIRA, 2012, p.78). Sobre esse aspecto, Roma comenta que “Desde a sua fundação, o partido recusou-se a manter vínculos com outras organizações de representação de interesses sociais, em especial, os sindicatos de trabalhadores e patronais” (ROMA, 2002, p.89).

A partir da análise dos programas peessedebistas, Guiot (2006) observa que o partido esteve mais alinhado com o liberalismo/neoliberalismo do que com a própria social-democracia. Conforme o autor, a orientação neoliberal da terceira via já estava presente nos primeiros documentos do partido sob a fachada de reformas. Essas tratavam, ao seu ver, de reformas pró-mercado, com vistas a favorecer os interesses dos setores dominantes (empresariado) e limitar a intervenção estatal. Nesse sentido, Guiot explica que:

O PSDB trouxe, *desde a sua fundação*, propostas que buscavam um projeto de ‘modernização’ capaz de unificar as frações da classe dominante, que atravessavam uma crise orgânica durante a década de 80. Significou o avanço do projeto liberal-corporativo, formulado em várias organizações das classes dominantes, para contrapor-se ao modelo de democracia de massas, de cunho

redistributivista, almejado pelas organizações dos setores populares, notadamente a CUT e o PT (GUIOT, 2006, p.31, grifos do autor).

Nesse contexto, o PSDB cumpriria o papel “organizativo e unificador das frações de classes dominantes”, servindo como instrumento de “mediação entre o projeto neoliberal de terceira via formulado no âmbito das associações da sociedade civil burguesas e o aparelho estatal” (GUIOT, 2006, p.30).

Ainda que os documentos tucanos previssem proposições de uma plataforma responsabilidade social - preocupações típicas dos partidos com posições ideológicas de esquerda - as colorações liberais assumiram tonalidades mais fortes. Como alternativa à resolução dos problemas sociais, indica um caminho que passava pela reforma do Estado e que deveria ser buscado por meio de um “choque de capitalismo” demonstrando uma inclinação às expectativas do mercado. Sob esse prisma, é possível visualizar uma clara adesão à agenda liberal transvestida de caráter reformista.

Assim, o PSDB nasce – pelo menos, segundo seus documentos iniciais - como um partido com pretensão organizativa de centro-esquerda, mas, ao contrário do que declara em seus documentos iniciais, desde seu nascedouro, foi um partido de quadros parlamentares que, com o passar do tempo, foi se tornando cada vez mais elitista e menos aberto à atuação da militância, prevalecendo uma orientação programática de corte liberal.

4.1.3. Considerações parciais

PT e PSDB surgem em momentos distintos dentro da cronologia da redemocratização brasileira. Enquanto o PT surge no prólogo da transição, por assim dizer, durante o processo de reorganização partidária resultante da abertura política ocorrida em meados de 1979, o PSDB é formado no epílogo, articula-se dentro dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Ao analisarmos as características programáticas do PT, observamos que o partido não se vincula a uma matriz doutrinária unívoca o que ocorre muito em função de seu ecletismo ideológico, dadas as diversas tendências existentes no interior do partido. Quanto à questão da democracia, como vimos, o PT constitui-se como um partido plural, aglutinador do campo da esquerda e tendo como objetivo construir uma organização internamente democrática, que contasse com a ampla participação das bases nos processos decisórios (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991). Para isso, lançou mão dos

núcleos de base, que representaram uma inovação institucional tanto frente à legislação vigente quanto em termos de inserção das bases na vida partidária, embora, com o passar do tempo, tenham tido suas funções tolhidas.

Apesar da robustez organizacional, com estruturas internas permeáveis à participação orgânica, o PT não ficou imune a processos de concentração de poder e fortalecimento das lideranças em detrimento das bases. Sobre as transformações ocorridas no PT, a introdução do PED não resultou em incrementos qualitativos à participação dos filiados como o esperado. Mas, ao invés de servir como um instrumento para o aprofundamento da democracia interna, acabou por desvirtuar a democracia petista, transformando-a em uma “democracia representativa”.

Já, no caso do PSDB, forjou sua identidade em contraposição ao PMDB, de modo que, em seus documentos fundantes, fica explícita a tentativa de se distanciar do antigo partido e sua preocupação em conceber uma organização internamente democrática. A ênfase dada ao compromisso com a democracia interna é, em boa medida, fruto da conjuntura política de 1988, em pleno processo da constituinte. O que não fica nítido é a identidade ideológica-programática da agremiação. Embora avoque a si uma auto-identidade social-democrata, na prática, prevalece a orientação de corte liberal.

Nesse caso, a auto-declarada identidade social-democrata teria sido orquestrada para fins de mobilização de filiados e militantes, mas que acabou fornecendo uma conotação de esquerda ao partido na sua origem. Contudo, a predisposição liberal que já se fazia presente desde a origem ficou ainda mais nítida com a possibilidade real de conquista da presidência, quando passou a priorizar alianças realizadas com partidos de direita – outrora alvo da crítica ao seu antigo partido -, pegando um atalho para chegar ao governo.

4.2. Tomada de decisão sobre a seleção de lideranças e candidatos segundo os estatutos

Na maioria dos países, os partidos são livres para escolher seus procedimentos de nomeação de candidatos e lideranças partidárias (KATZ, 2001). No caso dos partidos políticos brasileiros, isso não é diferente. Com o advento da Lei 9.096 de 1995, os partidos passam a ter autonomia para definir suas regras de funcionamento interno, inclusive no

tocante à forma de escolha de seus candidatos a cargos eletivos, que deve estar inscrita nos seus estatutos¹³⁵.

A literatura que trata do processo de seleção identifica o *selectorate* - responsáveis pela escolha dos candidatos – como o principal encarregado de preparar a lista de candidatos do partido. Tendo como referência o modelo de Rahat e Hazan (2001), nessa seção, abordamos a democracia intrapartidária como variável dependente, com base no grau de inclusão das candidaturas, dos selecionadores, do grau de centralização e dos procedimentos (votação e/ou indicação) empregados. Dessa maneira, numa perspectiva de maior inclusão, qualquer cidadão pode se candidatar, enquanto, nos mais exclusivos, são colocadas maiores restrições às candidaturas. Com relação à composição do *selectorate*, os mais inclusivos permitem a participação de todo eleitorado (em primárias abertas), e, no extremo oposto, a seleção é realizada pelo(s) líder(es) partidários. Entre esses extremos, existem diversas categorias que variam quanto à amplitude da participação.

Com relação ao grau de descentralização, pode se dar em três sentidos: territorial, social ou organizacional. O sentido territorial diz respeito à margem de autonomia concedida aos órgãos locais do partido na seleção de seus candidatos, de modo que, quando a seleção é feita pelas subestruturas regionais/locais, diz-se que é descentralizada, por outro lado, a seleção concentrada nas instâncias nacionais dos partidos é tida como centralizada. A descentralização social ocorre quando assegura a representação funcional de grupos específicos ou minorias sociais/étnicas. A descentralização também pode ser organizacional, quando o partido mobiliza diversas instâncias partidárias para a seleção dos seus candidatos (BOLOGNESI, 2013). Por fim, a última dimensão corresponde aos métodos empregados para a seleção dos candidatos que buscam avaliar se a escolha é feita por meio de votação ou indicação.

4.2.1. Seleção de lideranças e candidatos petistas

A legislação brasileira reconhece que assuntos pertinentes à escolha dos candidatos e lideranças são questões *interna corporis* de cada partido¹³⁶. No âmbito normativo interno dos partidos, sua regulamentação dá-se pelos estatutos. Portanto, além dos requisitos constitucionais e infraconstitucionais, para concorrer às eleições, os

¹³⁵ Lei 9.096/95, art. 15, Inc. VI.

¹³⁶ Lei 9.096/95, art. 15, Inc. IV e VI; Lei 9.504/97, art. 7º.

candidatos deverão cumprir o que dispõe os estatutos dos partidos. No caso do PT, os pré-requisitos para se tornar candidato vão além do disposto em lei, além da exigência de seis meses de filiação antes da realização do pleito – mesmo prazo estabelecido na legislação eleitoral –, o interessado em concorrer a cargos eletivos precisa estar em dia com a tesouraria do partido e registrar em Cartório o “Compromisso Partidário do Candidato ou Candidata Petista”¹³⁷. A exigência de contribuição financeira como critério para as candidaturas, embora não sejam valores exorbitantes – isso vai depender da renda e cargo do filiado –, é uma medida que repercute negativamente na inclusividade.

Além disso, o partido ainda exige o respaldo da direção partidária ou de parcela dos membros. Conforme reza o art. 142: A Comissão Executiva da instância de direção correspondente somente examinará o pedido de indicação à pré-candidatura se vier acompanhado de assinaturas ou votos favoráveis, variando o percentual mínimo exigido conforme o cargo eletivo visado. Para o cargo de deputado federal, esses percentuais são de: 1/3 dos membros do Diretório Estadual; ou 5% das Comissões Executivas Municipais; ou 1% dos filiados no Estado¹³⁸.

Uma explicação para esse maior rigor para se tornar candidato pela legenda foi oferecida por Braga e está relacionada a “sua origem extra-parlamentar, mais vinculado a variados setores sociais, bem como ao seu perfil ideológico e à sua estratégia organizacional” (BRAGA, 2008, p.472).

Com relação aos selecionadores, formalmente, no PT, são os *Encontros* (como são conhecidas as convenções petistas) as instâncias destinadas à escolha/homologação de candidatos. Na esfera municipal, cabe ao Encontro Municipal escolher os candidatos a cargos eletivos municipais ou referendá-los, quando houver prévias, além de deliberar sobre alianças e coligações, convocar o Processo de Eleição Direta (PED), eleger delegados ao Encontro Estadual entre outras¹³⁹. Constituem o Encontro Municipal, os delegados eleitos pelo voto direto dos filiados habilitados a votar no município¹⁴⁰.

Nos Estados, compete ao Encontro Estadual - mediante convocação da Comissão Executiva Estadual - a escolha dos candidatos do partido a cargos eletivos em nível estadual¹⁴¹. Este, por sua vez, é formado por delegados eleitos nos Encontros Zonais e

¹³⁷ Estatuto do PT, 2017, Art. 140, alíneas “b” e “c”.

¹³⁸ Estatuto do PT, 2017, Art. 142, II - B.

¹³⁹ Estatuto do PT, 2017, Art. 76.

¹⁴⁰ Estatuto do PT, 2017, Art. 75.

¹⁴¹ Estatuto do PT, 2017, Art. 101.

Municipais¹⁴². Na esfera nacional, o Encontro Nacional é responsável pela escolha dos candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República¹⁴³, e é constituído pelos delegados eleitos no PED ou nos Encontros Estaduais¹⁴⁴.

Portanto, no PT, a seleção dos candidatos é realizada pelos delegados eleitos nos “Encontros”. Já os membros do respectivo diretório municipal, os membros dos diretórios estadual e nacional, filiados dos municípios e estados que não atingiram o quórum do respectivo Encontro e detentores de cargos eletivos, em cada nível podem participar dos Encontros na condição de observador, sem direito a voto¹⁴⁵ (GUARNIERI, 2004). “Assim, um membro do partido que não tenha um cargo eletivo, interessado em participar do processo de escolha dos candidatos deve começar pelo nível municipal.” (GUARNIERI, 2004, p.53).

Existe, ainda, a possibilidade de realização de prévias eleitorais para a escolha de candidatos a cargos majoritários quando houver mais de um pré-candidato interessado em concorrer¹⁴⁶. Pode votar nesses eventos, qualquer filiado, com no mínimo, um ano de filiação e em dia com as contribuições financeiras¹⁴⁷. O resultado da Prévia Eleitoral é imperativo e será homologado nos Encontros¹⁴⁸.

Nas eleições de 2018, - a contragosto da direção estadual - foram realizadas prévias para a escolha do candidato ao governo paulista - a última vez que o PT havia realizado prévias para definir um candidato a governador no Estado foi em 2006. Com 79% dos votos, foi escolhido, como candidato, o ex-prefeito de São Bernardo e presidente do Diretório Estadual do PT-SP, Luiz Marinho, que teve a sua pré-candidatura avalizada por Lula. Concorria com ele, pela indicação do partido, o ex-prefeito de Guarulhos, Elói Pietá, apoiado por grupos mais à esquerda do partido.

Em relação à dimensão da descentralização, o processo brasileiro é congruente com a descentralização territorial esperada pela literatura, visto que, em todos os partidos, a escolha dos candidatos para os cargos de representação popular (exceto para a eleição presidencial) é conferida às instâncias subnacionais, concernente as suas respectivas esferas de competência. Em regra, isto é o que ocorre em todos os partidos – inclusive no PT – contudo, é prevista a possibilidade de intervenção das instâncias superiores nas

¹⁴² Estatuto do PT, 2017, Art. 100.

¹⁴³ Estatuto do PT, 2017, Art. 112.

¹⁴⁴ Estatuto do PT, 2017, Art. 111.

¹⁴⁵ Estatuto do PT, 2017, Art. 53-55.

¹⁴⁶ Estatuto do PT, 2017, Art. 147.

¹⁴⁷ Estatuto do PT, 2017, Art. 150.

¹⁴⁸ Estatuto do PT, 2017, Art. 152.

inferiores. No PT, as instâncias superiores podem intervir nas inferiores em caso de violações estatutárias¹⁴⁹ ou para decidir sobre alianças e coligações¹⁵⁰.

Além disso, cabe lembrar que os diretórios nacionais podem disciplinar as convenções para escolha de candidatos¹⁵¹. Logo, é preciso relativizar o alcance da descentralização, considerando que o nível local detém autonomia, contanto que obedeça às orientações dadas pelas instâncias superiores (GUARNIERI, 2004).

Já, com relação à descentralização social, a legislação prevê a reserva de cotas de gênero para as candidaturas. A Lei nº 12.034/2009, que modificou dispositivos da Lei nº 9.504/1997, estabeleceu a obrigatoriedade de um percentual mínimo de 30% de candidaturas de cada sexo para cargos proporcionais, o que, na verdade, acaba visando à inclusão do sexo sub-representado que é o feminino¹⁵². Entre os candidatos lançados pelo PT à Câmara de Deputados Federal em 2018, 32,3% foram mulheres, mostrando que o partido cumpriu o percentual mínimo estabelecido em lei. Contudo, esse percentual precisa ser relativizado, visto o grande número de candidatas com baixa votação, o que é um forte indício de candidatas laranjas¹⁵³.

Além disso, o PT possui cotas de gênero, de jovens e étnicas para seus cargos de direção. Em 1991, no seu I Congresso, o partido aprovou cotas de 30% para mulheres nas direções partidárias, e, no 4º Congresso Nacional, realizado em 2011, aprovou a paridade de sexo (50% de mulheres e 50% de homens) para a composição das direções partidárias, delegações e cargos com função específica¹⁵⁴. Assim, a partir do estatuto de 2013, a paridade de gênero passou a ser obrigatória para a inscrição das chapas na disputa das direções partidárias, bem como a reserva de 20% de jovens e 20% de cota étnica para composição das direções partidárias em todas as instâncias¹⁵⁵. Outra forma de descentralização seria a organizacional (BOLOGNESI, 2013). Nesse ponto, o PT mobiliza diversas instâncias partidárias para a indicação dos seus pré-candidatos, contando, assim, com um processo mais descentralizado¹⁵⁶.

¹⁴⁹ Estatuto do PT, 2017, Art. 224.

¹⁵⁰ “Se a Convenção partidária se opuser, na deliberação sobre coligações, às diretrizes legitimamente estabelecidas pelas instâncias superiores do Partido, a Comissão Executiva da instância superior correspondente poderá anular tais decisões e os atos delas decorrentes” (Estatuto do PT, 2017, Art. 159).

¹⁵¹ Estatuto do PT, 2017, Art. 139.

¹⁵² Lei nº 12.034, de setembro de 2009, Art. 10, §3.

¹⁵³ BBC News. **Candidatas laranjas: pesquisa inédita mostra quais partidos usaram mais mulheres para burlar cotas em 2018**. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

¹⁵⁴ Estatuto do PT, 2017, Art. 22.

¹⁵⁵ Estatuto do PT, 2013, Art. 22, IV; V.

¹⁵⁶ Estatuto do PT, 2017, Art. 142.

Quanto ao método de escolha dos candidatos a cargos eletivos, se indicação ou votação, como já vimos, o estatuto prevê a possibilidade de prévias para escolha de candidatos a cargos majoritários. Para a os candidatos a cargos eletivos proporcionais, o estatuto petista prevê que a indicação dos pré-candidatos seja acompanhada de assinaturas ou votos de várias instâncias partidárias, assegurando um mínimo de representatividade dos filiados. Esse processo se dá basicamente em quatro etapas: na primeira, ocorre a indicação dos pré-candidatos pelas instâncias partidárias que serão apresentados na convenção; num segundo momento, acontece o registro junto à Secretaria de Organização do partido (SORG) que inicia um processo de consulta às pré-candidaturas indicadas pelos diretórios municipais, cujos nomes aprovados são acatados pelos dirigentes partidários; na sequência, sucede a eleição, pela Executiva Estadual do partido, de uma comissão eleitoral para apreciação dos nomes e a execução de devidos cortes e/ou ratificações na chapa; por fim, a aprovação da chapa pelos delegados no encontro estadual, em que poderá ocorrer a solicitação de novas candidaturas e votação das mesmas. Nesse processo, o PT mescla procedimentos de votação com nomeação (BRAGA, 2008; PENDIUK *et al.* 2007).

Sobre a seleção dos cargos dirigentes, tal como acontece para a escolha dos candidatos a cargos eletivos, a escolha das direções petistas se dá nos Encontros. Com a implantação do Processo de Eleições Diretas (PED) em 2001, a seleção dos dirigentes e delegados passou a ser feita através de eleições internas nos Encontros municipais e estaduais. Conforme o previsto no Art. 35 do estatuto petista:

Art. 35. As direções zonais, municipais, estaduais, nacional e seus respectivos presidentes ou presidentas, os Conselhos Fiscais, as Comissões de Ética e os delegados e delegadas aos Encontros Municipais e Zonais serão eleitos pelo voto direto dos filiados e das filiadas.

§1º: As eleições serão realizadas, por voto secreto, em todo o país, em um único e mesmo dia, das 9 às 17 horas, de acordo com calendário eleitoral aprovado pelo Diretório Nacional.

§2º: O processo eleitoral será conduzido, em todos os níveis, por uma comissão de organização eleitoral.

§3º: O Processo de Eleições Diretas (PED) somente poderá ser convocado se a instância em âmbito municipal correspondente estiver em dia com suas contribuições junto às respectivas instâncias superiores (Estatuto do PT, 2001).

Os delegados para o Encontro Municipal (ou Zonal) passaram a ser eleitos no PED. Quanto à forma de convocação dos Encontros, no PT, ocorre durante o PED, e deve contar com ampla divulgação. Segundo o estatuto do partido:

Art. 36: As urnas deverão ser instaladas em locais conhecidos, previamente designados e de fácil acesso, em quantidade suficiente para garantir a proximidade do domicílio do filiado e o exercício do voto.

§ 1º: Não será permitida a existência de urnas volantes.

§ 2º: Os locais de votação devem ser indicados e amplamente divulgados pela comissão eleitoral a que se refere o artigo anterior, até 30 dias antes do pleito.

§ 3º: O filiado deverá votar no local designado por seu respectivo Diretório Zonal ou Municipal (Estatuto do PT, 2001).

Além da ampla divulgação e da preocupação com que a votação ocorra próximo à residência do filiado, o estatuto também dispõe de que o processo seja acompanhado de debates e plenárias (BRAGA, 2008; GUARNIERI, 2004). É isso o que diz seu art. 37:

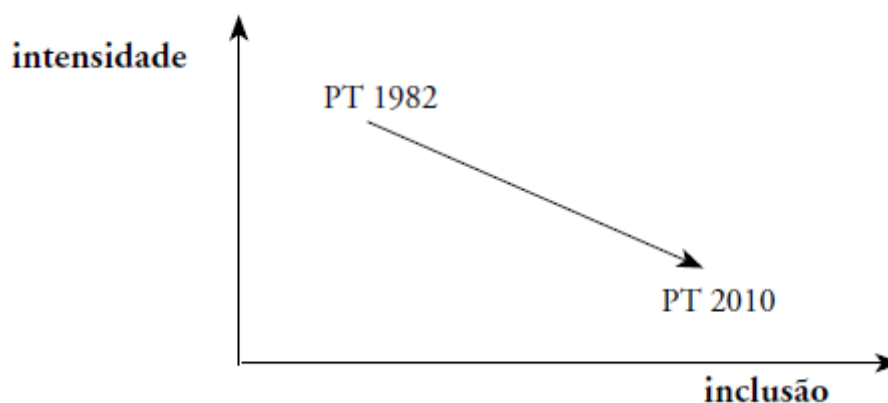
Art. 37: Antes da realização das eleições diretas, obrigatoriamente, deverão ser realizadas plenárias ou debates para a discussão da pauta, com ampla divulgação a todos os filiados, observadas as seguintes normas:

a) na eleição da direção nacional será obrigatória a realização de debates entre os concorrentes em todas as Capitais do país;

b) na eleição das direções estaduais será obrigatória a realização de debates em todas as cidades-pólo;

c) na eleição das direções municipais será obrigatória a realização de debates em todos os zonais, quando se tratar de Diretórios com zonais, e nos principais bairros, quando se tratar de Diretórios sem zonais (Estatuto do PT, 2001).

Essa maior preocupação com a participação dos filiados nas atividades internas do partido mostra que há vida partidária ativa fora dos períodos eleitorais. Em contrapartida, ao mesmo tempo em que o PED contribuiu para uma maior inclusão dos filiados nos processos decisórios, arrefeceu a intensidade do ativismo (AMARAL, 2013). Como argumenta Amaral, “ao mesmo tempo em que os filiados ganharam poder com a instituição do PED, os encontros partidários tiveram suas atribuições reduzidas ao perderem a possibilidade de escolher as direções do PT em todos os níveis, diminuindo os incentivos ao engajamento ativo nas discussões que os antecedem” (AMARAL, 2013, p.79). Outro dado que reforça o caráter plebiscitário do PED é que, com exceção dos presidentes, os filiados votam nas chapas que já chegam prontas ao processo eleitoral, isto é, não participam de qualquer debate sobre a sua elaboração, que é feita, previamente, pelos líderes das correntes internas. Dessa forma, ao estender a participação a todos os filiados, independentemente de seu nível de ativismo, a adoção desse mecanismo acarretou uma redução da intensidade da participação dos militantes mais orgânicos nas atividades partidárias. Esquemáticamente, essa ideia pode ser observada na figura a seguir:

Figura 3 - Nível de intensidade versus Nível de inclusão das formas de militância

Fonte: Amaral, 2013, p.82.

De modo análogo, Ribeiro (2013) identifica um declínio qualitativo da participação via PED, empregado como uma estratégia da coalizão dominante para enfraquecer os militantes e líderes intermediários:

O PED esvaziou os encontros do PT, que deixaram de constituir a espinha dorsal representativa do sistema eleitoral e da estrutura interna de oportunidades. O voto direto enfraqueceu as facções, e também as instâncias e lideranças intermediárias em relação aos órgãos e dirigentes nacionais, diretamente legitimados pela base (minando uma das peculiaridades da organização petista: a forte articulação orgânica). O PED aumentou a autonomia das direções (especialmente em nível nacional), ao enfraquecer os mecanismos internos de accountability, que tinham nos encontros, realizados ao final das gestões, seu *locus* principal (RIBEIRO, 2013, p.245).

Se, por um lado, houve uma queda na intensidade da participação, por outro, a implementação do PED não acarretou ganhos quantitativos em relação ao modelo congressual, adotado até 1999. A tabela abaixo mostra, em números absolutos e percentuais, as taxas de participação dos filiados nas eleições das direções partidárias.

Tabela 6 – Taxa de participação nas eleições internas do PT

	EN 1999	PED 2001	PED 2005	PED 2007	PED 2009	PED 2013	PED 2017
Filiados	312.953	401.680	910.074	1.086.447	1.387.865	1.718.636	1.583.175
Votantes	212.320	227.461	314.692	326.064	518.912	425.604	290.124
%							
Participação Eleições Internas	68%	57%	34%	30%	37%	25%	18%

Fonte: Pinho (2020, p.18).

Os dados mostram que, em números absolutos, não houve um acréscimo significativo na quantidade da participação dos filiados entre a eleição de 1999, realizada através do processo congressual e as subsequentes, realizadas por meio do PED. Em termos percentuais, houve uma redução nas taxas de participação dos filiados no Processo que gira em torno de 30% e vem declinando ao longo dos anos. Nem o crescimento contínuo do número de filiados, a partir do ano de 2001, foi convertido em um robusto aumento da participação dos filiados nas eleições internas do partido.

Em que pese a falta de lisura do PED e a queda qualitativa na intensidade da participação, o PT permanece o partido que mais incorpora as demandas da participação nas atividades internas. Como Ribeiro e Amaral (2019) mostraram em outro trabalho, no Estado de São Paulo, os níveis de participação dos filiados petistas são maiores do que entre os filiados dos outros partidos paulistas. Portanto, apesar das transformações organizacionais ocorridas no PT, sua estrutura interna ainda conserva resquícios do socialismo democrático, de modo que, embora em menor medida, o partido permanece uma “anomalia” no sistema partidário brasileiro.

4.2.2. Seleção de lideranças e candidatos tucanos

No Brasil, para concorrer a mandato eletivo, o cidadão deve preencher as condições de elegibilidade, que compreendem a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária e ter a idade mínima exigida para o cargo pleiteado - 35 anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador; 30 anos para Governador e Vice-Governador de Estado; 21 anos para Deputado, Prefeito e Vice-Prefeito e 18 anos para Vereador¹⁵⁷. Nesse quesito, o PSDB não coloca exigências adicionais às previstas em lei. Seguindo os prazos determinados pela legislação eleitoral, estabelece que os candidatos estejam filiados ao partido seis meses antes da data da eleição e que possuam domicílio eleitoral na respectiva circunscrição há pelo menos um ano antes do pleito¹⁵⁸. Dessa forma, os requisitos para se tornar candidato pelo PSDB são comparativamente menores do que pelo PT.

¹⁵⁷ CF, Art. 14 §3º.

¹⁵⁸ **PSDB-SP abre inscrições para interessados em concorrer nas eleições.** Disponível em: <<https://tucano.org.br/psdb-sp-abre-inscricoes-para-interessados-em-concorrer-nas-eleicoes/>>.

De antemão, a filiação partidária funciona como um filtro que proíbe a participação de candidatos fora dos partidos (candidaturas avulsas) e concede aos partidos o monopólio sobre a oferta da representação política mediante o controle das lideranças ao acesso à lista partidária. Dessa forma, cabe maior detalhamento acerca das regras de filiação para saber se esse processo pode funcionar como um instrumento para reforçar o controle das lideranças partidárias.

Se os requisitos para o lançamento das candidaturas são menores no PSDB, por outro lado, as exigências para o deferimento das filiações são mais restritivas. No PSDB, as lideranças partidárias possuem mecanismos que permitem o controle do processo de filiação, tais como o acesso às fichas de filiação, ao abono delas e à possibilidade de impugnação de filiações (GUARNIERI, 2004)¹⁵⁹. Sobre as razões para impugnação de pedidos de filiações, são listadas, em seu estatuto:

- Improbidade administrativa;
- Conduta indecorosa;
- Notória e ostensiva hostilidade à legenda;
- Incompatibilidade com os princípios programáticos;
- Filiações em bloco¹⁶⁰.

O estatuto também prevê que pode haver restrições à filiação de “notáveis”, conforme o art. 7º:

§ 8º. Quando se tratar de filiação de pessoas de notória expressão pública, incluídas entre elas as que tenham exercido ou estejam exercendo cargos eletivos, função pública ou de relevo político, os órgãos executivos Zonais Municipais ou Estaduais ficam obrigados a comunicar à Comissão Executiva Nacional a existência da proposta de filiação, cinco dias antes da sua apreciação pelo respectivo órgão, cabendo recurso, em qualquer hipótese, ao órgão nacional (Estatuto do PSDB, 2017, Art. 7º).

Com base nisso, é possível dizer que as lideranças detêm mecanismos de veto às filiações e, conseqüentemente, um importante instrumento de controle sobre as candidaturas. Dentre os pontos levantados, merecem destaque as restrições às filiações em bloco e à de “notáveis”, cujos objetivos são “evitar a ‘tomada’ do partido por outros grupos políticos e [...] garantir o poder das lideranças” (GUARNIERI, 2004, p.47).

Com relação à disputa para os cargos de direção partidária, (Diretórios Municipais, Estaduais e Nacional), o estatuto tucano prevê que qualquer filiado pode

¹⁵⁹ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 6º.

¹⁶⁰ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 7º.

disputar cargos de direção partidária, desde que atendam certas condições como contar com, no mínimo, 6 (seis) meses de filiação - prazo que pode ser reduzido para o mínimo de 30 dias, quando se tratar de filiação de titulares de mandatos eletivos ou de personalidades de notória expressão política, desde que reconhecidas pela Comissão Executiva imediatamente superior¹⁶¹.

A segunda dimensão de análise proposta por Rahat e Hazan (2001) é a do *selectorate*, ou seja, quem são os responsáveis pela escolha dos candidatos. Assim como os demais partidos brasileiros, no PSDB, as convenções são as instâncias responsáveis pela escolha dos candidatos do partido. É exigido um prazo de seis meses de filiação para participação nesses eventos, salvo algumas exceções previstas no estatuto¹⁶². Nas convenções, as deliberações concernentes à eleição dos órgãos partidários, escolha de candidatos e coligações devem ser tomadas por voto direto e secreto, sendo vedado o voto por procuração e o voto cumulativo, e, ao titular, com mais de um cargo partidário, é permitido o voto por apenas um deles¹⁶³. Compete à Convenção Nacional do PSDB eleger os membros do Diretório Nacional, deliberar sobre as alianças político-administrativas ou coligações partidárias, escolher candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, decidir sobre reformas programáticas e estatutárias etc¹⁶⁴. Compõem a convenção nacional do PSDB, os membros do Diretório Nacional, os Delegados dos Estados e do Distrito Federal e os parlamentares federais do partido¹⁶⁵.

Nos Estados, compete à Convenção Estadual escolher ou proclamar, quando houver eleições prévias, os candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, decidir sobre alianças e coligações, respeitando as diretrizes dos órgãos superiores, eleger os membros do Diretório Estadual e os Delegados à Convenção Nacional dentre outras¹⁶⁶. Fazem parte das convenções estaduais, os membros do Diretório Estadual, os Deputados Estaduais, Federais e Senadores, os membros do Diretório Nacional que tenham domicílio eleitoral no respectivo Estado e os Delegados dos Municípios ou Zonas Eleitorais¹⁶⁷.

¹⁶¹ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 14, §1º e 2º.

¹⁶² Estatuto do PSDB, 2017, Art. 24.

¹⁶³ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 31. “Nas Convenções, as deliberações referentes à eleição dos órgãos partidários, à escolha de candidatos e sobre coligações serão tomadas por voto direto e secreto. § 1º. É proibido o voto por procuração e o voto cumulativo; o titular de mais de um cargo partidário deverá exercer seu voto por apenas um deles, sendo que se num dos cargos não houver suplentes, deverá, obrigatoriamente, votar nesta condição.”

¹⁶⁴ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 58.

¹⁶⁵ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 59.

¹⁶⁶ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 77.

¹⁶⁷ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 78.

Nos municípios, é a Convenção Municipal que escolhe ou proclama, quando houver prévias, os candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, que decide sobre alianças e coligações, observando as diretrizes dos órgãos superiores¹⁶⁸, e é formada pelos membros do Diretório Municipal, Vereadores, Deputados Estaduais, Federais, Senadores e membros do Diretório Estadual com domicílio eleitoral no município e os Delegados do Município à Convenção Estadual¹⁶⁹. É evidente, a relevância dos membros com cargos eletivos na composição de todas convenções.

Por fim, no Estatuto do PSDB existe um título que versa sobre a Escolha de Candidatos a Cargos Eletivos e das Campanhas Eleitorais do Partido (Título VII). Esse dispositivo prevê a possibilidade de realização de prévias municipais, estaduais ou nacionais para a escolha de candidatos a cargos eletivos majoritários, mediante proposta da respectiva Comissão Executiva e aprovação do Diretório¹⁷⁰.

Mesmo com um histórico de tomada de decisões com base nos líderes, muitos se mantiveram “neutros” durante o processo que culminou nas prévias tucanas, realizadas no Estado de São Paulo, que abriram uma divisão na legenda. Mais especificamente, dois episódios expuseram tensões do partido no Estado, ambos envolvendo prévias partidárias. O primeiro foram as prévias realizadas para definir o candidato do partido para eleição à Prefeitura São Paulo de 2016. O empresário, João Doria Jr., apoiado pelo governador Geraldo Alckmin, teve a candidatura homologada em segundo turno, depois que o vereador paulistano, Andrea Matarazzo, que recebeu o apoio de quadros históricos como Fernando Henrique Cardoso e José Serra e com uma trajetória de maior militância no partido, desistiu da disputa e se desfilou do partido, sob acusação de fraude no pleito tucano. As prévias geraram uma crise entre os tucanos, acirrando o racha no diretório municipal paulistano¹⁷¹.

Já, o mais recente episódio que causou divisões na legenda teve início na definição do candidato à sucessão presidencial de 2018. O Governador Geraldo Alckmin, que bancou a candidatura a prefeito de Doria, viu sua candidatura à presidência ameaçada

¹⁶⁸ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 95.

¹⁶⁹ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 96.

¹⁷⁰ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 151.

¹⁷¹ Piauí. A GUERRA DO CASHMERE: **Como João Doria Júnior se tornou candidato a prefeito e implodiu o PSDB de São Paulo**. 2016. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/guerra-do-cashmere/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Rede Brasil Atual. **Dirigente admite que PSDB está rachado pela disputa da prefeitura de São Paulo**. 2015. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/08/psdb-de-sao-paulo-esta-rachado-pela-disputa-da-prefeitura-de-sao-paulo-5879/>> Acesso em: 20 jul. 2020.

pelo pupilo que, não raro, se colocava como uma opção reserva à disputa presidencial, caso a campanha de Alckmin não engrenasse.

O então prefeito, que nunca negou suas pretensões de uma eventual candidatura à presidência, ganhou a indicação do partido para candidato a governador, após vencer sua segunda disputa interna. Essa foi a primeira vez que o PSDB realizou primárias para escolha do candidato a governador no Estado, o que não ocorreu sem polêmica, com os concorrentes acusando o partido de favorecimento ao prefeito Doria. As prévias tucanas resultaram em seguidas crises na estrutura partidária que se acirriaram ainda mais nas eleições de 2018 com Doria sendo acusado de tentar vincular sua campanha à de Bolsonaro em detrimento do apoio a Alckmin¹⁷².

Já com relação à participação dos filiados na escolha dos dirigentes e candidatos a cargos eletivos, se dá por meio da representação, ou seja, o membro precisa participar da convenção na condição de delegado¹⁷³. Em cada nível partidário, os membros da convenção elegem os membros dos respectivos diretórios e os delegados que serão enviados às convenções superiores. A Convenção Municipal é a instância com maior grau de inclusividade e a única que permite a participação de todos os filiados do município na eleição dos seus delegados. O prazo para votar e ser votado nessas convenções é de, no mínimo, seis meses de filiação – exceto nos casos onde houver Comissão Provisória Municipal ou Zonal, no qual pode participar da convenção o filiado que contar com, no mínimo, 30 dias de filiação¹⁷⁴. Esse prazo pode ser reduzido para 30 dias no caso de titulares de mandatos eletivos ou de personalidades de notória expressão política, reconhecida pela Comissão Executiva Estadual¹⁷⁵.

O estatuto prevê que o partido é regido democraticamente (Capítulo II), garantindo autonomia para cada instância partidária – federal, estadual, municipal e zonal – deliberar sobre suas práticas políticas, desde que não contrarie as instruções dos níveis superiores (ASSUMPÇÃO, 2008, p.95)¹⁷⁶. Na prática, contudo, o PSDB não dispõe de mecanismo efetivos para a participação dos filiados na gestão democrática do partido, em contrapartida, privilegia a ação centrada nas lideranças dos diversos níveis da estrutura

¹⁷² O Globo. **Aliados de Alckmin suspeitam de aliança secreta de Doria com Bolsonaro**. 2018. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/aliados-de-alckmin-suspeitam-de-alianca-secreta-de-doria-bolsonaro-23096495> >. Acesso em: 20 jul. 2020.

¹⁷³ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 14.

¹⁷⁴ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 14, §1º.

¹⁷⁵ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 14, §2º.

¹⁷⁶ “Art. 40. Parágrafo Único. Nas reuniões dos Diretórios e das Comissões Executivas, caberá ao respectivo órgão decidir sobre o processo de votação a ser adotado em suas deliberações, inclusive para a eleição de órgãos partidários.” (Estatuto do PSDB, 1999; 2017).

da organização. Prova disso é a manutenção de diversos membros natos nos órgãos partidários¹⁷⁷.

Para Lacerda (2002), o arranjo institucional intrapartidário do PSDB combina amplas oportunidades de competição pelos cargos de direção com restrições à participação dos filiados. O autor classifica o partido como centralizado-competitivo em que existe disputa política interna entre os líderes das facções pela condução do partido ou pela indicação para concorrer a cargos eletivos, mas sem consulta aos filiados. Com efeito, há inúmeros exemplos dentro do PSDB em que decisões importantes foram tomadas pela cúpula do partido¹⁷⁸.

O baixo grau de participação das bases, na tomada de decisões dentro do partido, também já fora identificado por Roma (2002), segundo o qual,

Quanto à participação democrática dos filiados, também foi possível constatar sua inexistência, uma vez que as reuniões e as demais atividades do PSDB se realizam apenas em períodos próximos às eleições. O primeiro congresso em âmbito nacional, com representação de todos os diretórios estaduais, ocorreu somente em 1998. Além disso, a participação de militantes foi inexpressiva em todos esses eventos. Conseqüentemente, a tomada de decisão no interior do partido coube somente às suas lideranças, detentoras de cargos governamentais (ROMA, 2002, p.80).

Tal característica também é verificada no Estado de São Paulo por Assumpção, segundo a qual “o modelo organizacional estatutário estabeleceu que as decisões acerca do funcionamento do partido seriam tomadas pelos representantes, ou seja, pelos membros eleitos por seus pares para assumir essa função – membros da Comissão Executiva dos Diretórios” (ASSUMPCÃO, 2008, p.96). A autora apresenta dados referentes à composição da Executiva tucana paulista que demonstram que, ao longo da trajetória da agremiação, a escolha dos membros se deu com base nos vínculos entre os políticos, em especial os líderes partidários, levando em conta para a escolha a trajetória política do ator e privilegiando àqueles com uma base eleitoral consolidada. Da análise das práticas internas do PSDB, depreende-se que existe pouco espaço para a participação da base nos processos internos de decisão do partido, que ficam concentrados nas lideranças que controlam a estrutura organizacional da legenda. Nesse sentido, o próprio espaço assegurado às lideranças nas instâncias decisórias contribuiu para a manutenção

¹⁷⁷ Estatuto do PSDB, 2017, Arts. 64, 85, 102.

¹⁷⁸ Vide a indicação dos candidatos às eleições presidenciais que desde 1994 são realizadas pelas principais lideranças nacionais do partido.

do seu poder, o que, em tese, ao mesmo tempo em que tende a apaziguar os embates internos, enfraquece sua democracia intrapartidária.

Quanto ao grau de centralização territorial do processo, o PSDB concede autonomia para seus órgãos estaduais selecionarem seus candidatos, contudo, os estatutos (2013 e 2017) preveem instrumentos de centralização do Diretório Nacional. Assim, embora a Convenção Estadual seja responsável pela escolha dos candidatos a cargos eletivos majoritários e proporcionais, no âmbito Estadual,¹⁷⁹ a CEN pode estabelecer normas e diretrizes complementares para escolha de candidatos e formação de coligações para as eleições estaduais e municipais,¹⁸⁰ o que contraria a tese da descentralização.

Em relação à dimensão social da descentralização, nas eleições de 2018, o PSDB cumpriu a cota de 30% estipulada em lei, apresentando o percentual de 36,1% de candidaturas femininas ao cargo de deputado federal¹⁸¹. Além disso, o PSDB por meio de suas setoriais - o PSDB-Mulher - investe em iniciativas de capacitação e formação de candidatas, o que, em tese, contribuiria para a ampliação da presença feminina (ARAÚJO, 2005). Porém, a falta de fiscalização e punição efetivas ao não cumprimento desta regra é um dos fatores que compromete a eficácia das cotas (ARAÚJO; ALVES, 2007).

Quanto à presença de mulheres nas direções partidárias, a partir do estatuto de 2013 aprovado na 11ª Convenção Nacional, passou a vigorar a exigência de uma cota mínima de 30% por gênero na composição das chapas para eleição dos Diretórios e de Delegados e Suplentes às Convenções¹⁸². O estatuto do partido de 2015 baixou uma normativa similar, estendendo essa cota interna mínima de 30% por gênero para a formação das Comissões Executivas¹⁸³. Entretanto, tais percentuais, que foram criados para garantir um mínimo de mulheres nas direções, estão mais para um teto. Desconsiderando suplentes, apenas 30% dos integrantes do diretório nacional tucano eram mulheres, e apenas duas integravam a executiva nacional, eleitas em 2017.

Já, no caso da descentralização organizacional, o estatuto tucano prevê que as convenções são formadas basicamente pelos membros dos diretórios, delegados e detentores de cargos eletivos. O trabalho de Bolognesi (2013) apontou que a escolha dos candidatos a deputado federal do partido em 2010 mobilizou cinco diferentes selectorates:

¹⁷⁹ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 77, II.

¹⁸⁰ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 65, XIII.

¹⁸¹ Contudo, em 7 estados o partido não cumpriu com a cota para candidatas a Deputado Federal em 2018 (BARBIERI; RAMOS, 2019).

¹⁸² Estatuto do PSDB, 2013, Art. 25.

¹⁸³ Estatuto do PSDB, 2015, Art. 41.

filiados, delegados do partido, associações ou instituições ligadas ao partido, líderes partidários e líder único, consubstanciando maior descentralização organizativa. Contudo, um indicativo de que a seleção dos candidatos fica a cargo das lideranças do PSDB, é a criação das macrorregiões, que são estruturas intermediárias montadas para que não haja sobreposição de candidaturas competitivas numa mesma região tentando evitar a disputa (“canibalização”) entre os seus candidatos em uma mesma região (BRAGA, 2008).

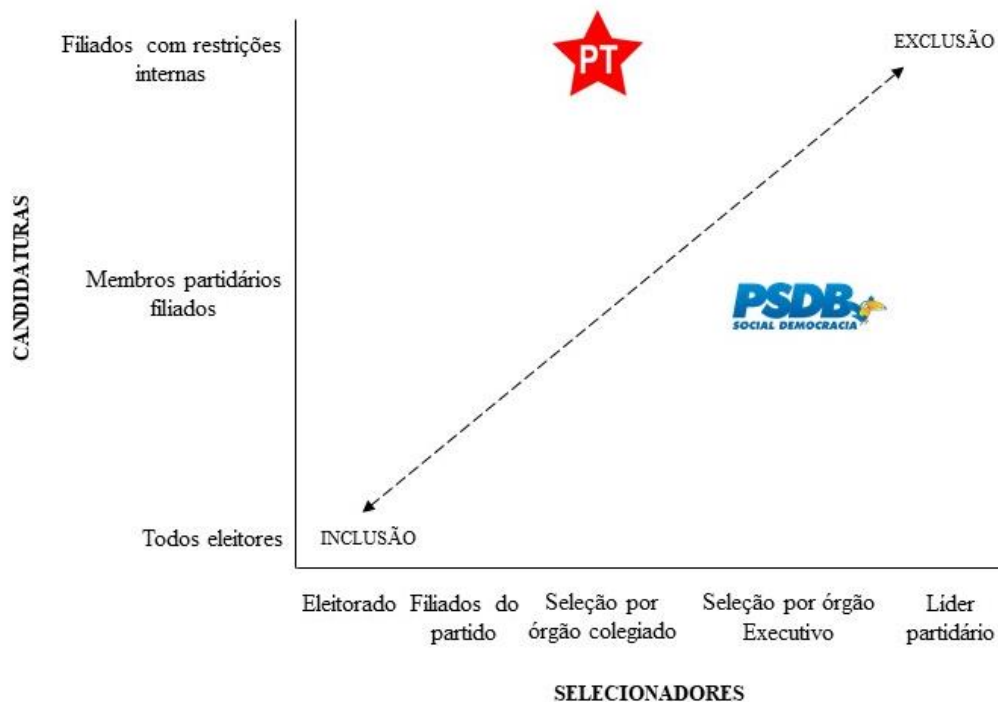
Quanto à última dimensão, concernente ao método empregado para escolha dos candidatos, se votação ou indicação, o estatuto especifica apenas votação, por meio de prévias, nos casos em que haja mais de um pré-candidato pleiteando a indicação do partido para a disputa de cargos eletivos majoritários¹⁸⁴. No caso da escolha dos candidatos aos cargos proporcionais, as listas de candidatos são pré-elaboradas pelos órgãos executivos do partido, portanto, já chegam prontas às convenções onde os convencionais podem aprovar ou impugnar a/o chapa/pré-candidato. Já para a seleção das direções, apenas as convenções municipais permitem a participação dos filiados na eleição dos dirigentes e dos delegados que, por sua vez, participam da seleção dos dirigentes e delegados do nível imediatamente superior e assim sucessivamente.

4.2.3. Considerações parciais

As seções precedentes descreveram como os partidos políticos regulam os processos de seleção de líderes e candidatos, examinando o que dizem a Lei Eleitoral e os Estatutos Partidários. Seguindo o modelo de Rahat e Hazan (2001; 2010), aplicado por Braga (2008) para os partidos brasileiros, sistematizamos nossos achados no gráfico 6, que dispõe da distribuição dos partidos de acordo com a inclusividade das candidaturas e do *selectorate*. No eixo vertical, encontram-se os requisitos formais para ser candidato a cargo eletivo, enquanto o eixo horizontal contempla a participação/inclusividade de quem seleciona os candidatos.

¹⁸⁴ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 151.

Gráfico 6 – Distribuição dos partidos conforme critérios de inclusão das candidaturas e dos selecionadores no processo de seleção de candidatos



Fonte: elaboração própria a partir de Rahat e Hazan (2001), Braga (2008) e estatutos partidários.

Em termos de inclusividade das candidaturas, vemos que o PT coloca critérios adicionais às exigências eleitorais para a candidatura. O PSDB exige apenas a filiação partidária e o cumprimento com as condições de elegibilidade, não impondo restrições maiores do que as ditadas pela lei. Por isso, o PT aparece no ponto mais exclusivo no eixo vertical. Com relação à inclusividade do *selectorate*, o PT é mais permeável à participação dos membros/filiados no processo – nos Encontros – sendo a seleção dos candidatos realizada através de órgão colegiado do partido, ao passo que o PSDB conta com uma maior participação de lideranças, ficando o controle da elaboração da lista a cargo de órgão executivo. Assim, o PT está situado no ponto mais inclusivo do eixo horizontal, enquanto o PSDB se aproxima do polo mais exclusivo.

Conforme salientam Hazan e Rahat (2010), no geral, os partidos mais preocupados com a competição eleitoral - o que é especialmente verídico nos partidos cartel e *catch-all* - seriam menos exigentes nos critérios para as candidaturas, dado que estão voltados prioritariamente para o objetivo eleitoral. Já, os partidos mais ideológicos tendem a adotar maiores restrições às candidaturas, a fim de garantir a “socialização” dos candidatos à cultura do partido.

Por essa perspectiva, o PSDB estaria mais próximo do modelo *catch all* de partido, especialmente pelas motivações pragmáticas de sua fundação e as estratégias adotadas ao longo da sua história, que buscam maximizar sua performance eleitoral. Já, o PT, que surgiu com uma proposta programática mais ideologizada, nos moldes de um partido de massas, coloca maiores barreiras e deveres formais aos membros desejosos de tornarem-se candidato pelo partido. Diferenças nos padrões de recrutamento de candidatos, em certa medida, são um reflexo de distintos modelos originários de fundação. O PSDB lançou mão de uma visão mais pragmática, orientado para a via eleitoral e a ocupação de cargos representativos (viabilizada pela sua dinâmica organizacional interna), já, o PT teve sua formação e trajetória ligadas a setores da sociedade civil organizada, com um perfil ideológico de esquerda.

Com relação à descentralização do processo, no caso brasileiro, a organização federativa é seguida por todos os partidos, de modo que as eleições proporcionais para a Câmara ocorrem nos distritos eleitorais que são os estados da federação. Assim, tendencialmente, a escolha dos candidatos é descentralizada nas esferas estaduais dos partidos, embora o PT e PSDB, que mais lançam candidatos à presidência, restrinjam o escopo da coligação nos Estados em função do pleito presidencial. Nesse sentido, ambos os partidos podem ser caracterizados por um alto nível de “estratarquização”, porque conferem autonomia para os órgãos regionais das organizações¹⁸⁵. Mas, a descentralização não garante, inevitavelmente, maior democracia interna, já que a participação dos membros da base no processo é geralmente limitada.

4.3. Estrutura organizacional interna dos partidos políticos

No Brasil, os partidos devem possuir caráter nacional (não são permitidos partidos regionais¹⁸⁶), tendo o federalismo um impacto substantivo na organização deles, que reproduzem as estruturas federativas por meio de organizações multinível. Dependendo

¹⁸⁵ O conceito de “*stratarchy*” foi originalmente elaborado por Eldersveld (1964) para mostrar quando as estruturas partidárias nacionais e locais são independentes entre si, marcadas por uma diferenciação funcional.

¹⁸⁶ “Art. 5º A ação do partido tem caráter nacional e é exercida de acordo com seu estatuto e programa, sem subordinação a entidades ou governos estrangeiros” (Lei nº 9.096/1995). Complementando, a legislação eleitoral (LPP 9.096) só permite partido de caráter nacional, que comprove o apoio “de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.” (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015 – *Minirreforma Eleitoral*) (Art. 7, § 1º).

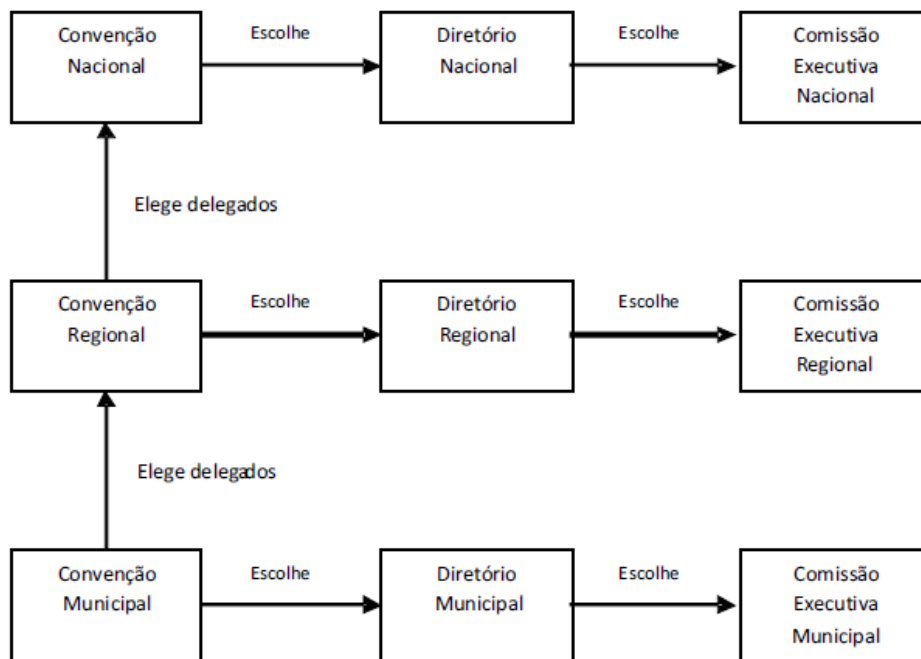
da forma como os partidos respondem à descentralização, lograriam uma maior ou menor coesão interna. Nessa dinâmica, os partidos podem arrefecer os conflitos internos entre os diferentes níveis organizacionais adaptando suas estratégias às diferentes unidades territoriais.

Quanto à organização interna, até 1995, os partidos brasileiros tiveram sua estrutura interna conformada pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) de 1971¹⁸⁷, cuja legislação rígida os tornava muito semelhantes – à exceção do PT. A estrutura partidária, referendada pela LOPP, estabelecia o desenho institucional básico que os partidos deveriam possuir, o que levava ao engessamento organizacional e à padronização das estruturas partidárias. Por outro lado, replicava a estrutura federativa do Estado na organização dos partidos, tornando-os mais descentralizados. Mesmo com a autonomia organizativa concedida aos partidos pela promulgação da nova Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096) de 1995, eles continuaram se organizando nos três níveis federativos – federal, estadual e municipal (FERREIRA, 2002; RIBEIRO, 2013).

Como mostra Guarnieri (2011), a organização interna dos partidos e os seus órgãos de deliberação seguem a divisão federativa, estruturada em diretórios nos níveis municipal, estadual e nacional, cujos órgãos mais importantes são os de deliberação (convenções) e de direção (diretórios e comissões executivas). A figura 4, a seguir, mostra como os partidos brasileiros se organizam internamente segundo os estatutos.

¹⁸⁷ Lei nº 5.682/1971.

Figura 4 – Processo de Formação dos Órgãos de Deliberação e Direção dos Partidos Brasileiros



Fonte: Guarnieri (2009, p.46).

Formalmente, a dimensão hierárquica da organização é *bottom-up* (ascendente), com a convenção municipal responsável pela escolha dos delegados para a convenção regional que, por seu turno, escolhe os delegados para a convenção nacional. No entanto, existe a possibilidade de intervenção (*top-down*) dos órgãos hierarquicamente superiores sobre os inferiores, a exemplo das dissoluções de diretórios e do instituto das comissões provisórias em seu lugar (GUARNIERI, 2009; 2011). A respeito disso, Guarnieri, explica que “Os partidos são formados da base para a cúpula, mas a cúpula pode a qualquer momento dissolver a organização de base e remontá-la de modo a lhe beneficiar” (GUARNIERI, 2009, p.170). Ordinariamente, essa configuração é adotada por praticamente todos os partidos, que possuem órgãos de deliberação (convenções) e de direção partidária (diretórios, comissões executivas e/ou provisórias) (GUARNIERI, 2009; 2011).

Com a revogação da LOPP de 1979 (Lei nº 6.767/1979), a organização interna dos partidos brasileiros passou a ser regulamentada constitucionalmente pela Lei dos Partidos Políticos brasileiros (LPP, Lei nº 9.096, de 19/09/1995) – que regulamenta os artigos 14 e 17 da Constituição Federal. A nova legislação conferiu autonomia às organizações partidárias para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento,

que deveriam constar nos estatutos dos partidos (Art. 14; 15, da Lei 9.096). Nesse contexto, cada partido fica responsável pelo “modo como se organiza e administra, com a definição de sua estrutura geral e identificação, composição e competências dos órgãos partidários nos níveis municipal, estadual e nacional, duração dos mandatos e processo de eleição dos seus membros” (Lei 9.096 art. 15, inciso IV). Diante da importância conferida aos estatutos, Ribeiro explica que:

A nova configuração legal fez dos estatutos peças centrais na determinação da dinâmica interna real das agremiações, o que justifica seu estudo sistemático. Além disso, o protagonismo assumido pelas normas formais aumentou o potencial de conflitividade nos processos internos de elaboração e interpretação dos regulamentos (RIBEIRO, 2013, p.238).

Há que se ressaltar que, mesmo com a autonomia organizativa concedida pela nova legislação, num primeiro momento, os partidos mantiveram seu arcabouço legal parecido com o que vigorava sob a vigência da antiga LOPP, realizando modificações pontuais para se adaptar à nova legislação (RIBEIRO, 2013, p.238). Entre os elementos remanescentes da antiga LOPP, manteve-se a estrutura das organizações partidárias, conformadas por uma estrutura interna hierárquica que refletia a divisão federalista, constituída de órgãos e instâncias nos níveis nacional, estadual e municipal.

Entretanto, a legislação dá liberdade para os partidos criarem formas organizativas complementares, possibilitando que cada partido adotasse um formato organizativo distinto (BRAGA; BORGES, 2008). Na sequência, abordarmos a estrutura organizacional dos partidos, apontando as diferenças e/ou semelhanças entre as estruturas petista e a tucana.

4.3.1. Arcabouço Organizacional Petista

O PT é o partido com a estrutura organizacional mais complexa. Como fora anteriormente observado, sua formatação organizativa inicial foi um dos aspectos que o diferenciou dos outros partidos brasileiros. Entre os partidos formados durante a redemocratização, o PT era o único com uma estrutura distinta da imposta pelas normas rígidas da LOPP de 1971, que acabava definindo uma estrutura básica comum a todos os partidos. No início, o partido se diferenciou organizacionalmente dos demais por trazer inovações como os núcleos de base, cujo objetivo era ampliar a inserção do partido na sociedade e a mobilização da militância; e a estrutura dos Encontros, aos quais são

delegadas basicamente as mesmas funções das Convenções, só que “com maior inclusão e representação das bases”.

A complexidade da organização petista é observada na conformação da sua estrutura interna que compreende diversos órgãos e instâncias. Conforme o definido no Art. 16 do seu estatuto, sua estrutura organizativa é composta pelos seguintes órgãos e instâncias:

Art. 16. São instâncias e órgãos do Partido:

A) Instâncias:

I – o Congresso Nacional, os Encontros Nacional, Estaduais, Municipais e Zonais;

II – o Diretório Nacional, os Diretórios Estaduais, Municipais, Zonais, e suas respectivas Comissões Executivas;

III – os Núcleos de Base;

IV – os Setoriais.

B) Órgãos:

I – as Coordenações de Regiões Nacionais, as Macros e Microrregiões estaduais;

II – as Bancadas Municipais, Estaduais, Distrital e Federal;

III – a Comissão de Ética, o Conselho Fiscal, a Ouvidoria, o Conselho de Assuntos Disciplinares, a Fundação Perseu Abramo e a Escola Nacional de Formação (Estatuto do PT, 2017).

O organograma abaixo apresenta a complexa estrutura da organização petista.

Figura 5 - Estrutura organizativa do PT

	ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS				INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS			
	FORMAÇÃO	COLABORAÇÃO	AÇÃO PARLAMENTAR	FISCALIZAÇÃO	DELIBERAÇÃO	DIREÇÃO	EXECUÇÃO	COLABORAÇÃO / CONSULTA
NACIONAL	Fundação Perseu Abramo	Macrorregiões Nacionais	Bancadas Parlamentares	Conselho Fiscal Nacional	Congresso Nacional	Diretório Nacional	Comissão Executiva Nacional	Setoriais Nacionais
	Escola Nacional de Formação			Comissão de Ética Nacional	Encontro Nacional		Secretarias Nacionais	Juventude do PT
				Ouvidoria Nacional				
				Conselho de Assuntos Disciplinares				
ESTADUAL		Macros e Microrregiões	Bancada de Deputados Estaduais	Conselho Fiscal Estadual	Encontro Estadual	Diretório Estadual	Comissão Executiva Estadual	Setoriais Estaduais
				Comissão de Ética Estadual			Secretarias Estaduais	Juventude do PT
				Ouvidoria Estadual				
				Conselho de Assuntos Disciplinares				
MUNICIPAL			Bancada de Vereadores	Conselho Fiscal Municipal	Encontro Municipal	Diretório Municipal	Comissão Executiva Municipal	Setoriais
				Comissão de Ética Municipal			Secretarias Municipais	Juventude do PT
ZONA					Encontro Zonal	Diretório Zonal	Comissão Executiva Zonal	

Fonte: Pessoa Júnior (2018, p.192).

De acordo com o organograma petista, as instâncias partidárias compreendem Congressos, Encontros, Diretórios, Comissões Executivas, Setoriais e os Núcleos de Base. Com exceção do Congresso e dos Núcleos de Base, as demais instâncias são replicadas pelos três níveis da federação, nacional, estadual e municipal e, em alguns casos, como nas capitais dos estados com mais de 500.000 eleitores e nos municípios com mais de um milhão de eleitores, em âmbito zonal¹⁸⁸.

Os Congressos e Encontros petistas são as instâncias responsáveis pelas funções deliberativas. A instância máxima da estrutura petista é o Congresso Nacional, cujas atribuições cabe “analisar, discutir e deliberar sobre sua atuação política, sobre questões de âmbito nacional, atualização do Programa, formas de organização ou funcionamento partidário”¹⁸⁹. Ele é composto por delegados/as, lideranças e parlamentares do partido. Outra diferença na organização petista é a realização dos Encontros ao invés de convenções. Com atribuições semelhantes às da Convenção, o Encontro Nacional é a instância deliberativa máxima do partido no intervalo dos Congressos.

Os diretórios desempenham funções diretivas como aplicar sanções disciplinares, nomear as comissões provisórias, intervir nos diretórios hierarquicamente inferiores etc, além de escolher, em seus respectivos níveis, os membros das respectivas comissões executivas,¹⁹⁰ enquanto as comissões executivas exercem funções executivas, como as de fazer cumprir as deliberações dos diretórios, convocar os Encontros etc¹⁹¹.

O partido também inclui, entre suas instâncias, as Setoriais, que atuam junto a temáticas específicas, realizando a organização e articulação entre o partido junto aos diferentes movimentos sociais¹⁹², a Juventude do PT, cujo objetivo é articular a atuação dos filiados jovens junto aos movimentos sociais¹⁹³ e os Núcleos de Base com a função de organização e atuação do partido nas comunidades, setores e de integração com os movimentos sociais¹⁹⁴. Tanto as Setoriais quanto a Juventude do PT podem ser organizadas em todos os níveis (municipal, estadual e nacional)¹⁹⁵, enquanto os Núcleos de Base, apenas, em âmbito municipal ou setorial¹⁹⁶.

¹⁸⁸ Estatuto do PT, 2017, Art. 85.

¹⁸⁹ Estatuto do PT, 2017, Art. 126.

¹⁹⁰ Estatuto do PT, 2017, Arts. 79; 87; 97; 105; 116.

¹⁹¹ Estatuto do PT, 2017, Arts. 83; 88; 107; 118.

¹⁹² Estatuto do PT, 2017, Art. 128.

¹⁹³ Estatuto do PT, 2017, Art. 93.

¹⁹⁴ Estatuto do PT, 2017, Art. 61 §1.

¹⁹⁵ Estatuto do PT, 2017, Arts. 129; 94.

¹⁹⁶ Estatuto do PT, 2017, Art. 61, § 2.

O PT ainda conta com órgãos para o desenvolvimento de funções especializadas, como as bancadas, que desempenham funções de ação parlamentar;¹⁹⁷ os Conselhos Fiscais, Consultivos, Comissões de Ética e Ouvidorias, que exercem funções de cooperação e fiscalização referente a orçamentos, infrações disciplinares, medição com a sociedade etc.;¹⁹⁸ as Macro e Microrregiões com funções de coordenação estratégica; e a Fundação Perseu Abramo e a Escola Nacional de Formação que se destinam a atividades de formação política¹⁹⁹.

Quanto aos órgãos partidários, cabe chamar atenção para dois desses: as estruturas das macros e microrregiões, criadas como subdivisões territoriais que funcionam como instâncias intermediárias entre os Diretórios Nacional/Estaduais/Municipais, buscando coordenar e otimizar as ações dos Diretórios Estaduais e Municipais localizados em uma mesma região geográfica. Como exemplo de coordenação realizada pelas macrorregiões petistas, o trabalho de Braga (2008) sobre a formação das listas eleitorais, no estado de São Paulo, mostra que esses órgãos atuam, inclusive, no controle da competição intrapartidária, impedindo que mais de um candidato competitivo compita em um mesmo reduto eleitoral, para evitar que haja a “canibalização” das suas candidaturas.

E, as ouvidorias²⁰⁰, órgãos de cooperação partidária com a função de manter o partido sintonizado com as aspirações de seus filiados e dos setores sociais que pretende representar. Nesse sentido, as ouvidorias têm o papel de aproximar os filiados das direções partidárias, o que, teoricamente, tende a contribuir para a inclusividade das bases.

O partido ainda mantém organizacionalmente a estrutura dos Núcleos de Base que, no entanto, foram destituídos de suas funções originais ao longo do tempo e hoje não passam de reminiscências da inovação dos anos iniciais da organização petista (AMARAL, 2010; RIBEIRO, 2010). Acerca do declínio da importância dos Núcleos de Base, Amaral observa que:

De novidade institucional e símbolo maior do incentivo a uma participação de alta intensidade nas atividades partidárias por parte dos filiados, os Núcleos de Base se transformaram, em alguns anos, em organismos desarticulados e incapazes de cumprir as funções para as quais foram criados no início dos anos 1980 (AMARAL, 2010, p.113).

¹⁹⁷ Estatuto do PT, 2017, Art. 67, §1º.

¹⁹⁸ Estatuto do PT, 2017, Arts. 215; 217; 249.

¹⁹⁹ Estatuto do PT, 2017, Arts. 120; 125.

²⁰⁰ Estatuto do PT, 2017, Título VIII, Arts. 249; 250.

A outra singularidade da estrutura organizacional petista são os “Encontros”, realizados em todos os âmbitos de atuação partidária, zonal, municipal, estadual e federal. Os Encontros que, durante as décadas iniciais do partido, formaram espaços privilegiados de deliberações constituindo-se como a coluna vertebral do sistema representativo petista, a partir da introdução do PED, em 2001, tiveram suas funções eleitorais reduzidas em todos os níveis.

Ribeiro (2010; 2013) avalia que a implantação do PED trouxe consigo o esvaziamento e a secundarização dos Encontros. Conforme explica o autor, os Encontros permanecem sendo as instâncias deliberativas supremas em cada nível partidário, no entanto, a partir de 2001, os Encontros passaram a acontecer após a realização do PED (que é realizado em um único dia), sendo as direções eleitas empossadas no primeiro dia do Encontro correspondente. Já sob o comando da nova direção e com a tese-guia da chapa mais votadas definida previamente,²⁰¹ os Encontros deixaram de constituir um espaço de debate e de intensas disputas entre as facções (como era no sistema pré-2001), e passaram apenas a ratificar as deliberações já tomadas no PED.

Com a despolitização dos debates internos, os Encontros foram secundarizados na estrutura interna de oportunidades, ficando alijados de suas funções eleitorais e deliberativas. A partir disso, a mobilização dos filiados passou a ser feita diretamente pelos líderes, pendendo a favor das lideranças mais conhecidas - com maior capital eleitoral. Quanto ao esvaziamento dos Encontros, também tinha por objetivo arrefecer as disputas entre as tendências internas, que continuaram existindo, no entanto, com uma correlação de forças em condições mais favoráveis ao Campo Majoritário (RIBEIRO, 2010, p. 278).

Também, nos anos 1980, teve início um processo de concentração decisória nas Executivas em detrimento dos Diretórios. Como demonstra Ribeiro (2010; 2010b; 2013), esse fenômeno esteve mais ligado à questão do desenvolvimento e eficiência organizativa do que às motivações da liderança. Nesse processo, as Executivas acabaram subvertendo suas atribuições previstas estatutariamente, transformando-se, na prática, nas principais instâncias decisórias do partido nos períodos inter-encontros. As Executivas passaram a

²⁰¹ Art. 24. Para a entrega de teses das chapas de delegados, deverão ser observados os mesmos prazos previstos no § 2º do artigo anterior.

Parágrafo único: O texto-base a ser submetido à discussão nos Encontros Municipais será aquele correspondente à chapa de delegados que obtiver maior número de votos na eleição direta. (Estatuto PT, 2001).

desempenhar as tarefas administrativas, diretivas e deliberativas mais relevantes na estrutura partidária.

Além do mais, problemas operacionais enfrentados pelos Diretórios tais como dificuldades de reunião dos membros, de coordenação dos trabalhos e de obtenção de quóruns para as deliberações contribuíram para a proeminência das Executivas. Dispondo de reais poderes de deliberação, direção e execução, as Executivas são os órgãos substancialmente encarregados de tomada de decisões no partido, transformando os Diretórios em instâncias meramente ratificadoras. Dessa maneira, mesmo com inúmeras inovações institucionais introduzidas ao longo da vida partidária, o PT não ficou imune a tendências de oligarquização das dirigências partidárias.

4.3.2. Arcabouço Organizacional Tucano

À semelhança da maioria dos partidos brasileiros, o PSDB tem, na sua estrutura básica, órgãos de deliberação, direção, além de instâncias organizativas complementares. Conforme os seus estatutos (2015 e 2017), a construção da sua estrutura partidária se dá nos três níveis da federação: municipal, estadual e nacional²⁰². Ainda, existe a possibilidade da organização de Diretórios por unidades administrativas ou zonas eleitorais em Municípios com mais de quinhentos mil eleitores²⁰³. O seu estatuto prevê sete tipos de órgãos (Estatuto do PSDB, 2017, Art. 17):

I – de deliberação: as Convenções Municipais e Zonais, Estaduais e Nacional – são os órgãos responsáveis pela escolha dos candidatos, dissolução de diretórios, realização de alianças partidárias; deliberar sobre o programa, estatutos etc/entre outras²⁰⁴.

II – de direção e ação partidária: os Diretórios Municipais e Zonais, Estaduais e Nacional e suas respectivas Comissões Executivas – tratam dos assuntos internos do partido, como baixar resoluções à regulamentação do Estatuto, deliberar sobre as convenções, decidir sobre intervenções e dissoluções, aplicar penalidades, julgar recursos etc. As comissões executivas são eleitas pelos diretórios²⁰⁵.

III – de ação parlamentar: as Bancadas Municipais, Estaduais e Federais – compete a esses órgãos estabelecer diretrizes para ação parlamentar e decisões relativas a “fechamento de questão”²⁰⁶.

²⁰² Estatuto do PSDB, 2017, Art. 17.

²⁰³ Estatuto do PSDB, 2015; 2017, Art. 17, §1º.

²⁰⁴ Estatuto do PSDB, 2017, Arts. 18; 77.

²⁰⁵ Estatuto do PSDB, 2017, Arts. 41; 65.

²⁰⁶ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 49.

IV – de atuação partidária na sociedade: os Núcleos de Base e os Secretariados Municipais e Zonais, Estaduais e Nacional - têm como função promover a interação do partido com a sociedade em seus segmentos e movimentos sociais.

V – de disciplina e fidelidade partidárias: Conselhos de Ética e Disciplina, Municipais e Zonais, Estaduais e Nacional – responsáveis por apurar e julgar infrações à disciplina, à ética, à fidelidade e aos deveres partidários²⁰⁷.

VI – de fiscalização financeira: Conselhos Fiscais Municipais e Zonais, Estaduais e Nacional – cuja atribuição é fiscalizar as finanças do partido, no nível de sua competência²⁰⁸.

VII – de cooperação: os Conselhos Políticos Estaduais, o Instituto Teotônio Vilela de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais e Formação Política, as Coordenadorias Regionais e outros que venham a ser criados – responsáveis por coordenar núcleos e secretariados, cabendo ao Instituto Teotônio Vilela realizar pesquisas, doutrinação, educação e a formação política²⁰⁹.

Organograma a seguir sistematizada sua estrutura organizacional:

²⁰⁷ Estatuto do PSDB, 2017, Arts. 53; 55.

²⁰⁸ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 56.

²⁰⁹ Estatuto do PSDB, 2017, Art. 57; 72; 76.

Figura 6 – Estrutura organizativa do PSDB

	DELIBERAÇÃO	DIREÇÃO	EXECUÇÃO	COLABORAÇÃO	AÇÃO PARLAMENTAR	COOPERAÇÃO	ATUAÇÃO NA SOCIEDADE
NACIONAL	Convenção Nacional	Diretório Nacional	Comissão Executiva Nacional	Conselho de Ética e Disciplina Nacional	Bancada Federal	Instituto Teotônio Vilela de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais e Formação Política	Secretariados Nacionais
		Conselho Político Nacional		Conselho Fiscal Nacional			
ESTADUAL	Convenção Estadual	Diretório Estadual	Comissão Executiva Estadual	Conselho de Ética e Disciplina Estadual	Bancada Estadual	Conselhos Políticos Estaduais	Secretariados Estaduais
				Conselho Fiscal Estadual			
MUNICIPAL	Convenção Municipal	Diretório Municipal	Comissão Executiva Municipal	Conselho de Ética e Disciplina Municipal	Bancada Municipal		Secretariados Municipais
				Conselho Fiscal Municipal			Redes Temáticas
							Núcleos de Base
ZONAL	Convenção Zonal	Diretório Zonal	Comissão Executiva Zonal	Conselho de Ética e Disciplina Zonal			Secretariados Zonais
				Conselho Fiscal Zonal			

Fonte: Pessoa Júnior (2018, p.269).

Conforme o organograma, o partido possui uma organização complexa, composta por uma pluralidade de órgãos, com a distribuição do poder interna estruturada de forma hierárquica entre as instâncias das três esferas da federação (BRAGA; BORGES, 2008, VIEIRA, 2012). Braga e Borges (2008) assinalam que, embora o PSDB possua órgãos próprios, o partido mantém uma estrutura básica semelhante à dos outros partidos brasileiros.

Os órgãos mais importantes para a formulação das estratégias eleitorais são os de deliberação e direção. Assim, “pode-se dizer que a vida partidária se desenvolve em torno da disputa pelo controle desses órgãos, uma vez que os demais são de menor importância” (PERES, GUARNIEIRI; RICCI, 2012, s/p.). Dentre esses, a Convenção Nacional é o órgão máximo de deliberação partidária, nela são decididas as estratégias políticas atinentes à formação de alianças eleitorais, escolha do candidato à Presidência da República, formulação das diretrizes dos programas de governo etc. Além disso, compete à Convenção Nacional a eleição do Diretório Nacional, que, por sua vez, escolhe a Comissão Executiva Nacional (GUARNIEIRI, 2009; PERES; GUARNIEIRI; RICCI, 2012). “Em razão disso, a obtenção do controle da Convenção Nacional garante, por extensão, o controle da própria organização partidária de um modo geral” (PERES; GUARNIEIRI; RICCI, 2012, s/p.).

Conforme dispõe o estatuto do PSDB: “A Convenção Nacional é o órgão supremo do Partido e a Seção Municipal ou Zonal é a sua unidade orgânica fundamental”²¹⁰. O artigo 58 do estatuto regulamenta suas atribuições nos moldes mencionados. Também são atribuídas às Convenções Estadual e Municipal funções semelhantes, no âmbito de sua respectiva competência²¹¹. Além disso, o estatuto estabelece que cabe às convenções eleger os membros dos diretórios e os delegados às convenções – os níveis inferiores enviam delegados para as convenções superiores: municipal para o estadual, e este, para o nacional.

Braga (2008, p. 464-465) chama atenção para outra importante particularidade organizacional do PSDB-SP: uma estrutura montada em macrorregiões. Isso garante às lideranças do partido controlar e direcionar suas ações em relação à seleção de candidatos aos Legislativos e às disputas intrapartidárias. Previstas nos estatutos como Coordenadorias Regionais, são órgãos de cooperação criados pelos Diretórios Estaduais, cabendo-lhes (Estatuto PSDB, 2017, Art. 91):

²¹⁰ Estatuto do PSDB, 2017, capítulo I; Art. 18.

²¹¹ Estatuto do PSDB, 2017, Arts. 77, 95.

I - coordenar a ação dos órgãos partidários na área da microrregião, consoante as diretrizes e plano de ação aprovados pelo Diretório e Comissão Executiva Estaduais;

II - receber e coordenar o encaminhamento à Comissão Executiva Estadual das reivindicações, sugestões e propostas dos órgãos partidários da microrregião, inclusive sugestões de candidatos para composição de chapas do Partido às eleições de âmbito estadual e federal.

Além da organização das macrorregiões, a estrutura do PSDB, ao menos *pro forma*, se aproxima da do PT no que diz respeito à instituição de órgãos voltados à articulação com a sociedade. Segundo o estatuto, o partido exercerá essa articulação por meio de Redes Temáticas, Secretariados e Núcleos de Base, que atuarão junto às organizações populares, de moradores, comunitárias e a segmentos representativos da sociedade como movimentos ambiental, trabalhista e sindical, da juventude, da mulher, da diversidade, de minorias étnicas, de profissionais liberais, empreendedores, de artistas, rural, terceira idade, terceiro setor, dentre outros. Tal articulação também buscará abranger temas como gestão de cidades, desenvolvimento sustentável, cultura, segurança pública, políticas sociais, economia, competitividade, infraestrutura e outros²¹². Todavia, o estatuto é vago sobre como se viabilizaria essa articulação, ainda que estruture núcleos para tal, estes são circunscritos a segmentos específicos como minorias étnicas, mulheres, juventude, sindical e diversidade.

Outro fator relevante que merece destaque diz respeito à centralização do poder nos órgãos de cúpula. Dessa forma, conforme visto nos capítulos anteriores, o modelo organizacional do partido hierarquizado e piramidal acarretou numa sensível centralização do controle na legenda. Concomitante a isso, a criação de instâncias supremas vieram a fortalecer principalmente as elites partidária - com mandato e ex-mandatários e lideranças notáveis (RIBEIRO, 2010; 2013). Nesse sentido, Ribeiro (2010b; 2013), identifica que as mudanças estatutárias do PSDB – assim como no PMDB e PFL/DEM - tiveram como objetivo acentuar a concentração de poder no partido. Segundo o autor, em 1999, suas lideranças criaram o Conselho Político Nacional, um órgão bastante restrito e com mais competências que o diretório e a executiva nacional. Ribeiro (2010b) explica que, inicialmente,

O Conselho possuía funções mais consultivas do que deliberativas quando da sua criação. O estatuto de 2007 veio ampliar seu escopo de ação: o Conselho tem poderes para decidir soberanamente todas as questões que lhe sejam

²¹² Estatuto do PSDB, 2017, Art. 16, inciso II.

submetidas pela CEN, independentemente de apreciação posterior do DN. Na prática (assim como se deu no PFL/DEM), transformou-se no órgão supremo da agremiação nos períodos inter-convenções (Estatuto, 1999, arts. 17; 72; Estatuto, 2007, art. 72) (RIBEIRO, 2010b, p.14).

Originalmente, o Conselho era composto por pouco mais de 20 integrantes:

(...) o presidente e ex-presidentes nacionais do partido, o presidente da República e os governadores, os ex-ocupantes desses cargos, os ministros, os líderes das bancadas no Congresso, e até cinco membros, no máximo, escolhidos pelo Diretório Nacional dentre os filiados ‘mais preeminentes’ da legenda (Estatuto PSDB, 1999, Capítulo I, seção IV, art. 72; RIBEIRO, 2010b, p.14).

Em 2007, o órgão sofreu alterações tornando-se ainda mais restrito e passou a contar com menos de quinze membros:

o Presidente e o ex-Presidente Nacional do Partido, no último mandato; o Presidente de Honra do Partido; os líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; o filiado titular do cargo de Presidente da República e os ex-titulares desse cargo; os filiados titulares do cargo de Governador de Estado ou do Distrito Federal e os ex-titulares desses cargos, no último mandato; e até três filiados preeminentes escolhidos pelo Diretório Nacional (Estatuto PSDB, 2007, Capítulo I, seção IV, art. 72).

A busca por maior centralização decisória não parou por aí, “em 2011, o órgão se transformou em um *petit comité* de seis membros, com uma composição que visava não apenas restringir decisões importantes aos maiores caciques da sigla mas também incluir José Serra no comando tucano” (RIBEIRO, 2013, p. 242). O fortalecimento do Conselho Nacional surge como uma estratégia para reforçar o domínio da sigla pelas elites partidárias – em especial por lideranças paulistas –, numa clara intenção de concentração decisória da máquina partidária.

No mesmo sentido, foram realizadas reformas pelas lideranças que fortaleceram a Executivas Nacionais em relação ao diretório, que passaram a contar com a presença maciça de parlamentares e líderes notáveis na sua composição. Como demonstra Ribeiro:

Até 2003, dos 24 membros da Executiva Nacional do PSDB, eram natos o presidente de honra do partido, o presidente do Instituto Teotônio Vilela, e os dois líderes no Congresso. O estatuto de 2003 acrescentou à instância os ex-presidentes nacionais: a partir de então, cerca de um terço do órgão é composto por membros não eleitos pelo DN (Estatuto, 1999, arts. 62; 64; Estatuto, 2003, arts. 62; 64). (RIBEIRO, 2010b, p.19).

Essa concentração de poder na Executiva assegura às lideranças uma posição assimétrica de poder em seu benefício nas disputas internas, na medida em que passam a controlar recursos organizativos que são *atouts* fundamentais para a manutenção das lealdades e das relações hierárquicas. Sua origem interna, composta de quadros dissidentes de outro partido, com motivações pragmático-eleitorais, viabilizou o desenvolvimento de uma estrutura hierárquica e piramidal, que permite que decisões sejam tomadas de cima para baixo, concentrando o poder nas lideranças com influência nas instâncias dirigentes. Nesse sentido, sustenta uma dinâmica intrapartidária pouco inclusiva, com o fortalecimento dos líderes em detrimento da base.

Por outro lado, as Convenções Municipais continuam apresentando o maior grau de inclusividade, sendo as instâncias mais permeáveis à participação dos filiados na estrutura decisória interna. O PSDB aumentou o número de delegados municipais enviados à Convenção Estadual, com cada Convenção Municipal ou Zonal passando a eleger um delegado para cada mil votos de legenda obtidos na última eleição para a Câmara dos Deputados no município ou zona, com, no mínimo, um e, no máximo, com quarenta delegados. Dessa maneira, as Convenções Estaduais se tornaram um pouco mais representativas, mesmo mantendo, como convencionais natos, os deputados e senadores do estado, os membros do diretório estadual e os membros do DN com domicílio no estado (RIBEIRO, 2013; Estatuto do PSDB, 1999, Art. 59). No entanto, isso não tornou as convenções nacionais mais representativas. Como explica Ribeiro, ao aumentar a representatividade da base, tanto o PMDB quanto o “PSDB reforçaram os vínculos entre o desempenho eleitoral das seções estaduais e a representação na Convenção Nacional, favorecendo as seções e lideranças mais fortes eleitoralmente” (RIBEIRO, 2013, p. 247-48). Mesmo aumentando o número de delegados enviados pelas seções estaduais, estes permaneceram sendo minoritários. Diante disso, Ribeiro conclui que:

O aumento do número de delegados enviados pelos estados não foi suficiente para tornar as convenções nacionais do PFL/DEM, PSDB e PMDB mais representativas. Nos dois primeiros, mantiveram-se como convencionais natos os parlamentares federais e os membros do DN – órgão com mais de 200 integrantes no PSDB e, até 2007, também no PFL/DEM, quando foi reduzido para 101 membros. (RIBEIRO, 2013, p. 248; Estatuto do PFL/DEM 2007, art. 46; Estatuto do PSDB 1999, art. 59).

Com efeito, desde a fundação do PSDB, os mandatários, especialmente parlamentares federais, possuem lugar reservado nas Convenções de todos os níveis da hierarquia partidária. Simultaneamente, os deputados federais e senadores têm assento

previsto nas Convenções dos estados em que foram eleitos e também nas Convenções Municipais realizadas em seu respectivo domicílio eleitoral.

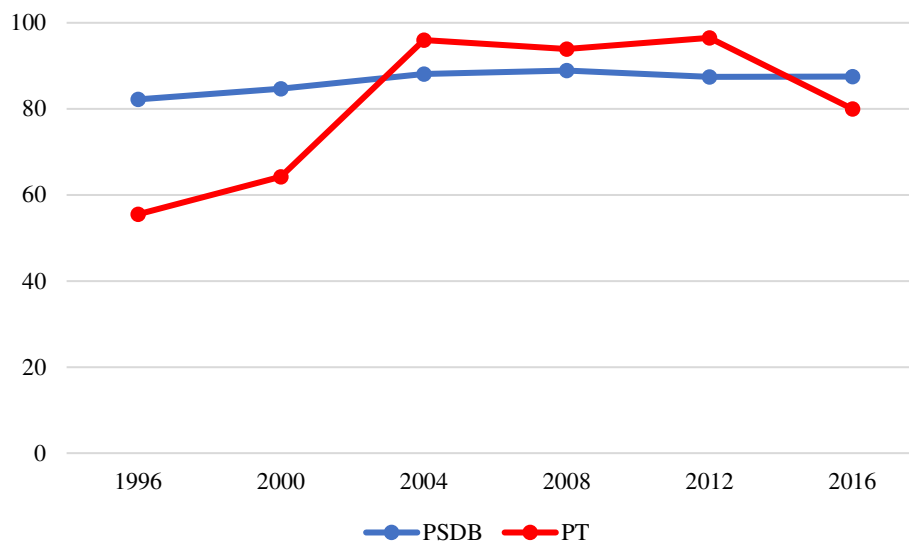
4.3.3. A Capilaridade Organizacional Territorial dos partidos

Outro elemento da estrutura organizacional, pelo qual é possível verificar o grau de centralização/dispersão do controle dos partidos, é o formato das organizações partidárias a nível municipal, se essas são constituídas por diretórios ou comissões provisórias.

Os diretórios possuem maior autonomia jurídica contra intervenção das executivas superiores, enquanto as comissões provisórias têm sido mobilizadas pelos dirigentes partidários para centralizar o controle das legendas, porque podem ser nomeadas e destituídas discricionariamente pela direção do partido. Desse modo, quando a estrutura organizacional é majoritariamente formada por comissões provisórias, maior é o controle das instâncias superiores sobre as hierarquicamente inferiores. Inversamente, partidos constituídos por diretórios locais dão mais autonomia às instâncias subnacionais do que quando organizados em comissões provisórias, que podem ser subitamente dissolvidas pelas instâncias superiores (GUARNIERI, 2011). A dissolução de diretórios e a instauração de comissões provisórias têm sido uma estratégia das elites partidárias para concentrar o poder nos diretórios nacional e/ou estadual (GUARNIERI, 2011; RIBEIRO, 2013). Nesse sentido, o tipo de organização municipal pode ajudar a detectar o grau de centralização do poder da direção nacional sobre as unidades territoriais subnacionais dos partidos, no sentido de que, quanto maior o número de comissões provisórias, mais centralizado é o controle das Executivas hierarquicamente superiores (GUARNIERI, 2011).

Mas, antes de nos debruçarmos sobre essa dimensão, é mister ver como os partidos se ramificam pelo território nacional. De acordo com o que determina a legislação eleitoral (lei 9.504/97, Art.4), os partidos podem participar de eleições apenas onde contarem com “órgão de direção constituído na circunscrição”. Dessa forma, a quantidade de municípios em que os partidos apresentam candidaturas serve como *proxy* da nacionalização das legendas. No gráfico abaixo, apresentamos o percentual de municípios em que PT e PSDB lançaram candidatos a vereador nas eleições municipais:

Gráfico 7 – Percentual de municípios em que PT e PSDB apresentaram candidaturas (1996-2016)



Fonte: elaboração própria a partir de dados extraídos de Samuels e Zucco (2018, p.88).

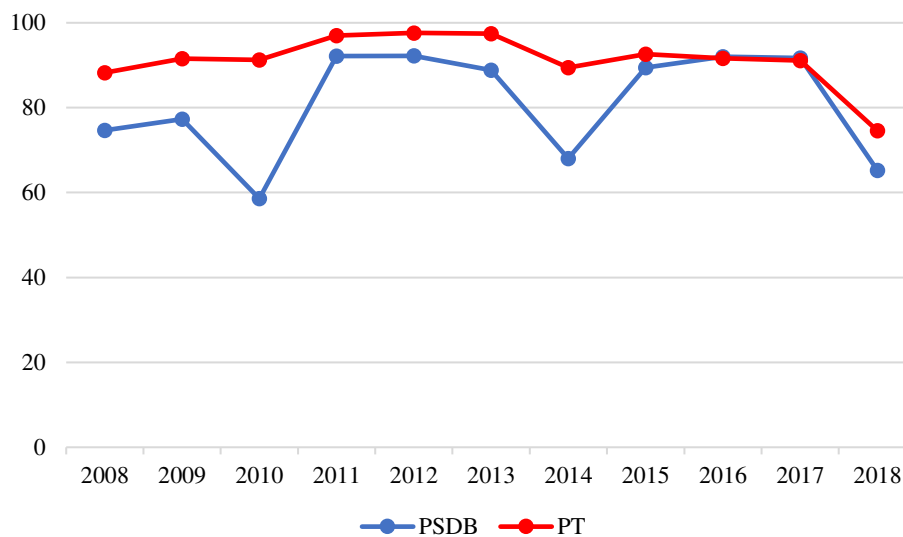
O gráfico ilustra a evolução do alcance das estruturas partidárias em nível municipal. Vemos que, durante o período abordado, o PSDB manteve estruturas locais presentes em mais de 80% dos municípios, enquanto o PT apresentou um crescimento mais significativo. 2004 foi um ponto de alavancagem na expansão organizacional local do PT, que se torna presente em mais de 90% dos municípios, mantendo esses valores até 2016, quando volta a apresentar percentuais inferiores ao PSDB. No entanto, isso não diz tudo sobre o formato da capilaridade organizacional dos partidos. Os partidos podem criar agências locais meramente para fins eleitorais, sendo utilizadas como veículos para os políticos locais formalizarem suas candidaturas (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Para analisar de forma mais acurada a infraestrutura organizacional desses partidos, contabilizamos a distribuição de órgãos partidários municipais pelo território conforme o número de diretórios ou comissões provisórias. Como anteriormente exposto, os diretórios são instâncias formais dos partidos, com autonomia em relação a instâncias superiores, já, as comissões provisórias são estruturas juridicamente mais fracas, sujeitas à intervenção das instâncias imediatamente superiores. Através desse dado, podemos detectar como o poder é dividido territorialmente em termos de centralização/descentralização decisória e qual o grau de autonomia é conferido às subunidades locais em face às instâncias hierarquicamente superiores.

Antes de iniciar a análise, cabem algumas explicações sobre como o dado foi gerado. O site do TSE, por meio do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias-SGIP, disponibiliza as seguintes informações referentes aos órgãos partidários: tipo do órgão (se é Diretório, Comissão Provisória ou Comissão Interventora), início e fim da vigência do órgão, número do protocolo e situação da vigência (vigente ou não vigente). No entanto, ocasionalmente, os mesmos órgãos partidários não permanecem vigentes durante o ano inteiro, havendo casos em que os partidos alteram sua estrutura, organizando-se, durante alguns meses, como Diretório e, por outros, como Comissão Provisória durante o mesmo ano. Para padronizar as informações, consideramos um único órgão partidário por ano para cada município. Para tanto, contabilizamos o tipo de órgão que tenha permanecido por mais meses – ou dias – ao longo do ano²¹³. Também, é importante ressaltar que cabe aos partidos enviarem à Justiça Eleitoral, pelo SGIP, informações a respeito da constituição e alterações dos órgãos de direção partidários em qualquer âmbito²¹⁴. Contudo, o SGIP se tornou de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral, no ano de 2009, passando a computar o quantitativo de órgãos partidários, a partir de 2008, por isso, há que se considerar algumas inconsistências quanto aos órgãos partidários nesse período. O gráfico a seguir, apresenta a evolução do percentual de municípios nos quais os partidos possuem órgãos partidários entre os anos de 2008 e 2018:

²¹³ Excluímos da conta os órgãos cuja vigência foi de apenas um dia.

²¹⁴ Resolução do TSE nº 23.093/2009.

Gráfico 8 – Percentual de municípios com órgãos partidários (2008-2018)

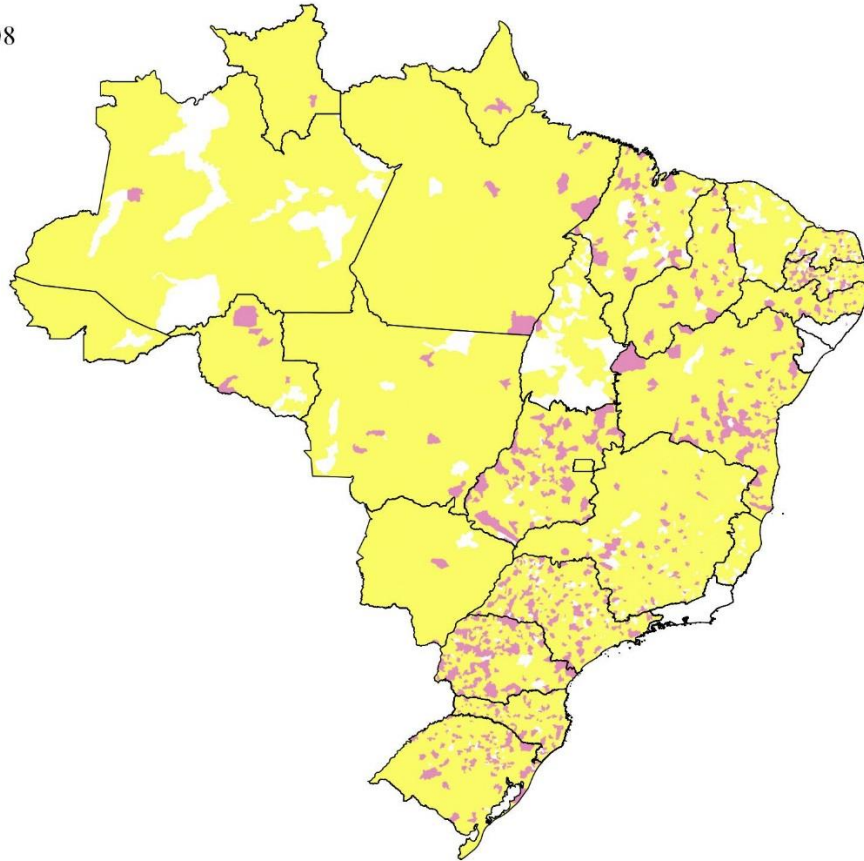
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do SGIP-TSE. Calculados em relação aos 5565 municípios até 2013, a partir de então, em relação a 5569 municípios do país. Excluímos da conta o Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Ambos os partidos apresentam uma elevada capilaridade pelo território nacional, com presença em todos os estados brasileiros. Considerando a média do período analisado, ambos tiveram órgãos partidários em mais de 80% das Unidades da Federação. Mais especificamente, o PT registrou uma média de 91% de municípios que possuem alguma estrutura organizativa, e, em quase todos os anos da série, apresentou uma inserção superior a 88% dos municípios, à única exceção refere-se ao ano de 2018, em que esse percentual foi de 74,5%. No PSDB, a proporção média de municípios nos quais o partido possui estruturas organizativas é de 81% e, apenas em 2010, 2014 e 2018 esteve organizado em menos de 70% das cidades.

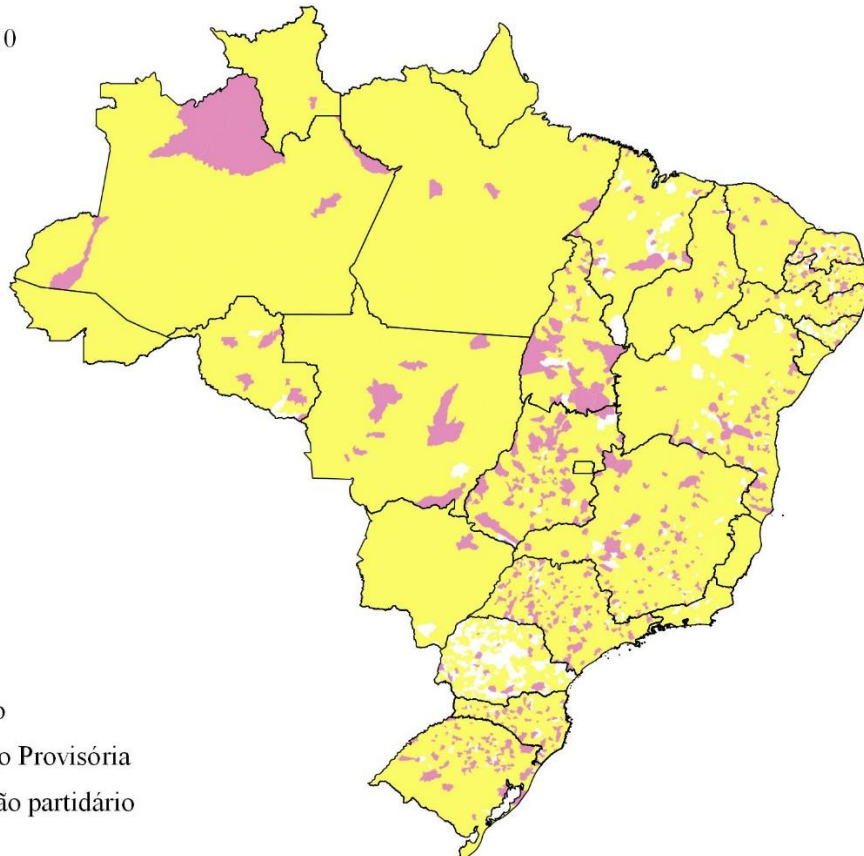
No que diz respeito à estrutura organizacional dos partidos nos municípios, os mapas a seguir mostram a distribuição dos órgãos permanentes e provisórios pelo território nacional.

Mapa 1 – Distribuição geográfica dos órgãos partidários do PT por UF (2008-2018)

a) 2008



b) 2010

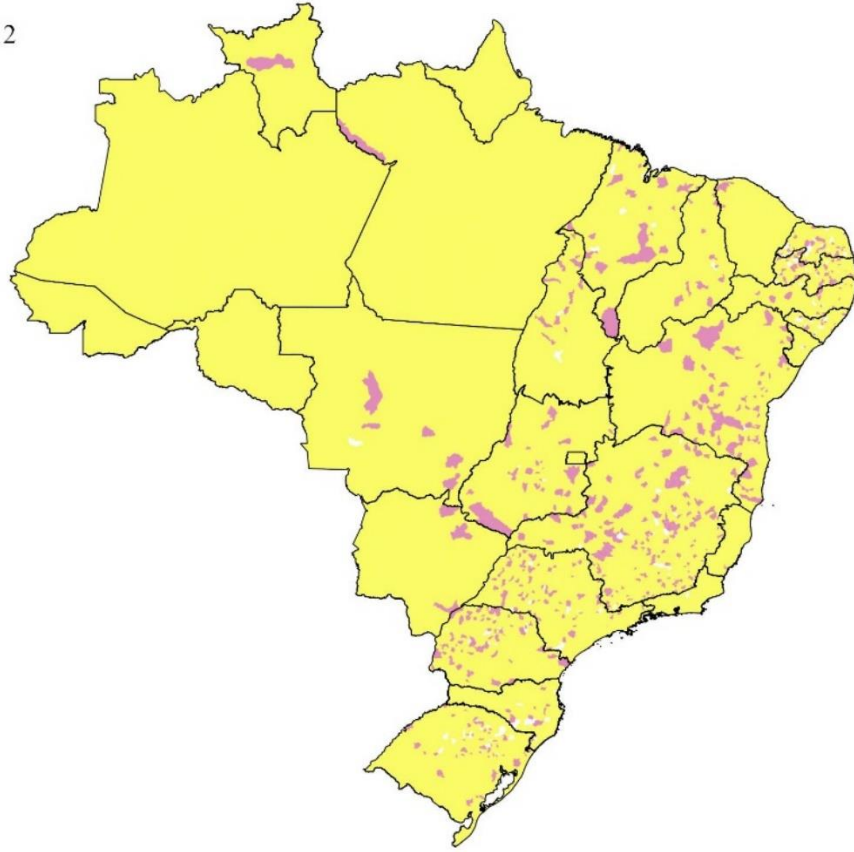


Legenda

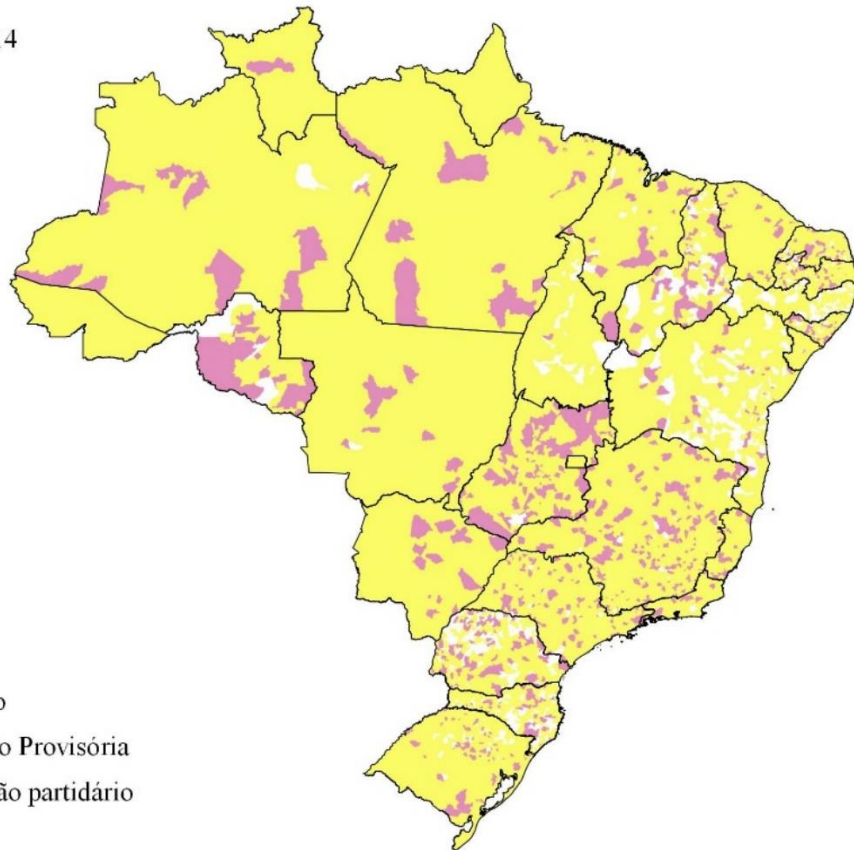
- Diretório
- Comissão Provisória
- Sem órgão partidário

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do SGIP-TSE

c) 2012



d) 2014

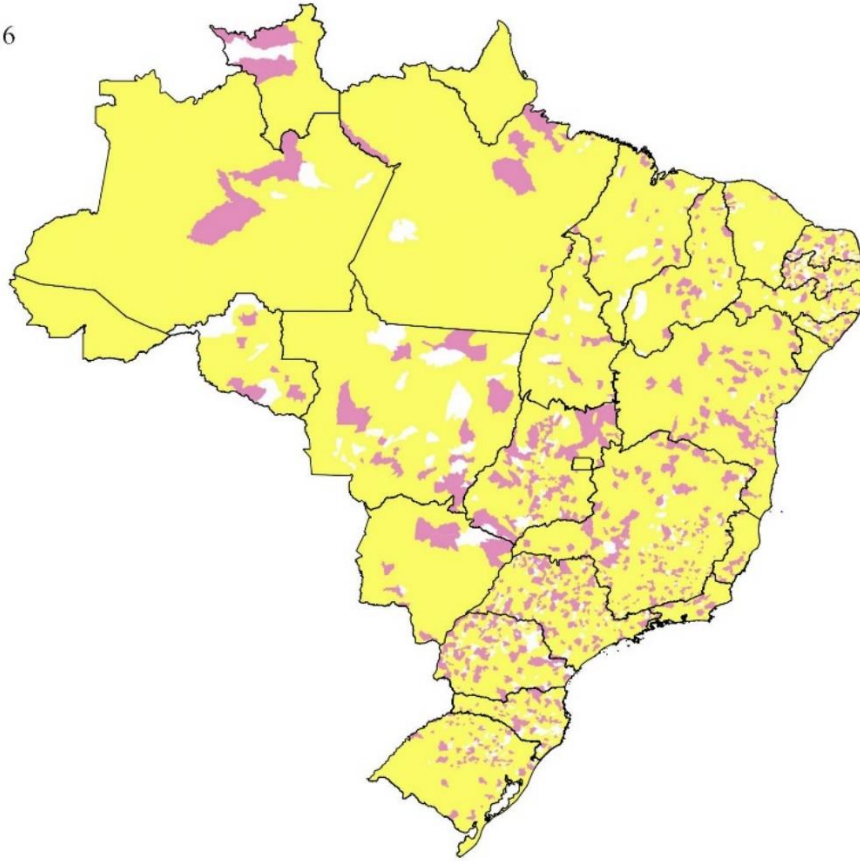


Legenda

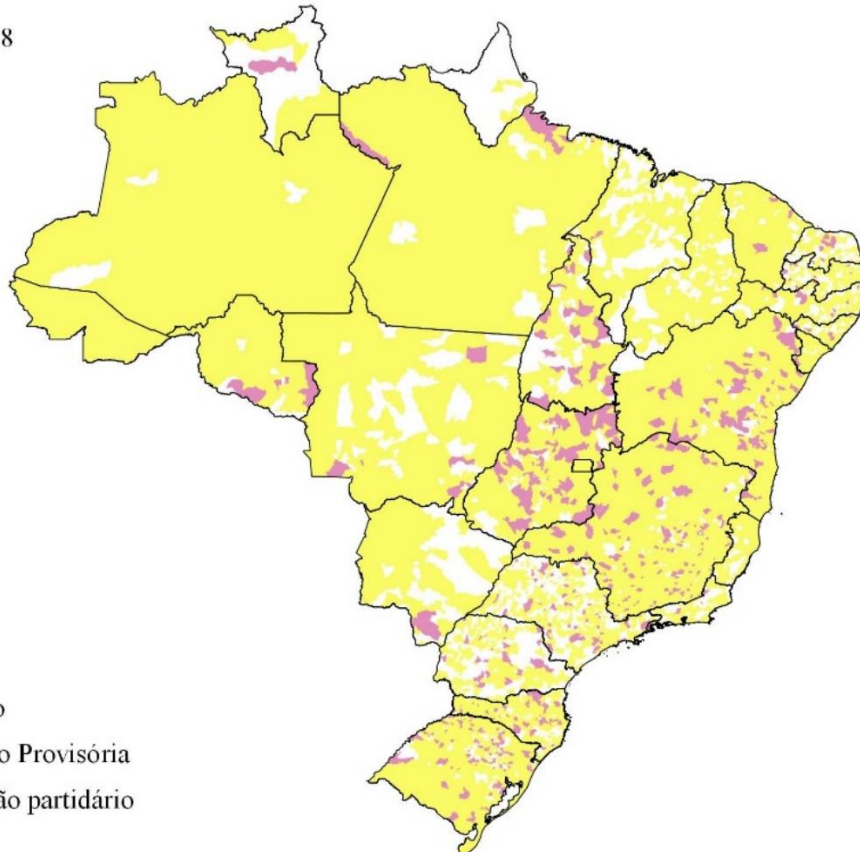
- Diretório
- Comissão Provisória
- Sem órgão partidário

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do SGIP-TSE

e) 2016



f) 2018



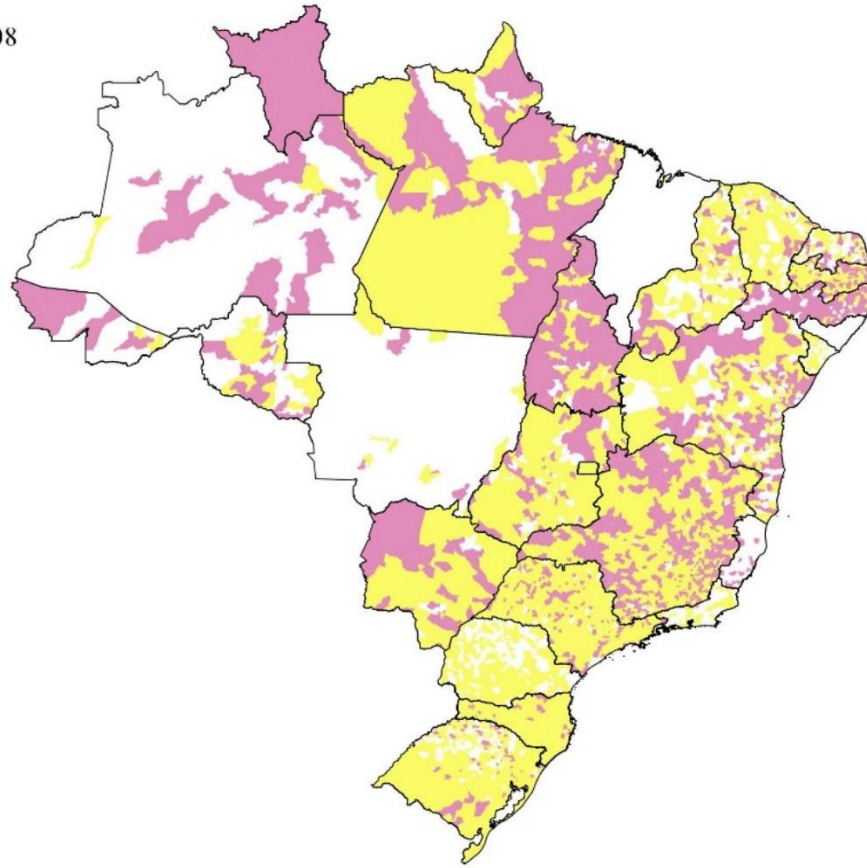
Legenda

- Diretório
- Comissão Provisória
- Sem órgão partidário

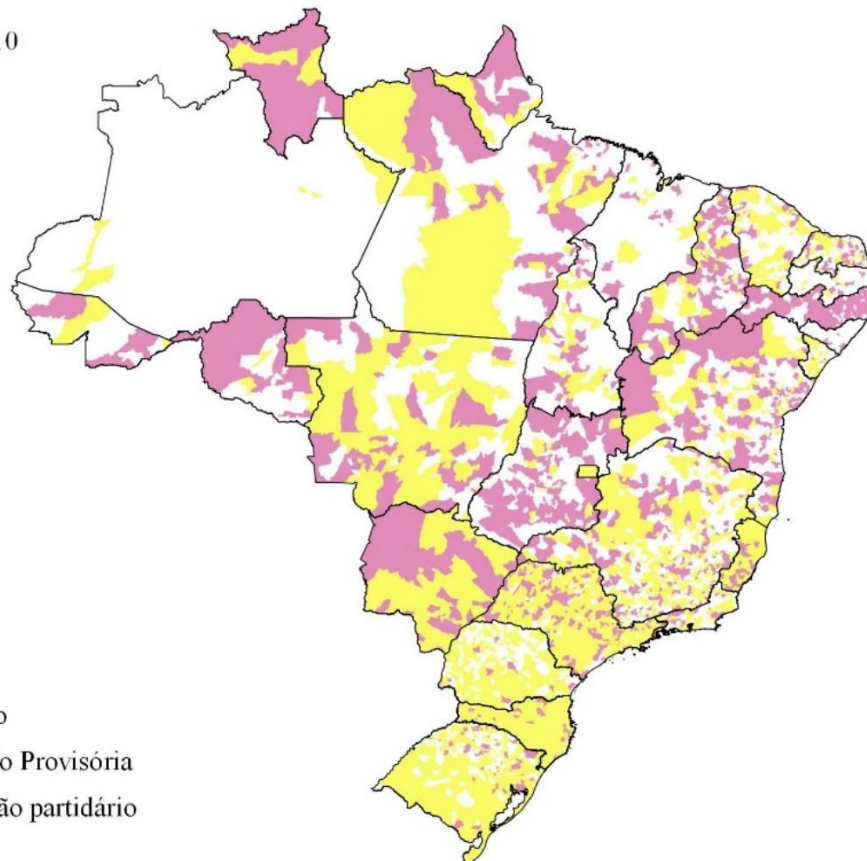
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do SGIP-TSE

Mapa 2 – Distribuição geográfica dos órgãos partidários do PSDB por UF
(2008-2018)




a) 2008



b) 2010

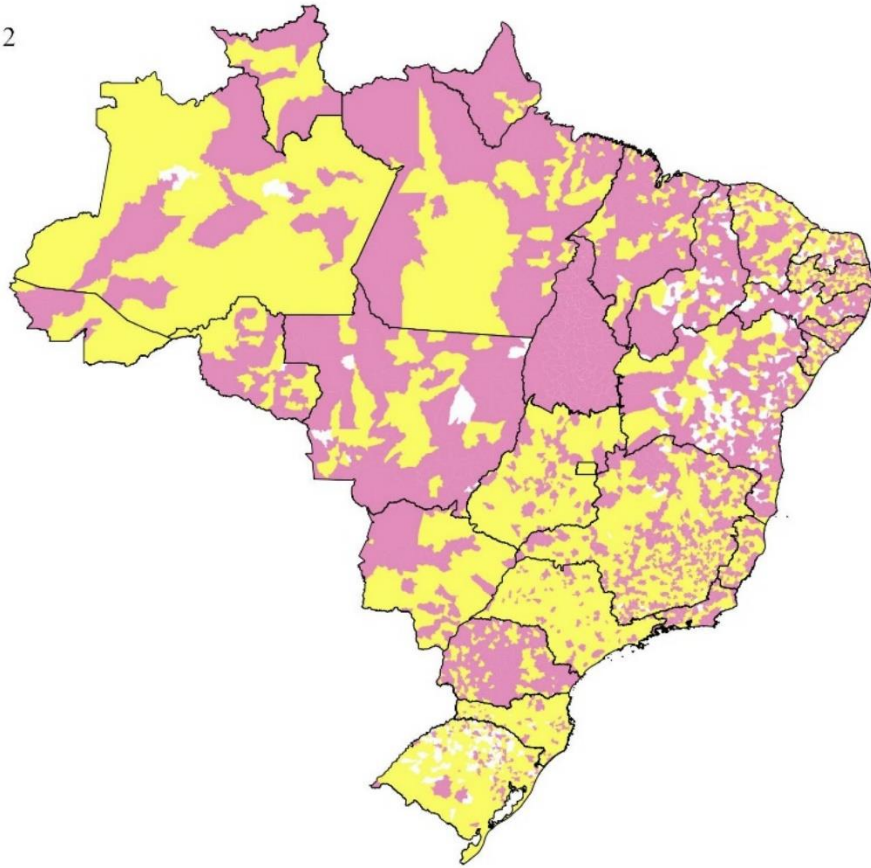


Legenda

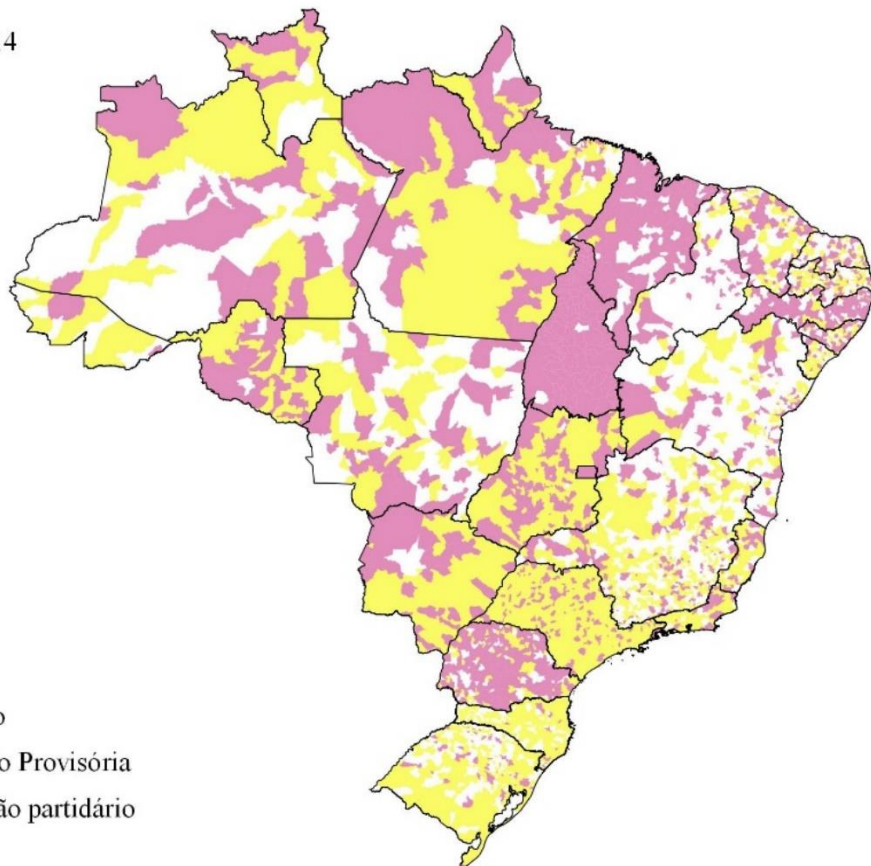
-  Diretório
-  Comissão Provisória
-  Sem órgão partidário

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do SGIP-TSE




c) 2012



d) 2014

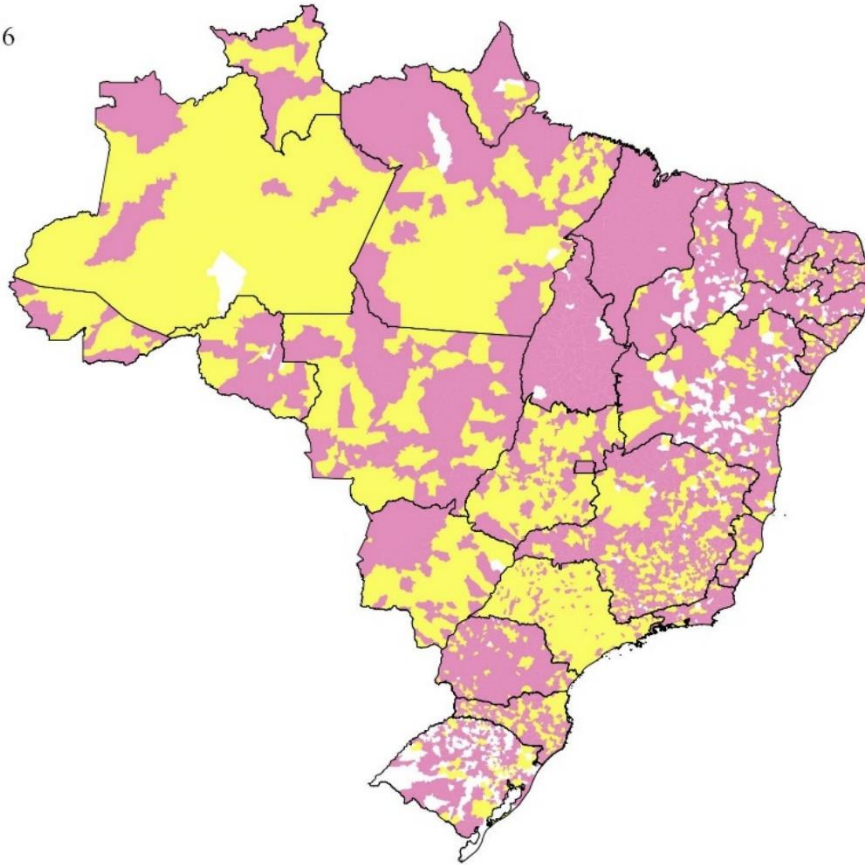


Legenda

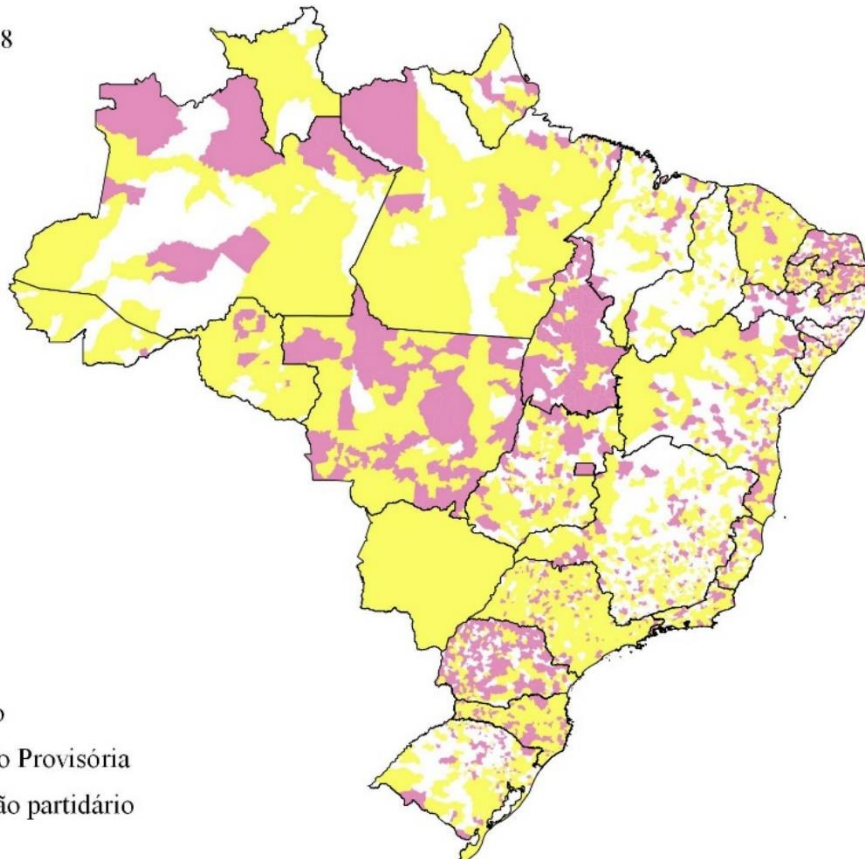
-  Diretório
-  Comissão Provisória
-  Sem órgão partidário

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do SGIP-TSE

c) 2016



d) 2018



Legenda

- Diretório
- Comissão Provisória
- Sem órgão partidário

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do SGIP-TSE

Em ambos os partidos, vemos que os diretórios são o tipo predominante de organização partidária local. Em relação a cada partido, observamos que o PT tem o maior número de diretórios, estando presente com esse tipo de organização em uma média de 73% dos municípios durante o período abordado. Como já fora mencionado, os diretórios denotam autonomia organizativa, sendo assim, cumprem um papel importante para a criação de capilaridades e para viabilizar a gestão descentralizada. Embora o partido adote uma estratégia de privilegiar a criação de diretórios permanentes em relação às comissões provisórias, nos últimos anos, ocorreu um aumento da quantidade de comissões provisórias e, no ano de 2018, o partido apresentou o seu nível mais baixo de estruturação organizacional local.

O PSDB, apesar de também ter a maior parte da sua estrutura composta por diretórios na esfera municipal, conta com uma maior quantidade de comissões provisórias do que o PT. Em média, o partido organizou diretórios em 42% dos municípios brasileiros ao longo dos dez anos (2008-2018) e, em 39%, comissões provisórias. Outra tendência a destacar é que os partidos tendem a aumentar sua capilaridade organizacional nos períodos que antecedem a realização dos pleitos municipais, com a constituição de órgãos municipais para disputar as eleições e a reduzir suas estruturas organizativas locais nos anos de eleições gerais, padrão que já foi detectado em outros trabalhos (PEIXOTO; CAMPOS, 2014; PESSOA JÚNIOR, 2018). Nos mapas seguintes, apresentamos como se dá a distribuição espacial dos órgãos partidários petistas e tucanos no estado de SP ao longo de dez anos (2008-2018):

Mapa 3 – Distribuição geográfica dos órgãos partidários do PT-SP (2008-2018)



Legenda

- Diretório
- Comissão Provisória
- Sem órgão partidário

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do SGIP-TSE

Mapa 4 – Distribuição geográfica dos órgãos partidários do PSDB-SP (2008-2018)



Legenda

- Diretório
- Comissão Provisória
- Sem órgão partidário

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do SGIP-TSE

Vemos que ambos os partidos se organizam de forma bastante efetiva no estado, com uma proporção de órgãos partidários municipais superior à média nacional. O PSDB se destaca como o partido com a maior média de órgãos municipais, cobrindo em média 97,9% dos municípios paulistas. Nesse quesito, o partido tem sido bem sucedido em criar uma organização *cross-local* pelo estado, estando presente em mais de 91% dos municípios em todos os anos da série analisada, o que, em parte, explica seu êxito nas disputas eleitorais no estado. Já, o PT manteve uma média de órgãos partidários em 91% dos municípios e, na maior parte do período, com uma estruturação partidária acima da média do estado, contudo, nos anos recentes, experimentou um acentuado declive de sua estrutura organizativa local no estado.

Pelos mapas também se observa que, apesar de ambos os partidos contarem com uma estrutura organizativa local sedimentada principalmente por diretórios, houve uma tendência de crescimento do número de comissões provisórias municipais nos dois partidos. As implicações de uma estrutura partidária organizada por meio de comissões provisórias são um sintoma de fragilidade organizacional das agremiações, já que esses órgãos estão sujeitos a intervenções das instâncias superiores uma vez que

[...] são os dirigentes partidários que escolhem os membros das comissões provisórias, são eles também que escolhem os delegados às convenções. Quando as comissões provisórias formam parte significativa dos órgãos partidários esses dirigentes possuem grande controle sobre as convenções, pois controlam parte significativa dos votos (GUARNIERI, 2011, p.242).

Dessa forma, as comissões provisórias dão aos dirigentes partidários o controle e a centralização sobre os ramos locais da agremiação, dado que são propensas à intervenção pelos diretórios hierarquicamente superiores, que podem dissolvê-las ao seu bel-prazer. No mesmo artigo supracitado, Guarnieri (2011) classifica os partidos em organizados/mistos/pouco organizados e centralizado/descentralizado, mensurados de acordo com a quantidade de comissões provisórias que eles possuem. A partir desse critério, classifica o PT como um partido organizado e descentralizado, que denomina como *poliárquico* por ser majoritariamente organizado em diretórios, enquanto o PSDB como um partido *oligárquico* de organização mista, composto por número razoável de comissões provisórias. De acordo com os nossos dados, os órgãos permanentes são predominantes na composição local do PT e PSDB, o que lhes confere certa descentralização decisória, proporcionando maior autonomia e poder de decisão às instâncias municipais.

4.4. Conclusões Parciais

Neste capítulo, buscamos discutir as principais características organizativas e programáticas dos partidos articulando-as ao exame da democracia interna. Inicialmente, constatamos que ambos os partidos tiveram índices intermediários de democracia/inclusividade nos processos decisórios intrapartidários, com o PT sendo o único partido a apresentar características plebiscitárias. Em seguida, foi abordada a distribuição formal do poder decisório interno por meio de três procedimentos: conteúdo programático-ideológico das organizações; os processos de seleção/escolha de candidatos e dirigentes e a estrutura partidária. Em todos esses processos, exploramos os mecanismos que os partidos têm empregado para integrarem as suas bases na tomada de decisão da organização.

Com relação aos princípios organizativos, a democracia interna se encontra legitimada nas formulações programáticas de ambos os partidos, embora, na prática, nem sempre funcionam seguindo esses princípios. Os traços originários do PT influenciaram, sobremaneira, os procedimentos participativos que, com os núcleos de base, era permeável à participação de alta intensidade dos militantes nas decisões organizativas. O declínio dos núcleos de base contribuiu para o arrefecimento do caráter deliberativo da democracia petista, e a implementação do PED acabou por favorecer o desenvolvimento de um modelo de democracia plebiscitário/procedimental. Ademais, a institucionalização de tendências internas incrementou os níveis de pluralismo existentes dentro da organização, conferindo maior autenticidade democrática ao partido.

Já, o PSDB professa programaticamente a democracia interna como um “telos” norteador da sua organização, mas não conseguiu de fato implementá-la devido a sua falta de lastro com setores sociais e à ampla margem de autonomia concedida para ação de seus líderes, possível, graças a sua estrutura descentralizada com características estratárquicas. Consequentemente, tal dinâmica organizacional favoreceu o desenvolvimento de um modelo de democracia interna assembleísta com um baixo grau de inclusividade, em que as decisões são concentradas principalmente nos líderes.

Quanto às regras internas para a seleção de lideranças e candidatos, o PT apresenta maiores níveis de democracia interna, assegurando a participação dos filiados nos processos decisórios internos, que votam no PED para a escolha das direções e dos delegados que participam dos Encontros para a homologação dos candidatos, enquanto o

PSDB apresenta um grau de democracia interna menor, limitando a participação dos filiados às instâncias inferiores. Ademais, isso também é visto em relação à formação das direções. Embora ambos os partidos estipulem cotas para grupos minoritários, o PT reserva uma cota maior de vagas para mulheres, além de assegurar a presença de jovens e grupos étnicos na composição das suas direções.

Por fim, abordamos o arcabouço organizacional e a organização territorial nos municípios em termos de órgãos permanentes e provisórios. No que se refere ao arcabouço organizacional, o PT se mostra mais complexo tanto em termos de instâncias deliberativas (congressos e encontros) quanto em termos de órgãos de integração com a sociedade. Com a modificação do estatuto partidário em 2001, os Encontros foram substituídos por um processo de eleições diretas que, se por um lado, serviu como um estímulo à participação dos filiados com vistas a aprofundar a democracia interna, por outro, enfraqueceu o debate interno ao mesmo tempo em que fortaleceu a cúpula partidária. Já o PSDB, apesar de nos últimos anos agregar à sua estrutura partidária redes temáticas e secretariados específicos com a finalidade de promover maior articulação junto aos diferentes segmentos da sociedade civil, se notabilizou por movimentos no sentido de centralização do poder, como a criação do Conselho Político, composto por membros “notáveis” da sigla não eleitos, e pelo fortalecimento da Executiva Nacional – órgão mais enxuto – em detrimento do Diretório Nacional.

Com relação à estruturação partidária pelo território nacional, vimos que os diretórios correspondem a mais de 85% dos órgãos municipais dos partidos, segundo a média do período, demonstrando, assim, condições efetivas de criar organizações com capilaridade ao longo do tempo. Isto também é uma demonstração de que ambos foram capazes de viabilizar uma gestão descentralizada em consonância com a democracia intrapartidária. O quadro 6 sumariza as características organizativas diretamente relacionadas à distribuição e ao exercício do poder decisório interno:

Quadro 6 – Sumarização das características da democracia interna no PT e PSDB

Dimensão	PT	PSDB
	- Institucionaliza a organização de tendências ideológicas dentro do partido, legitimando a competição intrapartidária.	- Democracia de cunho formal, o partido foi incapaz de promover canais institucionais de participação interna.

<p>4.1 A democracia intrapartidária nos documentos</p>	<p>- Preserva traços do socialismo democrático</p>	<p>- Embora pautadas por uma visão liberal, as decisões internas são tomadas pelas lideranças mais em função do prestígio regional do que da ideologia.</p>
<p>4.2 Tomada de decisão sobre a seleção de lideranças e candidatos segundo os estatutos</p>	<p>- Impõe maiores exigências para as candidaturas como a obrigatoriedade de contribuição financeira, o registro em cartório do “Compromisso Partidário do Candidato Petista” e a aprovação por uma parcela de dirigentes, órgãos ou filiados (Estatuto do PT, 2017, Arts. 140; 142).</p> <p>- Os Encontros (as convenções petistas) são as instâncias responsáveis pela escolha dos candidatos, sendo formados por delegados eleitos no PED ou nos encontros.</p> <p>- Os dirigentes são eleitos pelo voto direto dos filiados no PED (Estatuto do PT, 2017, Art. 36).</p>	<p>- Segue apenas as exigências previstas em lei para as candidaturas.</p> <p>- Compete à convenção, escolher os candidatos às eleições proporcionais e majoritárias, ou convocar prévias quando houver mais de um postulante a cargos majoritários (Estatuto do PSDB, 2017, Art. 77).</p> <p>- Constituem a convenção Estadual: os membros do diretório Estadual; do Diretório Nacional com domicílio eleitoral no Estado; deputados estaduais, federais, senadores do Estado e os delegados do nível imediatamente inferior (Estatuto do PSDB, 2017, Art. 78). Parlamentares federais possuem assento reservado nas Convenções de todos os níveis hierárquicos.</p> <p>- Os dirigentes são eleitos pelas respectivas convenções, com as convenções municipais possuindo um nível maior de inclusão, sendo as únicas instâncias abertas à</p>

		participação de todos os filiados com domicílio eleitoral no local (Estatuto do PSDB, 2017, Arts. 58, 62, 77, 82, 95, 97, 100).
4.3 Principais características organizativas	<ul style="list-style-type: none"> - Principal novidade institucional, os Núcleos de Base foram relegados a segundo plano, redundando em uma redução da intensidade na participação partidária. - Prevê a instalação de ouvidorias, estruturas que, teoricamente, funcionam como canais de responsividade, fomentando a inclusividade. - Alta descentralização decisória: mantém suas subunidades locais organizadas majoritariamente por diretórios municipais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Centralização do poder nos órgãos de cúpula, vide a criação de um Conselho Político Nacional - Formalmente, prevê a instituição de Redes Temáticas, Secretariados e Núcleos de Base, voltados à articulação com a sociedade. - Média descentralização decisória: mantém uma quantidade razoável de subunidades locais na condição de diretórios.

Fonte: elaboração própria a partir dos documentos e dos órgãos formais dos partidos.

Visto sobre o funcionamento da democracia interna em termos formais e organizacionais, no próximo capítulo, voltar-nos-emos para a investigação empírica da democracia interna, a partir do exame dos processos de seleção dos candidatos a deputado federal, levados a cabo pelo PT e PSDB para a eleição de 2018. Indo além do que estipulam os estatutos partidários, concentrar-nos-emos sobre o que acontece no interior das organizações.

Capítulo 5 – O Processo e o Resultado da Elaboração das Listas Partidárias

“Como ocorre com os icebergs, só uma pequena parte da política é visível acima da linha d’água.”

Sartori
(1982, p. 129).

A seleção de candidatos para cargos eletivos é uma das principais funções dos partidos, não obstante, também, é notadamente um dos processos que se dá no âmbito da política invisível, realizada por meio de negociações e acordos intra-elites, cujo funcionamento permanece sendo um “jardim secreto” dos partidos políticos (GALLAGHER; MARSH, 1988). Neste capítulo buscamos acessar esse “jardim secreto”, debruçando-nos sobre a seleção dos candidatos petistas e tucanos a deputado federal pelo estado de São Paulo em 2018. Para tanto, o presente capítulo tem três objetivos: analisar o (1) *processo* e o (2) *resultado* da seleção de candidatos a cargos eletivos e como se deu a (3) *distribuição dos recursos financeiros* entre eles. Na primeira parte, focamos sobre o processo de formação das listas com base na percepção dos diversos atores envolvidos, principalmente dos selecionadores. Na segunda, a análise é voltada para o resultado do processo seletivo, isto é, o perfil dos candidatos a deputado federal, que compõem as listas partidárias do PT e PSDB, em São Paulo, nas eleições de 2018. Na terceira, iremos discriminar o acesso dos candidatos ao financiamento eleitoral fornecido pelos partidos cotejando com os resultados eleitorais.

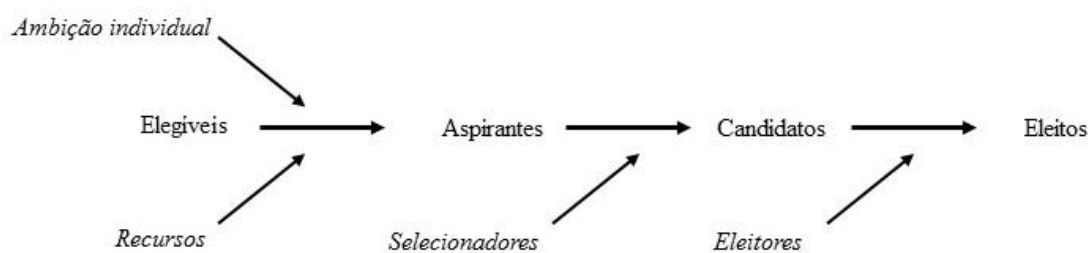
5.1. As regras informais: por trás do “jardim secreto” da seleção dos candidatos

Nesta primeira seção, identificamos os principais critérios considerados pelos selecionadores para a escolha dos candidatos, na perspectiva dos candidatos e dirigentes partidários. Para além do que dizem a legislação eleitoral e os estatutos partidários, o objetivo central é explorar como as legendas procedem informalmente na seleção de seus candidatos à Câmara dos Deputados no Estado de São Paulo. Para isso, foram realizadas entrevistas com lideranças partidárias e alguns dos candidatos a deputado federal no estado de São Paulo que concorreram pelo PT e PSDB ao pleito de 2018 (anexos C e

D)²¹⁵. Buscamos, assim, verificar até que ponto os partidos têm controle sobre a definição das candidaturas. A seleção dos candidatos ocorre em várias etapas, que, na verdade, funcionam como filtros colocados à entrada dos aspirantes na carreira política, através dos quais ocorre a triagem dos candidatos que vão disputar as eleições e, em última instância, daqueles eleitos. Matland (2005), em seu estudo sobre a influência do sistema eleitoral sobre a representação feminina nos parlamentos, identifica - pelo menos - três diferentes etapas no recrutamento dos indivíduos que pretendem ingressar na carreira política.

A primeira corresponde a uma decisão própria do aspirante de se candidatar. Nessa etapa, o aspirante se autoseleciona por assim dizer. A intenção de se tornar pré-candidato pode estar relacionada a razões pessoais como ambição pessoal ou a obtenção de recursos, ou até pode partir de convite dos partidos, mas, no final, é, prioritariamente, uma decisão individual. A segunda é ser selecionado pelo partido. Aqui os partidos são os responsáveis pelo acesso às listas partidárias, determinando quais os aspirantes são credenciados a disputar as eleições. Na etapa final, são os eleitores que decidem quais candidatos obterão postos eletivos no parlamento²¹⁶. Em nossa pesquisa, centramos a análise na segunda etapa, ou seja, o momento anterior ao do processo eleitoral, no qual ocorre a montagem das listas de candidatos. Mais especificamente, visamos identificar quem funciona como *selectorate*, como ele opera e se existe um perfil de candidato analisando a composição das listas dos partidos.

Figura 7 - Estágios do processo de seleção de candidatos



Fonte: Matland (2005, p.94). Tradução do autor.

²¹⁵ A estratégia utilizada para atingir os informantes foi o contato direto (através de mídias sociais, e-mail e telefone) com os entrevistados. Enviamos uma carta de apresentação explicando os objetivos do estudo e a maioria das entrevistas foram realizadas via internet.

²¹⁶ De acordo com Norris (2013, p.12): “Cada um desses estágios pode ser visto como um jogo progressivo de ‘dança das cadeiras’: muitos são elegíveis, poucos são indicados e ainda menos são eleitos.”

Desta maneira, o processo de formação dos quadros competidores é composto por diversas etapas – ou portões – cujos aspirantes devem ultrapassar para progredir na carreira política. No controle desses portões, estão os “porteiros” (*gatekeepers*), responsáveis pela seleção responsáveis – a demanda - dos candidatos - a oferta²¹⁷ - às eleições (NORRIS, 1997). Logo, nos interessa aqui identificar quais os predicados pessoais estão mais afinados com a demanda dos selecionadores/porteiros.

5.1.1. O caso do PT-SP

No PT-SP, a preparação das listas de candidatos tem início meses antes da convenção e começa com a indicação de nomes e a pré-inscrição dos/as filiados/as interessados em se candidatarem às eleições para a Câmara dos Deputados. Segundo a vice-presidenta do PT-SP, a busca por candidatos no estado começa nas instâncias municipais do partido, de modo que, antes do aval do diretório estadual, é fundamental o apoio do diretório municipal pelo qual o pretense candidato milita:

[...] o debate começa nos diretórios municipais que é onde o filiado de fato milita, então, por exemplo, eu vou sair candidata a algum cargo, deputada federal, deputada estadual, enfim, se eu vou sair candidata, eu vou discutir no diretório municipal onde eu tenho o meu trabalho. Discutido isso, passa-se para a instância do diretório estadual para ver se o diretório estadual tem aí algum ok. Normalmente, eu desconheço situações em que o diretório não tenha aprovado. Uma vez discutido na instância municipal, não tem problema com o diretório estadual, via de regra, não tem, e aí o diretório estadual é que providencia toda a documentação para que a gente possa ter uma chapa que, de fato, represente o partido. Então, o debate começa no diretório municipal e se concretiza na esfera estadual (Dirigente A, entrevista realizada em 11/03/2021).

Nesse primeiro momento, são disponibilizadas fichas para pré-candidatura nos diretórios - municipal e estadual - e todos os filiados e filiações podem se inscrever, contanto que estejam em dia com a contribuição financeira do partido e contem com a aprovação da direção partidária ou com o apoio de uma parcela dos membros. Segundo o estatuto do partido, no caso dos postulantes a deputado federal, para a Comissão

²¹⁷ A oferta repercute sobre as principais características dos escolhidos dentro do *pool* de candidatos potenciais. Nos termos de Norris (1997), a oferta rege-se pelo capital político e motivações dos candidatos. Enquanto o capital político está associado ao *background* social dos indivíduos, ou seja, arrola características como gênero, idade, escolaridade, ocupação profissional etc - indispensáveis para documentar o perfil e a permeabilidade social dos candidatos e eleitos - a parte das motivações emana de aspectos de ordem psicológica dos candidatos – que decidem arcar com os “custos” envolvidos numa campanha.

Executiva examinar o pedido de indicação à pré-candidatura, são necessários a assinatura ou voto favorável de 1/3 dos membros do diretório estadual; ou 5% das Comissões Executivas municipais; ou 1% dos filiados no Estado; ou designação de Encontro Setorial Estadual ou Nacional²¹⁸.

Apesar de praticamente todos os entrevistados responderem que o estatuto é respeitado para referendar as pré-candidaturas, contudo, nenhum deles mencionou esses requisitos como sendo decisivos para a escolha dos candidatos. Ao invés disso, outros aspectos foram identificados nas entrevistas como participação em eleições anteriores, candidatos à reeleição, trajetória dentro do partido, apoio a campanha majoritária (do Lula, em princípio), apoio/indicação de um grupo político, inserção em segmentos sociais etc. Dentro do *pool* de aspirantes, estes seriam alguns dos critérios “informais”, demandados pelos selecionadores do PT para montarem suas listas. Isso é possível verificar pelo depoimento do presidente do Diretório Estadual do PT de São Paulo:

A partir da chapa que você tem que preencher, você parte evidentemente dos atuais parlamentares, que têm assegurado até pela legislação o direito de pleitear a recondução, você tem territorialmente eventualmente lideranças que venham a preencher essa lista, tem uns que já disputaram eleições passadas, [...] tem as forças políticas internas que, às vezes falam: olha, eu gostaria de eleger um militante aqui da nossa força, enfim, não tem restrição de candidatura na medida em que você tem uma quantidade de vagas bastante razoável (Dirigente B, entrevista realizada em 10/06/2020).

Sendo assim, inúmeras variáveis podem ser elencadas para que um determinado filiado venha a se tornar candidato pelo partido. Embora não exista uma regra expressa que assegure a candidatura nata à reeleição²¹⁹, aqueles que já detêm um mandato eletivo acabam tendo uma vaga garantida na lista de candidatos, até porque já contam com um estrutura prévia e acumulam grande *expertise* acerca dos trâmites partidários/eleitorais, o que, naturalmente, lhes confere projeção política. Isso fica patente na reposta de um candidato a deputado federal em 2018, quando perguntado se os candidatos que buscam a reeleição, têm alguma vantagem sobre os demais:

Sim, têm porque eles [candidatos à reeleição] já têm prioridade, já têm o nome conhecido, já têm uma estrutura de campanha montada, já têm vínculos com lideranças do próprio partido porque atendem demandas, ajudam as regiões, trabalham, quer dizer, é lógico, têm uma vantagem muito grande e têm uma

²¹⁸ Estatuto do PT, 2017, Art.142.

²¹⁹ Pelo contrário, o estatuto petista, em seu Art.73, reza: “II- não invocar a condição de parlamentar para pleitear candidatura nata à reeleição” (Estatuto do PT, 2017).

vantagem porque o fundo partidário não foi distribuído de forma igualitária (Candidato A, entrevista realizada em 13/11/2019).

No entanto, também pode acontecer de um candidato que busque a reeleição ter que passar por uma votação, embora não seja uma prática comum, conforme se depreende da resposta da secretária de organização do PT-SP:

Para a eleição de 2014, teve um candidato [à reeleição] para deputado federal que quase não conseguiu legenda por um critério político, não era nem por falta de espaço na chapa. Ele votou contra a reforma política que o grupo dele defendia e aí, na convenção do partido, alguns filiados se mobilizaram e colocaram em votação para não dar legenda para ele, ele teve legenda, mas passou por muito pouco, acabaram nem contando direito os votos. Pode ter isso, é raro, mas acontece nas melhores famílias (Dirigente C, entrevista realizada em 29/05/2020).

O depoimento da secretária de organização aponta outra singularidade dentro do processo de seleção petista, a importância das correntes internas na indicação das candidaturas. Como exposto no capítulo anterior, é histórica a presença das tendências internas na organização do partido e são estas que muitas vezes indicam os nomes que vão disputar as eleições proporcionais.

Nesse quesito, as tendências se colocam no tamanho que cada uma delas representa, por exemplo, uma tendência que seja majoritária, ela tem, via de regra, não é regra, ela tem possibilidade de ter mais candidatos porque ela é maior, porque ela tem mais pessoas que estão junto com ela, ao passo que, aquelas que são pequenas elas normalmente, têm, na proporcionalidade do seu tamanho, a quantidade de candidatos, é proporcional (Dirigente A, entrevista realizada em 11/03/2021).

No entanto, não é vetada a apresentação de candidaturas “independentes”, sem vinculação com as correntes internas do partido. Tão ou mais importante que a indicação de candidaturas pelas tendências internas é ter o apoio de um grupo político. Conforme explicado pelos entrevistados, no nível local/municipal, as tendências são formadas por vários grupos políticos que, frequentemente, têm um peso fundamental na indicação dos candidatos. Como explanou uma candidata à deputada federal no último pleito:

[...] igual aconteceu no meu caso, geralmente você tem um grupo que acha importante ter uma candidatura e aí esse grupo indica a pessoa. O meu grupo entendia que era necessário ter alguém que fosse da cidade, que conhecesse a cidade e a região para poder ter essa relação mais próxima das pessoas do que simplesmente apoiar alguém de fora. A questão do meu nome foi justamente por aquilo que eu falei [...] identificaram um perfil que teria uma viabilidade eleitoral, e por eu ter um histórico já dentro do partido, que eu teria um acúmulo

político necessário e o meu grupo também tem uma característica, que ele gosta muito dessa questão da juventude, é o grupo que tem mais jovens aqui na cidade, a gente sempre foi muito próximo, então, isso fortaleceu o meu nome, por isso que eu fui a candidata escolhida por eles, por ser jovem, por estar no meu grupo há um certo tempo já, por ter um histórico de militância de participação e tudo mais e isso foi construído (Candidata B, entrevista realizada em 01/04/2020).

Além das indicações realizadas pelas correntes internas, outras duas estratégias “informais”, utilizadas para formar a chapa de candidatos a deputado federal, foram a base territorial e a representação de segmentos sociais. Com relação à distribuição geográfica dos candidatos, a preocupação maior se dá em cobrir todas as regiões do Estado, conforme explicou o presidente do Diretório estadual do PT em São Paulo:

Nas regiões, se busca não ter ausência de candidaturas, um vazio ao não ter uma candidatura pode deixar de ter voto, porque se você não tem ninguém ali, naquele espaço geográfico, apesar das campanhas serem estaduais, pode chegar o momento de passar a ter o voto regional, então você não pode marcar bobeira em relação a isso, então o partido tem que buscar cobrir todos os territórios, porque você não pode simplesmente ficar apostando em uma liderança no estado, e mais, a localidade gosta de se ver, então ter alguém ali daquele território é importante (Dirigente B, entrevista realizada em 10/06/2020).

Com relação à representação de candidatos oriundos de segmentos sociais, isso reflete uma bandeira histórica do partido que, organizado em torno movimento sindical, busca preencher sua lista com militantes que possuem alguma vinculação com as demandas identitárias, seja através de candidatos com projeção em movimentos sociais (juventude, negros etc.) ou oriundos de organizações e categorias profissionais. Garantir que candidatos associados a esses grupos sejam contemplados na lista, é uma preocupação do partido conforme percebemos no depoimento da vice-presidenta do PT-SP e Deputada Estadual:

Segmentos sociais sim. Existe uma busca para que a gente tenha uma representatividade da comunidade negra, da comunidade LGBT, do pessoal do movimento da moradia, do pessoal do movimento Sem Terra, do pessoal que milita a questão das pessoas com deficiência e também a questão racial. No PT, nós temos cotas para as mulheres, são 30%, e assim vai, nós procuramos, também, incentivar jovens a participarem do processo eleitoral (Dirigente A, entrevista realizada em 11/03/2021).

Outra preocupação levada em consideração pelo partido, ao elaborar sua lista, está ligada à obrigatoriedade de garantir o percentual mínimo de candidaturas de gênero exigido pela legislação. Para tanto, é dada uma atenção especial às candidaturas

femininas, segundo uma liderança do partido, “a secretaria da mulher trabalha numa política permanente de capacitação, de qualificação e mobilização do aumento da participação real feminina” (Dirigente B, entrevista realizada em 10/06/2020). Por meio da secretaria estadual de mulheres, as pretensas candidatas contam com um acompanhamento desde suas pré-candidaturas, tendo suas estratégias traçadas conforme o perfil para que as mesmas possam desenvolver melhores condições de competição. Os relatos das experiências de (pré-)campanha de duas candidatas à deputada federal pelo PT, em 2018, indicam a relevância do trabalho de acompanhamento e a orientação realizada pela secretaria:

No caso das candidatas mulheres, a gente ainda conta com o apoio da Secretaria Estadual de Mulheres que ajuda a organizar essas candidatas, que ajuda a mapear o perfil de cada uma dessas candidatas, quantas jovens, quantas indígenas, quantas negras, quantas lésbicas, quantas bis, então, tem um mapa melhor para tentar entender o perfil de cada uma, a Secretaria Estadual de Mulheres contribuiu com o nosso planejamento estratégico, visitou cada uma dessas candidatas, perguntou, e aí, tem grupo, quem vai cuidar das finanças da campanha, quem vai cuidar da comunicação, ajudou a gente a se organizar, a gente teve esse apoio extra que é da instância da Secretaria Estadual de Mulheres aqui no estado de São Paulo (Candidata C, entrevista realizada em 28/01/2020).

Todo esse processo das candidaturas femininas é acompanhado pela secretária estadual [...], ela vai verificando se você está cumprindo todas as etapas, os requisitos que são exigidos pela justiça eleitoral, vai acompanhando até o dia em que você deixa de ser pré-candidata e se torna candidata e, mesmo depois, para frente, tem esse acompanhamento, mas é um pouco mais distante. [...] na pré-campanha também foi oferecido um planejamento da pré-candidatura, elas visitaram todas as candidatas, eu fui visitada e elas fizeram um planejamento mostrando sua campanha, tem um perfil assim e assado, e isso tudo é um processo para que haja um fortalecimento das candidaturas femininas (Candidata B, entrevista realizada em 01/04/2020).

Ainda visando a fortalecer as candidaturas femininas, desde 2018, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT, com o auxílio das secretarias estaduais do partido, lançou o projeto intitulado, “Elas por Elas”, voltado para impulsionar e dar maior visibilidade às candidaturas femininas. A iniciativa buscou oferecer formação e suporte às pré-candidatas para que elas pudessem fortalecer suas campanhas e disputar eleições em condições mais paritárias, conforme explicou a Secretária Estadual de Mulheres do PT-SP em entrevista para esta pesquisa:

Aqui no Estado [SP], a gente estava já discutindo as candidaturas femininas, o processo que a gente faria com as candidaturas e já tinha um projeto pensado junto com o coletivo. A gente fez um planejamento do coletivo e tirou essa prioridade que era construir um processo de formação, planejamento e o acompanhamento das candidaturas. Só que esse projeto não tinha um nome,

porque a gente estava montando ele e, quando a gente estava com ele mais ou menos pronto, só faltava apresentar para o diretório, a secretaria nacional lançou o Elas por Elas que era muito parecido com o que a gente estava fazendo aqui, então a gente acabou integrando o nosso projeto dentro do Elas por Elas. A secretaria nacional de mulheres separou uma parte do fundo partidário para viabilizar esse projeto, que foi mudando de forma porque existem diversas regras para a utilização do fundo partidário que foram limitando as possibilidades do Elas por Elas, mas, objetivamente, ele trabalhava com isso, planejamento, orientação jurídica, orientação de comunicação, a parte da formação política das mulheres no período anterior ao processo eleitoral e foi isso que a gente fez. A gente rodou o estado de SP com esse projeto, o Elas por Elas São Paulo, fazendo os planejamentos de campanha das candidatas com um time de voluntárias que rodava junto com a gente e aí nesse “rodando” aqui no estado, porque em São Paulo foi diferente dos outros estados, nos outros estados o planejamento era como se fosse uma grande plenária que dava dicas gerais de como planejar sua campanha. Em São Paulo, nós fizemos diferente, em São Paulo a gente ia com um grupo de três, quatro pessoas na cidade da candidata e fazia o planejamento dela. A gente reunia ali com o grupo mais próximo, às vezes, só com as candidatas, tinham umas candidaturas mais frágeis, às vezes com um grupo maior de pessoas, a gente ia, tinha uma metodologia pensada para o planejamento, a gente tentava identificar e mapear o perfil das candidatas, quais eram os movimentos de apoio que elas tinham, qual a relação que elas tinham com o PT e tentava apontar para elas essas questões, olha, você precisa ter mais interação com a direção partidária, vamos pensar juntas quem são as lideranças partidárias que você possa interagir, na sociedade, quem são seus grupos de apoio, como você está estruturando sua campanha, tem uma equipe de comunicação, uma equipe de mobilização, quem vai ser o financeiro, o coordenador da campanha, a gente fazia esse planejamento numa manhã ou numa tarde não era um planejamento denso, mas era assim. As primeiras etapas da pré-campanha que era o que a gente conseguiria fazer em 4 ou 5 horas, era tentar ali apontar para elas o básico, a gente fez o planejamento de mais de 40 candidatas no estado, algumas a gente fez a distância, algumas vieram até o PT, mas a nossa prioridade era ir até elas porque a gente queria conhecer elas também, queria ver o ambiente que elas estavam então rolou dessa forma [...] e durante o período eleitoral, a gente tinha um acompanhamento jurídico, contábil, a gente ofereceu, inclusive, esse assessoramento porque a gente não podia fazer a prestação de contas delas mas a gente podia oferecer o assessoramento e acompanhamento jurídico e contábil das candidatas e tem algumas que a gente está inclusive acompanhando até agora porque as prestações de contas não foram encerradas ainda de 2018. Então, de um modo geral, o Elas por Elas é um projeto nacional, que foi realizado em todos os estados brasileiros e no Distrito federal, a coordenação dele é da Secretaria Nacional de Mulheres e, nos estados, a aplicação dele pode sofrer algumas alterações mas, de um modo geral, tem a dimensão da formação, do acompanhamento, jurídico, contábil e desse planejamento das campanhas, ele cumpre, pelo menos, essas três dimensões das candidaturas (Dirigente D, entrevista realizada em 26/01/2021).

A adoção de políticas que auxiliam na promoção das candidaturas femininas é um sinal de responsividade perante as desigualdades estruturais de gênero. Da mesma forma, a possibilidade de participação dos filiados segue no mesmo sentido de uma maior responsividade. O relato do Presidente do Diretório estadual do PT-SP sobre a

participação dos filiados indica que existe alguma medida de responsividade do partido para com os filiados:

Os filiados participam da escolha dos delegados que vão representá-los na convenção, os vários grupos internos mobilizam bastante os filiados para esse processo convencional, em especial, no processo congressual, o processo congressual diz respeito portanto ao processo organizativo, as teses ideológicas, filosóficas que o partido pensa, enfim, as convenções para a escolha muitas vezes conceitua a tática eleitoral, a plataforma eleitoral então há um processo de grande mobilização entre os filiados neste processo de escolha dos delegados, e os delegados é que são a autoridade vamos disse assim para de fato bater o martelo na chapa que vai representá-lo no processo eleitoral (Dirigente B, entrevista realizada em 10/06/2020).

Essa percepção também foi corroborada por um candidato a deputado federal que acrescentou outro elemento, a baixa competitividade:

Eu acho que [o processo de seleção dos candidatos] é democrático, tem a participação dos filiados e não tem alta concorrência dentro do Partido dos Trabalhadores porque, normalmente, é difícil você encontrar lideranças que topem a candidatura, têm disposição para disputar cargos, que é uma coisa que não é fácil, você tem que abrir mão da tua vida particular, dedicar um tempo de sua vida para fazer campanha, para discutir política e tal (Candidato A, entrevista realizada em 2018 13/11/2019).

De fato, o partido não preencheu todas as vagas às quais tinha direito na lista. Além dos custos individuais de ingressar em uma campanha política, somam-se a isso os altos custos financeiros despendidos em uma campanha ao cargo de deputado federal. Esse foi um dos motivos elencados pela vice-presidenta do PT-SP para justificar a dificuldade de preencher a lista em sua totalidade:

Nós temos muitas dificuldades em conseguir pessoas que queiram sair deputado federal porque, normalmente, as campanhas eleitorais, principalmente para deputados, são muito caras. É muito difícil você conseguir chegar em todos os lugares e a pessoa precisa estar preparada para conseguir fazer, pelo menos, a entrega de seus materiais nas regiões (Dirigente A, entrevista realizada em 11/03/2021).

Mas, caso houvesse a necessidade de cortes de nomes em decorrência da falta de vagas na lista ou da sobreposição de candidatos em uma mesma região, isso seria negociado: “Normalmente a gente tenta chegar num consenso, conversar, ver se alguma das candidaturas retira a sua candidatura porque, se você tem muitas candidaturas no mesmo território, você corre o risco de não eleger ninguém e aí você fica sem representatividade” (Dirigente A, entrevista realizada em 11/03/2021).

Dessa forma, vemos que há estratégias traçadas pelos dirigentes partidários na composição das nominatas, sendo as listas de candidatos construídas por meio de negociações informais entre as correntes internas e lideranças partidárias. Nestas articulações, são principalmente levados em conta fatores como a base geográfica das pré-candidaturas, a representação de setores sociais e o peso da indicação dos grupos e correntes internas. O estatuto estabelece que qualquer pré-candidatura poderá ser submetida a pedido de impugnação, até quinze dias antes da realização do Encontro,²²⁰ que é a instância deliberativa responsável por receber as candidaturas apresentadas pela Executiva, votar as impugnações solicitadas e aprovar a lista de candidatos. Contudo, a chapa que já chega definida ao Encontro dificilmente é alterada ou vetada. No Encontro Estadual, votam os delegados eleitos pelos filiados nos encontros zonais e municipais. Posteriormente, a lista é encaminhada à convenção estadual, como procedimento meramente protocolar, para a homologação e o registro das candidaturas.

Portanto, é responsabilidade do diretório estadual a formação da chapa apresentada na convenção partidária, que pode contar a contribuição do Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE), criado a cada novo processo eleitoral, e que tem entre as suas funções analisar possíveis candidatos, avaliar o perfil dos pretendentes, planejar estratégias de campanha e elaborar propostas²²¹. Assim, ao fim e ao cabo, o controle da oferta de candidaturas pertence à Comissão Executiva ou ao Diretório de cada nível (estadual, no caso dos deputados), a quem compete “abrir o período eleitoral para indicação, impugnação e aprovação de candidaturas as eleições proporcionais e majoritárias” (Estatuto do PT 2017, Art.139). O relato de um candidato a deputado federal, nas eleições de 2018, e também vereador de um município da grande São Paulo, ratifica essa condição: “No PT, quando não há consenso, quando a gente não fecha a chapa, quando tem mais candidatos do que vagas, quem determina é o diretório estadual do partido, é a instância que, no limite, vai definir quem vai ser e quem não vai ser candidato” (Candidato D, entrevista realizada em 02/07/2019).

²²⁰ Estatuto do PT, 2017, Art. 144.

²²¹ Conforme informações obtidas nas entrevistas, o partido não formou o grupo de trabalho eleitoral para o pleito de 2018 no estado de São Paulo.

5.1.2. O caso do PSDB-SP

No PSDB-SP, a seleção dos candidatos também tem início nos meses que antecedem a convenção, com a abertura do período de inscrições das pré-candidaturas, que ocorre mediante o preenchimento de uma ficha pelos filiados que almejam se lançarem candidatos. Essas fichas, depois de homologadas na convenção, são enviadas à Justiça Eleitoral para o deferimento – ou não – das candidaturas. Mas até chegar a esse estágio, a busca por candidatos começa muitos meses antes da convenção e conta com a participação de diversas instâncias do partido.

Segundo relato do secretário geral do PSDB-SP com vasta experiência no processo, “primeiro é aberto um período de inscrição para que todos do partido possam se colocar como candidatos, todos têm a condição de se inscrever como candidato sendo filiado do partido e preenchendo os requisitos básicos” (Dirigente E, entrevista realizada em 05/05/2020).

No PSDB-SP, as fichas de inscrição de candidaturas, para concorrer a deputado em 2018, foram disponibilizadas aos filiados nos diretórios (municipal, regional e estadual) ou pelo site²²² do partido, alguns meses antes das convenções. Nessas fichas, conforme o anexo E, os aspirantes a candidato devem informar dados pessoais (nome, nome de campanha), profissionais e responder a questões relacionadas ao histórico eleitoral (se já disputou e/ou ocupou cargos eletivos, para qual cargo concorreu e desempenho eleitoral); ao histórico partidário (como tempo de filiação no partido e se já foi filiado a outro partido); às bases eleitorais (especificando as bases geográfica, setorial ou temática de sua atuação política) e histórico de participação em entidades ou associações da sociedade civil. Concluída essa fase de inscrição, a comissão executiva estadual colhe informações sobre quem são esses aspirantes, suas trajetórias político-partidárias a fim de avaliar se eles se encaixam nos perfis buscados pelo partido.

Nesse ponto, se inicia um trabalho em conjunto entre as instâncias partidárias locais, regionais e estadual atrás de nomes que tenham, sobretudo, uma capilaridade regional e/ou inserção em segmentos da sociedade. Tendo esses dois critérios em conta, a executiva busca por nomes já consagrados (com projeção política/eleitoral) nas regiões

²²² No PSDB-SP, as inscrições dos filiados postulantes a candidato em 2018 também foram realizadas via online. Ver: <http://tucano.org.br/noticias-do-psdb/psdb-sp-abre-inscricoes-para-interessados-em-concorrer-nas-eleicoes>

do Estado, como prefeitos, ex-prefeitos, vereadores com votação expressiva, deputados estaduais ou pessoas representativas dos seus segmentos sociais²²³.

Então, a análise das pré-candidaturas se inicia nas localidades com as instâncias regionais realizando uma primeira triagem e em constante comunicação com uma comissão eleitoral criada pela executiva estadual do partido. O mesmo dirigente explica que:

Esses candidatos são praticamente todos entrevistados pelo partido, nós ficamos meses a fio entrevistando em torno de 20, 30 candidatos por dia, a gente separa a executiva entre quatro ou cinco pessoas que ficam entrevistando as pessoas, eu fiz isso muitas vezes, aí você tem uma primeira peneira, depois uma segunda, aí a gente vai escolhendo então todos eles têm a oportunidade de se colocarem para o partido, eu lembro que na eleição passada [2018] nós demoramos 3 meses entrevistando candidatos, para afunilar, e aí vai afunilando, aí você manda para a região [...] e aí quando tem 10 candidatos na região nós vamos pegar os melhores, os mais reconhecidos. Ah, mas pegar os melhores como, escolhidos por nós e escolhido pela região, a região escolhe através de suas coordenadorias regionais. Ah, mas tem 2 vagas e escolheram 4, a gente resolve aqui [na Executiva estadual] (Dirigente E, entrevista realizada em 05/05/2020).

O secretário geral ainda informou que nesse processo de busca por candidatos “a executiva fica debruçada sobre esses nomes durante meses a fio [...] primeiro decide [entre os pré-candidatos] o que é consenso, vai avançando sobre o que tem pouca divergência e, depois, no final, vota-se aqueles que têm divergência maior, e aí aquele que só numa decisão de executiva mesmo” (Dirigente E, entrevista realizada em 05/05/2020).

Por fim, quando perguntado sobre algum cargo ou nome que tenha papel importante no processo de seleção de candidatos a deputado federal dentro do partido, essa fonte indicou que a escolha dos candidatos do PSDB-SP é uma prerrogativa do colegiado da executiva estadual, porém conta com a atuação destacada das coordenadorias regionais e de alguns cargos específicos dentro da executiva:

Primero, regionalmente, o coordenador regional tem uma importância grande, [...] depois vem para executiva, e as duas figuras que têm um poder fundamental, primeiro o presidente e segundo o secretário geral. A executiva é o conjunto de 24 nomes, onde o presidente e o secretário geral exercem um papel muito importante, o presidente, por presidir e o secretário geral, por organizar tudo isso, mas dentro da executiva estadual do PSDB, a decisão é

²²³ O secretário geral do PSDB-SP disse que pode haver exceções nesse padrão de candidatura como, por exemplo, “pessoas que tenham uma repercussão muito grande na sociedade através das mídias sociais e que nem passam pelo processo da peneira de ser vereador, prefeito, eles já são alçados a deputado federal e estadual, mas, geralmente, historicamente são pessoas que já têm essa liderança já consignada, já formada em suas regiões” (Dirigente E, entrevista realizada em 05/05/2020).

colegiada, o candidato passa necessariamente pela votação de uma reunião da executiva com todos os membros da executiva qualificados presentes, historicamente a chapa é formada sempre depois de uma votação da executiva (Dirigente E, entrevista realizada em 05/05/2020).

Esse trabalho de busca por nomes ocorre em todas as regiões do Estado, tendo como objetivo a distribuição geográfica da chapa de modo que os candidatos se organizem com uma base distrital o que, em alguma medida, visa contemplar uma reivindicação antiga do partido pelo sistema distrital, conforme expresso por várias lideranças nas entrevistas, embora não haja unanimidade quanto ao tema. Essa percepção é corroborada na fala do secretário da executiva estadual do PSDB-SP ao enfatizar o critério geográfico:

Então o que acontece, a gente divide o estado de São Paulo por regiões, a gente divide 14 regiões no estado e busca que em cada núcleo, cada cidade da distribuição geográfica, tenha um representante porque aí você tem a possibilidade de ter um voto regional, porque o partido, o PSDB, tem como bandeira o voto distrital, voto distrital misto vamos pensar assim, então por isso a gente precisa buscar essa distribuição regionalizada. Então a gente busca dentro de cada uma dessas regiões se tem uma pessoa que queira ser candidato, nosso objetivo como meta é cobrir o estado inteiro e todas regiões terem representantes (Dirigente F, entrevista realizada em 17/07/2020).

Representatividade geográfica e representatividade temática, esses foram os critérios mais mencionados pelos responsáveis pela seleção dos candidatos no PSDB-SP. Nas palavras do secretário estadual do PSDB-SP, “a gente tem essa questão temática que é uma questão transversal, o cara é representante da educação, o cara é representante do movimento negro, o cara é representante do movimento sindical, você tem essa questão temática, mas a gente também tem a questão da regionalização do partido, para ter candidaturas que cubram o estado todo” (Dirigente F, entrevista realizada em 17/07/2020). Além desses critérios, foi mencionado nas entrevistas que os *incumbents* têm prioridade de legenda, a esse respeito, o mesmo secretário é categórico em dizer que, na escolha dos candidatos, “existe uma certa priorização, a priorização é a seguinte, quem é deputado federal é candidato à reeleição ponto” (Dirigente F, entrevista realizada em 17/07/2020)²²⁴. Dessa maneira, aqueles que já são parlamentares não são submetidos a

²²⁴ Depoimento que corrobora “[...] boa parte da literatura sobre recrutamento político e seleção de candidatos [que] destaca a figura do candidato à reeleição como central para o sucesso eleitoral” (BOLOGNESI, 2013, p. 128), o que se deve a motivos como: 1) eles já passaram por um processo seletivo, anteriormente, portanto, já foram “testados”, enquanto os desafiantes ainda não; 2) já contam com votos conquistados em eleições anteriores, o que lhes garante uma boa moeda de troca perante os líderes partidários; 3) podem contar com plataformas de campanha mais consolidadas, devido a sua atuação

um processo de seleção, já possuem vaga assegurada na lista partidária o que, na prática, significa que o dispositivo da candidatura nata, extinto em 2002, continua valendo de forma informal.

A utilização de estratégias regionais também visa organizar as candidaturas de modo a evitar a disputa de um mesmo eleitorado por mais de um candidato do partido, contornando a questão da competição intrapartidária a fim de evitar a “canibalização” entre as candidaturas no interior do partido. Essa estratégia de alocação regional das candidaturas foi explicitada na resposta do 2º vice-presidente da executiva estadual e também prefeito de um grande município paulista:

Nós pegamos o estado de São Paulo e separamos por regiões e consideramos as densidades eleitorais de cada uma dessas regiões quanto à potencialidade de eleger deputados federais e também deputados estaduais, separamos por prioridades regionais e procuramos estabelecer um certo equilíbrio nas escolhas dos candidatos para evitar a canibalização dentro da própria legenda, porque como nós temos o voto proporcional [...] os candidatos a deputados federais ou proporcionais competem dentro do partido [...] então, por uma questão estratégica, para não haver aquilo que eu chamo de canibalismo regional, a gente procura não concentrar muitos candidatos em determinadas regiões com baixo potencial de eleger mais candidatos (Dirigente G, entrevista realizada em 30/06/2020).

No entanto, o secretário geral afirmou que pode acontecer de serem inseridos, na lista, candidatos de uma mesma região, desde que seja um colégio eleitoral grande e haja um certo consenso entre ambos os candidatos em disputar as mesmas bases eleitorais. O dirigente descreveu um exemplo que ilustra a estratégia nesse sentido por trás da elaboração das listas:

[...] por exemplo, às vezes você tem uma região que tem duas cidades grandes que cabe um deputado federal suponha, mas tem dois candidatos a prefeitos, ex-prefeitos, que querem ser candidatos, a região não decide sozinha, ela manda para São Paulo [para a Executiva estadual] que vai dizer olha, ou vai sair um ou de repente até aceita a ideia de sair dois dependendo do contexto geral do quadro de candidatos no estado de São Paulo. Então se você pegar o que é previamente determinado é um balizamento, a cada região, a cada 200 mil eleitores vai sair um candidato do PSDB a deputado federal, de repente a cidade ela tem 300 mil ela não poderia ter 2, mas em cima de uma circunstância de ter dois candidatos fortes que não tem problema de dividirem esse eleitorado, a gente acaba colocando dois candidatos naquela região, as vezes você também tem um região que o candidato chega olha eu estou com três candidaturas de oposição a minha fortíssimas e não tenho muitos votos, se eu sair com mais dois [...] pode prejudicar minha eleição. Se nós temos um quadro muito difícil nessa região, então o partido faz uma avaliação e pode levar em consideração essas ponderações do candidato e aí, nessa região, a gente pode

parlamentar prévia; e 4) a soma desses recursos converte-se em apoio das lideranças, da mídia e na recepção de recursos financeiros (BOLOGNESI, 2013, p. 128).

manter apenas um ou, às vezes, dois candidatos mesmo que caibam quatro candidatos porque nós analisamos o cenário interno do partido e o cenário externo também, com quem que esses candidatos competem. Eu já vi situações em que regiões pequenas saíram com 3 candidatos, porque eram 3 candidatos que teriam uma chance, mas que, também, se não fossem eleitos, teriam uma boa votação, fariam um impulsionamento para a candidatura de perfeito, então nós levamos isso em consideração, a candidatura para deputado federal ela consegue impulsionar, alavancar caso o candidato não seja eleito, mas ele fica na vitrine para candidatura a prefeito lá na frente, e aí eles são já galgados naturalmente a candidatura a prefeito daquela cidade grande, então, às vezes, você tem situações de regiões pequenas que lançaram 3 e situações de regiões grandes que lançaram dois ou um, é por conta disso, é o cenário interno e o cenário externo (Dirigente E, entrevista realizada em 05/05/2020).

Via de regra, no processo de formação das listas, o partido procura contornar a sobreposição evitando o lançamento de mais de uma candidatura competitiva sob um mesmo eleitorado, mas, segundo o dirigente, dependendo do contexto – e, às vezes, da anuência do pleiteante a uma vaga na lista -, isso não impede que haja eventuais candidaturas concorrentes em redutos eleitorais coincidentes, nem que os candidatos prospectem o mesmo eleitorado dos seus copartidários depois de fechada a lista (BRAGA, et. all, 2019). Outra estratégia destacada na resposta do informante foi a de que a candidatura para DF também funciona como uma espécie de laboratório, capaz de projetar candidatos para as próximas eleições, principalmente aqueles que obtiveram um bom desempenho eleitoral. Dessa maneira, é possível verificar pelos depoimentos a existência de estratégias empregadas pelos selecionadores na definição das listas, em que pode haver cortes de nomes bem como a preparação de candidatos para eleições futuras.

Com relação aos critérios levados em conta para selecionar os candidatos, esse mesmo dirigente mencionou que: “No momento em que vamos escolher os candidatos a deputado federal, nós damos parâmetros aos diretórios municipais e regionais, isso é histórico dentro do PSDB, (...) dentro dos últimos 20 anos isso acontece cotidianamente” (Dirigente E, entrevista realizada em 05/05/2020). Já, o 2º vice-presidente resumiu os critérios utilizados pela executiva para montar suas listas da seguinte forma:

O critério é bem simples, nós fazíamos as convocações dos pretendentes ao cargo de deputado federal da legenda, e separávamos em três colunas, a coluna A, a coluna B, e a coluna C. A coluna A são os candidatos que já têm uma representatividade política, que têm um bom preparo intelectual ou uma boa maturidade na lida do relacionamento partidário, ou político partidário, pessoas que gozam de um certa independência financeira, que têm vida própria, que têm fonte de renda definida, têm mais autonomia para que eles mesmos possam tocar sua campanha sem depender demais do partido e também pessoas que já passaram por experiências com outros mandatos, como vereadores, prefeitos, deputados estaduais ou já tiveram cargos públicos por concurso ou por admissão de convite com certa representatividade e com certa experiência e

maturidade, Na coluna B, nós colocávamos os candidatos intermediários, aqueles que poderiam depender financeiramente mais do partido, que não tinham muita experiência política, apesar de ter uma certa expressão que poderíamos esperar que ele tenha um desempenho razoável mesmo sendo alguém que não gozasse de muita experiência política ou partidária e que também tivesse uma certa desenvoltura nas entrevistas, para que você entenda que ele é uma pessoa que tenha capacidade de diálogo, que tenha boa escolaridade, que tenha, enfim, capacidade de representar bem o partido, mas que não tivesse tantas qualidades ou predicados que a faixa A, e, na faixa C, eram aqueles candidatos com menor potencial, ou que estavam desempregados, que queriam fazer da política uma profissão, estavam querendo arrumar um emprego provisório, às vezes, até com interesses econômicos duvidosos, então nós separávamos todos esses três perfis e procuramos obviamente preencher as nossas chapas sempre com os candidatos A e ou B e evitamos, claro, em não colocar na chapa, os candidatos C. Esse é o critério bem resumidamente (Dirigente G, entrevista realizada em 30/06/2020).

No depoimento do dirigente, é possível identificar alguns dos atributos mais valorizados pelos selecionadores no momento de elaboração da nominata, como a preferência por candidatos com experiência política, envolvimento nas atividades partidárias, capacidade intelectual e independência financeira. Também são observados, pelas lideranças, o histórico ético e moral dos aspirantes.

A ênfase dada aos recursos financeiros próprios também foi destacada por um candidato a deputado federal e vereador de uma cidade no interior paulista, ao falar sobre sua atuação profissional: “eu sou servidor público, eu atuo aqui como servidor público e tenho uma atividade paralela como vereador, mas jamais me afastaria do meu serviço para ser vereador, até porque vereador não é profissão, você tem que levar as atividades em paralelo, você tem que ter uma vida privada estável, para que a política não se torne para você um meio de vida” (Candidato E, entrevista realizada em 23/10/2019). O que lembra muito a terminologia weberiana, “o político deve ser economicamente independente da renda que a política lhe pode proporcionar” (WEBER, 1982, p.105).

Ademais, outro critério priorizado pelos selecionadores são os candidatos com potencial eleitoral: “[...] na eleição você tem que ter voto, [...] então nada mais justo do que a gente ter a preferência por esses candidatos” (Dirigente F, entrevista realizada em 17/07/2020). As candidaturas competitivas também ganham importância para as disputas majoritárias na medida em que ajudam a conquistar votos, passando a funcionar como cabos eleitorais de candidatos a governador, senador e à Presidência da República, conforme se depreende do relato do 2º vice-presidente da executiva estadual:

[...] as lideranças nacionais, com ou sem mandato, governadores, senadores ou pré-candidatos a cargos majoritários sempre se preocupam em ter um apoio dos candidatos proporcionais com boa qualidade, com boa representatividade e com bom desempenho eleitoral para poder ajudar os majoritários a também arregimentarem votos durante o processo eleitoral. Quanto mais preparados, quanto mais organizados e representativos forem os candidatos, melhor para o partido e para os candidatos majoritários idem, e para o desempenho eleitoral do partido tanto em nível estadual quanto em nível nacional. Se você, em nível nacional, se preocupa em preparar os candidatos a deputados federais nos estados, você acaba aumentando a bancada que é o elemento fundamental que hoje define o tempo de televisão, tempo de rádio, fundo partidário entre outras questões que dão peso para o partido em seu funcionamento em âmbito nacional (Dirigente G, entrevista realizada em 30/06/2020).

A importância do desempenho eleitoral também incide sobre o número de delegados municipais enviados à Convenção Estadual, que é definido com base na proporção de votos de legenda obtidos na última eleição à Câmara dos Deputados de determinado município ou zona²²⁵. Desse modo, a representação na Convenção Estadual está vinculada ao desempenho eleitoral das seções municipais ou zonais.

Ainda sobre a busca por candidatos, outro aspecto bastante mencionado pelos selecionadores diz respeito à inserção de mulheres candidatas nas listas partidárias, uma vez que é preciso observar o percentual mínimo de candidaturas de gênero que é de 30%. Para isso, o partido conta com um órgão (Secretariado Estadual da Mulher) responsável por incentivar o ingresso das mulheres nas disputas eleitorais:

[...] o partido tem um órgão que debate só questões de mulheres, chama Secretariado da Mulher, então esse Secretariado da Mulher investe na formação política de mulheres, investe em comunicação, investe na possibilidade de estímulo dessas pessoas saírem candidatas a deputado, vereador, prefeito e tal. Então, existe um trabalho que é feito como se fosse uma célula auxiliar, e a gente do diretório dá autonomia pra eles, não que eles tenham 100% eu vim aqui e trouxe fechado, não, tudo vai passar pela executiva, mas a gente dá pra eles essa prerrogativa deles fazerem praticamente essa seleção das candidaturas femininas (Dirigente F, entrevista realizada em 17/07/2020).

Com o secretariado da Mulher, o PSDB busca promover iniciativas na área de formação e capacitação política de mulheres, bem como criar condições de competição

²²⁵ Art. 78. Constituem a Convenção Estadual:

IV - os Delegados dos Municípios ou, quando se tratar de municípios com mais de quinhentos mil eleitores, os Delegados das Zonas Eleitorais respectivas, na forma determinada neste artigo. § 1º. E assegurado aos Municípios onde o Partido tiver Diretório e Comissão Executiva organizados, o direito a, no mínimo, 1 (um) Delegado e 1 (um) Suplente.

§ 2º. O número de Delegados e Suplentes à Convenção Estadual que cada Convenção Municipal elegerá será de, no mínimo, 1 (um) por Município, acrescido de mais 1 (um) para cada 1.000 (mil) votos de legenda partidária obtida na última eleição à Câmara dos Deputados, até o limite máximo de 40 (quarenta) Delegados e igual número de Suplentes, desprezando-se o resto da divisão (Estatuto do PSDB, 2017).

mais igualitárias em prol de um melhor equilíbrio na participação feminina. Por outro lado, embora reconheçam que houve avanços no sentido de aumentar a participação feminina na política, alguns dirigentes e candidatos entrevistados para essa pesquisa admitiram que a política ainda é uma atividade dominada por homens, de modo que as mulheres têm contra si toda sorte de desvantagem competitiva decorrente da exposição familiar, preconceito, ausência de recursos financeiros, indisponibilidade de tempo livre para dedicação à atividade política devido à reponsabilidade de dupla jornada (no exercício das obrigações profissionais, domésticas e familiares) etc. Tudo isso configuraria obstáculos às candidaturas femininas. Quanto às dificuldades organizacionais enfrentadas pela sigla para preencher a cota de gênero, o secretário geral fez a seguinte ponderação:

[...] a gente ainda tem deficiência que são as mulheres, a exigência que eu acho importante é ter aumentando a participação da mulher na política eu acho fundamental, o PSDB deu um salto gigantesco nesse sentido, [...] nós incentivamos muito as mulheres, mas com 30% nós temos que estimular muito as mulheres a saírem candidatas, então, muitas vezes, as regiões não encaminham mulheres, ou nós temos que escolher pelos segmentos ou nós temos que dar uma peneirada na região e pedir que venham mulheres, porque a lei exige que tenha 30 % na chapa. Hoje eu vou dizer para você, nós já tivemos muita dificuldade no passado, hoje essa dificuldade é muito menor [...] por conta desse exercício que a gente vem fazendo, há pelo menos 20 anos, de colocar as mulheres na política, mas ainda é um critério que você tem que estabelecer, eu tenho que obedecer ao critério regional, eu tenho que atender aos segmentos e eu tenho que atender à exigência legal e também do partido, é uma defesa que nós fazemos que são os 30% das mulheres, isso independente de estar na lei ou não, já seguia antes de ter mulheres e fazer o percentual de 30%, então nós temos que contemplar todas essas possibilidade para montar a chapa de deputado federal (Dirigente E, entrevista realizada em 05/05/2020).

Outra iniciativa voltada para viabilizar a presença de candidaturas femininas competitivas apontada pelos entrevistados foi a exigência, por parte do TSE, do repasse de 30% da verba do fundo eleitoral às candidatas mulheres. No entanto, essa medida ainda é vista com cautela pelos dirigentes, uma vez que o TSE não determinou como deve ser feito o repasse desse fundo entre candidaturas - majoritárias e/ou proporcionais -, cabendo aos partidos decidir sobre a aplicação do fundo, o que, segundo alguns dirigentes, ensejaria brechas para fraudes como no caso do registro de candidatas “laranjas”, colocando em xeque a eficácia desta política afirmativa.

Avaliado o processo de seleção dos candidatos de ambos os partidos, segundo a percepção de candidatos e de suas lideranças envolvidas diretamente nessa tomada de decisão, na sequência, iremos analisar o quão o perfil das listas partidárias dos candidatos

à Câmara dos Deputados, por São Paulo, nas eleições de 2018, estão de acordo com as características suscitadas.

5.2. O resultado final da lista: A composição sócio-ocupacional dos candidatos do PSDB e PT a deputado federal nas eleições de 2018 em São Paulo

Esta seção é basicamente descritiva e visa a apresentar dados sobre as candidaturas do PSDB-SP e PT-SP à Câmara de Deputados nas eleições 2018. Mais especificamente, analisamos as listas de candidatos dos partidos, explorando elementos relacionados à composição sócio-ocupacional das nominatas - o *background* social - no que se refere a sexo, à idade, à escolaridade, à profissão, à etnia etc.

Nesse sentido, seguimos na linha de trabalhos que buscam examinar o perfil da elite política brasileira, por meio da análise dos atributos sociais dos parlamentares, dos candidatos e dos eleitos. No Brasil, os estudos sobre o recrutamento parlamentar ganham destaque a partir dos trabalhos de Marengo (1997; 2000), Marengo e Serna (2006) e Rodrigues (2002; 2006).

Marengo e Serna (2006) analisam a trajetória das elites parlamentares e descobrem que, no Brasil, os partidos mais conservadores (PFL/DEM, PPB e PMDB) congregam, em suas bancadas, uma maior participação de empresários e de profissões liberais, enquanto as bancadas dos partidos de esquerda (PT) seriam mais diversificadas, formadas por parlamentares oriundos das profissões representativas da classe média – professores, profissionais das ciências econômicas e humanas, funcionários públicos – e trabalhadores. Já, Rodrigues (2002) traçou a composição sócio-ocupacional das bancadas de seis partidos (PFL, PPB, PMDB, PSDB, PDT e PT) na Câmara Federal durante a 51ª Legislatura (1999-2003) e encontrou a predominância de algumas ocupações - majoritariamente empresários e profissionais liberais - entre os deputados federais eleitos. De um modo geral, ambos os trabalhos encontraram praticamente as mesmas categorias profissionais dos membros da Câmara dos Deputados, terminando por conformar uma elite legislativa com uma origem socioprofissional bastante homogênea.

Em outro grupo, temos trabalhos que se dedicam à análise do perfil social dos candidatos selecionados pelos partidos e dos que foram eleitos (BRAGA, VEIGA, MIRÍADE, 2009; BOLOGNESI, 2009; PERISSINOTTO, MIRÍADE, 2009; ALTMANN, 2010). Dentro dessa perspectiva, Braga, Veiga e Miríade (2009) examinam como se dá o processo de seleção dos candidatos no interior dos cinco principais partidos

políticos brasileiros (PP, PFL/DEM, PMDB, PSDB e PT), assim como o perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. Embora apontem diferenças entre os perfis de candidatos selecionados pelos partidos, de um modo geral, as autoras identificam a prevalência de candidatos homens, com patrimônio e grau de escolaridade elevados, já políticos ou advogados, empresários, engenheiros, médicos e funcionários públicos e, após o processo eleitoral, esse padrão segue praticamente inalterado, com os eleitos apresentando um perfil ainda mais uniforme.

Seguindo por este caminho, na sequência, analisaremos a composição social das listas apresentadas pelo PSDB e PT, nas eleições de 2018 em São Paulo, com o intuito de verificar se os predicados levados em conta pelas lideranças dessas legendas, durante o processo de seleção dos candidatos, se aproximam daqueles encontrados nos trabalhos supracitados.

5.2.1. Perfil dos Candidatos Selecionados pelo PSDB-SP e PT-SP à Câmara dos Deputados nas Eleições de 2018

Nas eleições de 2018, tivemos 1686 candidaturas concorrendo a uma cadeira à Câmara de Deputados pelo Estado de São Paulo. Dessas, 75 pelo PT, das quais, 53 eram homens e 22 mulheres, e 58, por parte do PSDB, sendo 37 homens e 21 mulheres²²⁶. De imediato, constatamos que ambos os partidos não preencheram suas listas com o número máximo de candidatos permitido pela legislação (no caso de São Paulo, cada partido poderia lançar 105 candidatos), nem mesmo com a coligação²²⁷.

Entretanto, ambos os partidos preencheram a cota de candidaturas exigidas para cada sexo²²⁸, sendo que a porcentagem de candidatas, no PT-SP, foi de 30% e, no PSDB-SP foi de 36%. A baixa oferta de candidaturas femininas repercute no baixo número de

²²⁶ De acordo com a lista de candidatas publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral, ao todo, o PT-SP lançou 81 candidatas e o PSDB-SP 62. Consideram-se, aqui, apenas os candidatos aptos a concorrer, ou seja, aquele que tiveram suas candidaturas deferidas pelo Tribunal Eleitoral. Dessa forma, foram excluídas da conta 4 do PSDB-SP – 2 por renúncia e 2 por indeferimento - e 6 no PT-SP – 1 por renúncia e 5 indeferidas. No total, a coligação PSDB- PSD- DEM-PP apresentou 104, já a coligação PT-PCdoB lançou 83 candidatas a deputado federal no Estado.

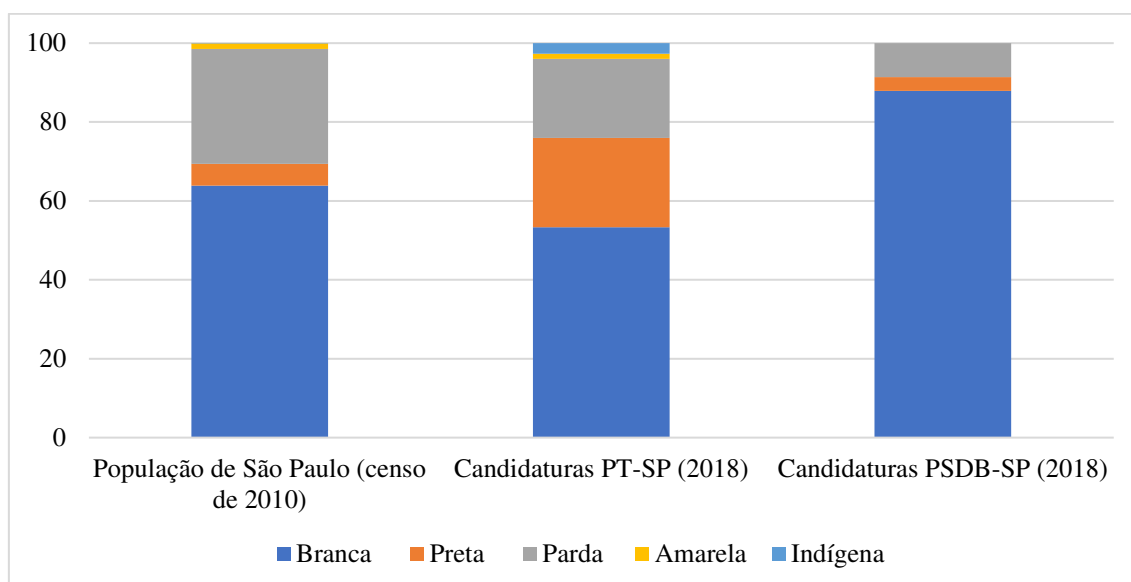
²²⁷ A lei eleitoral (Lei nº 9.504/97, Art. 10) prevê que cada partido pode lançar até uma vez e meia o número de candidatos em relação ao número de vagas em disputa por circunscrição eleitoral e duas vezes para as coligações.

²²⁸ Visando a aumentar a equidade do acesso à disputa de cargos eletivos, a Lei nº 9.504/97, em seu Art. 10º § 3º (com revisão dada pelo art. 3º da Lei nº 12.034/09) estabelece que: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.” Na prática, isso vale para inclusão de candidaturas femininas.

candidatas eleitas. No PT-SP - de 8 eleitos-, nenhuma das candidatas mulheres foi eleita, enquanto, no PSDB-SP, apenas uma - de 6²²⁹.

Embora o PSDB-SP apresente um maior número de candidaturas femininas, todavia, a lista petista oferta uma maior diversidade em termos étnicos. Dentre os candidatos do PSDB-SP à Câmara, em 2018, a grande maioria, 88% eram brancos, 9% eram pardos e somente 3% eram negros, enquanto, no PT-SP, 53% eram brancos, 23% negros, 20% pardos, além de dois indígenas (3%) e um amarelo (1%). O gráfico 9 mostra a distribuição de candidatos de acordo com a raça/cor.

Gráfico 9 – Distribuição por raça/cor da população de São Paulo e dos candidatos para Deputado Federal em 2018 do PT-SP e PSDB-SP



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (Censo demográfico 2010) e TSE.

A composição étnica da lista de candidatos do PSDB-SP mostra uma sobrerrepresentação de candidatos brancos em relação à população do Estado, seguindo uma tendência observada pela literatura sobre recrutamento (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995; CAMPOS, 2015). Já a lista do PT-SP contempla uma maior diversidade étnica, embora com uma proporção bastante baixa de negros, mas, ainda assim, maior do que a média da população. Nesse quesito, os candidatos do PT-SP retratam, de forma mais descritiva, a população do Estado de São Paulo.

²²⁹ Bruna Furlan foi a candidata tucana com o maior número de votos (126.847) para deputado federal no Estado. A melhor mulher posicionada na lista petista foi Juliana Cardoso na 12ª posição (com 54.746 votos).

Com relação à profissão dos candidatos, a principal ocupação declarada pelos candidatos que concorreram por ambos os partidos eram profissionais liberais, 36,2%, no PSDB-SP e 24%, no PT-SP, seguida de político, 29,3%, no PSDB-SP, e 18,6%, no PT-SP. Juntas, essas ocupações abrangem mais da metade (65,5%) dos candidatos do PSDB-SP e quase a metade (42,6%) dos candidatos do PT-SP. Outra categoria que se destaca no PSDB-SP é a de empresários, que corresponde a 10,3% dos candidatos do partido. Já no PT-SP, os professores perfazem 14,6% dos candidatos.

Analisando o nível de escolaridade dos candidatos, notamos que a grande maioria tem ensino superior - completo ou incompleto. No PT-SP, esse índice é de 77,32%, e, no PSDB-SP, é de 86,2%. Do total de candidatos, apenas 1,33% e 1,72%, dos candidatos do PT-SP e PSDB-SP, respectivamente, têm até o ensino fundamental completo. O PT-SP é o partido com maior participação de candidatos com ensino médio, foram 21,33%, enquanto, no PSDB-SP, essa porcentagem é de 10,34%²³⁰. Corroborando com estudos prévios sobre o perfil dos candidatos, ambos os partidos têm preferência por candidatos com níveis mais elevados de escolaridade (BRAGA; PRAÇA, 2004; BRAGA; VEIGA; MÍRIADE 2009; PERISSINOTO; MIRÍADE, 2009). Porém, pode-se sugerir, como tem sido destacado pela literatura, que pessoas com maiores níveis de escolaridade têm mais propensão para o envolvimento em atividades político-partidárias (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995).

Já, com relação à idade, a grande maioria dos candidatos se encontra na faixa etária ente 51 a 60 (42% no PT-SP e 31% no PSDB-SP) e acima dos 61 anos (22% no PT-SP e 24% no PSDB-SP). Apenas 6% dos candidatos do PT-SP e 3% do PSDB-SP possuem menos de 31 anos.

Tabela 7 – Faixa Etária dos Candidatos a Deputado Federal pelo PT-SP e PSDB-SP nas eleições de 2018

Faixa etária	PT		PSDB	
Até 30 anos	6,66%	(5)	3,44%	(2)
31 a 40 anos	10,66%	(8)	17,24%	(10)
41 a 50 anos	17,33%	(13)	24,13%	(14)
51 a 60 anos	42,66%	(32)	31,03%	(18)
Mais de 61 anos	22,66%	(17)	24,13%	(14)
Total	100%	(75)	100%	(58)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do DivulgaCand do TSE.

²³⁰ Porcentagens elaboradas a partir dos dados do DivulgaCand do TSE.

Por fim, os principais achados desta seção mostram que o perfil sócio-ocupacional dos candidatos a deputado federal, lançados por PT e PSDB em São Paulo nas eleições de 2018, segue o perfil apontado em outros trabalhos sobre a elite política: predomínio de candidatos do sexo masculino, brancos, na faixa etária acima dos 50 anos e com formação universitária (BRAGA *et al.*, 2009; CAMPOS, 2015; NORRIS; LOVENDUSKI, 1995; 1997; RODRIGUES, 2002; 2006). Por outro lado, mulheres, não brancos e jovens são sub-representados.

5.3. O financiamento de campanha: Quais aspectos são considerados pelos selecionadores para a repartição dos recursos partidários?

Nesta seção, buscamos uma compreensão mais detalhada de como se deu a distribuição dos recursos financeiros disponibilizados pelos partidos entre os candidatos. Uma vez que os partidos dificilmente alcançam o número total de candidatos para preencher todas as vagas da lista, a “verdadeira” disputa entre os aspirantes parece se dar pela distribuição dos recursos de campanha. Nosso foco reside em uma análise pormenorizada da prestação de contas dos candidatos do PT-SP e PSDB-SP, com o intuito de compreender quais atributos são levados em conta pelos dirigentes partidários na hora de partilhar o dinheiro entre seus candidatos. Para isso, serão analisados dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre financiamento eleitoral decorrente de subsídios públicos e repassados pelos partidos políticos aos seus candidatos.

O financiamento é apontado por Panebianco (2005, p.69) como uma das “zonas de incerteza” fundamentais para o funcionamento da organização e pode afluir de diversas fontes: um patrocinador externo, uma grande quantidade de pequenas contribuições dos filiados, autofinanciamento etc. Segundo o autor, quem controla os canais de financiamento tem poder e influência dentro do partido.

De fato, fazer uma campanha custa caro. Em 2018, foram declarados R\$2,9 bilhões de despesas no 1º turno eleitoral, metade dos 5,9 bilhões gastos no 1º turno da campanha de 2014²³¹. Até as eleições de 2014, empresas podiam fazer doações e respondiam por quase todo o montante arrecadado nas campanhas.

²³¹ G1. **Gastos de campanha no 1º turno das eleições caem pela metade em comparação a 2014**. 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/11/10/gastos-de-campanha-no-1o-turno-das-eleicoes-caem-pela-metade-em-comparacao-a-2014.ghtml> >. Acesso em: 08 dez. 2020.

Em 2015, em meio às denúncias de corrupção reveladas pela operação Lava Jato, o Supremo Tribunal Federal proibiu doações de empresas privadas para o financiamento das campanhas eleitorais, terminando com uma das principais fontes de receitas das campanhas eleitorais. Diante da proibição do financiamento empresarial a campanhas eleitorais, Bolognesi (2016) aponta que a reação tomada pelos atores político-partidários foi destinar maiores recursos públicos para o financiamento dos partidos através do “Fundo Partidário”.

Nesse cenário, o financiamento público passou a ter um peso substantivo no custeio das campanhas. No Brasil, existem dois tipos de financiamento público: o fundo eleitoral e o fundo partidário.

O Fundo Partidário é composto por multas e penalidades pecuniárias; recursos financeiros destinados por lei; doações de pessoas físicas ou jurídicas; e doações orçamentárias da União. 95% do fundo é distribuído para os partidos de forma proporcional ao número de votos recebidos na última eleição para a Câmara dos Deputados e 5% divididos igualmente entre todos os partidos que tenham estatutos registrados no TSE²³². Para receber esses recursos, o partido deve estar registrado no TSE e com a prestação de contas em dia²³³.

O fundo eleitoral²³⁴ foi criado em 2017 como alternativa para o financiamento das campanhas eleitorais após a proibição de doações empresariais pelo STF²³⁵. Na sua maior parte, as verbas (98% do montante) são repartidas proporcionalmente de acordo com o tamanho da bancada do partido no Congresso Nacional, o restante (2%), é repartido igualmente entre todos os partidos com registro no TSE, independentemente dos partidos terem ou não representantes no Congresso²³⁶. Esses recursos foram disponíveis, pela primeira vez, para as eleições de 2018 e correspondem a um montante de 1,7 bilhão destinado para as campanhas eleitorais. A lei deixa a cargo de cada partido a repartição do dinheiro entre os candidatos, a única exigência a que devem atender é a destinação mínima de 30% dos recursos para o patrocínio de candidaturas femininas²³⁷.

²³² Lei nº 9.096/1995, art. 41-A.

²³³ Segundo o Art. 44 da lei 9.096/1995, os recursos oriundos do Fundo Partidário serão utilizados para a manutenção das estruturas partidárias como manutenção de sedes e pagamento de pessoal, para financiamento de propaganda, fundações de pesquisa e doutrinação política e para criação de políticas de inclusão feminina.

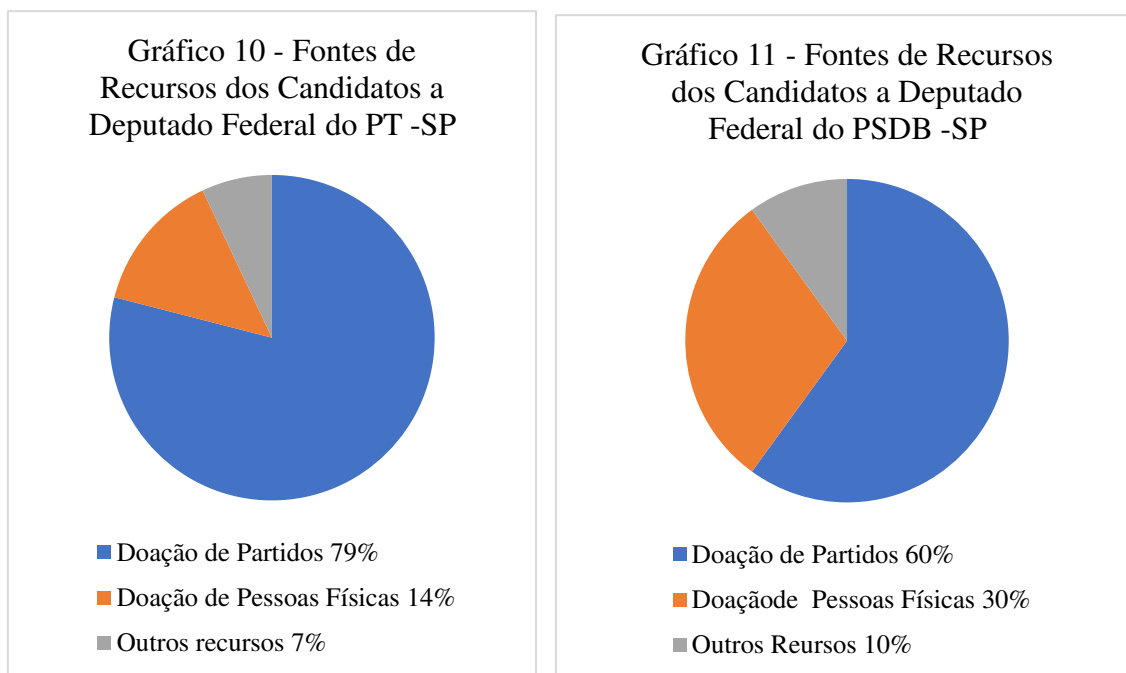
²³⁴ Oficialmente nomeado de Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), sancionado pela reforma política de 2017 (Lei 13.487/2017).

²³⁵ Lei 13.487/2017, Art. 16-C.

²³⁶ Critério de distribuição estabelecidos na Resolução nº 23.568/2018.

²³⁷ Resolução nº 23.568/2018, Art. 6º, §1º.

Com base na prestação de contas dos candidatos do PT-SP e PSDB-SP à Câmara de Deputados declarada ao TSE, existem sete diferentes fontes de recursos especificadas²³⁸. Os gráficos abaixo revelam o volume total de recursos recebidos pelos candidatos:



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do DivulgaCand do TSE.

Como os gráficos mostram, os candidatos foram financiados majoritariamente com recursos públicos (Fundos Partidário e Eleitoral). No PSDB-SP, essas verbas correspondem a 60%, enquanto, no PT-SP, respondem a 79% do financiamento dos candidatos. Em seguida, vieram as doações de Pessoas Físicas, que representam 14%, no PT-SP, e 30%, no PSDB-SP. Por fim, as demais fontes de recursos representam uma proporção relativamente residual – 10% e 7%, no PSDB-SP e PT-SP respectivamente. Conforme as informações prestadas pelos candidatos ao TSE, observamos que a quantidade de doações, vindas de recursos próprios ou de pessoas físicas, são baixas em comparação com recursos públicos no financiamento das campanhas.

Por outro lado, como já fora demonstrado pela literatura, os partidos não distribuem seus recursos de campanha de forma equânime, privilegiam determinados

²³⁸As fontes de financiamento são as seguintes: Doação de Partidos; Doação de Pessoas Físicas; Doação de Candidatos; Doação pela Internet; Doação de RONIs; Recursos Próprios dos candidatos e; Financiamento Coletivo.

candidatos em detrimento de outros (NORRIS; LOVENDUSKI, 1993). Isso vale especialmente para os incentivos seletivos concedidos pela organização, que configuram um ativo importante tanto para as candidaturas como para o sucesso eleitoral. Diferentes trabalhos mostram que o apoio dos partidos para seus candidatos é um fator decisivo para o sucesso nas campanhas eleitorais. (NORRIS, 1997, PENNINGS; HAZAN 2001; RAHAT; HAZAN, 2001; SELIGMAN, 1961). Exploramos a relação entre como as verbas são destinadas pelos partidos aos candidatos individualmente e o desempenho eleitoral destes. Nossa hipótese é que os partidos políticos têm uma tendência a distribuir mais recursos para os candidatos incumbentes (que possuem mandato), aumentando significativamente suas possibilidades de êxito eleitoral.

PT e PSDB figuram entre os partidos que mais receberam verbas provenientes do Fundo (a sigla que mais recebeu foi o MDB R\$234,2 milhões). Ao todo, o PT recebeu R\$212,2 milhões e o PSDB, R\$185,9 milhões²³⁹. A Executiva do PT publicou uma resolução estabelecendo o percentual de 39% para candidaturas ao cargo de Deputado Federal²⁴⁰.

Assim, quanto à distribuição de recursos para as campanhas a deputado federal em São Paulo, existe uma diferenciação entre os candidatos conforme sua “viabilidade eleitoral”. Na “Resolução Sobre Distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC para as Eleições de 2018”, a Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores definiu as seguintes faixas para o repasse dos recursos do FEFC para os candidatos a deputado federal do PT-SP:

a) Para os candidatos homens, esse montante será distribuído da seguinte forma:

Estado	Grupo	VALORES
SP	G1	R\$ 900.000,00
	G2	R\$ 507.000,00
	G3	R\$ 95.000,00
	G4	R\$ 15.000,00

Fonte: Resolução PT/DN 2018.

b) Para as candidatas mulheres, a partir do trabalho realizado em diálogo com a Secretaria Nacional de Mulheres, esse montante será distribuído da seguinte forma:

²³⁹ https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/montante-total-do-fundo-especial-de-financiamento-de-campanha/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/montante-total-do-fundo-especial-de-financiamento-de-campanha/at_download/file

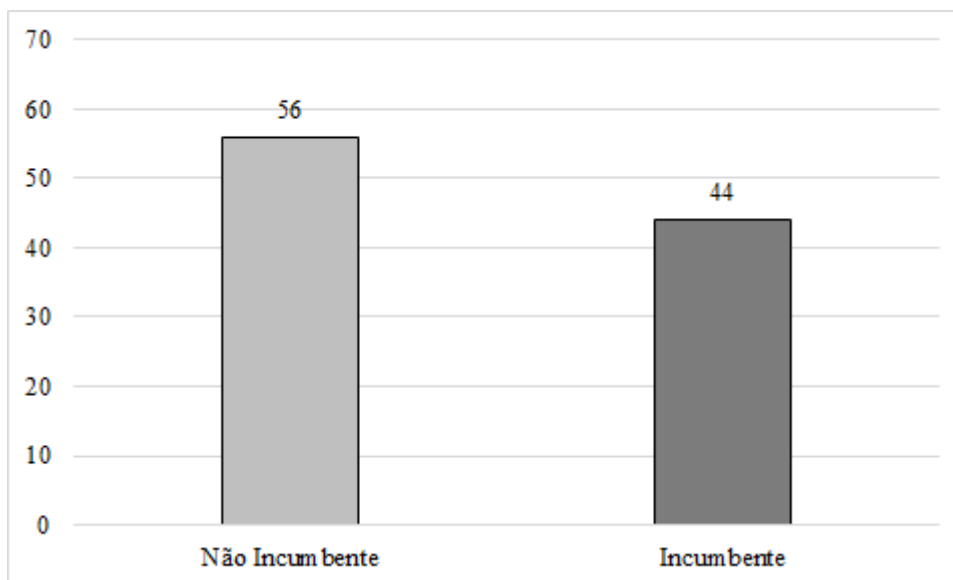
²⁴⁰ Ver: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/08/resoluccca7acc83o-sobre-fefc-versacc83o-final-2.pdf>

Estado	Grupo	VALORES
SP	G1	R\$ 1.000.000,00
	G2	R\$ 508.000,00
	G3	R\$ 95.000,00
	G4	R\$ 10.000,00

Fonte: Resolução PT/DN 2018.

Tal resolução não especifica que candidatos fariam parte de quais faixas (G1, G2, G3 e G4). Pelas entrevistas e pela análise das declarações de doações de campanha, conseguimos inferir que a primeira seria basicamente formada por candidatos que buscam a reeleição e algumas lideranças de destaque²⁴¹, na segunda faixa, estariam os candidatos com mandato eletivo como deputado estadual, prefeito e alguns vereadores, a terceira também seria formada por vereadores ou candidaturas únicas em algumas cidades/regiões e, na quarta, as candidaturas consideradas menos competitivas. Nesse sentido, verificamos que os partidos, por meio do financiamento, possuem meios para privilegiar determinados candidatos. No gráfico a seguir, especificamos as diferenças entre a distribuição dos recursos partidários destinados aos candidatos incumbentes e não incumbentes.

Gráfico 12 - Distribuição dos recursos partidários para candidatos incumbentes e não incumbentes do PT-SP (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do DivulgaCand do TSE.

²⁴¹ Dentre as lideranças de destaque que receberam verbas do partido referentes ao grupo 1, mas que não buscavam a reeleição, identificamos os candidatos Alexandre Padilha e Rui Falcão.

Vemos no gráfico que os candidatos não incumbentes obtiveram apenas 12% a mais dos recursos que os candidatos incumbentes. Considerando que apenas oito candidatos eram incumbentes, podemos presumir que o partido concentrou um volume expressivo dos recursos nos candidatos que concorriam à reeleição. Na tabela a seguir, apresentamos a relação de candidatos que receberam do partido valores acima de R\$500.000,00:

Tabela 8 - Transferência de recursos oriundos do PT para candidatos a deputado federal Eleições 2018

Nome do Candidato	Cargo	Valor recebido (R\$)	Votos nominais	Situação
Alencar Santana	Deputado Estadual	516.796,23	67.892	Eleito
Alexandre Padilha	Ex-ministro	902.796,23	87.576	Eleito
Alfredinho	Vereador	509.796,23	62.146	Suplente
Amélia Naomi	Vereadora	510.796,23	38.200	Suplente
Ana do Carmo	Deputada Estadual	511.546,23	51.818	Suplente
Ana Perugini	Deputado Federal	1.002.796,23	49.986	Suplente
Arlindo Chignalia	Deputado Federal	1.102.796,23	87.449	Eleito
Carlos Gabas	Ex-ministro	509.796,23	45.045	Suplente
Carlos Zarattini	Deputado Federal	1.102.796,23	137.909	Eleito
Elói Pietá	Ex-prefeito de Guarulhos	509.796,23	60.604	Suplente
Filippi	Ex-Deputado Federal e Ex-prefeito de Diadema (SP)	507.000,00	43.382	Suplente
Francisco Chagas	Ex-Deputado Federal	507.000,00	36.415	Suplente
José Mentor	Deputado Federal	902.796,23	55.022	Suplente
Juliana Cardoso	Vereadora	510.796,23	54.746	Suplente
Marcio Pochmann	Presidente da Fundação Perseu Abramo	510.167,67	53.261	Suplente

Nilto Tatto	Deputado Federal	902.796,23	124.281	Eleito
Paulo Teixeira	Deputado Federal	902.796,23	78.512	Eleito
Rui Falcão	Ex-Presidente Nacional do PT	902.809,43	158.389	Eleito
Telma De Souza	Vereadora	508.000,00	32.515	Suplente
Valmir Prascidelli	Deputado Federal	807.624,64	43.224	Suplente
Vincentinho	Deputado Federal	902.796,23	70.645	Eleito

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do DivulgaCand do TSE.

Dos 75 postulantes que se candidataram ao cargo de deputado federal pelo PT em São Paulo, 21 receberam repasses acima de R\$ 500 mil. Destes, 8 eram candidatos à reeleição. Analisando a transferência feita pelo partido para as campanhas, vemos que a maioria das candidaturas que obtiveram mais recursos foram as que buscavam a reeleição. Destas, 7 receberam um aporte de recursos superior a R\$ 900 mil. Além destas, outros dois candidatos que receberam aportes superiores a R\$ 900 mil são quadros tradicionais do partido, como o Ex-ministro dos governos Lula e Dilma, Alexandre Padilha e Rui Falcão, que foi presidente nacional do partido entre 2011 e 2017.

Quando observamos o desempenho eleitoral em relação à disponibilidade de recursos, os resultados indicam que, entre todos os eleitos, apenas um recebeu uma quantia inferior a R\$ 900 mil, coincidentemente, foi também o que recebeu menos votos entre os eleitos. Por outro lado, apenas dois candidatos com receitas transferidas pelo partido, superiores a R\$ 900 mil - Ana Perugini e José Mentor – não conseguiram se eleger. Nesse sentido, fica patente a centralidade do financiamento partidário para o sucesso eleitoral, uma vez que a distribuição desigual dos recursos financeiros reflete nos resultados do pleito.

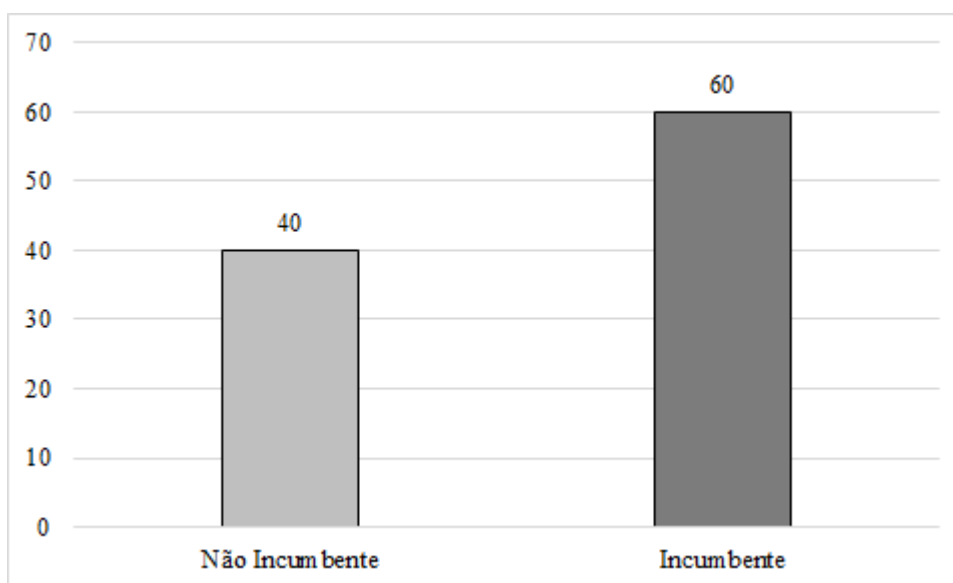
Por fim, cabe destacar que as decisões sobre a distribuição de recursos de campanha ficam centralizadas na direção nacional do partido que os alocou de maneira seletiva para alguns candidatos dentro do partido²⁴². Por mais que o partido tenha

²⁴² Isso foi confirmado nas entrevistas. Veja, por exemplo, a resposta do presidente estadual do PT-SP, quando perguntado sobre a distribuição dos recursos do fundo eleitoral/partidário para os candidatos: “em 2018, foi muito complicado, porque o processo, nesse caso, ele é centralizado, e há uma briga da direção estadual com a direção nacional, uma briga eterna que eu acho que vai ser eterna. Com o financiamento público, você tem, na direção nacional, a conceituação de como distribui os recursos” (Dirigente B, entrevista realizada em 10/06/2020).

estipulado faixas para destinação dos recursos, nenhum documento determina quais são os critérios formais para o recebimento de recursos partidários. Dessa forma, predominam decisões informais quanto ao financiamento eleitoral, tendo a direção do partido autonomia para definir a forma como serão distribuídos os recursos de campanha.

Já, o PSDB foi o terceiro partido (atrás apenas do MDB e do PT) com mais recursos do FEFC, recebeu o equivalente a R\$185,9 milhões²⁴³ para distribuir aos candidatos. Conforme resolução publicada pela Executiva Nacional, 23,33% do valor (R\$ 43.369.319,41) seria destinado às campanhas proporcionais, mas não especificou qual o nível de disputa nacional/estadual²⁴⁴. No PSDB-SP, a distribuição de recursos financeiros entre os candidatos incumbentes e não incumbentes ocorreu de forma bastante desproporcional conforme ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 13 – Distribuição dos recursos partidários para candidatos incumbentes e não incumbentes do PSDB-SP (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do DivulgaCand do TSE.

O gráfico acima atesta que a maior parte dos recursos destinados aos candidatos foi para os incumbentes, que concentraram 60% do total de recursos repassados pelo partido aos candidatos a deputado federal, demonstrando uma clara preferência das elites partidárias por aqueles que já têm um mandato. Na tabela abaixo, apresentamos as

²⁴³ Ver rodapé 240.

²⁴⁴ Resolução CEN-PSDB n° 007/2018. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/psdb-criterios-de-distribuicao-do-fundo-especial-de-financiamento-de-campanha-das-eleicoes-gerais-de-2018>

candidaturas para as quais foram repassadas, pelo partido, valores acima de R\$500.000,00:

Tabela 9 – Transferência de recursos oriundos do PSDB para candidatos a deputado federal nas eleições de 2018

Nome do Candidato	Cargo	Valor recebido (R\$)	Votos nominais	Situação
Adérmis Marini	Deputado Federal*	500.000,00	40.274	Suplente
Bruna Furlan	Deputada Federal	1.807.476,59	126.847	Eleita
Carlos Bezerra Jr	Deputado Estadual	750.000,00	76.588	Suplente
Eduardo Cury	Deputado Federal	502.250,00	94.282	Eleito
Fernando Capez	Deputado Estadual	700.000,00	66.924	Suplente
Floriano Pesaro	Deputado Federal	1.000.000,00	49.358	Suplente
Ivani Vaz de Lima	Ex-vice prefeita de São José do Rio Preto	652.250,00	15.351	Suplente
Izaque Silva	Deputado Federal*	500.000,00	23.606	Suplente
José Anibal	Presidente do Instituto Teotônio Vilela	1.220.000,00	46.751	Suplente
Lobbe Neto	Deputado Federal*	1.000.000,00	73.290	Suplente
Miguel Haddad	Deputado Federal	1.000.000,00	86.042	Eleito
Papa	Deputado Federal	500.000,00	47.278	Suplente
Samuel Moreira	Deputado Federal	700.000,00	103.215	Eleito
Vanderlei Macris	Deputado Federal	1.300.000,00	102.708	Eleito
Vitor Lippi	Deputado Federal	1.000.000,00	120.529	Eleito

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do DivulgaCand do TSE.

* Assumiu, como suplente, o mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2015-2019.

Analisando a distribuição de recursos destinados às campanhas de deputados federais, observamos que, ao todo, 15 candidatos receberam do partido um aporte de R\$

500 mil ou mais, num total de 58 lançados pelo PSDB-SP em 2018. Dentre estes 15, apenas dois não possuíam mandatos eletivos no momento da disputa eleitoral, os demais ou buscavam a reeleição ou possuíam mandato de deputado estadual ou federal empossado como suplente. Logo, os quadros tradicionais foram priorizados durante a distribuição do financiamento eleitoral, com os recursos sendo concentrados em candidatos que tinham ou que já tenham tido mandato. Dentre os eleitos, apenas um candidato - Carlos Sampaio, que também buscava a reeleição e foi eleito com 125.666 votos - não recebeu doação do partido, o que mostra que os recursos financeiros influenciam no sucesso das campanhas eleitorais.

Também no PSDB, prevalece a informalidade na distribuição de recursos para as campanhas, com os dirigentes partidários concentrando recursos financeiros em alguns candidatos, considerados pelo partido com maiores chances de se elegerem. E, de forma semelhante ao PT, verificamos que as decisões sobre a distribuição dos recursos financeiros foram centralizadas pelo Diretório Nacional do PSDB, o grande responsável por transferir a maior parte dos recursos às campanhas.

Além do evidente sucesso eleitoral dos candidatos que receberam mais dinheiro dos partidos, os candidatos à reeleição também levam vantagem em termos financeiros. No PSDB, a fatia destinada às campanhas dos incumbentes correspondeu a 60% de toda a verba reservada pelo partido aos seus candidatos a deputado federal em São Paulo, dividida entre doze candidatos que buscavam a reeleição, enquanto, no PT, essa soma foi de 44%, dividida entre oito incumbentes.

Com relação ao rateio do repasse partidário entre os gêneros, no PSDB-SP, as candidaturas masculinas a deputado federal receberam o equivalente a 76,7% da verba destinada a todos candidatos, enquanto as mulheres receberam 23,3%. Já, no PT-SP, esses valores foram praticamente os mesmos, 76,5%, para as candidaturas masculinas e 23,5%, para as femininas. Nesse ponto, a forma desigual como os partidos gerenciam o financiamento eleitoral afeta o acesso das mulheres aos recursos de campanha e, por conseguinte, sua performance nas urnas – haja vista que o PSDB-SP elegeu apenas uma deputada federal, e o PT-SP, nenhuma.

De modo geral, nossos achados corroboram o que diz a literatura, os candidatos homens e os que buscam a reeleição (incumbentes), levam vantagem na recepção de recursos partidários, tornando-os mais competitivos eleitoralmente em termos de financiamento. Finalmente, esse favorecimento na distribuição dos recursos revela alguns aspectos importantes, quais sejam: 1) os partidos têm autonomia para definir sobre a

distribuição dos recursos; 2) de modo que ao direcionar mais recursos para determinados candidatos, os dirigentes partidários têm a capacidade de influenciar nas disputas intralista; 3) desequilibrando a competição eleitoral e aumentando as chances de vitória desses candidatos.

5.4. Conclusões parciais

Diversos fatores são levados em conta pelos dirigentes partidários ao longo do processo de seleção de candidatos a deputado federal até chegarem ao resultado final da lista de candidatos. Dentre os quais, são considerados critérios “subjetivos” - relacionados à disposição individual do aspirante para apresentar-se como possível candidato –, “objetivos” – tais como projeção política, representatividade junto a certos setores e segmentos sociais, qualificação dos aspirantes, experiência prévia em cargos eletivos etc - além de uma racionalidade contextual própria das eleições estaduais.

Para analisar o processo de seleção dos candidatos a deputado à Câmara Federal por São Paulo nas eleições de 2018, três principais *approaches* foram mobilizados nesse capítulo.

O primeiro investigou, por meio de entrevistas com as lideranças partidárias diretamente envolvidas no processo de seleção de candidatos (presidentes, secretários-gerais, integrantes dos diretórios estaduais e candidatos a deputado federal), quais critérios são considerados e como são avaliados os quadros indicados para fazer parte da lista nominal dos partidos. As percepções dos dirigentes partidários sobre esse processo permitiram explorar a existência de coordenações informais (que não estão expressas nos documentos partidários, conhecidas somente pelos envolvidos no processo) mediante as quais os partidos selecionam seus candidatos.

Nesse sentido, a compreensão desse *modus operandi* parece convergir para o modelo de oferta e demanda de candidatos tal como proposto por Norris (1997, 2013). Segundo a autora, o nível da oferta está relacionado a motivações individuais dos aspirantes interessados em concorrer a cargos eletivos, enquanto o da demanda está vinculado às expectativas dos selecionadores em relação ao *pool* de potenciais candidatos. Prova disso, é o fato dos partidos priorizarem o lançamento de candidaturas viáveis eleitoralmente, porque a expectativa é a de atrair a maior quantidade de votos, como destacado por um dirigente tucano: “o partido procura quem são os [candidatos] mais competitivos em cada região, dado que o objetivo não é ter um monte de candidatos pra

dizer que tem mais e sim candidatos que sejam competitivos e que possam vencer as eleições” (Candidato F, entrevista realizada em 26/08/2020). Outros pontos a serem ressaltados é que a seleção é sempre realizada no Estado e ocorre por meio de indicação e não votação.

O segundo *approach* buscou identificar e analisar o perfil dos concorrentes à Câmara dos Deputados com base nas informações divulgadas pelos próprios candidatos ao Tribunal Superior Eleitoral. Os nossos dados reforçam alguns achados apontados pela literatura sobre o *background* social dos candidatos em geral, visto que, na composição das listas apresentadas pelo PT-SP e PSDB-SP, foi verificada uma maior presença de candidatos do sexo masculino, autodeclarados brancos, qualificados como políticos ou profissionais liberais, na faixa etária acima de 50 anos e com alta escolaridade.

O terceiro investigou a relação entre as estratégias de alocação do financiamento de campanha aos candidatos a deputado federal, nas eleições de 2018, e os resultados eleitorais. Segundo verificamos, a distribuição de recursos para as campanhas é feita de forma deliberada pelas direções nacionais, que centralizam as decisões priorizando alguns candidatos. No rateio, os incumbentes levaram vantagem no recebimento de recursos para as suas campanhas. Nesse ponto, a repartição desigual dos recursos pode acarretar déficits de democracia intrapartidária, o que poderia ser interpretado como um sinal de falta de democracia interna. Também, foram identificadas evidências de que existe uma forte associação entre a maior disponibilidade de recursos e maiores taxas de sucesso eleitoral, o que significa que os dirigentes partidários possuem, na prática, meios informais para preordenar as listas de candidatos.

Quadro 7 – Centralização dos processos decisórios

	PT	PSDB
Seleção de candidatos	Descentralizado: o processo é realizado pela Executiva Estadual. Têm prioridade os <i>incumbents</i> , os candidatos indicados pelas tendências e aqueles que possuem representatividade regional ou com penetração em movimentos sociais, organizações ou categorias profissionais.	Descentralizado: o processo é realizado pela Executiva Estadual. Têm prioridade os <i>incumbents</i> e candidatos que possuem representatividade regional ou temática.

Financiamento de campanha	Centralizado: o Diretório Nacional repassa a maior parte dos recursos para candidatos escolhidos de forma arbitrária	Centralizado: o Diretório Nacional repassa a maior parte dos recursos para candidatos escolhidos de forma arbitrária
---------------------------	--	--

Fonte: elaboração própria.

Considerações Finais

A presente pesquisa examinou como tem se processado a democracia interna no PT e PSDB, dois dos maiores partidos brasileiros, através da investigação da origem, das trajetórias de institucionalização partidária, das estruturas organizacionais formais dos partidos e da dinâmica do processo de seleção de candidatos. Entre os grandes partidos brasileiros, PT e PSDB foram os principais concorrentes nas disputas presidenciais, por isso são considerados partidos de “vocação presidencial”, os únicos capazes de apresentarem candidatos competitivos em todas as elei es presidenciais – com exce o da elei o presidencial de 1989 e da última elei o (2018), quando o candidato do PSDB ficou em quarto lugar em ambos os pleitos (MELO, 2010; MIRANDA, 2009; NICOLAU, 2004). PT e PSDB tiveram origens e trajetórias organizacionais distintas. Enquanto o PT surgiu da conjun o de diversos setores da sociedade civil organizada, se mostrando mais acessível às demandas societárias, o PSDB foi criado pela atua o de grupos parlamentares com vasta experiência governativa. Dessa forma, enquanto o PT se constituiu como um partido extraparlamentar, com vistas   inser o de parcelas desfavorecidas da sociedade na arena político-institucional, o PSDB possui uma natureza parlamentar, voltado às disputas eleitorais.

De maneira geral, as evidências colhidas ao longo da pesquisa confirmam a hipótese inicial do trabalho de que a origem, a trajetória e a organiza o interna dos partidos influenciam nos níveis de democracia interna. As distintas características originárias das siglas tiveram influência direta sobre suas estruturas organizacionais, propiciando, no PT, uma estrutura decisória nacionalmente centralizada, inclusiva, de alta intensidade, com canais de participa o efetiva dos membros/filiados no processo decisório por meio de mecanismos de democracia direta (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991). J , em rela o ao PSDB, a origem eminentemente parlamentar engendrou um arranjo interno descentralizado, com uma débil articula o estrutural entre as instâncias devido   ausência de instâncias internas de veto, o que acabou resultando em uma dinâmica organizacional bastante favorável   a o aut noma dos líderes (ROMA, 2002; 2006).

Essas diferenças também foram verificadas nas dimensões de análise contempladas na pesquisa. A fim de verificar o formato da institucionaliza o partidária, elegemos duas variáveis chave, autonomia e sistemicidade, que foram operacionalizadas através de cinco indicadores: complexidade organizacional; rotinizac o; inflexão

territorial; disciplina organizacional e modalidades de financiamento. A sistemicidade abarcou dois indicadores, a complexidade organizacional e rotinização, que evidenciaram pontos de convergência e divergência entre os dois partidos. A complexidade organizacional é um ponto que, em parte, diferencia os partidos, com o PT apresentando uma organização mais complexa do que o PSDB, em termos de número de setoriais e órgãos funcionais que compõem a CEN, enquanto o número de filiados convergem no sentido de um crescimento contínuo em ambos os partidos. No caso da rotinização, temos uma aproximação com relação à replicação das estruturas nacionais, com ambos os partidos replicando boa parte das suas estruturas nos níveis subnacionais. Concernente à realização de convenções partidárias, embora o PT tenha realizado uma quantidade absoluta superior de atividades nacionais, em média, o patamar é o mesmo do PSDB. Em vista disso, podemos dizer que o PT apresenta níveis de sistemicidade relativamente maiores, em comparação com o PSDB.

Já, a outra variável, a autonomia, engloba os outros três indicadores: inflexão territorial; disciplina organizacional e modalidades de financiamento e, nessa dimensão, os partidos parecem apresentar mais pontos em comum. Para verificar as características do modelo genético dos partidos, cinco indicadores foram analisados, e, destes, três se fizeram presentes em ambos os partidos: ausência de uma agência externa, ausência de um líder carismático e prevalência da força organizacional concentrada na região sudeste. Quanto aos demais critérios, observamos que o PT se desenvolve por penetração, contando, desde a sua fundação, com um núcleo coeso que controla, dirige e organiza o partido, ao passo que o PSDB surgiu através de uma estratégia de difusão territorial, constituído inicialmente pela associação de elites locais.

Ao analisarmos a democracia intrapartidária do ponto de vista formal, elegemos três aspectos pelos quais buscamos verificar como os partidos regulamentam a distribuição e o exercício do poder interno, quais sejam: análise dos documentos programáticos oficiais; dos processos de seleção de candidatos e lideranças; e da estrutura partidária. Nessas dimensões, as diferenças foram mais significativas.

Pela análise dos documentos programáticos, o PT se destaca no tocante a matérias que versam sobre a promoção de princípios e procedimentos democráticos. O estatuto petista faculta aos filiados o direito de participar da elaboração e da aplicação da política partidária²⁴⁵. Além disso, o caráter mais democrático do partido é observado nas diversas

²⁴⁵ Estatuto do PT, 2017, Art. 13, I.

correntes políticas da esquerda, presentes na formação da sigla, que encontram respaldo legal para se organizarem em tendências internas. A solução encontrada pelo partido, para acomodar o pluralismo ideológico no interior da legenda, foi a regulamentação do direito de organizar tendências internas no partido como forma de legitimar a oposição interna e garantir a democracia nas instâncias partidárias. Por outro lado, isso acabou por arrefecer as oposições internas ampliando o poder político da tendência Majoritária.

No PSDB, normativamente, o discurso em torno da democracia interna, proclamado nos documentos peessedebistas, é ambicioso e combina ideais de participação popular com descentralização do poder político. Porém, embora preveja em seus estatutos a participação dos filiados, na prática, é um grupo reduzido de líderes partidários que tomam as decisões dentro da agremiação que, com o passar do tempo, foi se tornando cada vez mais elitista e menos aberto à participação. Outro elemento que merece destaque é a transição do posicionamento ideológico do partido que se deslocou de uma orientação ideológica social democrata de centro-direita, para uma posição de direita, aproximando-se do neoliberalismo.

Acerca da seleção de candidatos e dirigentes partidários, o objetivo foi identificar os níveis de inclusão e centralização em termos de mecanismos de democratização interna adotados pelos partidos. Nesse ponto, novamente, o PT se destaca como o partido mais democrático. Apesar de impor maiores restrições para o registro dos seus candidatos do que as exigidas em lei – como a obrigação de contribuição financeira, a assinatura de um termo de compromisso e a aprovação pela direção ou de parcela de filiados - no PT, os filiados elegem diretamente os convencionais, tornando o processo de seleção mais inclusivo. Já, no PSDB, as exigências para se tornar candidato a cargos eletivos são menores que no PT, demandando apenas o cumprimento dos requisitos dispostos em lei. Entretanto, no que se refere a quem seleciona os candidatos no interior do partido, as decisões são, majoritariamente, concentradas em poucos quadros, sejam estes parlamentares e/ou dirigentes nos postos de comando, tornando o processo mais exclusivo do que no PT.

Por outro lado, tanto o PT quanto o PSDB selecionam seus candidatos de forma descentralizada territorialmente (ou seja, é realizada nos estados), ambos asseguram cotas de gênero para as candidaturas (promovendo a descentralização social), e os dois mobilizaram diferentes instâncias/atores partidários no processo seletivo (o que configuraria uma descentralização organizacional). Contudo, o papel exercido pelas

macrorregiões, no caso do PSDB, é um indicativo de que a seleção dos candidatos seria mais centralizada em suas lideranças.

No que diz respeito ao processo de escolha das direções partidárias, no PT, a partir da instauração do Processo de Eleições Diretas (PED) em 2001, os filiados passaram a eleger, através do voto direto, os membros das instâncias de direção partidária em todos os níveis. Já, no PSDB, são os delegados os responsáveis pela escolha dos dirigentes que, por sua vez, são eleitos pelos filiados apenas no nível da convenção municipal. Nesse sentido, não restam dúvidas de que o PT apresenta um formato de escolha das direções mais inclusivo, contudo, em termos de democracia interna deve ser relativizado, uma vez que a implementação de um sistema de votação direta parece ter contribuído para a manutenção do controle do partido pelas elites dirigentes.

Na última parte deste capítulo, analisamos as características das estruturas organizativas dos partidos e, a partir da análise dos organogramas partidários, verificamos que, ao menos no aspecto normativo, ambos os partidos se organizam de forma semelhante, com órgãos de deliberação, direção, ação/execução, coordenação etc, distribuídos entre os três níveis da federação - nacional, estadual e municipal. As maiores diferenças ficam por conta do PT que tem nos Encontros sua principal instância deliberativa em cada nível da estrutura partidária. Apesar de terem perdido a centralidade a partir das alterações instituídas pelo PED (que reduziu a intensidade da participação dos filiados nos Encontros ao voto), os Encontros permanecem sendo as instâncias máximas de deliberação sobre as candidaturas a cargos eletivos, formação de coligações, estratégias eleitorais etc. Quanto à análise da organização territorial dos partidos, mostrou que, de um modo geral, ambos possuem mais diretórios do que comissões provisórias, fornecendo, assim, maior autonomia e poder de decisão às subunidades municipais dentro do partido.

Assim, com base nos resultados obtidos por meio da análise da trajetória individual dos partidos, dos indicadores da institucionalização, da democracia interna inscrita nos arcabouços formais dos partidos e dos processos de seleção dos candidatos, foi possível confirmar as hipóteses de trabalho. As hipóteses (1 e 2) relativas à influência da origem e do modelo organizacional sobre os níveis de democracia interna dos partidos sugerem que o PT (H1) apresente maiores níveis de democracia interna, devido ao seu modelo originário e seu desenvolvimento organizativo, parece estar em sintonia com as evidências apresentadas. Embora em menor intensidade do que seus anos iniciais, a estrutura petista continua permeável à participação das bases, haja vista a quantidade de

órgãos funcionais e setoriais presentes na sua CEN, bem como a implementação do PED. Além disso, a institucionalização das tendências internas representa ganhos de competitividade dentro do sistema político petista.

Os resultados obtidos sobre o PSDB corroboram a hipótese colocada para o partido (H2), que o seu modelo originário acarretou uma dinâmica organizacional cujas decisões estratégicas estão centralizadas nas suas lideranças. A expansão organizacional da sigla foi levada a efeito pela mobilização de suas lideranças nacionais e regionais, que se encarregaram da estruturação do partido em seus Estados, o que aconteceu por meio de um processo de difusão territorial. Tal modulação organizacional contribuiu para um considerável grau de autonomia de suas instâncias partidárias, que possuem fraca integração entre si e funcionam como estruturas estratárquicas, caracterizadas pela existência de grupos com autonomia decisória mútua.

Quanto à H3, que assume que a implantação do PED pelo PT arrefeceu a “qualidade” da participação, os dados coletados corroboram tal hipótese. Com o estabelecimento do PED, o PT passa a exibir uma combinação de democracia intraorganizacional com situações de plebiscitos, de modo que, ao mesmo tempo em que oferece um incremento na participação dos filiados pela ampliação do sufrágio, acabou por resumi-la ao voto. Já, a H4, referente à distribuição de poder dentro do PSDB, foi confirmada. O PSDB pode ser considerado um partido oligárquico na medida em que são poucos grupos que controlam a direção da agremiação e são responsáveis pela estabilidade da coalizão dominante (GUARNIERI, 2011), e, ao mesmo tempo, configura uma estrutura organizacional estratárquica, dirigida por elites que operam com certa independência, demandando constantes negociações para garantir a coesão da organização – a própria opção por diretórios municipais é um indicativo da dispersão do poder.

Por derradeiro, ao longo do quinto capítulo, ocupamo-nos do estudo de caso, centrado na experiência dos partidos no estado de São Paulo à luz das eleições 2018. Três aspectos foram incluídos no escopo da análise: o processo de seleção, o perfil dos candidatos selecionados e a transferência de recursos financeiros dos partidos para os candidatos. Com base nas percepções dos agentes partidários - dirigentes e candidatos a deputados - diretamente envolvidos no processo, vimos que a elaboração das listas é realizada pelos selecionadores, levando em conta uma série de cálculos estratégicos que abrangem o potencial eleitoral, o perfil, reputação, prestígio dos candidatos, sua

experiência política/eleitoral prévia, representatividade territorial, vínculos com categorias sociais e profissionais etc.

Outro aspecto evidenciado foi a importância do trabalho em conjunto entre as esferas municipais e estadual do partido na busca por nomes com apelo eleitoral e, de preferência, que já tenham sido testados eleitoralmente e exercido cargos eletivos (deputado federal, estadual, prefeito ou vereador), tendo como objetivos prioritários alcançar todas as regiões do Estado e maximizar seus desempenhos eleitorais. Outra estratégia bastante comum, relatada pelos dirigentes ao montar as listas, seria a de lançar candidatos que, mesmo não tendo grandes condições de eleição, conseguem se projetar para outras campanhas. A visibilidade gerada por uma eleição dessa magnitude poderá render dividendos eleitorais em eleições futuras.

Igualmente enfatizado, foi o fato de que os candidatos incumbentes têm legenda assegurada para disputar a reeleição. Assim, a menos que abdicuem de suas candidaturas, os parlamentares detentores de mandato não seriam submetidos ao processo de seleção, o que significa que a candidatura nata, revogada em 2002, permanece vigendo de modo informal. Ademais, os candidatos incumbentes não possuem apenas prioridade de legenda, detêm também preferência na recepção dos recursos financeiros. Isso ficou mais nítido no caso do PSDB-SP, que investiu 60% do total de recursos destinados aos candidatos a deputado federal no estado nos incumbentes. No PT-SP, essa divisão foi mais equânime, contudo, se considerarmos a baixa quantidade de candidatos que disputaram a reeleição pelo partido, a discrepância quanto à distribuição dos recursos ainda é grande. Na prática, isso sinaliza que, por mais que a lista seja aberta, os partidos possuem meios para favorecer determinados candidatos a fim de realizar uma espécie de pré-ordenamento informal dos candidatos no interior das listas, já que os gastos de campanha afetam positivamente as chances de (re)eleição. Nesse sentido, nossos achados convergem com os estudos que têm revelado a existência de uma forte correlação entre gastos de campanha e o sucesso eleitoral dos candidatos (SAMUELS, 2001; PEIXOTO, 2010; CERVI, *et al.*, 2015).

Quanto ao perfil dos candidatos selecionados pelos partidos, verificamos poucas diferenças em relação à composição sócio-ocupacional das listas de candidatos e, apesar do PT-SP apresentar uma maior diversidade no perfil dos seus candidatos do que o PSDB-SP, em ambos os partidos vemos uma prevalência de candidatos homens, brancos, com ensino superior e com mais de 50 anos. Por conseguinte, esse perfil bastante específico já coloca, de antemão, condições adversas para aspirantes jovens, mulheres e “novatos”

pleitearem uma candidatura como a de deputado federal, haja vista o alto capital (político e cultural) demandado para se lançar nesse tipo de disputa eleitoral. Nesse sentido, vemos que existe um *trade-off* entre as características dos aspirantes que preenchem as demandas dos “porteiros” (*gatekeepers*) e o acesso à lista partidária e a recursos do financiamento eleitoral, o que indica que os selecionadores, em alguma medida, controlam a estrutura de oportunidades de ingresso na carreira política.

Por fim, a presente pesquisa se insere no debate travado sobre a importância dos partidos políticos na democracia brasileira. Recapitulando, boa parte da literatura sobre os partidos políticos no Brasil tem se estruturado, principalmente, em dois prognósticos: de um lado, os que consideram os partidos organizações fracas debilmente institucionalizadas e inconsistentes ideologicamente, como uma consequência quase que exclusiva dos efeitos centrífugos do sistema eleitoral que acarretaria incentivos ao personalismo, à indisciplina e à fragmentação partidária, gerando óbices à governabilidade e à produção de *accountability* partidário (AMES, 2001; LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986; MAINWARING, 1991; 1999; MAINWARING; SCULLY, 1995). De outro, os trabalhos que questionam tal diagnóstico e têm mostrado que os partidos desempenham um papel inequívoco na estruturação dos trabalhos legislativos (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995; 1999; PEREIRA; MUELLER, 2003; NEIVA, 2011), dispõem de recursos para garantir a coordenação eleitoral (GUARNIERI, 2011), mantêm graus distintos de centralização decisória (RIBEIRO, 2013) e detêm controle significativo sobre o processo de seleção de candidatos (GUARNIERI, 2004; BRAGA, 2008; BOLOGNESI, 2013).

Nossa pesquisa, seguindo os passos desses estudos, procurou rever o diagnóstico sobre a apregoada fraqueza dos partidos brasileiros que, focado exclusivamente nos incentivos e efeitos esperados pelas regras eleitorais, ignorou os atores e processos políticos intrapartidários. No que diz respeito à formação das listas de candidatos, vemos que a alegada fraqueza dos partidos não se justifica, afinal, na prática, os dirigentes partidários controlam o processo de seleção de candidatos e contam com recursos para ordená-los informalmente no interior das listas, por meio do acesso ao financiamento eleitoral e do tempo de rádio e televisão. Além disso, como os votos são transferíveis, todos os candidatos se valem dos votos na legenda, mitigando as disputas intralista.

De resto, vale reconhecer que certamente há limitações na pesquisa aqui empreendida, no entanto, esperamos ter contribuído minimamente para o conhecimento de dois dos mais importantes partidos da atual democracia brasileira, lançando luz sobre

algumas das suas principais características organizativas como estruturas, funcionamento, órgãos decisórios, institucionalização e, em especial, os processos de democracia interna, centrais para o entendimento da real dinâmica de poder dentro dos partidos políticos.

REFERÊNCIAS

ALDRICH, J. **Why Parties? The Origin and Transformation of Party Politics in America**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

ALTMANN, C. **Política local e seleção de candidatos a vereador**: contribuições a partir do caso de Pelotas (RS) em 2008. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2010.

ÁLVARES, M. L. **Mulheres na competição eleitoral**: seleção de candidaturas e o padrão de carreira política no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro. Iuperj, 2004.

_____. **Recrutamento Político & Seleção de Candidaturas: Acesso às Listas e o papel das Lideranças no “Jardim Secreto”**. Trabalho preparado para apresentação no V Congresso Latinoamericano de Ciência Política. **Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP)**, Buenos Aires, 2010

AMARAL, O. E. do. **A estrela não é mais vermelha**: as mudanças do programa petista nos anos 90. São Paulo: Garçon, 2003.

_____. **As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. Tese Doutorado. UNICAMP: Campinas, 2010.

_____. **As transformações nas formas de militância no interior do PT: Maior inclusão e menor intensidade**. **RBCS** Vol. 28 n° 82, p. 67-86, 2013.

AMES, B. **Institutions and Politics in Brazil**. Ann Arbor: University of Michigan. 2001.

_____. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

ARAÚJO, C. “Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 24, jun. 2005, pp. 193-215.

_____.; ALVES, J. E. D. “Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as quotas.” **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, 2007, pp. 535-577.

ASSUMPÇÃO, R. **Análise organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira no Estado de São Paulo (1988-2006)**: a estrutura relacional e o capital político. Tese de doutorado em sociologia, Araraquara, Unesp, 2008.

BARBIERI, C.H.C.; RAMOS, L. **Democracia e representação nas eleições de 2018: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero: relatório final (2018-2019)** São Paulo: FGV Direito SP, 2019.

BASEDAU, M. & STROH, A. **Measuring Party Institutionalization in Developing Countries: a new research instrument applied to African political parties**. **GIGA Working**

Papers, n. 69, 2008.

BILLE, L. “Democratizing a Democratic Procedure: Myth or Reality? Candidate Selection in Western European Parties, 1960-90”. **Party Politics**, London, vol. 7, nº 3, 2001, pp. 363-380.

BIZZARRO NETO, F. A. **PMDB: Organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

BLONDEL, J. “About Institutions, Mainly, but not Exclusively, Political”. In: Rhodes, R. A. W., S. A. Binder and B. A. Rockman (eds.), **The Oxford Handbook of Political Institutions**, Oxford, Oxford University Press, 2006, pp. 716-730.

BOLOGNESI, B. **Candidatos e Eleitos: o recrutamento político nos partidos paranaenses nas eleições de 2006**. Curitiba, 2009. Dissertação de mestrado em Sociologia, Curitiba: UFPR, 2009.

_____. Institucionalização partidária: a proposta de uma ferramenta bidimensional para indicadores empíricos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36. Águas de Lindoia, SP. **Anais**. São Paulo: ANPOCS, 2012.

_____. **Caminhos para o poder: a seleção de candidatos a Deputado Federal nas eleições de 2010**. Tese de Doutorado – São Carlos: UFSCar, 2013.

_____. Dentro do Estado, longe da sociedade: a distribuição do Fundo Partidário em 2016. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil**, Curitiba, v. 3, n. 11, p. 1-15, jul. 2016.

_____.; COSTA, L. D.; CODATO, A. N. A revolução silenciosa no Partido dos Trabalhadores no Brasil. In: 10º Encontro da Associação Política de Ciência Política (ABCP). Belo Horizonte - MG. 2016, pp. 1-27.

BRAGA, M. S. & PRAÇA, S. “Quem elege os candidatos paulistanos: partidos centralizados ou descentralizados?”. *Paper* apresentado no **28º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG., outubro de 2004.

BRAGA, M. S. S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. Sao Paulo: Humanitas, Fapesp, 2006.

_____. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. 14, nº 2, novembro, 2008, pp.454-485.

_____. “Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, 2010, pp. 43-73.

_____. & BORGES T. D. P. **Organização e Poder nos Partidos Políticos Brasileiros**. Paper apresentado no 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Campinas (SP), 2008.

_____; RODRIGUES-SILVEIRA, R.; BORGES, T. Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil. **América Latina Hoy**, v. 62, 2012, pp. 15-45.

_____; BOLOGNESI, B. Apresentação - Dossiê recrutamento político e seleção de candidatos nas democracias contemporâneas. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 21, n. 45, mar. 2013.

_____; VEIGA, L., MIRÍADE, A. Recrutamento e Perfil dos Candidatos e dos Eleitos à Câmara dos Deputados nas Eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 24, 2009, pp. 123-142.

_____; COSTA, V. M. F.; FERNANDES, J. L. M. Dinâmicas de funcionamento e controle do poder nos partidos políticos: os casos do PT e PSDB no Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n.96, 2018, pp. 1-26.

CAMPOS, M. **Democracia, partidos e eleições**: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

CAMPOS, L. A. Socialismo Moreno, Conservadorismo Pálido? Cor e Recrutamento Partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas Eleições de 2012. **Dados**, v. 58, n. 3, 2015, pp.689-719.

CARTY, R. K. Are political parties meant to be internally democratic? In W. P. Cross & R. S. Katz (Eds.), **The challenges of intra-party democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 11–27.

CERVI, E. U.; COSTA, L. D.; CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, 2015, pp. 189-205.

CROSS, W. P. Party Leadership Selection and Intra-Party Democracy. In W. P. Cross & R. S. Katz (Eds.), **The challenges of intra-party democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 100–115.

_____; KATZ, R. S. **The challenges of intra-party democracy**. Oxford University Press, 2013, pp. 1-10.

CURI, H. **Ninho dos Tucanos**: PSDB em São Paulo (1994-2018). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp, 2020.

D'ARAUJO, M. C. **PSDB e PT e o Poder Executivo**. Desigualdade e Diversidade, Rio de Janeiro, Dossiê Especial, 2011, pp. 65-100.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. **Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: Oxford University Press. 2002.

DALTON, R. J.; FARREL, D.; McALLISTER, I. **Political parties and democratic linkage**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

DAZA, J. D. La institucionalización partidista. Una propuesta de abordaje de las estructuras organizativas partidistas. **Estudios Políticos**. n. 27, 2005.

DE LUCA, M; JONES, M. P.; TULA, M. I. Back Rooms or Ballot Box? Candidate Nomination in Argentina. **Comparative Political Studies**, v. 35, n. 4, may 2002, pp. 413-436.

DULCI, M. S. **PSDB: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ELDERSVELD, S. J. **Political Parties: A Behavioral Analysis**. Chicago: Rand McNally, 1964.

ELSTER, Jon. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

EPSTEIN, L. D. **Political Parties in Western Democracies**. London: Pall Mall, 1967.

FERREIRA, D. P. **PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2002.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. "Instituições políticas e governabilidade", In MELO, Carlos R. & SÁEZ, Manuel A. (orgs.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FLEISCHER, D. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço voltava contra o feiticeiro. In: SOARES; D'ARAÚJO (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. pp.154-197.

_____. Os partidos políticos. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Unesp, 2007.

_____. "Coligações Eleitorais". In: AVRITZER; ANASTASIA (Org.). **Reforma política no Brasil**, Belo Horizonte, Ed. UFMG. 2006, pp.142- 146.

FREIDENBERG, F. Selección de Candidatos y Democracia Interna en los Partidos de América Latina. **Biblioteca de La Reforma Política**. N.1., 2003.

_____. Democracia interna: reto ineludible de los partidos políticos. **Revista de Derecho Electoral**, 1 (1): pp.1-17, 2006.

_____. “La reina de las reformas: las elecciones internas a las candidaturas presidenciales em América Latina”. En: Flavia Freidenberg y Betilde Munoz-Pogossian. **Las Reformas Políticas a las Organizaciones de Partidos**. México: INE, TEPJF, OEA, Instituto de Iberoamérica y SAAP. Eds. 2015.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Partido dos Trabalhadores – **Trajetórias - das origens à vitória de Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

GALLAGHER, M. Introduction. In: GALLAGHER, M. & MARSH, M. **Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics**. London: Sage, 1988.

_____.; MARSH, M. **Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics**. London: Sage, 1988.

GAUJA, A. “Enforcing democracy? Towards a regulatory regime for the implementation of intra-party democracy”. Canberra: Democratic Audit of Australia, 2006.

_____. The Construction of Party Membership. **European Journal of Political Research** 54(2): 232–248, 2014.

GERRING, J. The case study: What It is and What It Does. In: BOIX, Carles; STOKES, Susan C. (Eds.). **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GUARNIERI, F. **Partidos, seleção de candidatos e comportamento político**. São Paulo, dissertação de mestrado, USP, 2004.

_____. **A força dos “partidos fracos” - um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral**. Tese (Doutorado em Ciência Política) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. A Força dos Partidos “Fracos”. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n.1, 2011, pp.235-258.

GUIOT, A.P. **Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: O PSDB (1988-2002)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós graduação em História, Universidade federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006

HAZAN, R. “Candidate Selection”. In: LeDUC, NIEMI, Richard G; NORRIS, Pippa. **Comparing Democracies 2. New challenges in the study of elections and voting**. Sage Publications Ltd. London, Thousand Oaks, New Delhi, 2002, pp.108-126.

_____.; RAHAT, G. **Democracy within parties: Candidate selection methods and their political consequences**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HEIDAR, K. “The Polymorphic Nature of Party Membership”. **European Journal of Political Research** 25, 1994, pp. 61–86.

HOPKIN, J. Bringing the Members Back in? Democratizing Candidate Selection in Britain and Spain. **Party Politics** 7 (3), 2001, pp. 343–361.

HUNTINGTON, S. P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

IGNAZI, P. Power and the (il)legitimacy of political parties: An unavoidable paradox of contemporary democracy? **Party Politics**, v. 20, n. 2, 2014, pp. 160-169.

ISHIYAMA, J. and MARSHALL, M. Candidate recruitment and former rebel parties. **Party Politics**, 21(4), 2015, pp.591–602.

KATZ, R. S. “The Problem of Candidate Selection and Models of Party Democracy”. **Party Politics**. v.7, n° 3, 2001, pp.277–296.

_____.; MAIR, P. The evolution of party organizations in Europe: three faces of party organization. **American Review of Politics**, v. 14, 1993, pp. 593-617.

_____. **How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies**, London: Sage Publications, 1994.

_____. “Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party”. **Party Politics**, v.1, n.1, 1995, pp.5-28.

_____. The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón; LINZ, Juan (Ed.). **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002, pp.113–35.

_____. “The cartel party thesis: A Restatement”. **Perspectives on Politics**, 7 (4), 2009, pp. 753-766.

KECK, M. E. **A lógica da diferença**. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KEY, V. O. **Politics, Parties and Pressure Groups**. New York: Crowell. 1964.

KINZO, M. D. G. O quadro partidário e a Constituinte. In: LAMOUNIER, Bolívar (org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990.

_____. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KIRCHHEIMER, O. “The transformation of the Western European Party Systems”. In: In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (eds.), **Political Parties and Political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

KITSCHOLT, H. “Citizens, Politicians and Party Cartelization: Political Representation and State Failure in Post-Industrial Democracies.” **European Journal of Political Research**, 37(2), 2000, pp. 149–79.

KITTILSON, M.C.; SCARROW, S. E. Political parties and the rhetoric and realities of democratization. In B. E. Cain, R. J. Dalton, and S. E. Scarrow (Eds.), **Democracy transformed? Expanding political opportunities in advanced industrial democracies**, Oxford, Oxford University Press, 2003, pp. 59–80.

KOPECKY, P.; MAIR, P. Party Patronage as an Organizational Resource. In: Kopecký, Petr, Peter Mair, and Maria Spirova (eds.), **Party Patronage and Party Government in European Democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp. 3-16.

KRISCHKE, P. J. **Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LACERDA, A. D. F. de. O PT e a Unidade Partidária como Problema. Rio de Janeiro: **DADOS**, v. 45, 2002. pp. 39-76.

LAMOUNIER, B. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____.; MENEGUELLO, R. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEDUC, L. Democratizing party leadership selection. **Party politics**, 7(3), 2001, pp. 323-341.

LIMA JÚNIOR, O. B.; LATTMAN-WELTMAN, F.; SPRITZER, J. “Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)” (verbete). In: FGV/CPDOC. S/D. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-social-democracia-brasileira-psdb>>. Acesso em: 29/07/2020.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos CEBRAP**. n.88, Novembro. 2010, pp. 21-37.

LIMONGI, F. M. P.; FIGUEIREDO, A; C. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989- 1994. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 38, n. 3, 1995, pp. 497-525

LIMONGI, F.; GUARNIERI, F.. A base e os partidos. As eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 99, 2014, p. 05-24.

LIMONGI, F.; VASSELAI, F. Coordenando Candidaturas: Coligações e Fragmentação Partidária nas Eleições Gerais Brasileiras. In: 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte, Associação Brasileira de Ciência Política, 2016.

LUNDELL, K. Determinants of Candidate Selection: The Degree of Centralization in Comparative Perspective. **Party Politics**, 10(1), 2004, 25–47.

MAINWARING, S. Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais - O Brasil numa Perspectiva Comparada. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 29, mar., pp. 34-58, 1991.

_____. Brazil: Weak Parties, Feckless Democracy. In: MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy R. **Building Democratic Institutions – Party Systems in Latin America**. Stanford: Stanford University Press, 1995, pp. 354-398.

_____. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization. The Case of Brazil**. Stanford, Stanford University Press. 1999.

_____. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____.; SCULLY, T. R. “Introduction: Party System in Latin America.” In: MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy R. **Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America**. Stanford. Stanford Press, 1995, pp. 1-34.

MAINWARING, S; POWER, T.; and BIZZARRO, F. The Uneven Institutionalization of a Party System: Brazil. In Scott Mainwaring (Ed.), **Party systems in Latin America: Institutionalization, decay, and collapse**. New York, NY: Cambridge University Press, 2018, pp. 164–200.

MAIR, P. “Party organizations: from civil society to the state”. In: Katz, R.S., Mair, P. (Eds.), **How Parties Organize: Changing and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies**. Sage, London, 1994, pp. 1–22.

_____.; VAN BIEZEN, I. Party membership in twenty European democracies 1980-2000. **Party Politics**, V. 7, N. 1, 2001, pp. 5-21.

MARENCO DOS SANTOS, A. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no congresso nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, 1997.

_____. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento Parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

_____.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, jun. 2007.

MARQUES, J. R.; FLEISCHER, D. **PSDB: De facção a partido**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

MARTINS, J. M. L. **PT e PSDB na democracia de público brasileira: estratégias partidárias vitoriosas no novo jogo eleitoral**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MARTUSCELLI, D. E. “Ruptura sem precedentes, pluralismo irrestrito e democratismo: as três faces ideológicas da identidade petista.” **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 2, n. 3, 2007, pp.22-35.

MATLAND, R. E. “Enhancing Women’s Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems” In: BALLINGTON, J.; KARAM, A. (eds.). **Women in Parliament: Beyond Numbers**. Stockholm, Sweden: IDEA Publishing, 2005, pp. 93-111.

MAYER, R. **Os partidos como organizações: um estudo comparado do PSDB & PT**. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

MELHEM, C. S. **Política de botinas amarelas: O MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MELO, C. R. Os partidos e as eleições presidenciais no Brasil. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.2, n.6, jun. 2010, pp. 6 -11.

MELO, P. V. T. P. **O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político: de catch all a cartel**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido**, (1979-1982). RJ: Paz e Terra, 1989.

_____. Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias. **Textos para Discussão CEPAL/IPEA**, Brasília, n. 8, 2010, pp. 9-45.

_____.; BIZZARRO NETO, F. Contexto e Competição na Política Paulista. **DADOS**, v. 55, n. 1, 2012, pp. 119-171.

MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília, UnB, 1982.

MIRANDA, GERALDA LUIZA. “A Influência da Dinâmica Eleitoral sobre o Comportamento dos Partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal”. **DADOS**, v. 52, n. 4, 2009, pp. 911-960.

MÜLLER, W. C. “Political parties in parliamentary democracies: Making delegation and accountability work.” **European Journal of Political Research**, 37, p. 309–333, 2000.

NEIVA, P. R. P. Disciplina partidária e apoio ao governo no bicameralismo brasileiro. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, 2011, pp. 183-196.

NICOLAU, J. Eleições de 2004: polarização entre o PT e o PSDB? In: CORTEZ, Hugo; HERMANNNS, Klaus (Orgs.). **Nordeste 2004: o voto das capitais – análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

_____. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **DADOS**, v. 49, n. 4, 2006, pp. 689-720.

NORRIS, P. "Introduction: Theories of Recruitment". In: NORRIS, Pippa (ed.) **Passages to Power. Legislative recruitment in advanced democracies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, pp. 1-14.

_____. "Recrutamento político". **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, 2013, pp. 11-32.

_____.; LOVENDUSKI, J. If only more candidates came forward: supply-side explanations of candidate selection in Britain. **British Journal of Political Science**, v. 23, n. 3, 1993, pp. 373-408.

_____. **Political recruitment: Gender, race and class in the British parliament**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1995.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEIXOTO, V. M. **Eleições e financiamento de campanhas no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____.; CAMPOS, M. M. "Por onde se Ramificam os Partidos Políticos no Brasil? uma análise da taxa de natalidade e mortalidade dos diretórios partidários". Artigo apresentado no **38º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG., 2014.

PENDIUK, F; MIRÍADE, A. FREITAS, R. A Composição Sócio-Ocupacional das Bancadas Partidárias nas Assembléias Legislativas (2007-2010). Artigo apresentado no **31º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG., 2007.

PENNINGS, P. and HAZAN, R. Y. Democratizing candidate selection: causes and consequences. **Party Politics**, v. 7, n. 3, 2001, pp. 267-275.

PEREIRA, C. & MUELLER, B. Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil. **Dados**, v. 46, n. 4, 2003, p. 735-771.

PERES, P. **Sistema Partidário e Institucionalização Democrática**: análise das teorias de sistemas partidários, do conceito de institucionalização e de suas formas de mensuração. Available at: <http://works.bepress.com/pauloperes/16/>, 2000.

_____.; RICCI, P.; e GUARNIERI, F. **How Brazilian Parties Organize: Centralization by Strategic Leadership Design**. [Manuscrito], 2012.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRIADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, 2009, pp. 301-333.

PIERSON, P. **Politics in time: history, institutions and social analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

PESSOA JÚNIOR, J. R. C. **Articulação entre as instâncias partidárias: o caso do PMDB, PT e PSDB no Ceará nas eleições de 2012 e 2014**. Tese de doutorado em ciência política, Campinas, IFCH, Unicamp, 2018

PINHO, T. R. **Democracia como artigo de exportação? Limites e possibilidades da democracia intrapartidária no Partido dos Trabalhadores**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PINHO, T. R. “Nem tudo que reluz é ouro: o formato de seleção das direções do Partido dos Trabalhadores”. Paper apresentado no 12º. Encontro da ABCP, João Pessoa, 2020.

POGUNTKE, T., SCARROW, S. E., WEBB, P. D., Party rules, party resources and the politics of parliamentary democracies: How parties organize in the 21st century. **Party Politics**, 2016, pp. 1–18.

POLSBY, N. W. A institucionalização da câmara dos deputados dos Estados Unidos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 221–251, 2008.

PONT, R. O PT, a DS e o direito de tendência. **Revista Democracia Socialista**, São Paulo, Nº. 0, Maio, 2013, pp. 27-40.

PRATS, M. Contradiciendo pronósticos: ¿no hay descentralización ni inclusión que valga! La selección de candidatos en los partidos políticos de Argentina. **América Latina Hoy**, Universidad de Salamanca, v. 62, 2012, pp. 103-130.

PUTNAM, R. A. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon and Schuster, 2001.

RAHAT, G. “Candidate Selection: the choice before the choice”. In: **Journal of Democracy**. v. 18, n. 1, 2007, pp.157-170.

_____. What is democratic candidate selection? In W. Cross & R. Katz (Eds.), **The challenges of intraparty democracy**. Oxford: Oxford University Press. pp. 136–149, 2013.

_____.; HAZAN, R. “Candidate selection methods an analytical framework”. **Party Politics**, v. 7. n. 3, 2001, pp. 297-322.

_____.; HAZAN, R. Participation in Party Primaries: Increase in Quantity, Decrease in Quality. In: T. Zittel and D. Fuchs (eds), **Participatory Democracy and Political Participation. Can Participatory Engineering Bring Citizens Back In?** Routledge, ECPR Studies in European Political Science Series, 2007, pp. 57-72.

RAHAT, G.; SHAPIRA, A. An Intra-Party Democracy Index: Theory, Design and a Demonstration. **Parliamentary Affairs**, 2016, pp. 1-27.

RANDALL, V. & SVÅSAND, L. Party Institutionalization in New Democracies. **Party Politics**, v. 8, n. 1, p. 5–29, 2002.

RANNEY, A. Candidate selection. In: Butler, D., Penniman, H. & Ranney., A. (Eds.), **Democracy at the polls: A comparative study of competitive national elections**. Washington, DC: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1981, pp. 75-106.

REZENDE, F. “Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 6, 2011, pp. 297-337.

RIBEIRO, P. F. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

_____. Organização e estrutura decisória dos maiores partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. Artigo apresentado no **34º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG., 2010b.

_____. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10. Brasília, janeiro-abril de 2013, pp. 225-265.

_____. “An Amphibian Party? Organisational Change and Adaptation in the Brazilian Workers’ Party (1980-2012)”. **Journal of Latin American Studies**, 46(1). 2014, pp. 87-119.

_____. and LOCATELLI, L. **The Proof of the Pudding: Members, Money and Party Organizational Strength in Latin America**. 2018.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo, Edusp. 2002.

_____. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo, Publifolha. 2006.

RODRIGUES, M. L. C. **A institucionalização dos partidos políticos na Argentina e no Brasil pós-terceira onda de democratização: uma análise comparada**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 17, n. 49, 2002, pp. 71-92.

_____. Organizaciones de partido en Brasil: PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 44, pp. 153-184, 2006.

SAGLIE, J.; and HEIDAR, K. "Democracy within Norwegian Political Parties: Complacency or Pressure for Change?". **Party Politics**, 10(4), 2004, pp.385-405.

SAMUELS, David. “Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil”. **The Journal of Politics**, v. 63, n. 2, 2001

_____. “Brazil: Democracy in the PT Era.” **Constructing Democratic Governance in Latin America**, 4th ed. Jorge Domínguez and Michael Shifter. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, pp. 177–203, 2013.

_____. “From Socialism to Social Democracy: Party Organization and the Transformation of the Workers’ Party in Brazil.” **Comparative Political Studies**, 37(9), 2004, pp. 999-1024.

_____.; ZUCCO, C. **Partisans, Anti-Partisans, and Non-Partisans: Voting Behavior in Brazil**. Cambridge University Press, 2018.

SANCHEZ, R. C. **De volta ao começo!** Raízes de um PSDB militante que nasceu na oposição. Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

SANDES FREITAS, V. E. **Alianças Partidárias nos Estados Brasileiros: Das coligações às coalizões de governo (1986-2010)**. Tese de doutorado em ciência política, Campinas, IFCH, Unicamp, 2015.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: UnB, 1982.

SCARROW, S. E. ‘The ‘Paradox of Enrollment’: Assessing the Costs and Benefits of Party Membership’, **European Journal of Political Research** 25(1), 2004, pp. 41–60.

_____. **Parties and their Members**. Oxford: Oxford University Press. 1996

_____. **Parties and the Expansion of Direct Democracy: Who Benefits?** **Party Politics** 5(3): pp. 341–362, 1999.

_____. “Parties without Members?” In: Dalton, R.J., Wattenberg, M.P. (Eds.), **Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Oxford University Press, Oxford, Chapter 5, 2000.

_____. **Political Parties and Democracy in Theoretical and Practical Perspectives: Implementing Intra-Party Democracy**. Washington, National Democratic Institute for International Affairs, 2005

_____.; and GEZGOR, B. “Declining memberships, changing members? European political party members in a new era”. **Party Politics**, 16(6), 2010, pp. 823–843.

SCARROW, S.E., WEBB, P., and FARRELL, D.M. “From social integration to electoral contestation: the changing distribution of power within political parties”. In: Dalton, R.J., Wattenberg, M.P. (Eds.), **Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Oxford University Press, Oxford, pp. 129–151, 2000.

SCHATTSCHEIDER, E. E. **Party government**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1942.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Trad. Japy Freire. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SECCO, L. **História do PT 1978-2010**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SELIGMAN, L.G. “Political Recruitment and Party Structure: a case study.” **The American Political Science Review**, vol. 55, 1961, pp. 77-86.

SEYD, P.; WHITELEY, P. **High-intensity participation: the dynamics of party activism in Britain**. Ann Arbor, University of Michigan Press, 2002.

_____. British party members: an overview. **Party Politics**, v. 10, n. 4, 2004, pp. 355-366.

SILVA, P. G. S. **PSDB e PT: análise da organização interna dos partidos**. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2017.

SINGER, A. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos Estudos Cebrap**, 88, 2010, pp. 89-111.

TAROUCO, G. **O Partido da Frente Liberal: Trajetória e papel no sistema político**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1999.

_____. Fatores do desenvolvimento do Partido da Frente Liberal, In: PINTO, Céli Regina J. & SANTOS, André Marenco dos (Orgs.). **Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

TAVITS, M. **Post-communist democracies and party organization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

TENÓRIO, G. G. **Do tostão para o milhão: um estudo sobre o financiamento das campanhas presidenciais do PT (1989- 2014)**. Tese de doutorado - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P.; POGUNTKE, T. “Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe”. In: **European Journal of Political Research**, vol. 51, p. 24-56, 2012.

VAN BIEZEN, I; POGUNTKE, T. The decline of membership-based politics. **Party Politics**, vol. 20, n.2, 2014, pp. 205-216.

VIEIRA, Soraia Marcelino. **O Partido da Social Democracia Brasileira: trajetória e ideologia**. Tese. Doutorado em Ciência Política. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro – RJ, 2012.

VON DEM BERGE, B. and POGUNTKE, T. Varieties of Intra-Party Democracy: Conceptualization and Index Construction, In: Scarrow, S, Webb, P, Poguntke, T (eds) **Organizing Political Parties: Representation, Participation and Power**. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 136–157.

WEBER, M. **Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída**. In: Coleção Os Pensadores (organizado por Maurício Tragtenberg), São Paulo: Editora Abril Cultural, 1974, pp. 7-91.

_____. “A política como vocação”. In: **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982, pp. 97-153.

WELFLING, M. B. **Political Institutionalization: Comparative Analysis of African Party Systems**, Beverly Hills: SAGE, 1973.

YOUNG, L. and CROSS, W. The rise of plebiscitary democracy in Canada, **Party Politics**, 8, 2002, pp. 673– 699.

WITHELEY, P. Is the party over? The decline of party activism and membership across the Democratic World. **Party Politics**, v. 17, n.1, 2011, pp. 21-44.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS

BRASIL. **Lei nº 5.682**, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos - LOPP).

BRASIL. **Lei nº 6.767**, de 20 de dezembro de 1979 (Lei da Reforma Partidária).

BRASIL. **Lei nº 6.937**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre isenção da multa prevista no art. 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, estabelece critérios para distribuição dos recursos do fundo partidário referentes aos exercícios de 1979 e 1980, e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 35. ed. – São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. **Lei nº 8.713**, de 30 de setembro de 1993. Estabelece normas para as eleições de 3 de outubro de 1994. Brasília, DF, 30 set. 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.096**, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos - LPP).

BRASIL. **Lei nº 9.504**, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).

BRASIL. **Lei nº 12.034**, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Brasília, DF, 29 set. 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.165** de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Brasília, DF, 29 set. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.487**, de 6 e outubro de 2017. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão. Brasília, DF, 6 out. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 22.585**, de 06 de setembro de 2007. Partido político. Contribuições pecuniárias. Prestação por titulares de cargos demissíveis *ad nutum* da administração direta ou indireta. Impossibilidade, desde que se trate de autoridade. Resposta à consulta, nesses termos. Não é permitido aos partidos políticos receberem doações ou contribuições de titulares de cargos demissíveis *ad nutum* da administração direta ou indireta, desde que tenham a condição de autoridades. Brasília, DF, 06 set. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.568**, de 24 de maio de 2018. Estabelece diretrizes gerais para a gestão e distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). Brasília, DF, 24 mai. 2018.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Estatuto do PSDB (1988)**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989, p.29-41.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Estatuto do PSDB (1999)**. Aprovado pela Convenção Nacional Estatutária, em maio de 1999.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Estatuto do PSDB (2013)**. Aprovado pela XI Convenção Nacional, em maio de 2013.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Estatuto do PSDB (2015)**. Aprovado pela XII Convenção Nacional, em julho de 2015.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Estatuto do PSDB (2017)**. Aprovado pela XIV Convenção Nacional, em dezembro de 2017.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Programa (1988)**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989, p.15-25.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **Programa (2007)**. Aprovado pelo III Congresso Nacional, em novembro de 2007.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de princípios**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sergio Buarque de Holanda. 1979. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-cartadeprincipios_0.pdf

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto do PT (1980)**. Aprovado pela Comissão Diretora Nacional Provisória, em maio/junho de 1980. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sergio Buarque de Holanda. 1980. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-estatuto_0.pdf

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto do PT (2001)**. Aprovado pelo Diretório Nacional, em março de 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto do PT (2013)**. Aprovado pelo Diretório Nacional, em dezembro de 2013.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto do PT (2017)**. Aprovado pelo 6º Congresso Nacional do PT, em junho de 2017.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Manifesto de fundação (1980)**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sergio Buarque de Holanda. 1980. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento_0.pdf

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores (1984)**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. 1984. Centro Sergio Buarque de Holanda. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/05-regimentointernodopt.pdf>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **O Socialismo Petista (1990)**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. 1990. Centro Sergio Buarque de Holanda. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-osocialismopetista.pdf>

Anexo A - Número de diretórios e comissões provisórias do PSDB por UF (2008-2018)

Ano		2008	2008	2009	2009	2010	2010	2011	2011	2012	2012	2013	2013	2014	2014	2015	2015	2016	2016	2017	2017	2018	2018
Estado	UF's	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP
AC	22	3	10	3	2	2	9	16	6	16	6	17	2	9	2	12	9	8	14	8	14	13	1
AM	62	6	15	7	0	6	0	32	28	50	10	46	6	19	19	28	31	54	7	51	9	32	8
RR	15	0	15	0	13	3	11	5	10	5	10	6	9	7	4	8	6	10	5	11	4	11	0
RO	52	17	12	17	16	3	25	19	32	16	35	19	33	17	33	11	40	11	39	15	36	40	6
AP	16	6	8	6	8	3	6	3	9	3	13	5	11	5	10	4	8	3	12	5	10	8	4
PA	144	39	93	39	98	21	45	37	107	40	104	68	75	67	53	68	76	62	80	62	81	98	17
TO	139	28	102	28	97	24	31	0	137	0	139	0	139	0	137	0	134	0	133	5	126	15	104
NORTE	450	99	255	100	234	62	127	112	329	130	317	161	275	124	258	131	304	148	290	157	280	217	140
CE	184	125	14	125	48	75	19	85	80	88	77	85	53	58	54	21	143	19	155	59	118	129	33
PI	224	121	33	121	47	36	98	24	161	27	162	28	161	10	36	13	138	12	159	61	107	64	5
RN	167	50	32	51	46	43	37	66	54	63	51	69	45	43	46	40	89	21	136	35	121	29	87
PB	223	133	79	133	74	11	19	69	138	117	96	113	71	76	51	52	154	52	161	52	161	101	101
PE	184	20	134	20	130	0	144	28	128	28	128	25	129	17	125	11	144	13	143	13	141	15	41
AL	102	0	0	0	4	0	5	31	69	34	66	35	66	25	47	25	71	20	79	20	76	17	24
SE	75	33	0	34	2	35	3	37	29	34	29	41	9	35	11	38	30	17	55	34	34	30	22
BA	417	185	153	184	86	88	115	90	223	79	240	92	229	69	64	87	213	64	278	83	248	167	85
MA	217	1	0	4	5	6	12	31	183	37	176	33	172	3	186	1	213	0	215	53	155	60	12
NORDESTE	1793	668	445	672	442	294	452	461	1065	507	1025	521	935	336	620	288	1195	218	1381	410	1161	612	410
MT	141	11	4	61	31	58	37	43	90	38	96	47	35	37	44	49	92	52	89	62	79	65	71
DF	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1
GO	246	181	43	177	50	13	115	166	79	177	69	136	110	134	110	150	96	143	103	130	115	113	47
MS	79	53	23	54	24	45	34	55	24	52	27	49	30	49	29	49	30	49	29	70	9	79	0
C.OESTE	467	246	70	293	105	117	186	265	193	268	192	232	176	220	184	248	219	244	222	262	204	257	119
ES	78	0	17	57	19	57	21	48	30	44	34	48	30	43	21	27	51	22	56	26	52	38	16
RJ	92	28	1	29	3	29	18	27	63	26	64	49	39	48	37	16	74	9	79	31	59	43	28
MG	853	445	385	447	388	303	163	457	374	466	369	490	344	300	121	307	490	269	560	286	542	265	97
SP	645	516	106	517	116	447	148	551	92	571	74	572	70	506	138	562	83	563	82	544	100	500	92
SUDESTE	1668	989	509	1050	526	836	350	1083	559	1107	541	1159	483	897	317	912	698	863	777	887	753	846	233
PR	399	217	0	217	6	214	9	90	308	88	310	107	289	60	287	58	337	50	345	62	329	81	230
SC	295	273	18	270	22	270	22	251	44	247	39	243	45	202	11	164	115	116	175	183	110	230	62
RS	497	309	58	322	45	275	46	268	100	260	100	271	51	218	54	170	141	73	223	125	185	133	62
SUL	1191	799	76	809	73	759	77	609	452	595	449	621	385	480	352	392	593	239	743	370	624	444	354
TOTAL	5569*	2801	1355	2924	1380	2068	1192	2530	2598	2607	2524	2694	2254	2057	1731	1971	3009	1712	3413	2086	3022	2376	1256

Fonte: SGIP-TSE.

* Até 2013 eram 5565 municípios, a partir de 2013 o Brasil passa a ter 5570 municípios. Excluímos da contabilidade o Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Anexo B - Número de diretórios e comissões provisórias do PT por UF (2008-2018)

Ano		2008	2008	2009	2009	2010	2010	2011	2011	2012	2012	2013	2013	2014	2014	2015	2015	2016	2016	2017	2017	2018	2018
Estado	UF's	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP	Diretório	CP
AC	22	21	0	22	0	22	0	22	0	22	0	22	0	22	0	22	0	22	0	22	0	22	0
AM	62	48	1	48	2	56	6	56	6	62	0	62	0	50	10	48	11	57	2	59	3	58	0
RR	15	14	1	14	1	14	1	13	2	14	1	14	1	14	1	7	7	11	3	12	2	6	1
RO	52	44	6	44	7	43	7	43	9	52	0	52	0	25	23	24	24	42	6	48	4	42	4
AP	16	15	1	15	1	16	0	16	0	16	0	16	0	16	0	16	0	16	0	16	0	4	0
PA	144	135	8	135	8	139	5	136	8	143	1	141	3	124	20	104	37	127	12	127	12	116	9
TO	139	76	2	76	61	95	37	89	48	122	15	118	16	116	1	44	86	112	13	113	13	71	24
NORTE	450	353	19	354	80	385	56	375	73	431	17	425	20	367	55	265	165	387	36	397	34	319	38
CE	184	150	4	150	33	173	10	175	9	182	2	183	1	168	16	136	43	167	4	169	4	157	4
PI	224	191	28	189	31	205	14	199	23	210	12	213	6	110	54	110	111	180	34	193	22	169	0
RN	167	90	39	90	41	94	36	93	47	110	34	110	36	108	37	68	54	76	55	79	41	53	11
PB	223	141	56	139	58	163	36	164	50	166	42	165	42	166	38	94	80	126	50	127	49	124	13
PE	184	149	31	144	31	143	29	142	34	161	18	161	18	99	0	98	70	128	27	134	25	112	9
AL	102	0	1	43	4	61	8	71	20	81	12	80	12	71	23	55	36	67	26	67	26	60	7
SE	75	0	0	0	0	71	0	72	2	73	1	73	1	72	2	70	4	73	0	73	1	66	1
BA	417	327	86	322	82	333	57	335	81	348	68	348	68	274	31	286	119	325	86	324	87	318	78
MA	217	146	44	147	45	177	19	184	27	185	27	184	28	183	27	147	67	189	18	193	15	117	1
NORDESTE	1793	1194	289	1224	325	1420	209	1435	293	1516	216	1517	212	1251	228	1064	584	1331	300	1359	270	1176	124
MT	141	129	6	134	6	128	12	127	14	135	5	135	5	132	8	69	47	96	20	97	16	95	6
DF	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
GO	246	165	72	162	82	159	77	161	77	208	36	207	37	128	116	109	108	129	93	133	91	142	77
MS	79	76	2	75	3	76	1	75	3	75	4	73	6	67	12	53	23	63	12	62	14	36	5
C.OESTE	467	371	80	372	91	364	90	364	94	419	45	416	48	328	136	232	178	289	125	293	121	274	88
ES	78	59	0	63	0	77	0	74	4	77	1	77	1	63	15	56	22	68	10	73	5	58	0
RJ	92	0	0	4	0	82	1	89	2	91	0	91	1	78	13	73	18	77	14	76	14	52	5
MG	853	739	60	739	67	722	91	633	191	673	159	681	153	646	194	592	223	632	185	629	181	676	131
SP	645	442	158	454	164	472	149	467	168	554	81	552	82	539	96	413	173	408	181	395	175	288	59
SUDESTE	1668	1240	218	1260	231	1353	241	1263	365	1395	241	1401	237	1326	318	1134	436	1185	390	1173	375	1074	195
PR	399	236	151	236	159	191	15	197	187	309	79	309	78	188	83	145	228	219	114	239	91	159	23
SC	295	217	67	217	70	216	63	248	34	277	9	274	12	193	34	194	73	215	50	224	41	213	42
RS	497	376	101	377	99	371	105	345	123	429	50	429	50	413	62	326	135	373	88	380	78	340	88
SUL	1191	829	319	830	328	778	183	790	344	1015	138	1012	140	794	179	665	436	807	252	843	210	712	153
TOTAL	5569*	3987	925	4040	1055	4300	779	4227	1169	4776	657	4771	657	4066	916	3360	1799	3999	1103	4065	1010	3555	598

Fonte: SGIP-TSE.

* Até 2013 eram 5565 municípios, a partir de 2013 o Brasil passa a ter 5570 municípios. Excluímos da contabilidade o Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Anexo C: Perfil dos entrevistados do PT

Entrevistado	Descrição
Dirigente A	Vice-presidenta Estadual do PT-SP e Deputada Estadual
Dirigente B	Presidente Estadual do PT-SP
Dirigente C	Secretária de Organização
Dirigente D	Secretária Estadual de Mulheres do PT-SP
Candidato A	Candidato a Deputado Federal em 2018
Candidata B	Candidata a Deputado Federal em 2018
Candidata C	Candidata a Deputado Federal em 2018
Candidato D	Candidato a Deputado Federal em 2018 e vereador em Santo André-SP

Anexo D: Perfil dos entrevistados do PSDB

Entrevistado	Descrição
Dirigente E	Secretário geral do PSDB-SP
Dirigente F	Secretário do PSDB-SP
Dirigente G	2º Vice-presidente Estadual do PSDB-SP e prefeito de Ribeirão Preto
Candidato E	Candidato a Deputado Federal em 2018 e vereador em Marília-SP
Candidato F	Candidato à reeleição a Deputado Federal em 2018 e membro da Comissão Executiva Estadual do PSDB-SP

Anexo E – Modelo de Ficha de Inscrição de Pré-Candidato do PSDB

**Eleições 2018****Inscrição de pré-candidatura a
deputado estadual e federal**

 Nome de campanha

Cargo pretendido:

 Deputado(a) Estadual Deputado(a) Federal**BASE ELEITORAL**

Detalhe a base geográfica de sua atuação política

Detalhe a base setorial ou temática de sua atuação política

HISTÓRICO PARTIDÁRIO

Diretório ao qual é filiado(a): _____

Nº Zona Eleitoral: _____ Seção: _____

**Diretório Estadual do PSDB-SP**

Av. Indianópolis, 1123, Moema – Cep 04063-002 São Paulo/SP

Fone/Fax [11] 5078-4545 – email: secretaria@psdb-sp.org.br

Site: www.tucano.org.br Facebook: <https://www.facebook.com/PSDBSP> - Twitter: @PSDB_SP



Data da filiação:

Foi filiado(a) a outro partido?

() sim, qual ou quais: _____

() não

HISTÓRICO ELEITORAL

Já foi candidato(a)? () sim () não

Ano	Cargo	Votação	Partido

Número utilizado em candidatura(s) pelo PSDB:

Deseja manter o mesmo número? () sim () não

CARGOS PÚBLICOS OCUPADOS

Ano	Cargo



Direório Estadual do PSDB-SP

Av. Indianópolis, 1123, Moema – Cep 04063-002 São Paulo/SP

Fone/Fax (11) 5078-4545 – email: secretaria@psdb-sp.org.br

Site: www.tucano.org.br Facebook: <https://www.facebook.com/PSDBSP> - Twitter: @PSDB_SP



PERFIL DO CANDIDATO

Formação:

Profissão/atuação profissional:

Participação em entidades ou associações representativas da sociedade civil:

DADOS CADASTRAIS

NOME:
DATA DE NASCIMENTO:
NATURALIDADE:
ESTADO CIVIL:
TÍTULO ELEITORAL:
CPF:
ENDEREÇO RESIDENCIAL: CIDADE: CEP:
ENDEREÇO COMERCIAL: CIDADE: CEP:
TELEFONE RESIDENCIAL(COM DDD):



Diretório Estadual do PSDB-SP

Av. Indianópolis, 1123, Moema – Cep 04063-002 São Paulo/SP

Fone/Fax (11) 5078-4545 – email: secretaria@psdb-sp.org.br

Site: www.tucano.org.br Facebook: <https://www.facebook.com/PSDBSP> - Twitter: @PSDB_SP



TELEFONE CELULAR(COM DDD):
E-MAIL:
REDES SOCIAIS: FACEBOOK: INSTAGRAM: TWITTER:

Declaro que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente que esta ficha cadastral é obrigatória e meramente informativa, não assegurando de forma alguma garantia de uma legenda para Deputado nas eleições de 2018 pelo PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB. Declaro, ainda, que sou Ficha Limpa.

Data:

_____/_____/_____

Assinatura:



Diretório Estadual do PSDB-SP

Av. Indianópolis, 1123, Moema – Cep 04063-002 São Paulo/SP

Fone/Fax (11) 5078-4545 – email: secretaria@psdb-sp.org.br

Site: www.tucano.org.br Facebook: <https://www.facebook.com/PSDBSP> - Twitter: @PSDB_SP